981.6
C16a
1935
v.1

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil

THE LIBRARY OF THE
JUN 6 1973
UNIVERSITY OF ILLINOIS
AT URBANA-CHAMPAIGN

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO

DE

HISTORIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE

VOL. I

1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO

DE

HISTORIA E GEOGRAFIA SUL RIO-GRANDENSE

COMEMORATIVO DO

CENTENARIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Vol. I

1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais: Santa Maria e Pelotas

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE COMEMORATIVO AO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Para a comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, contribuiu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, organizando e realizando de 1 a 9 de outubro de 1935, um Congresso de História e Geografia, o primeiro reünido em terra rio-grandense.

Ao convite endereçado aos membros do sodalício, às Corporações, e aos estudiosos da História e Geografia, acudiram 32 pessoas, portadoras de outras tantas teses, em que foram explanados assuntos interessantes à História e à Geografia do Rio-Grande-do-Sul, e apreciados todos os aspectos da gloriosa Revolução Farroupilha.

Examinadas e discutidas essas teses, receberam aprovação do Congresso, em sessão plenária, 31 teses e foi rejeitada uma, apresentada em língua espanhola, contra o que fôra estipulado pelo Regulamento do Congresso.

Encerrados os trabalhos do Congresso, cuidou o Instituto de perpetuar em livro a magnífica obra realizada pelos Congressistas, e pelos autores das teses que tanto brilho trouxeram às sessões em que foram discutidos e votados os pareceres das Comissões incumbidas do estudo de tôdas elas.

Hoje, finalmente, o Instituto cumpre a promessa feita a todos, sócios, congressistas e autores de teses, divulgando em volume os trabalhos realizados pelo Congresso, em outubro de 1935.

A publicação constitue os Anais do 1.º Congresso de His-

tória e Geografia, organizada e impressa sob as vistas do incansável Secretário Perpétuo, snr. Eduardo Duarte, a quem ficamos todos reconhecidos por êste grande e notável serviço prestado a êste sodalício.

E os Anais constituem, sem dúvida alguma, um novo monumento erguido pelo Instituto à glória dos nossos maiores, os intrépidos Farroupilhas, que durante um decênio foram abnegados e inexcedíveis nos serviços prestados à Liberdade, ao Rio-Grande e ao Brasil.

Pôrto Alegre, 1936.

Leonardo Macedônia, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul.

O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE

I PARTE

a) O Regulamento e o programa ;

b) Os Congressistas ;

c) A abertura da sessão — discurso do dr. Macedônia ;

d) Relação das teses apresentadas ao Congresso ;

e) Relação das teses aprovados ;

f) O encerramento — Relatório do Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio-Grande-do-Sul — Discurso de encerramento pelo dr. Leonardo Macedônia ;

g) Atas das sessões do Congresso.

REGIMENTO INTERNO E RELAÇÃO DAS TÉSES DO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE COMEMORATIVO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FERROUPILHA

20 a 28 de setembro de 1935

COMISSÃO DE HONRA

O Exmo. Snr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
O Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
O Exmo. Snr. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

A diretoria efetiva do Instituto.

MESA DO CONGRESSO

O Exmo. Snr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente honorário.
O Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presidente efetivo.

O Exmo. Snr. Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente efetivo.

O Exmo. Snr. Secretário Perpétuo do mesmo Instituto, Secretário efetivo.

REGULAMENTO DO CONGRESSO

Art. 1.º :

Na cidade de Pôrto Alegre, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, e nos dias 20 a 28 de setembro de 1935, realizar-se-á um Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense.

Art. 2.º :

Os trabalhos do Congresso serão efetuados em lugar oportunamente designado.

Art. 3.º :

Serão considerados membros ex-ofícios os Institutos Históricos e Geográficos e as Sociedades de Geografia, existentes no país, que prestarem adesão até 15 de agôsto de 1935.

Art. 4.º :

São considerados membros efetivos do Congresso :

a) Os sócios de qualquer natureza, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, independente de ato de adesão.

b) Os sócios dos Institutos Históricos e Geográficos, e das Sociedades de Geografia, existentes no país, que manifestarem sua adesão até 15 de agôsto de 1935.

c) Em geral, os estudiosos da História e Geografia do país, que poderão concorrer com as suas Memórias, já publicadas ou escritas especialmente para o Congresso, nos têrmos que êste regulamento estabelece.

Art. 5.º :

Os estudiosos de História e Geografia não filiados a institutos ou sociedades congêneres nos seus vários aspectos, pagarão a taxa de 50$000, com direito a um exemplar das publicações.

Art. 6.º :

Os congressistas têm direito a um exemplar do volume dos trabalhos do Congresso, publicado em seguida ao respectivo encerramento, mediante a taxa que for estabelecida.

Art. 7.º :

Os trabalhos do Congresso obedecerão a êste programa:

Dia 20 de setembro, às 5 horas da tarde: Sessão preparatória, para a organização da lista dos congressistas e verificação da presença dos mesmos. Relação das teses e Memórias apresentadas, e distribuïção pelas Comissões. Às 9 horas da noite, sessão solene de instalação, com o discurso de abertura do Congresso, pelo Exmo. Snr. Presidente efetivo.

Dias 21, 22, 23 e 24 de setembro, sessões das Comissões, para o exame das teses e Memórias, e redação de pareceres.

Dias 25 e 27 de setembro, às 8 horas da noite, sessões plenas, para leitura e votação de pareceres, propostas, moções, etc.

Dia 28 de setembro, às 8 horas da noite, sessão solene de encerramento do Congresso, constando do discurso do Presi-

dente efetivo e do relatório dos trabalhos pelo Secretário Perpétuo do Instituto, e efetivo do Congresso.

Art. 8.º :

As sessões serão presididas pelo Presidente efetivo do Congresso.

As sessões das Comissões serão presididas pelo sócio escolhido para Relator.

Art. 9.º :

Exceptuadas as sessões das Comissões, todas as outras serão públicas, e poderão ser assistidas pelas pessoas interessadas nos assuntos nêles tratados, embora não tenham a qualidade de Congressistas.

Art. 10.º :

As discussões e discursos, as teses e Memórias, as indicações e moções serão feitas e redigidas em língua nacional.

Art. 11.º :

As comunicações, indicações, moções feitas verbalmente, não excederão de quinze minutos. Os oradores falarão uma só vez sôbre cada assunto. Os relatores poderão falar mais uma vez, ao encerrar-se a discussão, por tempo não excedente de 10 minutos.

Art. 12.º :

As teses e Memórias serão apresentadas até 15 de agôsto de 1935, impressas ou datilografadas, sendo de extensão não excedente a 50 páginas in 8.º as primeiras, e a 70 páginas as

últimas. Deverão ser apresentadas em cinco exemplares, com assinatura autógrafa do autor.

Art. 13.º :

O Instituto não aprova nem condena as opiniões emitidas em teses e Memórias, cabendo a responsabilidade exclusivamente aos respectivos autores.

Art. 14.º :

Os congressistas terão voto em todas as deliberações.

Cada corporação representada no Congresso disporá de um único voto, qualquer que seja o númaro de seus representantes. O Presidente do Congresso terá voto em casos de empate, ùnicamente.

Art. 15.º :

É assegurada aos respectivos autores a propriedade literária das teses e Memórias apresentadas ao Congresso. Todavia êsses trabalhos serão incorporados e divulgados no volume a que se repere o artigo 6.º

Art. 16.º :

Simultâneamente com o Congresso poderá ser feita uma Exposição de autógrafos, retratos e objetos relativos a vultos ilustres da Revolução Farroupilha. A Exposição terá duração idêntica a do Congresso.

Art. 17.º :

Serão cunhadas medalhas comemorativas do Congresso, em ouro, prata e bronze.

Art. 18.º :

A comissão organizadora do Congresso, e depois a Mesa, suprirão quaisquer deficiências ou omissões dêste regulamento.

Toda a correspondência deverá ser assim endereçada :

"Ao Snr. Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul".
(Serviço do Congresso)
Museu do Estado. Rua Duque de Caxias, 1231
R. G.do Sul Pôrto Alegre

Pôrto Alegre, setembro de 1934

Francisco Rodolfo Simch
Presidente

Eduardo Duarte
Secretario perpétuo

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA RIOGRANDENSE

TESES

SECÇÃO I.ª

A — Formação do Rio Grande do Sul.

I

Explorações da costa marítima. Fundação da Co-

lônia do Sacramento. Fundação do Presídio do Rio Grande.

II

A Companhia de Jesús no Rio Grande do Sul. Incursões dos bandeirantes. Fundação das Missões Orientais. Penetrações e fixações de paulistas e lagunenses.

III

Definitiva descriminação do território. Tratados respectivos.

B — **Formação étnica.**

I

Estudos paleo-históricos (etnográficos e etnológicos).

II

Os indígenas. Divisões e localisação. Usos e costumes das tribus. Avaliação da contribuïção de sangue indígena.

III

O elemento negro. Procedências Sua influência.

IV

O elemento branco. Portugueses: caracteres, hábitos, costumes, tradições. O contingente brasileiro, oriundo de outras Províncias. Correntes emigratórias. Procedências. Aspecto moral. Sua influência.

C — **Formação social.**

I

A estância. A charqueada. Histórico e influência.

II

O espírito militar. Origens; desenvolvimento; conseqüências.

III

Os trabalhos de campo. As festas riograndenses. As tradições religiosas.

SECÇÃO II

HISTORIA POLÍTICA

I

Evolução do sentimento nacionalista. O 7 de setembro e o 7 de abril no Rio Grande do Sul. O liberalismo riograndense até 1834.

II

A revolução farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas . Conseqüências.

III

Partidos políticos até 1889. Programas.

SECÇÃO III

HISTÓRIA MILITAR

I

A guerra das Missões. A invasão espanhola de 1763, até a reconquista. A conquista das Missões Orientais.

II

As lutas no Prata. A guerra do Paraguai.

III

A revolução farroupilha: aspecto militar.

SECÇÃO IV

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

I

Organização de govêrno. Comandância. Govêrno independente. Capitania. Província. Estado.

II

Evolução econômica.

SECÇÃO V

CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

I

Evolução científica.

II

Evolução literária. Estudo geral sôbre a instrução.

III

Evolução artística.

Pôrto Alegre, 27 de janeiro de 1934.

(ass.) João Maia.
Othelo Rosa.
Darcy Azambuja.

O 1.º CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIOGRANDENSE

Conforme programa organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, realizou-se nos primeiros dias de outubro de 1935 o primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense, em comemoração à passagem do Centenário Farroupilha.

Pela sua repercussão, pelo número de teses apresentadas, pelo interêsse demonstrado pelos Srs. Congressistas na discussão dos pareceres, pode-se dizer que foi uma brilhante demonstração da nossa cultura em matéria de história regional.

Para que fique registado nos anais do Instituto, vamos dar uma circunstanciada notícia do mesmo, nesta publicação especial, em que divulgamos os trabalhos apresentados e respectivos pareceres.

O regulamento dêsse Congresso, organizado pelo Instituto em setembro do ano findo, foi mandado imprimir pelo mesmo e distribuído entre grande número de escritores brasileiros, acompanhado da discriminação das teses, cuja organização foi confiada a uma comissão composta dos srs. João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja. Dividiram, estes ilustres escritores rio-grandenses, as referidas teses em cinco importantes secções, sendo a primeira a "Formação do Rio Grande do Sul" com a sua "Formação Étnica" e a sua "Formação Social"; a segunda, a "História Política"; a terceira, a "História Militar"; a quarta, "Administração e Economia"; e a quinta "Ciências, Letras e Artes", subdividindo cada uma dessas secções em diversos itens, cada

um dos quais abrangendo uma tese. Além disso, resolveu o Instituto Histórico aceitar toda e qualquer tese de assuntos históricos ou geográficos, como avulsa, uma vez que se não enquadrasse dentro da discriminação dada.

Grande, por isso, foi o número de teses apresentadas ao Instituto até a data prefixada pelo mesmo, abordando todas assuntos os mais variados e interessantes da nossa história, da nossa formação racial e sociológica, como da nossa evolução científica, literária e artística, economica e política.

Entre os distintos escritores que concorreram com trabalhos seus ao Congresso de História, estão Fernandes Bastos, J. O. Pinto Soares, Resende Silva, Fernando Osório, Manoel Duarte, Dante de Laitano e Aurélio Pôrto, na primeira secção; J. Egon d'Abreu Prates, Dra. Henriqueta Galeno, De Paranhos Antunes, Fernando Osório e Castilhos Goycochêa, na segunda secção; Osório Tuiutí de Oliveira Freitas, Fernando Osório e Setembrino E. Pereda, na terceira secção; Walter Spalding, Mario T. de Carvalho, Desembargador Florêncio de Abreu e Gabriel Mena Barreto, na quarta secção; e Alcindo Sodré, na quinta secção.

Na última sessão preparatória realizada à noite na séde provisória do Instituto Histórico em o Museu Júlio de Castilhos, já ficaram nomeados os relatores e as comissões que deviam dar parecer sôbre os numerosos trabalhos apresentados.

A mesa do Congresso teve como presidente efetivo o exmo. sr. presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dr. Leonardo Macedônia; o exmo. vice-presidente do mesmo, sr. Othelo Rosa; e o exmo. sr. secretário perpétuo dr. Eduardo Duarte, que foi auxiliado por dois sub-secretários, os membros efetivos do Instituto, srs. prof. Jací Tupí Caldas e Ten. De Paranhos Antunes.

Asseguraram sua inteira solidariedade ao Congresso em referência, por cartas e telegramas, o Instituto Histórico Brasileiro; o dr. J. Teles da Cruz, do Instituto D. Bosco de Fortaleza, Ceará; gal. Francisco José Pinto, de Curitiba, Paraná; Salão Literário Juvenal Galeno, da Fortaleza, Ceará;

sr. João Fontoura, do Rio de Janeiro; dr. Leopoldo de Freitas, de S. Paulo; prof. Mário da Veiga Cabral, do Rio de Janeiro; dr. Antônio Botto de Menezes, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraíbano.

Fizeram-se representar: o Instituto Histórico Brasileiro pelo Instituto Histórico dêste Estado; a Academia Carioca de letras pelo academico Castilhos Goycochêa e a Sociedade de Geografia de Lisbôa, pelo dr. Mário Teixeira de Carvalho.

A instalação solene do Congresso verificou-se no salão nobre da Biblioteca Pública em a noite de 1.º de Outubro.

Estavam presentes à solenidade os srs. general Parga Rodrigues, Comandante da Região, acompanhado de seu ajudante de ordens, 1.º tenente Aldo Pereira, deputados Viriato Dutra, Hildebrando Westfalen e Adroaldo Mesquita da Costa, representando a Assembléia Legislativa do Estado; Othelo Rosa, representando o general Flores da Cunha, governador do Estado; conego José de Natal, representando o arcebispo d. João Becker; escritores Aurélio Pôrto. Walter Spalding, Manoel Duarte, Tupí Caldas, Dante de Laitano, De Paranhos Antunes, Fernando Osório, Felix Contreiras Rodrigues, Guerreiro Lima, Castilhos Goycochêa, além de outros.

A abertura da Sessão

Às 21 horas, o professor Leonardo Macedônia deu por aberta a sessão, convidando a fazerem parte da Mesa os srs. general Parga Rodrigues, Othelo Rosa e Adroaldo Mesquita da Costa.

Logo a seguir o dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, procedeu à leitura do expediente que constou de vasta correspondência das várias entidades congêneres do país, atinente á instalação do 1.º Congresso de História Sul-Rio-Grandense.

Fala o dr. Leonardo Macedônia

Falou, após, o dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, dizendo o seguinte :

"Exmo. sr. Governador do Estado. Exmos. srs. Representantes de Autoridades Civís, Militares e Eclesiásticas. Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realiza hoje a sessão de abertura do Congresso com que contribue para o maior brilho da comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha.

Promovendo a reünião dêsse Congresso desejou o Instituto fazer uma pública e cabal demonstração do interêsse com que são investidos, meditados e apurados em terra rio-grandense os fatos e episódios do glorioso decênio revolucionário, e o amor e o carinho com que os nossos homens, estudiosos da história dêste amado rincão, cultuam a memória dos nossos antepassados, atores do formidável movimento revolucionário, que "pelos feitos e obras valerosas — então realizadas — se vão da lei da morte libertando".

Neste instante, e diante do magnífico espetáculo desta sessão, assistida pela flor da intelectualidade patrícia, o Instituto experimenta legítima satisfação, e sente bem recompensado o trabalho, realizado para a instalação dêste Congresso.

O programa do Congresso, elaborado por uma comissão constituída pelas brilhantes figuras dos nossos estimáveis confrades João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja, comportava vinte e uma teses, em que deviam ser versados os assuntos atinentes à Formação do Rio Grande do Sul, História Política, História Militar, Administração e Economia, Letras, Ciências e Artes no grande Estado meridional.

Divulgado o programa, acudiram ao nosso convite muitos confrades e ainda pessoas estranhas a nosso grêmio, mas estudiosas da História Rio Grandense, trazendo todas elas o fruto de estudos magníficos, em trinta e duas Teses e Memórias que as nossas Comissões especiais vão examinar e preparar para a discussão nas sessões plenárias dêste Congresso.

Antecipando o Juízo dessas Comissões cumpro um dever, agradecendo como agradeço, a todos os signatários dessas Teses e Memórias a maravilhosa contribuïção trazida a êste

Congresso com êsses brilhantes estudos, que certamente veem dar maior lustre e relêvo a êste torneio intelectual, realizado em homenagem á Epopéia Farroupilha.

Meus Senhores.

Em certa época circulou conceito muito injusto sôbre a História do Brasil, com o dizer que ela não oferecia interêsse nem brilho, e era mesmo fastidiosa.

O conceito recebeu veemente contradita do nosso eminente patrício, o Conde Afonso Celso, quando afirmou não haver Histórias enfadonhas, uma vez que toda a História depende do Historiador. Narrando com simpatia, gôsto e arte, animando a descrição das ocorrências, e tornando-as compreensíveis, mercê da explicação à luz dos ideais da época, o Historiador digno dêsse nome fará obra digna de aprêço e de louvor, que será muitíssimo interessante.

Também o segundo Imperador, o grande patriota D. Pedro II, em palavras vivas e apropriadas, contestou aquele conceito: "A História do Brasil, disse êle, é modesta, mas honesta". "Não encerra os excessos, as aberrações, os ridículos observados alhures".

Finalmente Martius, em 1843, recomendava o tratamento da História de cada povo, com zêlo patriótico, com fogo poético e com amor, acrescentando que assim não haveria História enfadonha, sem brilho ou interêsse.

Graças à prática dêsse processo preconizado por Martius, o nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizando desde 1838, a sua notabilíssima missão, de estudioso da História brasileira, sempre fiel à sua divisa — "Pacifica scientiae occupatio", — conseguiu o milagre de tornar atraente e interessante o estudo do que nos diz respeito, como povo, e como nação, no concerto das nações civilizadas, e em 1914 realizou aquele notável Primeiro Congresso de História Nacional. que produziu cinco copiosos volumes, farto manancial onde são tratados todos os problemas da história brasileira desde o descobrimento em 21 de abril de 1500.

Trilhando a estrada percorrida pelo grande Instituto, sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico

do Rio Grande do Sul promoveu a reünião do Congresso hoje instalado, e elaborou um magnífico programa de estudos e de investigações em tôrno da nossa terra, da nossa gente, e da grandiosa Revolução Farroupilha, que durante um decênio empolgou a alma gaúcha, causou apreensões a todo o Brasil, e terminou de maneira honrosíssima para os nossos maiores, cuja fama e cuja glória a geração atual celebra, plena de orgulho e de reconhecimento.

Meus senhores.

A Revolução Farroupilha estalou em 20 de setembro de 1835, para reivindicar direitos e liberdades do povo riograndense, maltratado pelo Govêrno do Brasil, que sòmente se lembrava da província meridional, o Rio Grande do Sul, para cobrança de impostos, e quando era necessário o apêlo aos seus filhos, para a defesa, pelas armas, dos interêsses do Império.

As vexações, as restrições sem conta, e a opressão deviam ter um têrmo. E explicam muito bem, através do exame dos documentos daquele tempo, as causas do movimento que tinha em mira conquistar para o povo Gaúcho o reconhecimento do seu direito, o respeito do Govêrno, e a estima e a confiança dos irmãos brasileiros, disseminados pelo território da Pátria.

Além dessas causas, outra, de maior importância, teve a grande revolução, a justificá-la e a torná-la estimada de todo o Brasil.

Os movimentos que precederam a Independência, em Pernambuco, na Baía, no Rio de Janeiro, e em Minas Gerais, deixaram em forte relêvo que o nosso povo estava disposto a tudo sacrificar pela Liberdade, e pela organização de uma Pátria forte e respeitada.

No ano da Independência isso ficou em maior evidência, desde o dia do Fico, até o brado do Ipiranga.

E os acontecimentos que se seguiram, com a guerra da independência, na Baía, no Maranhão e no Pará, consolidaram a obra dos patriotas que rodeavam o príncipe D. Pedro, e propiciaram a organização do novo Estado.

Organizado o país, como Nação independente, conven-

ceram-se os patriotas rio-grandenses, após o 7 de abril, que era urgente, em benifício da Pátria, organizá-la sob outras bases, que não as que estavam inscritas na Constituïção de 25 de março.

Assim, também foi aspiração dos nossos maiores, obedientes à direção de Bento Gonçalves e Antônio de Souza Neto, de Gomes Jardim e Domingos de Almeida, implantar no país a República sob a larga base da Federação, e para isso conseguir começaram êles por proclamar a República de Piratiní.

O fato, contestado durante certo tempo, hoje não sofre contradita, graças aos pacientes trabalhos de investigação e de análise dos documentos que servem de amparo aos estudos magníficos, e decisivos, de Canabarro Reichardt, no magnífico livro sôbre Bento Gonçalves, de Aurélio Pôrto, o grande sabedor da história e da vida do Rio Grande, nos opulentos trabalhos em tôrno do Processo dos Farrapos, e do nosso estimável Souza Docca, em maravilhosa dissertação sôbre o Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha.

A transformação política, que então não foi possível conseguir, seria alcançada antes de findar o século que fôra o da Independência. E para ela o Rio Grande contribuiria, como efetivamente aconteceu com o esfôrço dos seus grandes homens, Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, e outros, legítimos continuadores dos heróicos Farroupilhas.

Na ocasião da paz de Ponche Verde, após dez anos de lutas, em que tudo foi sacrificado, interêsses materiais, tranquilidade e comodidades, os rio-grandenses conseguiram pôr termo à luta, e viram atendidos de modo razoável, os interêsses do Rio Grande do Sul.

A nobre terra gaúcha voltou ao seio da comunhão brasileira, admirada, respeitada e estimada por todos os patriotas, e o gaúcho soube desde logo apreciar e recompensar o carinho com que fôra tratado pelo Duque de Caxias, o nobre representante do Brasil, que sustentou a luta, por parte do Império, em sua última e decisiva fase, e bem compreen-

deu a elevação dos intuitos, e o patriotismo dos heróicos Farroupilhas.

Concluída a paz, o Rio Grande levantou Caxias em seus escudos, e mandou-o ao Rio de Janeiro, como seu representante no Senado do Império. A nobreza dessa conduta do gaúcho condiz com a de Caxias, ao recusar em Bagé o serviço religioso anunciado para celebrar a paz, por preferir, como disse ao vigário local, "missa de defuntos, que ouviria com o seu estado maior, por alma de nossos irmãos falecidos em luta fratricida".

Todos êsses episódios revolucionários, que ocupam um largo decênio da nossa história, são agora apreciados com justeza nas memórias com que acodem a êste Congresso os estudiosos de um passado, que nos enche de legítimo orgulho e satisfação.

De orgulho, porque os nossos maiores, tudo fizeram, e tudo sacrificaram, para nos legar um Rio Grande onde pudéssemos um dia repousar tranqüilos, no seio da gleba adorada.

De satisfação, porque a herança do passado, nós aperfeiçoamos, e tornamos melhor, e mais estimada, durante o século que nos separa da aurora de 20 de setembro de 1835, e estamos seguros de assim poder transmití-la aos nossos filhos, que também terão orgulho da obra realizada pela geração a que pertencemos.

Meus senhores.

A gloriosa geração que de 1835 a 1845 teve a energia e o patriotismo necessários para fazer com que

Nos Ângulos do Continente,
O Pavilhão tricolor,
Se divisasse sustentado,
Por Liberdade e valor,

merece o nosso amor e o nosso profundo respeito e veneração.

Mas a geração contemporânea, que orgulhosa de seus maiores, celebra nos dias que correm o Centenário da epopéia farroupilha, essa também é digna continuadora dos ho-

mens da Revolução, ao mostrar ao Brasil a situação de progresso moral intelectual, artístico e industrial desta formosa terra do Rio Grande do Sul, onde vive, trabalha e prospera, satisfeito e feliz, o povo cioso das suas liberdades, e amante do bom nome e da grandeza do Brasil, unido e forte, no concerto das nações americanas.

A grande Exposição, inaugurada alí na Várzea, e nas imediações da Ponte da Azenha, cenário do primeiro embate dos Farroupilhas contra os defensores do Brasil imperial, em 19 de setembro de 1835, mostrará a todo o Brasil isso que afirmamos, sem receio de contestação.

E o Congresso de História, agora instalado por iniciativa dêste Instituto, êsse convencerá mais uma vez o Brasil, da superioridade e da nobreza dos intuitos dos Farroupilhas, e do muito que êles fizeram no glorioso decênio pela grandeza do Rio Grande do Sul, e pela integridade e felicidade do nosso amado Brasil. Disse".

Relação das teses apresentadas ao Congresso

Serenadas as palmas que cobriram as últimas palavras do dr. Leonardo Macedônia, o dr. Eduardo Duarte leu a relação das teses que foram apresentadas ao Congresso, que são as seguintes com os seus respectivos autores e relatores :

SECÇÃO I

1) Manoel E. Fernandes Bastos — "A Fundação da Freguesia de N. S. da Conceição do Arroio". Relator: Dr. Manoel Duarte, Aurélio Pôrto e dr. Felix Contreiras Rodrigues.

2) J. O. Pinto Soares — "Memórias Históricas e Comentários". Relator: M. Faria Correia, Dr. Fernando Osório e prof. A. Guerreiro Lima.

3) Manoel E. Fernandes Bastos — "A coberta da Alma". Relator: dr. Adroaldo M. da Costa, dr. Eduardo Duarte e Tte. De Paranhos Antunes.

4) Rezende e Silva — "Os Mineiros no Rio Grande do

Sul". Relator: Dr. Armando Dias de Azevedo, Valter Spalding e Gaston H. Mazeron.

5) Dr. Fernando Osório — "A Religiosidade e o sacerdocio dos Farrapos". Relator: Dr. Eduardo Duarte, Dr. Adroaldo M. da Costa e prof. J. Tupí Caldas.

6) Dr. Dante de Laitano — "Introdução ao estudo do presídio das Tôrres e sua evolução histórica". Relator: Dr. Fernando Osório, Clemenciano Barnasque e dr. Armando D. Azevedo.

7) Dr. Fernando Osório — "A ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos". Relator: Dr. Manoel Duarte, Dr. Adroaldo M. da Costa e Gaston Mazeron.

8) Aurélio Pôrto — "Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul". Relator: Dr. Fernando Osório, prof. Tupí Caldas e dr. Felix Contreiras Rodrigues.

9) Dr. Felix Contreiras Rodrigues — "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro". Relator: Aurélio Pôrto, Tupí Caldas e Othelo Rosa.

10) Aurélio Pôrto — "Prehistória do Rio Grande do Sul". Relator: Dr. Francisco R. Simch, prof. Tupí Caldas e cel. Gaston H. Mazeron.

11) Dr. João Maia — "Formação do Rio Grande do Sul". Relator: Manoelito de Ornelas, dr. Manoel Duarte e Prof. J. Tupí Caldas.

12) Aurélio Pôrto — "Rio Grande do Sul" — Donatária dos Assécas — (ensaios de povoamento do Sul). Relator: Dr. João Maia, Manoelito de Ornelas e Valter Spalding.

13) Aurélio Pôrto — "A expedição Jorge Soares de Macedo". Relator: prof. Guerreiro Lima, dr. Adroaldo Mesquita da Costa e prof. Jorge Bahlis.

SECÇÃO II

1) Dr. Manoel Duarte — "A revolução farroupilha" — Causas sociais, políticas e econômicas. Relator: Dr. Felix Contreiras Rodrigues, Othelo Rosa e dr. João Maia.

2) J. Egon d'Abreu Prates — "O trono da Grécia. A casa de Bragança, e a Revolução de 1835". Relator: prof.

A. Guerreiro Lima, dr. Francisco R. Simch e prof. Jorge Bahlis.

3) Dra. Henriqueta G. Galeno — "A Revolução Farroupilha" — Suas causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Desembargador Florêncio de Abreu, Drs. Manoel Duarte e Armando Dias de Azevedo.

4) 1.º Tenente De Paranhos Antunes — "Os partidos políticos até 1889". Relator: Valter Spalding, Dr. Fernando Osório e Dr. Darcy Azambuja.

5) Fernando Osório — "O Farrapo Pedro Vieira" — ""Perico el bailarin e seu americanismo". Relator: Aurélio Pôrto, dr. Felix Contreiras e prof. G. Lima.

6) Setembrino E. Pereda — "Rasgos biográficos de Pedro José Vieira". Relator: Aurélio Pôrto, dr. Eduardo Duarte e Tte. De Paranhos Antunes.

7) Castilhos Goycochêa — "A Revolução Farroupilha". Causas sociais, políticas e econômicas. Relator: Manoelito de Ornelas, prof. A. Guerreiro Lima e dr. Adroaldo M. da Costa.

SECÇÃO III

1) Osório Tuiutí de Oliveira Freitas — "A invasão de São Borja". Relator: Tte. De Paranhos Antunes, profs. Tupí Caldas e Valter Spalding.

2) Dr. Fernando Osório — "A ação militar de João Manoel e o plano republicano de 1836". Relator: dr. Contreiras Rodrigues, Aurélio Pôrto e prof. Tupí Caldas.

3) Celso Schroeder — "Efemérides rio-grandenses 1835-1845". Relator: prof. Valter Spalding, J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque.

SECÇÃO IV

1) Valter Spalding — "Comércio, indústria e agricultura". Relator: Dr. Alcides Maia, cel. M. Faria Correia e Tte. De Paranhos Antunes.

2) Dr. Mário T. de Carvalho — "Memória relativa à criação dos correios na Província do Rio Grande do Sul". Relator: Gaston H. Mazeron, dr. João Maia e prof. Guerreiro Lima.

3) Desembargador Florêncio de Abreu — "Recursos financeiros da república de Piratiní. Relator: dr. Francisco R. Simch, dr. Eduardo Duarte e dr. Darcy Azambuja.

4) Cap. Gabriel Mena Barreto — "Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul". Relator: Gaston H. Mazeron, Tte. De Paranhos Antunes e prof. Jorge Bahlis.

5) Dr. Felix C. Rodrigues — "O fenômeno econômico na Revolução Farroupilha". Relator: Aurélio Pôrto, Valter Spalding e J. O. Pinto Soares.

SECÇÃO V

1) Alcindo Sodré — "Jobim, sua vida e seu tempo". Relator: prof. A. Tupí Caldas, Tte. De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque.

2) Firmiano Ramos Soares — "A educação primaria na República Farroupilha". Relator: F. Contreiras Rodrigues. Vogais: De Paranhos Antunes e Eduardo Duarte.

3) Dr. Mario Teixeira de Carvalho — "O nascimento de Gaspar Silveira Martins". Relator: dr. João Maia, Prof. Valter Spalding e Jorge Bahlis.

4) Dr. Leopoldo de Freitas — "Gaspar Silveira Martins". Relator: De Peranhos Antunes, drs. Manuel Duarte e Felix C. Rodrigues.

Finda a leitura da relação das teses, o dr. Leonardo Macedônia usou da palavra declarando instalado o 1.º Congresso de História Sul-Rio-Grandense e, antes de dar por encerrada a sessão de instalação, agradeceu às pessoas presentes pelo comparecimento àquela solenidade.

Às sessões plenárias para discussão dos pareceres, realizadas nos dias 7 e 8, compareceu um elevado número de membros do Instituto Histórico e Geográfico, além de inúmeros escritores patrícios, que ora se encontram na capital, onde vieram assistir às festividades comemorativas do Centenário Farroupilha.

Aberto os trabalhos, que foram secretariados pelos srs. dr. Eduardo Duarte, tenente Paranhos Antunes e prof. Tupí Caldas, procedeu-se à leitura da moção apresentada pelos srs. Valter Spalding, Aurélio Pôrto e Eduardo Duarte, a ser enviada ao "Jornal do Comércio", dirigido pelo ministro Felix Pacheco, de agradecimento pelos serviços prestados em relação à Epopéia dos Farrapos. Depois foi aprovada por proposta do sr. Aurélio Pôrto, uma moção à Associação Brasileira de Imprensa em sinal de agradecimento pelas edições comemorativas aos farrapos pelos jornais brasileiros. O sr. Manoelito D'Ornelas apresentou uma moção de aplauso á atuação que no Instituto e no Congresso vem tendo o dr. Eduardo Duarte, sendo unânimemente aprovada. E o dr. Dante de Laitano propôs uma moção ao sr. Aurélio Pôrto, pela sua dedicação aos trabalhos de história, sendo também aprovada unânimemente.

Relação das teses aprovadas

1 — "Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul" de Aurélio Pôrto. Relator: Fernando Osório. Vogais: Felix Contreiras Rodrigues e prof. Tupí Caldas.

2 — "O fenômeno econômico na revolução dos farrapos" de Felix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Valter Spalding e J. O. Pinto Soares.

3 — "Jobim, sua vida e seu tempo" de Alcindo Sodré. Relator: Tupí Caldas. Vogais: De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque.

4 — "O farrapo Pedro Vieira e seu americanismo" de Fernando Osório. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Guerreiro Lima e Felix Contreiras Rodrigues.

5 — "Efemérides rio-grandenses de 1835-1845" de Celso Schroeder. Relator: Valter Spalding. Vogais: Pinto Soares e Clemenciano Barnasque.

6 — "Revolução farroupilha — causas sociais, políticas e econômicas" de Castilhos Goycochêa. Relator: Manoelito D'Ornelas. Vogais: Guerreiro Lima e Adroaldo Mesquita.

7 — "Invasão de S. Borja" de Osório Tuiutí de Freitas.

Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Valter Spalding e Tupí Caldas.

8 — "Memórias históricas e comentadas" de Pinto Soares. Relator: Faria Correa. Vogais: Fernando Osório e Guerreiro Lima.

9 — "Gaspar Silveira Martins" de Leopoldo de Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Manoel Duarte e Felix Contreiras Rodrigues.

10 — "A Fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio" de Manoel Bastos. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Aurélio Pôrto e Felix Contreiras Rodrigues.

11 — "Formação do Rio Grande do Sul" de João Maia. Relator: Manoelito D'Ornelas. Vogais: Manoel Duarte e Tupí Caldas.

12 — "A ação militar de João Manoel e o plano republicano de 1836" de Fernando Osório. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: Aurélio Pôrto e Tupí Caldas.

13 — "Geografia de Tôrres" — Introdução ao estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica" de Dante de Laitano. Relator: Fernando Osório. Vogais: Clemenciano Barnasque e Armando Azevedo.

14 — "A coberta da alma" de Manoel Fernandes Bastos. Relator: Adroaldo Mesquita. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes.

15 — "A religiosidade dos farrapos" de Fernando Osório. Relator: Eduardo Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Tupí Caldas.

16 — "A ação e propósito orgânicos dos farrapos" — Fernando Osório. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Gaston H. Mazeron.

17 — "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro" — Felix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Tupí Caldas e Othedo Rosa.

18 — "Prehistória do Rio Grande do Sul" de Aurélio Pôrto. Relator: Francisco Simch. Vogais: Tupí Caldas e Gaston Mazeron.

19 — "Nascimento de Gaspar Silveira Martins", de Má-

rio Carvalho. Relator: João Maia. Vogais: Valter Spalding e Jorge Bahlis.

20 — "A Revolução farroupilha — causas sociais, políticas e econômicas" de Manoel Duarte. Relator: Alcides Maia. Vogais: De Paranhos Antunes e Faria Correa.

21 — "O trono da Grécia, casa de Bragança e a Revolução de 1835" de J. Egon de Abreu Prates. Relator: Guerreiro Lima. Vogais: Francisco Simch e Jorge Bahlis.

22 — "A revolução farroupilha — suas causas sociais, políticas e econômicas de Henriqueta Galeno. Relator: Florêucio de Abreu. Vogais: Manoel Duarte e Armando Azevedo.

23 — "Os partidos políticos até 1889" de De Paranhos Antunes. Relator: Valter Spalding. Vogais: Manoel Faria Corrêa e De Paranhos Antunes.

24 — "Comércio, Indústrias e Agricultura" de Valter Spalding. Relator: Alcides Maia. Vogais: De Paranhos Antunes e Faria Corrêa.

25 — "Memórias relativas à criação dos correios na Província do Rio Grande do Sul" de Mário Carvalho. Relator: Gaston Mazeron. Vogais: Guerreiro Lima e João Maia.

26 — "Recursos financeiros da República de Piratiní" de Florêncio de Abreu. Relator: Francisco Simch. Vogais: Darcí Azambuja e Eduardo Duarte.

27 — "Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul" de Gabriel Mena Barreto. Relator: Gaston Mazeron. Vogais: Jorge Bahlis e De Paranhos Antunes.

28 — "Os mineiros no Rio Grande do Sul" de Rezende e Silva. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: Othelo Rosa e João Maia.

29 — "A educação primária na revolução farroupilha" de Firmiano Ramos Soares. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: De Paranhos Antunes e Eduardo Duarte.

30 — "A Expedição de Jorge Soares de Macedo" de Aurélio Pôrto. Relator: Guerreiro Lima. Vogais: Adroaldo Mesquita e Jorge Bahlis.

31 — "R. G. do Sul, Donataria dos Assecas" de Aurélio Pôrto. Relator: João Maia. Vogais: Manoelito D'Ornelas e Valter Spalding.

Discussão da tese de Setembrino Pereda

A tese do escritor uruguaio Setembrino Pereda, sôbre Pedro Vieira, foi rejeitada pelo congresso, em última discussão, com o fundamento de não ser a mesma escrita em língua nacional, como era exigido.

Teses louvadas

Os trabalhos de Dante de Laitano: "Introdução ao estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica"; de Manoel Fernandes Bastos: "Fundação da Freguesia N. S. da Conceição do Arroio" e de Cedso Schroeder: "Efemérides rio-grandenses de 1835-1845" mereceram votos de louvores das respectivas comissões relatoras, votos que foram aprovados pelos congressistas em sessões plenárias. Também foram louvados os trabalhos de Florêncio de Abreu: "Os recursos financeiros de Piratiní" e de Fernando Osório: "Ação e propósitos orgânicos dos farrapos".

O Encerramento

No dia 9, às 21 horas, foi aberta a sessão pelo sr. Leonardo Macedônia, o qual convidou para tomarem lugar à mesa os srs. Othelo Rosa, representante do Governador do Estado e dr. Cicero Peregrino, ex-reitor da Universidade do Rio de Janeiro e vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro.

Compareceram à sessão altas autoridades civís, militares e eclesiásticas, inúmeros membros do Instituto Histórico, a embaixada acadêmica paraense e uma comissão de oficiais do Tiro 4.

A sessão foi secretariada pelo dr. Eduardo Duarte e sub-secretariada pelo tenente De Paranhos Antunes e dr. Tupí Caldas.

Pelo sr. secretário foi lida a indicação do dr. Manoel Duarte para que se consultasse a casa afim de ser concedido voto de louvor ao coronel Souza Doca.

Posta em votação, foi aprovada.

O dr. Tupí Caldas, falando em nome dos congressistas, apresentou uma moção, para que fôsse concedido voto de louvor ao presidente do Congresso. Longa salva de palmas aplaudiu as palavras daquele congressista.

O dr. Leonardo Macedônia agradeceu a homenagem que lhe foi prestada.

O dr. Felix Contreiras Rodrigues pediu que fôsse prestada uma homenagem aos "Caramurús" que embora tivessem se batido por idéias opostas às dos Farroupilhas, demonstraram grande bravura e nobreza de caráter durante o decênio Farroupilha.

Aprovada por unanimidade a moção apresentada por aquele congressista, o sr. Castilhos Goycochêa apresentou também uma moção, pedindo não fôsse esquecida a figura empolgante do Duque de Caxias. Aprovada sob aplausos gerais do congresso, o sr. presidente faz rápidas referências à pessoa inconfundivel do "Pacificador", pedindo aos congressistas que se levantassem, numa homenagem sincera ao Duque de Caxias.

A seguir é procedida a leitura do

Relatório do primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul

Exmo. Sr. Dr. Leonardo Macedônia, M. D. Presidente efetivo do Congresso.

Como primeira reünião de estudiosos das coisas históricas e geográficas da terra amada, o primeiro congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul excedeu às espectativas razoáveis, pois demonstrou a existência de cultores do nosso passado e de estudiosos dos problemas gerais da nossa econômia e finanças.

O trabalho foi intenso e sempre realizado com vontade de acertar; nestes nove dias — desde 30 de setembro a 9 de outubro — foram realizadas trinta e seis sessões, em que os senhores congressistas estudaram e discutiram as teses e memórias apresentadas. Assim, no dia 30 de setembro,

foi realizada a última "sessão preparatória", com o objetivo da organização da "lista dos senhores congressistas", e "verificação da presença dos mesmos", bem como da relação das teses e memórias apresentadas e distribuïção pelas comissões de pareceres (art. 7.º do Regimento do Congresso).

No dia 1.º de outubro, no salão nobre da Biblioteca Pública, teve lugar a solene sessão de instalação do Congresso, sendo a solenidade assistida pelas altas autoridades federais, estaduais, municipais, eclesiásticas, bem como por regular número de intelectuais e exmas. famílias.

Às 21 horas, o presidente efetivo, exmo. sr. professor dr. Leonardo Macedônia, deu por aberta a sessão convidando o senhor general Parga Rodrigues, comandante da 3.ª Região Militar e 3.ª Divisão do Exército, o professor Othelo Rosa, secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o professor dr. Adroaldo Mesquita da Costa, deputado estadual e orador do Instituto, para fazerem parte da mesa.

O exmo. sr. prof. Othelo Rosa, representava também o exmo. sr. General José Antônio Flores da Cunha, governador do Estado. Logo a seguir o professor dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, procedeu à leitura do expediente, que constou de vasta correspondência das várias entidades congêneres, no país, aderindo ao Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul.

Falou, após o prof. dr. Leonardo Macedônia, presidente do Congresso, para dizer o discurso oficial de abertura, afirmando que o "Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, instalado por iniciativa do Instituto, convencerá mais uma vez o Brasil, da superioridade e da nobreza dos intuitos dos Farroupilhas, e do muito que êles fizeram no glorioso decênio pela grandeza do Rio Grande do Sul, e pela integridade e felicidade do nosso amado Brasil".

Pelo exmo. sr. secretário perpétuo foi, então, após serenadas as palmas que cobriram as últimas palavras do exmo. sr. presidente, lida a relação das teses apresentadas ao Congresso, sendo as mesmas entregues aos respectivos relatores (art. 7.º do Regimento do Congresso).

Nos dias 2, 3, 4 e 5 de outubro foram realizadas 32 ses-

sões das diversas comissões de pareceres, sendo estudadas e discutidas as teses e memórias apresentadas e redigidos os respectivos pareceres. Essas sessões tiveram lugar na sede do Instituto, no Museu Júlio de Castilhos, e foram realizadas com horário das 8 às 12 horas, e das 14 às 18 horas.

Nos dias 7 e 8, no salão nobre da Biblioteca Pública, realizaram-se as "sessões plenárias de discussões dos pareceres", sôbre as 32 teses apresentadas, despertando o mais vivo interêsse entre todos os congressistas presentes. Nas sessões plenárias, durante a hora do expediente, foram apresentadas as seguintes moções :

a) moção de agradecimento ao "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, pelo muito que tem feito com a divulgação, nas suas colunas, dos trabalhos sôbre a epopéia farroupilha, assinada pelos congressistas Valter Spalding, Aurélio Pôrto e Eduardo Duarte ;

b) moção de agradecimento à imprensa brasileira, representada na Associação Brasileira de Imprensa, em agradecimento às edições comemorativas do Centenário da Grande Revolução Sul-Rio-grandense, assinada pelo congressista Aurélio Pôrto ;

c) moção de aplauso ao secretário-perpétuo, dr. Eduardo Duarte, pela orientação dada aos trabalhos da secretaria do Congresso e pela constante e eficaz ação coordenadora no ambiente social dos estudiosos da história pátria, assinada pelo congressista Manoelito D'Ornelas ;

d) moção de aplausos ao sr. Aurélio Pôrto, pelo muito que realizou nas investigações, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e pelos magníficos trabalhos apresentados, assinada pelo congressista dr. Dante de Laitano.

Todas as moções apresentadas, foram aprovadas com aplausos unânimes dos srs. Congressistas.

A relação das teses, acompanhadas dos respectivos pareceres, aprovados nas sessões plenárias de 7 e 8 do corrente, consta das atas do Congresso, lançadas no livro de Atas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como foi publicada na imprensa diária da cidade de Pôrto Alegre, em outros periódicos do país e do exterior.

Na sessão plenária do dia 9 de outubro, foram lidos os pareceres sôbre as teses seguintes: "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro" de autoria do dr. Felix Contreiras Rodrigues; "A Revolução Farroupilha, suas causas sociais, políticas e economicas", de autoria do dr. Manoel Duarte, e "A Memória apresentada ao Congresso" pela exma. senhora dra. Henriqueta G. Galeno sôbre a "História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul".

As sessões das diversas comissões tiveram caráter reservado (art. 9.º do Regimento do Congresso) e as diversas sessões plenárias foram públicas e assistidas pelas pessoas interessadas no estudo de assuntos nelas tratados. É justo, que, no instante do encerramento dêste congresso, na hora da partida de cada um para sua mesa de trabalho, modesta ou opulenta, proxima ou longínqua, juntos ainda, voltemos os olhos para o caminho palmilhado e exultemos sem vaidades pelo que de útil resultou dêsse congresso, como trabalho sincero e bom tributo às tradições gloriosas do Rio Grande do Sul e da nação brasileira". (assinado) J. Tupí Caldas, subsecretário.

O brilhante discurso do dr. Leonardo Macedônia

O presidente do congresso pronunciou a seguinte oração de encerramento :

"Minhas senhoras — Meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul encerra hoje o 1.º Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, reünido em 1.º de outubro de 1935, para comemorar o 1.º Centenário da Revolução Farroupilha.

Em boa hora foi deliberada por êste sodalício a reünlão dêste Congresso.

Os membros do Instituto tiveram ensêjo de contribuir com o fruto de vigílias estudiosas, para o maior brilho das comemorações realizadas no Rio Grande do Sul, em louvor da obra dos nossos antepassados, que fizeram a Revolução Farroupilha.

E os estudiosos da História Sul-Rio-Grandense, também tiveram oportunidade de intervir na comemoração, com os belos trabalhos de elucidação histórica, que tanto lustre trouxeram às reüniões plenárias do Congresso que hoje vamos encerrar.

Uns e outros apresentaram ao Congresso Teses e Memórias sôbre os temas indicados nas cinco secções em que foi distribuido o programa elaborado pela comissão especial constituída pelos nossos eminentes confrades, os srs. João Maia, Othelo Rosa e Darcí Azambuja.

Das 32 teses e Memórias estudadas pelas Comissões especiais, teem notável relêvo as que dizem respeito à Formação do Rio Grande do Sul, no tríplice aspecto; geográfico, étnico e social, sendo dignos de merecido louvor os magistrais trabalhos assinados pelos srs. Aurélio Pôrto, João Maia e Felix Rodrigues, sôbre a Formação do Rio Grande do Sul, sôbre os Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul, e sôbre a Formação social e psicológica do Gaúcho brasileiro.

Assim, estamos todos de parabens, nós os do Instituto, com o êxito muitíssimo brilhante do Congresso aquí realizado.

Isso constitue para nós, um prêmio muito justo, e um galardão muito apreciável dos esforços despendidos com a convocação, a organização, a propaganda e a reünião do magnífico Congresso, cujos resultados nos enchem de legítima satisfação.

Meus senhores.

A comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha, promovida nesta capital pelo honrado Govêrno do Estado, foi magnífica e honrou sobremodo a memória dos riograndenses que de 1835 a 1845 deram suas vidas e verteram seu sangue em defesa da Liberdade e dos Direitos do Rio Grande do Sul, e em favor da implantação de um melhor regime político para todo o Brasil.

Essa comemoração estendeu-se por todos os ângulos do Continente de São Pedro.

Triunfo, o berço do imortal Bento Gonçalves, erigiu em sua praça principal um expressivo monumento em honra do valoroso Presidente da República de Piratiní.

Livramento, em cujo território está situada a estância de São Gregório, onde viveu, os derradeiros anos de sua existência, onde passou à vida subjetiva, e onde descansou no seio amoroso da terra patrícia o bravo David Canabarro, general da República Rio-Grandense, exumou os despojos mortais do denodado campeão da Liberdade, e fê-los recolher à base do monumento inaugurado em 20 de setembro último, na praça mais importante da cidade, para assim celebrar a glória dos imortais Farroupilhas.

Caxias, a pérola das colônias; Pelotas, a Princesa do Sul; Rio Pardo, berço de Andrade Neves e de Araújo Pôrto Alegre; Cachoeira, onde viveu e tràgicamente se extinguiu o valoroso diplomata da República, Antônio Vicente da Fontoura; Caçapava, uma das capitais da República de Piratiní; celebraram o glorioso Centenário, inaugurando monumentos destinados a recordar a glória, os serviços e a benemerência dos bravos e destemerosos Farroupilhas.

Pôrto Alegre, a nossa linda e progressista cidade teve a fortuna de deslumbrar o Rio Grande, o Brasil e os nossos estimáveis vizinhos das Repúblicas do Prata, com essa admirável Exposição Farroupilha, instalada na Várzea, maravilhosa parada do nosso trabalho e progresso, em todos os departamentos de atividade, nas Indústrias, nas Artes, nas Letras e na Ciência.

A inesquecível demonstração de progresso rio-grandense proporcionada por essa Exposição teve a secundá-la a prova de cultura intelectual, magnífica, da imprensa do nosso Estado, nas edições comemorativas do Centenário, todas elas atestando o valor e a pujança do jornalismo em terra do Rio Grande do Sul.

Os estabelecimentos de Ensino Superior, que tanto honram a nossa terra, também contribuíram nessa afirmação do desenvolvimento intelectual, conferindo grau aos alunos que êste ano concluíram seus estudos acadêmicos.

Antes dessa solenidade, verificada no curso de setembro, a Federação Acadêmica promoveu, em agôsto, uma linda série de belas conferências sôbre o movimento Farroupilha, que foi apreciado em seus múltiplos aspectos pelos melhores

e mais notáveis cultores da História da grande epopéia de 1835 a 1845.

O brilhante sodalício que é a Academia Rio-Grandense de Letras, deu magnífica contribuïção para a celebração da glória dos Farrapos, em sessões memoráveis, que causaram o enlêvo dos que tiveram a fortuna de assistí-las.

A nobre Assembléia Legislativa do Estado realizou sessão solene, em louvor da obra revolucionária de 1835 a 1845, e dois dignos deputados exaltaram a obra magnífica, apontando ao reconhecimento da geração hodierna os vultos imortais dos denodados varões, que conceberam e executaram o plano gerador da República de Piratiní.

As ilustradas corporações científicas, Sociedade de Medicina e Sociedade de Engenharia intervieram na comemoração, com as belas sessões em que os seus oradores apreciaram a obra dos bravos Farroupilhas.

E o Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, notável corporação que reüne em seu grêmio os estudiosos do Direito, tomou parte saliente nas cerimônias de setembro, com a bela sessão solene em que os seus oradores louvaram e exaltaram a obra dos nossos maiores, atores do drama revolucionário que imortalizou os nomes de Bento Gonçalves, de Neto e de Canabarro, e exalçou a bravura indômita do Gaúcho, que para êle contribuiu com o espírito de sacrifício e de renúncia, por amor do pago e da Liberdade.

Toda essa obra, maravilhosa e bela, da cultura intelectual rio-grandense teve o remate, necessário e decisivo, neste Congresso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Associação que reúne e congrega homens amantes da sua terra, estudiosos da sua história, empenhados em investigar e pôr em relêvo os episórios gloriosos dessa história, o Instituto tinha o dever, de promover a reünião de um Congresso, capaz de atestar o valor intelectual dos homens do Rio Grande, no trato dos assuntos que fazem objeto do seu programa de estudos, e que fôsse um monumento erguido à glória dos Farroupilhas.

Compenetrado da importância e das vantagens de tal

cometimento, o Instituto não vacilou um instante siquer. Organizou o programa do Congresso, fixou-lhe o regulamento, e fez a propaganda da memorável assembléia, logo recebida com simpatia, pelos estudiosos da História sul-rio-grandense, dentro e fora do nosso Estado.

E tivemos, nós os do Instituto, a grande honra e satisfação de realizar as sessões solenes, de instalação, e a de hoje, de encerramento do Congresso, após as sessões plenárias, em que tivemos o prazer de assistir um torneio intelectual em que tomaram parte os mais festejados homens de letras, com assento no Congresso.

Essa foi, meus senhores, a contribuïção do Instituto para a majestosa comemoração do Centenário Farroupilha, e ela ficará perpetuada, em breve prazo, e para glória da nossa geração, nos anais destinados a levar ao conhecimento de todo o Brasil a obra realizada por êste Congresso.

Meus senhores.

O Império Romano do Ocidente foi uma formidável construção política, de grandiosas proporções, sôbre uma vasta face do planeta. Roma foi, então o centro do Império e cabeça do Universo.

Também a França, que teve a obra da Grande Revolução, a imprimir uma nova feição a todo o Mundo, com a declaração dos direitos do homem ; a França, que conheceu o Diretório, o Consulado e o Império, teve as suas fronteiras dilatadas, mercê do gênio de Bonaparte, que passeou por todos os ângulos da Europa as suas Águias vitoriosas.

Pois bem. O Império Romano do Ocidente ruiu por terra, fragorosamente, e extinguiu-se, para ser hoje únicamente uma reminiscência histórica, de uma época gloriosa, em que a cidade eterna, Roma, foi o centro e a cabeça do Universo.

Também a maravilhosa construção política, ideada e realizada pelo gênio do grande Corso, esboroou-se, e acabou em 1815, com o desastre de Waterloo.

Sobrevivem entretanto, e até hoje deslumbram toda a Humanidade, as obras da inteligência, muito mais notáveis que as conquistas militares de Roma e de França, muito su-

periores a todos os produtos do engenho humano, destinados a uma vida de duração precária.

Sobrevivem, são lidos, louvados e estimados, os dois livros que recordam toda essa passada grandeza, de Roma, e da França dirigida pelo grande Bonaparte: O Corpus Juris Civilis, monumento imperecível do gênio dos jurisconsultos romanos, e o Código Civil Francês, que o próprio Bonaparte dizia ser a obra que lhe perpetuaria o nome, e que de fato foi chamado o Código Napoleônico.

Sinceramente, e sem falsa vaidade, sinto que o mesmo vai suceder com êste Congresso.

A comemoração Farroupilha, óra realizada em Pôrto Alegre, será encerrada em breve prazo. As brilhantíssimas iluminações, que dão ao recinto da Exposição um aspecto grandioso, as festas venezianas, os bailes de gala, os banquetes, as recepções, e todas as festas que estão a encantar a nossa sociedade, serão em breve prazo uma agrádavel recordação de noites e de dias plenos de alegria e de deslumbramento.

Mas as sessões dêste Congresso, atestado certo e positivo da vida e do trabalho intelectual da geração hodierna, perpetuadas com as teses e memórias nas páginas dos Anais, constituirão, sem a menor dúvida, um monumento digno da glório farroupilha que aquí estamos a comemorar.

Assim, podemos dizer, com legítima ufania, que a obra dêste Congresso será de duração perene, e não será jamais esquecida.

Podemos repetir com o poeta o verso famoso:

"Exegi monumentum aere perennius".

Meus senhores.

É tempo de concluir :

Todos de pé, com a maior veneração pelos nossos antepassados, os heróicos farroupilhas; com o mais enternecido reconhecimento pela obra por êles realizada; mas também, com a maior admiração e entusiasmo pela nossa gente, que agora em 1935 tão dignamente comemora a grande Revolução, e trabalha, e progride, dentro do Brasil, íntegro; nobre e fecundo, em demanda de seus portentosos destinos; brademos com a fé e com o ardor das grandes convicções :

"Glória aos heróicos farroupilhas.

Viva o Rio Grande do Sul, a nossa terra bem amada.

Viva o Brasil, a nossa grande pátria muito amada.

Disse.

Entusiasticos aplausos acolheram as últimas palavras do dr. Leonardo Macedônia.

Após, o sr. presidente deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso.

Falam vários oradores

Tomou a palavra o dr. Eduardo Duarte, que pede conste em ata os aplausos do Congresso aos sub-secretários que o auxiliaram nos trabalhos do Congresso, agradecendo a moção de louvor que lhe foi dirigida.

Saúda o dr. Cícero Peregrino, dizendo da honra que sentia o Congresso com sua presença. Dirige também uma saüdação aos academicos paraenses.

O dr. Cícero Peregrino, em rápidas palavras, agradeceu a saüdação que lhe foi dirigida, saüdando o Congresso em nome do Instituto Histórico Brasileiro e felicita-o pelo êxito alcançado.

A seguir falou o acadêmico Herminio Pessoa que em nome da embaixada paraense, agradeceu o convite do Congresso e a gentil acolhida que lhes foi dispensada.

Numa linguagem cheia de poesia, própria dos nortistas, fala do Pará.

Depois faz elogios aos gaúchos, citando Plácido de Castro, o gaúcho que defendeu o Norte.

Longos aplausos acolheram as últimas palavras do orador.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

ATAS DAS SESSÕES REFERENTES AO CONGRESSO

Ata da I sessão

Aos trinta dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, no Museu Júlio de Castilhos, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de inúmeras peças atinentes ao Congresso, entre as quais a solicitação que faz o dr. Mário Teixeira de Carvalho para sua inscrição pessoal, ao Congresso e como delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi deferido. O senhor Artur de Abreu Prates, descendente do barão de Cerro Largo, em carta, ofereceu ao Instituto a tela à óleo, desta grande figura histórica, que está exposta no Pavilhão Cultural. Passando-se à ordem do dia, que é a organização do programa do Congresso, a secretaria apresenta a relação das teses e sua distribuïção pelas diversas comissões. Antes, porém, comunica o secretário ter convidado os nossos confrades senhores Tupí Caldas e De Paranhos Antunes para auxiliares dêste trabalho. A assembléia ratifica o convite e nomeia sub-secretários os referidos consócios. **Relação das teses e respectivas comissões.** I Secção: 1) Manuel E. Fernandes Bastos. "A fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio". Relator: Doutor Manuel Duarte. Membros: Aurélio Pôrto e dr. Félix Contreiras Rodrigues. 2) J. O. Pinto Soares. "Memórias Históricas e Co-

mentários". Relator: Manuel de Faria Corrêa. Membros: Doutor Fernando Luiz Osório e Professor Afonso Guerreiro Lima. 3) Manuel E. Fernandes Bastos. "A coberta da alma". Relator: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Membros: Dr. Eduardo Duarte e tenente De Paranhos Antunes. 4) J. Resende e Silva. "Os mineiros no Rio-Grande-do-Sul". Relator: Dr. Armando Dias de Azevedo. Membros: Valter Spalding e Gaston Hasslocher Mazeron. 5) Dr. Fernando Osório. "A Religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos". Relator: Dr. Eduardo Duarte. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Professor Jací Tupí Caldas. 6) Dante de Laitano. "Introdução ao estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica". Relotor: Dr. Fernando Osório. Membros: Clemenciano Barnasque e Armando Dias de Azevedo. 7) Dr. Fernando Osório. "A Ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos". Relator: Dr. Manuel Duarte. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Gaston H. Mazeron. 8) Aurélio Pôrto. "Os primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul". Relator: Dr. Fernando Osório. Membros: Professor Tupí Caldas e Dr. Félix Contreiras Rodrigues. 9) Dr. Félix Contreiras Rodrigues. "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Prof. Tupí Caldas e Othelo Rosa. 10) Aurélio Pôrto. "Pre-história do Rio-Grande-do-Sul". Relator: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Membros: Prof. J. Tupí Caldas e Gaston H. Mazeron. 11) Dr. Mário Teixeira de Carvalho. "O nascimento de Gaspar Silveira Martins". Relator: Dr. João Maia. Membros: Profs. Valter Spalding e Jorge Bahlis. 12) Dr. João Maia. "A Formação do Rio-Grande-do-Sul". Relator: Manoelito de Ornelas. Membros: Dr. Manuel Duarte e Prof. J. Tupí Caldas. **II Secção.** 1) Dr. Manuel Duarte. "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Dr. Félix Contreiras Rodrigues. Membros: Othelo Rosa e Dr. João Maia. 2) J. Egon de Abreu Prates. "O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835". Relator: Prof. Afonso Guerreiro Lima. Membros: Dr. Francisco Rodolfo Simch e Prof. Jorge Bahlis. 3) Dra. Henriqueta G. Galeno. "A Revoluão Farroupilha. Suas Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Desembargador Florêncio de Abreu. Membros: Dr. Manuel Duar-

te e Dr. Armando Dias de Azevedo. 4) Tenente De Paranhos Antunes. "Os Partidos políticos até 1889". Relator: Valter Spalding. Membros: Dr. Fernando Osório e Dr. Darcí Azambuja. 5) Dr. Fernando Osório. "O Farrapo Pedro Vieira (Perico el bailarin) e seu americanismo". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Dr. Félix Contreiras Rodrigues e Prof. A. Guerreiro Lima. 6) Setembrino A. Pereda. "Rasgos biográficos de Pedro José Vieira". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Dr. Eduardo Duarte e Tenente De Paranhos Antunes. 7) Castilhos de Goycochêa. "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Manoelito de Ornelas. Membros: Prof. A. Guerreiro Lima e Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. 8) Dr. Leopoldo de Freitas. "Gaspar Silveira Martins". Relator: Tenente De Paranhos Antunes. Membros: Drs. Manuel Duarte e Félix Contreiras Rodrigues. **III Secção.** 1) Osório Tuiutí de Oliveira Freitas. "A invasão de São-Borja". Relator: Tenente De Paranhos Antunes. Membros: Profs. Tupí Caldas e Valter Spalding. 2) Dr. Fernando Osório. "A ação militar de João Manuel e o plano republicano de 1836". Relator: Dr. Contreiras Rodrigues. Membros: Aurélio Pôrto e Prof. Tupí Caldas. 3) Celso Schröder. "Efemérides Rio-Grandenses — 1835-1845". Relator: Prof. Valter Spalding. Membros: J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque. **IV Secção.** 1) Valter Spalding "Comércio, indústria e agricultura". Relator: Dr. Alcides Maia. Membros: Coronel Manuel de Faria Corrêa e Tenente De Paranhos Antunes. 2) Dr. Mário Teixeira de Carvalho. "Memória relativa à criação dos Correios na Província-do-Rio-Grande-do-Sul". Relator: Gaston H. Mazeron. Membros: Dr. João Maia e Prof. Guerreiro Lima. 3) Desembargador Florêncio de Abreu. "Recursos financeiros da República de Piratiní". Relator: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Membros: Drs. Eduardo Duarte e Darcí Azambuja. 4) Capitão Gabriel Mena Barreto. "Aspectos econômicos do Rio-Grande-do-Sul". Relator: Gaston H. Mazeron. Membros: Tenente De Paranhos Antunes e Prof. Jorge Bahlis. 5) Dr. Félix Contreiras Rodrigues. "O Fenômeno econômico na Revolução Farroupilha". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Valter Spalding e J. O. Pinto Soares. **V Secção.** 1) Alcides Sodré. "Jobim, sua vida e seu tempo". Relator: Prof. Jocí Tupí Caldas. Membros: Tenente

De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque. **Ordem dos trabalhos.** Dia 1.º de outubro: instalação do Congresso. Dias dois a cinco: reünião das comissões. Dias sete e oito: sessões plenárias para discussão e aprovação dos pareceres. Dia nove: sessão de encerramento. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da II sessão

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e uma horas, no salão de honra da Biblioteca Pública, presente elevado número de pessoas, entre as quais o exmo. snr. general Parga Rodrigues, comandante da Região, snr. Othelo Rosa, secretário da Educação e Saúde Pública, representando o exmo. snr. General Governador do Estado, doutores Favorino Mércio, Hildebrando Westhfalen e Adroaldo Mesquita da Costa, representantes da Assembléia Legislativa, cônego José Alberto Colling, representante do snr. Arcebispo Metropolitano, Familias, e consócios efetivos e correspondentes presentemente na capital, o senhor Leonardo Macedônia, assmindo a presidência, declarou aberta a sessão. O expediente, que foi lido, constou de inúmeras peças, entre as quais representações das seguintes associações: Instituto Histórico do Rio-de-Janeiro, Salão Juvenal Galeno, de Fortaleza, Academia Carioca de Letras, Círculo dos Amigos de Marden, de Muquí (Espírito Santo), Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto D. Bosco, de Fortaleza, e grande número de pessoas que aderiram ao Congresso. O senhor presidente usa, então, da palavra e profere o seu discurso de instalação do Primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense, importante peça na qual, em ligeiros traços, estuda a Grande Revolução, cujo centenário está sendo condignamente celebrado e motiva a convocação dêste Congresso. O discurso do senhor pre-

sidente foi por vezes interrompido pelos aplausos da assistência, o que bem demonstrou o agrado com que foi recebido. O secretário faz, em seguida, a leitura da relação das teses apresentadas e respectivas comissões, havendo acréscimo de mais duas, que são: **Secção I.** Aurélio Pôrto. "A Expedição de Jorge Soares de Macedo". Relator: Prof. Afonso Guerreiro Lima. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Prof. Jorge Bahlis. Do mesmo autor: "Rio-Grande-do-Sul. Donataria dos Assecas". Relator: Dr. João Maia. Membros: Manoelito de Ornelas e Professor Valter Spalding. E' feita, igualmente, a leitura da ordem dos trabalhos do Congresso. E nada mais havendo, o senhor presidente agradece a comparência dos presentes, e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da III sessão

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, na sala de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e mais os congressistas e outras pessoas estranhas porém interessadas nos trabalhos do Congresso, o senhor Leonardo Macedônia, asumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Informou, em seguida, o senhor presidente, que, de conformidade com o programa estabelecido, iniciar-se-ia, nesta sessão, a leitura e discussão dos pareceres das respectivas comissões, apresentadas às teses do Congresso de História que se está realizando. Feita a leitura do expediente, constou êste de uma moção assinada pelos senhores pediente, constou êste de uma moção assinada pelos senhores Aurélio Pôrto, Valter Spalding e Eduardo Duarte, no sentido de que fôsse enviado ao "Jornal do Comércio", dirigido pelo ministro dr. Félix Pacheco, o agradecimento do Congresso pelos rele-

vantes serviços prestados às comemorações farroupilhas, pelo grande órgão da imprensa brasileira. Pelo nosso consócio senhor Eduardo Duarte foi proposto que se enviasse ao referido ministro Pacheco um exemplar da medalha comemorativa do centenário, como demonstração do apreço do Instituto àquele jornalista. Pedindo a palavra o senhor Aurélio Pôrto, solicitou que fôsse enviado à Associação Brasileira de Imprensa um ofício de agradecimento, no mesmo sentido. Postas em discussão estas propostas, foram unânimemente aprovadas. A seguir teve início, em plenário, a discussão das seguintes teses, já instruídas dos respectivos pareceres: 1) "Primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul", de autoria do senhor Aurélio Pôrto. Relator: Fernando Luis Osório. Vogais: Félix Contreiras Rodrigues e Tupí Caldas. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 2) "O fenômeno econômico na Revolução dos Farrapos", do senhor Félix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Valter Spalding e J. O. Pinto Soares. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. 3) "Jobim, sua vida e seu tempo", do senhor Alcindo Sodré. Relator: Tupí Caldas. Vogais: De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque. Lido e pôsto em discussão, o parecer foi aprovado. 4) "Rasgos biográficos de Pedro José Vieira", do senhor Setembrino Pereda. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Pôsto em discussão êsse parecer o senhor Fernando Osório pediu que fôsse lido um determinado trecho da tese em questão, o que foi feito, pedindo o senhor Osório que constasse na ata a sua declaração de voto, o que justificou em sessão. Propôs a rejeição do trabalho tomando como base que nenhum historiador uruguaio aceitaria a pessoa de Pedro José Vieira como um caudilhete de Artigas. O senhor Contreiras Rodrigues pede que seja adiada a discussão em vista de muitos congressistas não conhecerem a tese em questão, o que foi concedido pelo presidente. 5) "O farrapo Pedro José Vieira e seu americanismo", pelo senhor Fernando Luiz Osório. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Guerreiro Lima e Félix Contreiras Rodrigues. Pôsto em discussão o parecer, o autor da tese faz vários esclarecimentos concernentes a seu trabalho. Encerrada a discussão, foi aprovado o parecer. 6) "Efemérides Rio-

Grandenses, 1835-1845", do senhor Celso Schröder. Relator: Valter Spalding. Vogais: J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque. Lido o parecer, que pedia fôsse concedido um voto de louvor a êsse trabalho, foi inciada a discussão pelo senhor Félix Contreiras Rodrigues, que não concordou com êsse voto dizendo não haver razão para tal. O relator explica, então, os motivos que o levaram a pedir o referido voto. Pôsto em votação foi aprovado o parecer. 7) "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas", pelo senhor Castilhos de Goycochêa. Relator: Manoelito de Ornelas. Vogais: Guerreiro Lima e Adroaldo Mesquita da Costa. Lido e pôsto em discussão, o parecer foi aprovado. 8) "Invasão de São-Borja", pelo senhor Osório Tuiutí de Oliveira Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Valter Spalding e Tupí Caldas. O parecer, lido e pôsto em discussão foi aprovado. 9) "Memórias Históricas e Comentários", pelo senhor J. O. Pinto Soares. Relator: M. Faria orrêa. Vogais: Fernando Osório e Guerreiro Lima. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 10) "Gaspar Silveira Martins", pelo senhor Leopoldo Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Manuel Duarte e Félix ontreiras Rodrigues. Lido o parecer, foi pôsto em discussão e aprovado. 11) "A fundação da Freguesia de N. S. Conceição do Arroio", pelo senhor Manuel Fernandes Bastos. Relator: Manuel Duarte. Vogais: Aurélio Pôrto e Félix Contreiras Rodrigues. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. 12) "Formação do Rio-Grande-do-Sul", pelo senhor João Maia. Relator: Manoelito de Ornelas. Vogais: Manuel Duarte e Tupí Caldas. Lido e pôsto em dicussão, o parecer foi aprovado. 13) "A ação militar de João Manuel e o plano republicano de 1836", pelo senhor Fernando Osório. Relator: Félix Contreiras Rodrigues. Vogais: Aurélio Pôrto e Tupí Caldas. Depois de rápida discussão, o parecer foi aprovado. 14) "Introdução ao estudo do presídio das Tôrres e sua evolução histórica", pelo senhor Dante de Laitano. Relator: Fernando Osório. Vogais: Armando de Azevedo e Clemenciano aBrnasque. Lido o parecer que pedia um voto de aplauso, foi aprovado. O senhor presidente faz o resumo dos trabalhos da presente sessão e declara que a tese do senhor Setembrino Pereda entrará novamente em discus-

são na próxima sessão plenária, marcada para o dia seguinte. E nada amis havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata. Em tempo: o senhor Adroaldo pede a palavra e diz estranhar o tratamento de ministro ao senhor Félix Pacheco, quando, sabe-se, o referido senhor deixou de exercer aquelas funções. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da IV sessão

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, congressistas e várias outras pessoas, o senhor presidente, assumindo a direção dos trabalhos, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente que constou de um telegrama do barão de Studart, do Ceará, fazendo-se representar nas comemorações farroupilhas pelo senador Valdemar Falcão e êste delegando poderes aos desembargador Florêncio de Abreu para fazer a representação de ambos. O senhor Leonardo Macedônia declara que nesta segunda e última sessão plenária do Congresso de História vai continuar a discussão das teses e respectivos pareceres. O senhor Manoelito de Ornelas, pedindo a palavra, disse o seguinte: "Pelos relevantes serviços prestados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul pelo seu secretário perpétuo senhor Eduardo Duarte, ao Primeiro Congresso de História ora reünido, e como um grande animador da mocidade que se vai orientando no estudo da história regional, proponho que ao referido secretário se lance em ata um voto de alto louvor." O senhor presidente declara que a proposta não entra em discussão em vista dos calorosos

aplausos com que foi recebida pelos presentes, o que eqüivale à sua aprovação. O congressista senhor Dante de Laitano propõe, igualmente, um voto de louvor ao nosso confrade senhor Aurélio Pôrto pelos excelentes trabalhos publicados sôbre a Revolução Farroupilha, preciosos subsídios pesquisados nos arquivos do Rio-de-Janeiro. A assistência confirmou e aprovou a propota com uma salva de palmas. Passando-se à leitura dos pareceres e sua discussão, o senhor presidente apresenta uma tese do senhor Fermiano Soares, recebida fora do prazo, e consulta à casa si deve a mesma ser aceita em plenário. Havendo confirmação, entra em discussão essa tese, que é a seguinte: 15) "A Instrução Primária na República Farroupilha", pelo senhor Fermiano Ramos Soares. Relator: Félix Contreiras Rodrigues. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 16) "Aspectos Econômicos do Rio-Grande-do-Sul", pelo senhor Capitão Gabriel Mena Barreto. Relator: Gaston Hasslocher Mazeron. Vogais: De Paranhos Antunes e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 17) "A expedição de Jorge Soares de Macedo", pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: Afonso Guerreiro Lima. Vogais: Adroaldo Mesquita da Costa e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 18) "O nascimento de Gaspar Silveira Martins", pelo sr. Mário Teixeira de Carvalho. Relator: João Maia. Vogais: Valter Spalding e Jorge Bahlis. Lido o parecer psto em discussão foi aprovado.ô 19) "O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835", pelo senhor J. Egon d'Abreu Prates. Relator: Afonso Guerreiro Lima. Vogais: Francisco Rodolfo Simch e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 20) "Rio-Grande-do-Sul. A donataria dos Assecas", pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: João Maia. Vogais: Valter Spalding e Manoelito de Ornelas. Lido o parecer e pôsto em discussão, pede a palavra o senhor Manoelito de Ornelas e justifica o seu voto com restrição. O senhor Contreiras pede ao autor da tese uma suscinta exposição da mesma. Dada palavra ao senhor Aurélio Pôrto, êste durante dez minutos faz a exposição, em traços gerais, do seu trabalho, mostrando que o Rio-Grande-do-Sul foi, efetivamente, uma donataria dos Assecas. O senhor Tupí Caldas, usando da palavra, elogia a tese, classifi-

cando-a valioso subsídio à história do Rio-Grande-do-Sul e aduz considerações em tôrno do povoamento luso no Rio-Grande. Encerrada a discussão e pôsto a votos, foi o parecer aprovado. 21) "A coberta da alma", pelo senhor Manuel Fernandes Bastos. Relator: Adroaldo Mesquita da Costa. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 22) "Comércio, indústria e agricultura", pelo senhor Valter Spalding. Relator: Alcides Maia. Vogais: Manuel Faria Corrêa e De Paranhos Antunes. Pôsto em discussão foi o parecer aprovado. 23) "Recursos financeiros da República de Piratiní", pelo senhor Florêncio de Abreu. Relator: Adroaldo Mesquita da Costa. Vogais: Manuel Duarte e Jací Caldas. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. O senhor Eduardo Duarte pede a palavra e propõe um voto de alto louvor ao senhor Florêncio de Abreu pelo magnífico trabalho apresentado, o que pôsto em votação, foi aprovado. 24) "Memória relativa à criação dos correios na Província-do-Rio-Grande-do-Sul", pelo sr. Mário Teixeira de Carvalho. Relator: Gaston Hasslocher Mazeron. Vogais: João Maia e Afonso Guerreiro Lima. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 25) "Os partidos políticos até 1889", pelo tenente De Paranhos Antunes. Relator: Valter Spalding. Vogais: Clemenciano Barnasque e Fernando Luiz Osório. Lido o parecer, foi aprovado, tendo o senhor Valter Spalding explicado a razão porque, em seu parecer, não citou o trabalho do dr. Joaquim Osório, sôbre Partidos Políticos, segundo restrição feita ao parecer pelo senhor Fernando Osório. 26) "Pre-história do Rio-Grande-do-Sul", pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: Jorge Bahlis. Vogais: Tupí Caldas e Gaston Mazeron. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 27) "Os mineiros no Rio-Grande-do-Sul", pelo senhor J. Rezende Silva. Relator: Armando de Azevedo. Vogais: Valter Spalding e Gaston Mazeron. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 28) "A ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos", pelo senhor Fernando Osório. Relator: Manuel Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Gaston Mazeron. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 29) "A religiosidade e o propósito dos Farrapos", pelo senhor Fernando Osório. Relator: Eduardo Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Tupí Caldas. Lido o parecer, com o voto de restrição do senhor

Adroaldo Mesquita, que do seu voto fez uma justificação verbal, foi o parecer aprovado. O senhor presidente declara que vai submeter à discussão a tese do senhor Setembrino Pereda, discussão que ficara adiada a pedido do senhor Contreiras. Abertos os debates, usam da palavra os senhores Contreiras, Aurélio Pôrto, Fernando Osório, Manuel Duarte e Othelo Rosa. Diversos trechos da tese foram lidos a pedido de vários congressistas em tôrno dos quais foram feitos diversos comentários. O senhor Othelo, concordando com o senhor Osório opina pela repulsa da tese visto a mesma conter frases aviltantes ao Rio-Grande-do-Sul e a uma das figuras da sua legenda, que foi Pedro José Vieira. Referiu-se, igualmente, aos sentimentos de aproximação dos países sul-americanos assunto ainda cogitado, ùltimamente, com o convênio estabelecido com a Republica Argentina. O senhor Manuel Duarte, invocando a disposição do art. 10.º, do Regulamento do Congresso, requer que, preliminarmente, não seja a tese aceita visto não estar redigida na língua vernácula. O senhor presidente, deferindo o requerido, põe a votos, sendo a preliminar aprovada por maioria de votos. O senhor Othelo, que votou contra, justificou o seu voto, dizendo que a resolução tomada eqüivalia a um recuo do Congresso, pois que a tese do senhor Pereda chegara até o plenário, instruída do respectivo parecer. O senhor presidente dá por encerrada a sessão, ficando três teses para serem discutidas na primeira hora da próxima sessão, sendo, em seguida, feito o encerramento do Congresso. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da V sessão

Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e uma horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, altas autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, exmas. familias e elevado número de cavalheiros, o

senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão, e disse que se ia proceder à leitura e discussão dos pareceres referentes às três teses que, por motivo supervenientes, não haviam entrado em plenário na passada sessão. Pelo secretário foi lido, a seguir, o parecer da tese "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas", do senhor Manuel Duarte, da qual foi relator o senhor Félix Contreiras Rodrigues e vogais os senhores Othelo Rosa e João Maia e sendo pôsto em discussão, foi aprovado o parecer. Tese da doutora Henriqueta Galeno "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas". Relator senhor Fernando Luiz Osório e vogais Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Pôsto em discussão foi o parecer aprovado. Tese do senhor Félix Contreiras Rodrigues, "Formação pisocológica do gaúcho brasileiro". Relator: senhor Aurélio Pôrto, vogais: senhores Tupí Caldas e Othelo Rosa. Pôsto em discussão o parecer pediu a palavra o senhor Valter Spalding, que disse discordar da etimologia do vocábulo gaúcho dada pelo senhor Aurélio Pôrto no seu parecer e diz aceitar as conclusões do senhor Contreiras quando se refere à origem do vocábulo gaúcho. O senhor Contreiras agradece as considerações a seu respeito feitas pelo relator da tese, dizendo-se honrado com o adendo feito à mesma pelo senhor Aurélio, sôbre o referido vocábulo. Pôsto em votação, foi o parecer aprovado. Pelo senhor presidente foi dito que a sessão tomava o caráter de encerramento do Congresso, convidando a ocupar lugar à mesa o nosso confrade senhor Othelo Rosa, que representava o senhor governador do Estado, e o senhor doutor Cícero Peregrino, primeiro vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro, que se achava presente à sessão. O expediente constou da leitura da seguinte — Indicação, do nosso confrade senhor Manuel Duarte: "Indicação: Proponho se consulte a casa, se consente, se consigne, na ata desta sessão final, cívico voto de louvor ao nosso brilhante confrade e erudito historiador, senhor coronel Souza Doca, cujo magistral trabalho recente — O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha — abre, com chave de ouro, decisivo ciclo de indagação e exata compreensão das finalidades ideológicas dos imortais Farrapos, na epopéia do federalismo nacionalista, por que se bateram a prol das genuínas aspirações da

nacionalidade, fatalíssimamente federativa, bem que truncada de enxertias unitaristas. Aprovada, esta indicação, pelo Primeiro Congresso Rio-Grandense de História, eu requeiro, dela se dê conhecimento ao insigne pesquisador ausente. Pôrto Alegre, 9 de outubro de 1935 (assinado) Manuel Duarte." Terminada a leitura dêsse expediente, a assistência aprovou-o com uma vibrante salva de palmas, determinando o senhor presidente que fôsse feita a comunicação ao senhor Souza Doca. Pedindo a palavra o senhor Tupí Caldas, propôs um voto de louvor ao senhor presidente do Congresso pela maneira brilhante com que tem dirigido os trabalhos dêste Primeiro Congresso de História, tendo essa proposta despertado calorosos aplausos da assistência. O senhor Leonardo Macedônia agradece em ligeiras palavras essa carinhosa manifestação que lhe era prestada. O senhor Contreiras Rodrigues requereu se consignasse em ata um voto de homenagem à memória dos caramurús por se terem batido durante dez anos com o mesmo denodo e galhardia dos farrapos. O senhor Castilhos de Goycochêa lembrou também uma homenagem à memória do grande duque de Caxias, o pacificador da Província, tendo ambas as propostas recebido francos aplausos dos presentes. Pelo senhor presidente foi pedido que os presentes se levantassem por um momento, em silêncio, reverente homenagem a Caxias e aos caramurús, o que foi feito. A seguir o secretário usou da palavra saüdando o senhor doutor Cícero Peregrino, vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro, dizendo da honra que ao Congresso Histórico conferia a presença de tão ilustre pessoa. Essa saüdação o orador tornou-a extensiva à caravana de estudantes paraenses também presente à sessão. Por último disse, referindo-se ao voto de louvor que lhe fôra conferido em sessão, que a articulação do trabalho do Congresso, tivera a eficiente colaboração dos senhores Tupí Caldas e De Paranhos Antunes, designados sub-secretários, e a quem se deve, em boa parte, o magnífico resultado do conclave. Pedindo a palavra o senhor doutor Cícero Peregrino, agradeceu a honra de ter ocupado lugar à mesa e ao senhor Eduardo Duarte pela saüdação que lhe fez. Tratou do Instituto Histórico Brasileiro, que prossegue no propósito de celebrar as grandes datas nacionais, declarando que o mesmo havia comemorado o centenário farroupilha realizando

conferências a cargo de diversos dos seus associados. Um dos membros componentes da caravana paraense, acadêmico Herminio Pessoa, agradeceu a homenagem que lhe prestou o Instituto, recordando a figura de Plácido de Castro como um símbolo de brasilidade da nossa gente. A seguir o senhor presidente leu o seu discurso de encerramento do Congresso, magnífica peça que fez vibrar de entusiasmo a assistência. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE

II PARTE

AS TESES APROVADAS E RESPECTIVOS PARECERES

SECÇÃO PRIMEIRA :

A — FORMAÇÃO DO RIO-GRANDE-DO-SUL :

I

Resenha Histórica do Rio-Grande-do-Sul, — João Maia.
Parecer
Donataria dos Assecas, — Aurélio Pôrto.
Parecer

II

A Expedição de Jorge Soares de Macedo, — Aurélio Pôrto.
Parecer
A Fundação da Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio, — Manuel E. Fernandes Bastos.
Parecer
Geografia de Tôrres (O Presídio das Tôrres e sua evolução histórica) — Dante de Laytano.
Parecer

III

Memórias Históricas e Comentários, — J. O. Pinto Soares.
Parecer

B — FORMAÇÃO ÉTNICA :

I

Prehistória do Rio-Grande-do-Sul, — Aurélio Pôrto.
Parecer

II

Primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul, Aurélio Pôrto.
Parecer

III

Os Mineiros no Rio-Grande-do-Sul, — J. Resende Silva.
Parecer

C — FORMAÇÃO SOCIAL:

I

Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro, — Félix Contreiras Rodrigues.
Parecer

II

A coberta da alma, — Manuel E. Fernandes Bastos.
Parecer
A religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos, — Fernando Luiz Osório.
Parecer

FORMAÇÃO DO RIO-GRANDE-DO-SUL RESENHA HISTÓRICA

João Maia

Quasi todos os atos de posse ou de ocupação territorial por parte do govêrno português se assinalaram pelo estabelecimento de um pôsto militar, convenientemente armado e guarnecido. O Rio-Grande-do-Sul não podia escapar à regra geral, maximé atendendo-se às condições especiais em que sôbre êle foi firmado decisivo domínio e à sua situação fronteiriça com uma vasta colônia subordinada à metropole inimiga do reino de Portugal. Ainda na primeira metade do século XVIII o brigadeiro José da Silva Pais recebe ordem para fundar, no Rio-Grande, um presídio militar. Não há negar que foi um ato de arrôjo da frota portuguesa transpor a barra, então desconhecida. Desembarcando com a sua gente, que orçava por uns duzentos homens procedentes das capitanias do Brasil, o primeiro cuidado do chefe expedicionário foi garantir essa posição contra qualquer ataque inesperado. Assim, fez êle construir alí três fortes, artilhando-os e guarnecedo-os convenientemente. Pode-se filiar a essa caserna, donde mais tarde saíram os primeiros povoadores do interior, a origem da Província do Rio-Grande que, não desmentindo a sua procedência criou, em sucessivas campanhas, a sua estupenda fama guerreira.

Logo após a fundação do presídio sobreveio outro acontecimento de magna importância para o povoamento do Rio-Grande-de-São-Pedro: a chegada de casais, vindos das ilhas dos Açores e da Madeira. Uma das primeiras povoações fun-

dadas foi a Capela de S. Francisco-do-Pôrto-dos-Casais, anteriormente chamada Pôrto-de-Viamão e, posteriormente, Pôrto-Alegre. Cumpre assinalar, entretanto que, conquanto a fundação do presídio represente, na história do Rio-Grande, o ponto de partida do seu desenvolvimento máximo e dos acontecimentos mais notáveis da região,ela já era bastante conhecida antes da arribada da frota do brigadeiro Silva Pais. Certo, ela permaneceu longos anos desconhecida, depois da descoberta e colonização do Brasil.

As riquezas minerais de outras regiões brasileiras atraíram a curiosidade e a cobiça das primeiras gerações de portugueses que aportaram ao país reconhecido por Pedro Alvares Cabral, de sorte que o Rio-Grande-de-S.-Pedro jazia deserto, abandonado e ignorado. Entretanto, no decurso de dois séculos — que foi o tempo do abandono dêste país pelo govêrno de Portugal — os paulistas nunca deixaram de organizar expedições para percorrê-lo, em busca de riquezas naturais que opulentavam o solo rio-grandense e do braço indígena necessário ao desenvolvimento da lavoura. Nessas incursões as **Bandeiras** iam até o extremo sul, com o fim de penetrar nos longínquos aldeamentos indígenas fundados pelos espanhois, na sua faina desesperada de incorporar territorios aos domínios da coroa de Castela.

Posteriormente, o govêrno de Portugal, avisado de que estrangeiros maquinavam dentro dos seus domínios na América, fez com que, de Santa-Catarina, expedicionassem portugueses para o Rio-Grande-do-Sul, não só para o explorarem, como para se estabelecerem no cobiçado território. Formaram-se, então, as nossas primeiras estâncias de gado, que em estado bravio abundava prodigiosamente, cobrindo as cochilhas e os varzedos.

FIXAÇÃO DE LIMITES

A colonização açoriana, iniciada sob os melhores auspícios, prosseguiu animadoramente e fez aumentar consideràvelmente a população portuguesa dando-lhe um grande impulso.

Os espanhois é que não podiam ver, porém, com bons olhos o estabelecimento de colonos portugueses em terras a que se julgavam com direito. Não tardou que surgissem dúvidas e questões de posse e de jurisdição política. Como encontrar, entretanto, uma solução razoável e legal para tais casos, cujo número aumentava dia a dia, perturbando a tranqüilidade dos dois países limitrofes, se não havia certesa e precisão do lugar por onde passava a respectiva linha divisória, que jamais tinha sido traçada regularmente? No intuito de remover tais incertezas e contendas, acordaram os dois monarcas, d. João V de Portugal e d. Fernando VI da Espanha, em firmar um tratado amigável, destinado a regular e fixar os limites de seus respectivos domínios na América Meridional. Nesse tratado, fez incluir o célebre brasileiro Alexandre de Gusmão a cláusula pela qual recebia a Portugal, da Espanha, os Sete Povos das Missões, dando em troca a Colônia do Sacramento.

AS MISSÕES JESUÍTICAS

No ano de 1539 Inácio de Loyola fundara na Europa a Companhia de Jesús, que mais tarde se tornou a poderosa instituïção mundial de todos conhecida. Os fins iniciais da Companhia consostiam em levar a toda parte a fé cristã, e não tardou que os territórios em exploração na América-do-Sul fôssem erigidos, pelos missionários jesuítas, em vastos teatros de sua devotada ação catequizadora. Hábeis, ilustrados e brandos no trato dispensado aos índios, os desbravadores espirituais do novo continente, dentro em pouco, haviam feito considerável número de prosélitos no seio das massas gentílicas, prosseguindo com desassombro crescente e dificuldade decorrente, a sua tarefa civilizadora. Os povoados que êles fundavam na América tomavam o nome de missões. Começaram estas em 1610, pelo Paraná e Alto Paraguai. Avançando pelos territórios de domínio espanhol, os padres jesuítas vieram tomar posição na margem esquerda do rio Uruguai. Foi nessa zona e principalmente entre Piratiní e Ijuí-Grande, que se estabeleceram as missões ao noroeste da re-

gião rio-grandense. Compunham-se dos povos de S. Borja, S. Nicolau, S. Miguel, S. Luiz Gonzaga, S. Lourenço, S. João Batista e Santo Ângelo.

O mais antigo dêstes povos, S. Nicolau, foi fundado em 1627, e o mais moderno, Santo Ângelo, em 1707. As Missões passaram logo a ser governadas de acôrdo com as determinações da Companhia. Em 1631 elas contavam vinte povoações, com mais de cem mil almas, falando todas um só idioma — o guaraní.

Nos Sete Povos de Missões foi reünida a maior parte das populações indígenas do Rio-Grande-do-Sul, formando um efetivo de cêrca de mil almas. Os índios entregavam-se aos labores da indústria e da agricultura.

A fôrça da indústria e do comércio consistia no preparo e na exportação da erva mate, mas os índios empregavam também a sua atividade em plantações de cana de açúcar, milho, feijão, etc., que se vendiam nas praças de Buenos-Aires e Assunção.

Evocativos vestigios da civilização jesuítica ainda se encontram nos lugares onde outrora estiveram estabelecidas as Missões.

Dentre elas se destaca a principal igreja das reduções famosas: a de S. Miguel; êsse era o principal dos Sete Povos de Missões, e aí habitava o respectivo Capítulo.

Podem-se ainda apreciar, por aquelas paredes e aquela tôrre, que a ação de dois séculos ainda não abateu de todo, as proporções enormes que teve o templo, só comparável às velhas catedrais. Era belo também o seu estílo, como ainda hoje o atestam os capitéis, as colunas e outros adornos que aí se deparam às vistas contemplativas do viandante, absorto ao defrontar, em tais paragens remotas e solitárias, o estranho monumento derrocado.

CLÁUSULA DESASTROSA. — A GUERRA

Do tratado luso-espanhol, com a inclusão da cláusula entregando a Portugal os Sete Povos de Missões em troca da Colônia do Sacramento, resultaram complicações gravíssi-

mas que degeneraram, afinal, em temeroso conflito. Efetivamente, a notícia dessa permuta repercutiu dolorosamente na comunidade dirigida pelos padres.

Após ligeiras escaramuças com isolados troços de indígenas, os exércitos português e espanhol fizeram junção nas cabeceiras do Rio Negro e entraram em operações com um efetivo de dois mil e quinhentos homens. Logo nos primeiros encontros caiu morto o denodado chefe indígena Sepé. Os dois exércitos aliados se encontraram com as fôrças inimigas, perfazendo estas um efetivo também de dois mil e quinhentos homens, porém inferiormente armados e exercitados.

Após renhido combate nas cochilhas de Caiboaté, em que foram vencidos os índios, os exércitos aliados ocuparam as Missões.

Contudo ainda não foi desta vez que se reconheceu e demarcou o território, para entrega ao govêrno português, pois surgiu serio desacôrdo entre os respectivos comissarios, que se retiraram do teatro da ação nesse estado de espírito.

Mais tarde dois gaúchos destemerosos — Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto — planejam e levam a efeito, temeràriamente, a conquista do território das Missões para a coroa portuguesa, e hoje êsse território, de heróica tradição, constitue um dos mais belos e fecundos trechos do nosso amado Rio-Grande-do-Sul.

INVASÕES AO RIO-GRANDE E ELEVAÇÃO DO PRESÍDIO A GOVÊRNO

As colônias sul-americanas foram sempre um fiel refletor do estado das relações entre Portugal e Espanha. Assim é que, quando reinava a harmonia entre as duas metrópoles, os povos coloniais se mantinham nas suas respectivas circunscrições territoriais que aliás estavam ainda por delimitar e assinalar. Quando, porém, em virtude de qualquer ordem de interêsses continentais, rompiam hostilidades as duas nações européias, o clarão rubro da guerra transpunha os mares e vinha de pronto refletir-se sinistramente nas colô-

nias, que inevitàvelmente se chocavam, na expansão terrivel de sua rivalidade tradicional. Na fronteira do Rio-Grande, no território da remota possessão portuguesa é que se derimiam, por estas bandas, os sanguinosos conflitos.

Foi numa dessas aterradoras projeções provindas das lutas do velho continente, que o general Ceballos, governador e capitão-general das províncias do Rio-da-Prata e figadal inimigo dos portugueses, à frente de um exército bem aparelhado e forte de alguns milhares de homens, trouxe vitoriosa invasão à plaga rio-grandense, por êsse tempo já erigida em govêrno.

Ocorreu êsse fato pelo ano de 1760 e ocupava o alto pôsto de governador do Rio-Grande o coronel Inácio Eloi de Figueiredo. Depois de porfiadas lutas, em que se viram aliás desamparados pelo govêrno da metrópole, os portugueses e rio-grandenses retomaram as posições perdidas e atiraram os invasores para fora do território. Os planos de conquista continuaram, porém, a ser ostensivamente formulados e postos em prática. Succedeu, entretanto, que no vasto território em que se repetiam os embates e encontros guerreiros, com o correr dos tempos foi se formando uma robusta, adestrada e patriótica geração de combatentes. Surgiu então, do próprio contacto dos dois opostos lidadores irreconciliaveis, um tipo singularmente bisarro e destinado a desempenhar proeminente papel nos fastos da nacionalidade brasileira: o gaúcho rio-grandense !

Assim foi que, em dado momento — ocorreu isto pelo ano de 1775 — enquanto os portugueses na margem do norte, e os espanhois na do sul da hoje cidade do Rio-Grande se aprestavam para uma peleja inevitável, no interior os rio-grandenses iniciavam denodadamente a reação contra a antipática ocupação espanhola. Rafael Pinto Bandeira, Carlos José da Costa, Francisco Alves e Patrício José Corrêa da Câmara, à testa de quatrocentos a quinhentos homens, sitiaram o forte de Santa Tecla. Após um penoso bloqueio de 27 dias, em que os sitiantes tiveram de se alimentar até com ervas do campo, os espanhois renderam-se a 26 de março de 1776, sen-

do-lhes arrasados os baluartes e mais obras, incendiando-se tudo em seguida.

O habil e destemido guerrilheiro Rafael Pinto Bandeira não deu mais trégua, daí em diante, ao pertinaz inimigo, batendo-se com êle onde quer que o encontrasse, e vencendo-o. A 31 de outubro êle escalava, à frente de cincoenta gaúchos, a trincheira de S. Martinho, situada em Cima da Serra, destroçava a sua guarnição e, depois de haver avançado doze léguas até às estancias de S. Pedro e S. José, retrocedia vitorioso, trazendo milhares de reses, cavalos, bois mansos, etc. Bem mereceu o insigne batalhador, já então brigadeiro, a honra de ser o primeiro rio-grandense elevado à suprema governação de sua terra, quando se iniciou pela segunda vez — e novamente se malogrou — o trabalho da demarcação de limites das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul, em fins do século XVII.

Foi com o decidido concurso do aguerrido povo rio-grandense que, no ano de 1801, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, então governador da Capitania, pôde derrotar o inimigo na sua nova invasão e desalojá-lo de tôdas as posições que êle ocupava em nossa terra.

No desdobramento desta ordem de sucessos merece menção especial a extraordinária conquista dos Sete Povos de Missões, planejada e levada a efeito por dois modestos homens do povo, humildes soldados, porém valorosos rio-grandenses, aos quais linhas atrás já nos referimos: Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, desertor do exército. Jamais um grito de guerra soou nos descampados e cochilhas do Rio-Grande, que não vibrasse, como chamada imperativa, no coração patriótico do gaúcho intimorato. Assim foi que, ao anunciar-se a luta de 1800, bandos de cidadãos surgiram de todos os lados, apresentando-se aos chefes militares, para tomar armas e combater. Os dois citados caudilhos, prosseguindo uma esteira de triunfos arrasaram os castelhanos por tôda a parte.

Com a participação dêsses imprevistos e brilhantes acontecimentos, devido à rara audácia de um trôço de rio-grandenses que se aventuraram a essa emprêsa, sem armas e sem

munições — que tiveram de arrancar corajosamente ao próprio inimigo — recebeu o general Veiga, como troféu da estupendíssima vitória, quatro estandarte dos povos conquistados. O defesa e conservação da bela conquista foi tarefa não pouco penosa e levada a efeito pela tenacidade e pelo valor dos gaúchos

Pouco depois dêsses acontecimentos dava-se a morte do general Veiga na vila do Rio-Grande e êsse sucesso teve funestas conseqüências. Era êsse velho e experimentado general, que durante vinte e um anos governou a capitania, quem traçava as operações de guerra, já mesmo de seu leito de morte.

Dada a lutuosa ocorrência, o exército português suspendeu a marcha. O inimigo, que estava à espreita de uma ocasião para voltar à carga, aproveitou a oportunidade e atirou-se sôfregamente à conquista do território perdido, recuperando-o em grande parte. Em Pôrto Alegre investia-se do poder o brigadeiro Francisco João Roscio. Era voz corrente, então, que os espanhois ultimavam preparativos para cair sôbre o Rio-Grande, com um exército superior a cinco mil homens. Não se descuidou o novo governador e foi encaminhando, para a fronteira, os milicianos que restavam. Roscio fês convergir para Jaguarão os coroneis Manoel Marques de Souza e Alexandre Eloi Porteli, à frente de fôrças numerosas, ao mesmo tempo que determinou seguissem a estacionar na lagoa Mirim alguns navios da esquadra, afim de se refugiarem neles as fôrças de terra, caso fôssem mal sucedidas. Nas barrancas do lado sul do Jaguarão acampou o exército espanhol, forte de cinco mil homens. Antes, porém, de empenhar-se a ação, recebeu o governador português participação de que, na Europa, a paz acabava de ser firmada entre Portugal e Espanha.

PUBLICOU-SE O MANIFESTO DA PAZ

MAS AINDA NÃO É DADO AO RIO-GRANDE DEPOR AS ARMAS ! SUA ELEVAÇÃO A CAPITANIA GERAL

Ràpido interregno de paz gozou a capitania após a última guerra descrita. E, neste período, a terra foi de todo esquecida do centro, que lhe não dava nem elementos de justiça para reprimir os crimes de tôda sorte — que ficavam impunes — nem de instrução, para enfrentar o analfabetismo, que obscurecia os espíritos dos nossos jovens patrícios. Tal a situação em que o chefe da esquadra Paulo José da Silva Gama veio encontrar o Rio-Grande. Observando o estado precário da capitania, Gama dirigiu-se logo ao govêrno português, pedindo-lhe a adoção de medidas reparadoras. O novo governante atacou vigorosamente o contrabando e promoveu a criação de escolas. Graças principalmente, ao esfôrço incessante de seus devotados filhos e aos seus próprios recursos — oriundos em primeiro lugar da criação de gado, que foi à causa principal do enriquecimento da capitania — o Rio-Grande fez frente à momentanea crise, de modo que, em 1803, estava perfeitamente equilibrada a receita com a despesa, não precisando de nenhum auxílio da metrópole.

Não tardou muito, infelizmente, que o governador, a princípio tão bem inspirado, se desmandasse, como os seus antecessores, cometendo tôda sorte de atropelos contra as garantias do povo rio-grandense.

Por decreto de 25 de fevereiro de 1807 foi o Rio-Grande elevado a capitania geral, com a denominação de Capitania-de-São-Pedro, sendo nomeado para seu governador e capitão-geral o conselheiro d. Diogo de Souza, mais tarde conde de Rio-Pardo. A 9 de outubro de 1809 d. Diogo empossou-se do govêrno. Mas, um acontecimento imprevisto, de excepcional importância, e que, como os demais, se refletiu belicosamente na América com a sua origem na política européia, veio impelir novamente o Rio-Grande para os campos de batalha.

Sucedeu que d. João VI, tendo vindo no ano de 1808 dar com os costados precipitadamente no Brasil, corrido a toque

de caixa à aproximação da vanguarda dos exércitos de Napoleão I — por êsse tempo o flagelo da Europa — entendeu de bom alvitre, para a sua política, intervir nos negócios da vida intima dos povos do Rio-da-Prata, sob o aparente motivo de libertá-los da anarquia e protegê-los.

E começou a mover a sua diplomacia, de modo que, em dado momento, podesse cair de chofre sôbre os conturbados povos vizinhos, por êsse tempo a braços com as sortidas cobiçosas, ora dos inglêses, ora dos franceses.

Quando julgou azado o momento o rei fujão — com um grande adepto aquí na pessoa do governador d. Diogo — fez invadir por exércitos poderosos o território oriental, sob o falso desígnio de prestar solicitado socorro ao reacionário governador de Montevidéo, sitiado por fôrças enviadas pela junta governativa de Buenos-Aires, em nome do govêrno vitorioso em prol da independência argentina. É sabido, porém, que o chamado exército pacificador levava o secreto objetivo de apoderar-se de todo o território conflagrado e incorporá-lo ao Brasil. Decorrida uma larga série de peripécias o govêrno imperial anexou, efetivamente, a Banda Oriental ao Brasil, após memóravel batalha com o campeão da liberdade uruguaia — o caudilho José Artigas — nas margens do Taquarembó, em que o exército rio-grandense, sob o comando do conde da Figueira, junto ao general José Abreu, alcançou os virentes louvores de estupenda vitória.

O RIO-GRANDE ADQUIRE A CONCIÊNCIA DE SUA PRÓPRIA FÔRÇA E COMEÇA A AGIR NESSE SENTIDO

Incorporado à civilização ocidental contemporânea da ocupação do Brasil pelo reino de Portugal, a vida política da capitania se desenrolava sob o influxo promanado da sua metrópole, de cujo govêrno foi mero joguete por longos anos.

E era sôbre o Rio-Grande que pesava o duro encargo das guerras entre os dois povos rivais da América, como já vimos. Dado momento se apresentou entretanto, em que o continuado influxo deu causa à decisiva explosão do civismo gaú-

cho, deixando entrever o quanto de benéfico êle seria suscetível de produzir, de futuro. Foi quando estalou no Pôrto, pelo ano de 1820, um movimento subversivo da ordem pública, contra as instituïções absolutistas.

Os revolucionários reclamaram a convocação das côrtes e proclamaram o reino — monarquia constitucional sob a dinastia de Bragança. Êste movimento, que se generalizou vitoriosamente por todo o país, repercutiu logo no Brasil. No Rio-Grande aprofundava-se, cada vez mais, o sulco divisório que o próprio govêrno da metrópole, pelos seus atos e delegados vinha cavando, entre o espírito livre de um povo e o princípio de uma autoridade odiosa. As campanhas que tiveram de sustentar com os povos do Rio-da-Prata, notadamente a última, de que voltaram cobertos de louros do triunfo, certificaram aos nossos aguerridos patrícios a medida exacta do seu próprio valor.

A classe militar firmou uma preponderância decisiva na Sociedade rio-grandense, e o mais acentuado prestígio distinguia os seus valorosos chefes principais, que eram Manuel Marques de Souza, Bento Gonçalves e José de Abreu. Foi no seio dessa corporação que a idéia de um novo regime político, consentâneo com as necessidades e os brios do povo do Rio-Grande germinou, tomou vulto e dentro em pouco se generalizou por tôdas as camadas da sociedade. Tal era o estado dos espíritos, quando chegou ao Rio-Grande a notícia da revolução portuguesa. Após graves acontecimentos, em que o representante legal do absolutismo português reagia contra a ação vigorosamente combinada da opinião pública riograndense para o juramento imediato da constituïção, venceu a segunda. Com efeito, a 22 de fevereiro de 1822 o povo e a tropa, fraternisados, aclamam a junta governativa.

As escolhas de presidente e vice-presidente recaíram, respectivamente, nas pessoas do brigadeiro João Carlos de Saldanha e marechal de campo João de Deus Mena Barreto. Todos êsses acontecimentos, a partir da chegada de d. João VI ao Brasil, prenunciavam a Independência. De sorte que esta não abalou o Rio-Grande, almejante como se achava, de uma pátria, autônoma e digna.

A COLONIZAÇÃO

Acontecimento sobremaneira auspicioso para o futuro do Rio-Grande-do-Sul foi o ensaio de colonização alemã na província, pelo ano de 1824.

Absorvidos com a criação de gado e a indústria do charque, os rio-grandenses e os próprios colonos portugueses, já com os mesmos hábitos dos filhos da terra, haviam deixado cair a lavoura em um estado de verdadeira penúria. O cultivo do trigo, que fôra o esteio principal da agricultura gaúcha, tendia a desaparecer de todo. Foi nesse oportuno momento que o govêrno brasileiro lembrou-se de franquear à laboriosidade do colono alemão as excelentes terras do Rio-Grande.

Os primeiros dêsses colonos desembarcaram em Pôrto-Alegre no dia 18 de julho, com grande jubilo da população e máxima solicitude do presidente da província em cercá-los de tôdas as comodidades. Facultaram-se a êsses trabalhadores as necessárias garantias, vantagens e isenções, e a cada um dêles doou o govêrno quatrocentas braças quadradas de terras magníficas, situadas a quatorze léguas da capital, nas margens do rio dos Sinos. Êsses foram estabelecidos no próprio lugar onde se achava a real feitoria, que tinha sido abandonada. A êsse primeiro nucleo colonial denominou-se S. Leopoldo.

Até 1834 vieram chegando colonos, ainda que em pequena escala. Nessa época, porém, deu-se uma interrupção no movimento imigratório, em conseqüência da prolongada revolução da província. Mais tarde, porém, recomeçaram os trabalhos de colonização, cujo primeiro brilhante resultado foi a transformação de antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo no importante e rico município de São Leopoldo. Compreendeu-se desde logo que as terras do Rio-Grande-do-Sul se prestavam excelentemente para a agricultura, e que do incessante desenvolvimento desta dependeria, em não pequena parte, a nossa prosperidade futura. Os magníficos resultados colhidos no trabalho das terras onde hoje fica a cidade leopoldense, confirmaram as esperanças gerais. Demais,

não era apenas a fertilidade do solo que depunha em nosso favor; a benignidade do clima e o caráter hospitaleiro dos habitantes constituíam também seguros elementos de sucesso.

Assim é que o nosso território continuou a ser sempre colonizado, outrora em larga escala pelo govêrno geral, mais tarde selecionadamente, a expensas do govêrno rio-grandense. Para que se possa avaliar o grau de desenvolvimento atingido no Rio-Grande pela colonização, citaremos os municípios que, além de São Leopoldo, tiveram sua origem em colônias do Estado: Santa-Maria, Santa-Cruz, Antônio-Prado, Alfredo-Chaves, Caxias, Bento-Gonçalves, Garibaldi, Ijuí, Taquara, Estrêla, Lageado, Jaguarí, Erechim e Prata. Os colonos que têm se estabelecido no Rio-Grande, há um século, são todos procedentes da Europa, de países vários. Mas da Alemanha e da Itália é que tem vindo o maior número, e ao trabalho fecundo de seus filhos é que devemos, quasi exclusivamente, a formação dos importantes e prósperos municípios acima referidos.

E a corrente imigratória, diante dêsses irrecusáveis resultados, continua sem cessar. Muito concorre, também, para tão eficaz resultado, o sistema de colonização instituído pelo govêrno do Rio-Grande, onde, além de outras garantias de que é cercado, o colono, assim que aporta à nossa plaga, se torna o proprietário do lote de terra em que se estabelece.

Prevalece também, como base da continuidade da corrente imigracionista para a nossa terra, a imigração espontânea que, como se sabe, está isenta dos perigos que acarretam as grandes massas de colonos, arrebanhadas por emprêsas organisadas para êsse fim.

NOVAS INVASÕES AO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE

O povo oriental nunca pôde conformar-se com a agregação de sua pátria ao território brasileiro. Sujeitando-se, por fôrça de circunstâncias, ao fato consumado, aguardava o vizinho povo o momento oportuno para reconquistar a sua

independência perdida. O suspirado momento chegou enfim, rebentando alí temerosa revolução, a que se seguiu a reünião de uma assembléia, que proclamou a independência do território oriental. Em face dessas ocorrências, a República Argentina decidiu-se a intervir francamente no conflito, participando ao govêrno imperial que reconhecia a Banda Oriental encorporada de fato às Províncias-Unidas-do-Rio-da-Prata, e enviando fôrças para alí. O Brasil respondeu a esta participação com uma declaração de guerra às referidas Províncias e ao seu govêrno, que também proclamou a guerra, em Buenos-Aires. E foi sôbre a fronteira do Rio-Grande-do-Sul que o exército começou a preparar-se para a luta. A 20 de fevereiro de 1827, pela manhã, travou-se a batalha do Rosário, denominada do Ituzaingo pelo inimigo, que estendeu no dorso das cochilhas de Santa-Rosa. Em frente ao exército oriental-argentino, forte de 10.557 homens das três armas, descansados e bem municiados e senhores de uma excelente posição prèviamente escolhida, apresentou-se em linha de combate o exército brasileiro, com 5.567 homens, mal montados e mal armados, fatigados por marchas forçadas, incessantes, em pleno verão. A ação, encarniçada e violenta, durou longas horas; afinal, o marquês de Barbacena, já exausto de recursos, sem receber o auxílio da brigada de Bento Manoel e prestes a ser envolvido por gigantescas labaredas, pois que o inimigo, aproveitando o estado de secura da macega e o vento que soprava rijo do oriente, lançara fogo ao campo no meio da luta, — mandou retirar à direita, à 1 hora da tarde.

O general Alvear ficou senhor do campo de batalha, e aproveitando o desmantelamento em que permaneceu, ainda por longo tempo, o nosso exército, o mesmo cabo de guerra, logo que pode sair das condições precárias em que o havia deixado a batalha de Ituzaingo, trouxe nova invasão ao Rio-Grande, à frente de numeroso exército das três armas. Meses decorridos o exército de Alvear retirou-se da província, desistindo o general Barreto, chefe das cavalarias rio-grandenses, de picar-lhe a retaguarda, pelo mau estado dos ca-

valos, pois, para maior glória dos gaúchos valorosos, muitos dêles já marchavam a pé.

Dentro em pouco o exército invasor teve de bater em retirada, estrondosamente vencido e desmoralizado; porém saiu do território rio-grandense carregado de grande quantidade de gêneros de comércio e de utensílios das casas particulares, e avultado número de gado, calculados em dois milhões de reses, e milhares de cavalos — tudo isso proveniente do saque desenfreado e da pilhagem escandalosa que fez na província.

E não tardou que o general Lavalleja, então comandante em chefe do exército republicano, trouxesse nova invasão à província do Rio-Grande-do-Sul, dando como causa da continuação da guerra a ambição desmedida e o orgulho do imperador.

A REVOLUÇÃO DE 1835 E A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Com a revolução triunfante de 7 de abril de 1831, que pusera fora da barra do Rio-de-Janeiro o imperador Pedro I, abalou-se o país, correndo a sua unidade o grave risco de quebrar-se.

A terminação revolucionária do primeiro reinado, pelo choque decisivo da corrente das idéias liberais que, havia longo tempo, minavam a sociedade brasileira, fêz com que as províncias se agitassem impetuosamente, reclamando pelo seu órgão — o partido nacional — o complemento necessaria de suas liberdades proteladas. Contrapunha-se porém, a essa agitação vigorosa o espírito retrógrado de que um partido denominado **português** e existente desde a independência, era a incarnação. Êsse partido vivia tramando tenazmente, a princípio contra a nossa emancipação política, e, por último, pela volta do imperador banido. O partido português decaía, porém, ràpidamente, à proporção que o seu valoroso antagonista — representante do espírito novo — se prestigiava mais e mais no conceito nacional. Amparava-o, entretanto, a **Sociedade Militar,** fundada para

êsse fim no Rio-de-Janeiro. Instituïção congênere pretenderam os reacionários, prestigiados pelo apôio do presidente da província e por altas patentes do exército, fundar no Rio-Grande-do-Sul, ao que opuseram desesperada resistência os liberais. Esgotados inùtilmente os recursos pacíficos da ponderação e da representação, dispuseram-se a reagir, com as armas em punho, os liberais de Pôrto-Alegre e saíram para a praça pública dispostos a impedir, pelo emprêgo da fôrça, a fundação já prestes a dar-se, da referida sociedade. Armados de parte a parte, estiveram os dois partidos na iminencia de se chocarem. O que é certo, porém, é que a **Sociedade Militar** não se fundou.

Foi então nomeado para presidir a província o dr. Antônio Rodrigues Fernando Braga, rio-grandense da plena confiança dos liberais, de quem, aliás, não tardou a perder o apôio, pelo espírito de tolerância que presidia a todos os seus atos. Os acontecimentos se precipitavam vertiginosamente e a revolução começou a ser aparelhada.

A idéia da federação, que vinha trabalhando o espírito público desde muito, tornou-se nesse momento o móvel decisivo das aspirações rio-grandenses. Bento Gonçalves da Silva foi escolhido para chefe do importante movimento. Patriota inexcedível, guerreiro famoso experimentado em cêrca de trinta anos de campanhas sucessivas, cidadão venerando como nenhum outro em tôda a extensão da província, pela austeridade de suas virtudes e pelo notável vigor do seu civismo, a êle cabia, realmente, empunhar a espada de general em chefe que devia guiar o Rio-Grande-do-Sul em uma jornada tão magna e tão solene.

A revolução da província para implatação do regime republicano ia ser um fato irrevogável, por assim dizer fatal. Qualquer que fôsse a atitude do delegado imperial no Rio-Grande-do-Sul, a explosão revolucionária dar-se-ia. Certo, ao malôgro das aspirações liberais, em cujo nome se fizera o 7 de abril, se prendia o movimento de nossa terra. Causas mais particulares, porém, atuando exclusivamente na circunscrição brasileira do estremo sul, atento o contacto de seus habitantes com os povos livres dos territórios limitró-

fes e as notórias ligações e confabulações de Bento Gonçalves com os grandes caudilhos do Rio-da-Prata — determinavam a incorporação do Rio-Grande nas cruzadas libertárias do continente sul-americano.

A 20 de setembro de 1835 estalou a revolução em Pôrto-Alegre, fugindo precipitadamente da capital o presidente Fernandes Braga. E prosseguiu por dez anos a fio, experimentando duros revezes — mas alcançando também vitórias estupendas. É o movimento mais duradouro e mais profundamente orgânico que a história do Brasil registra sob o domínio imperialista.

Proclamada a República Rio-Grandense, ela lutou durante um decênio com o Império em pêso, sem dar mostras de desânimo. O govêrno imperial havia feito concentrar aquí, para combatê-la, todos os recursos bélicos de que podia dispor, na ocasião. Colocou à frente dos seus exércitos os mais experimentados cabos de guerra. Tudo era baldado: não se rendiam os valentes, — aliás **farrapos**, no dizer escarninho do imperialismo orgulhoso. Só mesmo um móvel transcendente levaria a República Rio-Grandense a render-se — e êsse mesmo que a gerou: o patriotismo.

Um perigo se alteava além de nossas fronteiras, ameaçando a integridade do Brasil: o ditador Rosas que, aproveitando-se das nossas dissenções intestinas, ameaçava cair sôbre o Rio-Grande e anexá-lo aos seus domínios.

Então fácil foi ao experimentado pacificador duque de Caxias obter dos republicanos rio-grandenses a deposição das armas e, ainda assim, mediante condições honrosíssimas, que êles negociaram com o Império — como de potência a potência.

O RIO-GRANDE VERTE MAIS SANGUE PELA PÁTRIA

A velha política intervencionista iniciada por d. João VI e seguida por d. Pedro I, encontrou um continuador decidido, na pessoa de d. Pedro II. Tão depressa foi possível, ao segundo imperador, prosseguir no objetivo de firmar a hegemonia do Brasil na América do Sul, com prejuízo das

demais nações do continente, reiniciou-se essa campanha odiosa.

A contínua intervenção de brasileiros nos negócios políticos internos do Uruguai criou, para os nossos compatriotas alí domiciliados, uma situação sobremaneira difícil. As suas vidas e propriedades sofriam, a cada momento, com as animosidades reinantes, determinando êsse mal-estar represálias de certo caráter alarmante.

É o caso que, em 1849, o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão do Jacuí, em face da indiferença do govêrno imperial relativamente às reclamações dos seus súbditos residentes no Uruguai, resolveu iniciar, por sua conta e risco, uma campanha de desfôrras e represálias contra os atentados cometidos pelos soldados e sequases de Manoel Oribe, que tinha invadido o território oriental à frente de tropas fornecidas pelo ditador Rosas. O barão passou com os seus a fronteira. Depois de haver reünido uma fôrça regular, invadiu o território uruguaio e começou a agir resolutamente. O govêrno brasileiro reprimiu, porém, com energia êsse movimento, mandando desenvilver ativíssima perseguição contra o barão de Jacuí que, afinal, teve de dispersar a sua gente, em março de 1850, após sucessivas escaramuças e guerrilhas.

A situação desesperadora em que o prolongado cêrco do pôrto de Montevidéu, por Manoel Oribe, colocou o Estado Oriental, proporcionou ao govêrno brasileiro um ensejo feliz para interferir-se ua política do Prata.

É o caso que, nessa aflitiva conjuntura, o govêrno oriental pediu a proteção do nosso, que não se fês esperar, num movimento de defeza da independência do Estado Oriental.

A guarda nacional do Rio-Grande-do-Sul foi chamada às armas; ao povo altivo e valoroso da nossa terra coube, mais uma vez, o maior tributo de sangue generoso para a sustentação da nefasta política imperialista externa. Na iminência, então, de ser esmagado pelo exército brasileiro, em marcha para Montevidéu, resolveu-se Manoel Oribe a capitular, ante o exército de sua pátria. Não cessou, contudo, a situação angustiosa dos brasileiros estabelecidos na cam-

panha uruguaia. Doze anos sofreu a numerosa colônia brasileira, domiciliada na campanha do Estado Oriental, os ultrajes dos naturais daquele país. Por fim, uma grande parte da população brasileira válida preferiu, a deixar-se matar em casa inermemente, — correr aos acampamentos e alinhar-se com os revolucionários que, naquela república, se levantavam em armas para derrubar o govêrno do sanguinário Aguirre. Êsses acontecimentos, seguidos de reclamações, negociações diplomáticas e afinal de um **ultimatum,** derivaram numa guerra entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguai. E a aguerrida gaüchada do Rio-Grande-do-Sul teve de correr, mais uma vez, ao campo de batalha. Enquanto o exército brasileiro, sob o prestígio de esplendente vitória alcançada sôbre os muros de Paisandú, marchava para Montevidéu afim de pôr-lhe cêrco por terra, uma fôrça oriental de 1.500 homens, comandada por Basilio Munhoz e Aparicio foi mandada invadir o território rio-grandense, cuja fronteira, era sabido, achava-se desguarnecida de elementos suficientes para oferecer uma resistência séria. No dia 27 de janeiro de 1865 foi a fronteira de Jaguarão acometida por aquela tropa.

A fôrça brasileira que aquí estacionava e se compunha apenas de 500 homens de cavalaria, atacada quasi de surpresa, teve de recuar, sustentando guerrilhas até a cidade, para onde se recolheu. Protegida por ligeiras trincheiras, que apressadamente haviam sido feitas, a guarnição de Jaguarão rechassou as fôrças invasoras, as quais, não podendo tomar a cidade no primeiro assalto, recuaram e estabeleceram uma espécie de sítio, mandando um emissário à guarnição de Jaguarão, para que se rendesse, no que teve formal resporta negativa.

"Á noite dêsse mesmo dia retiraram-se, repassando a fronteira.No trajeto saquearam as casas, arrebataram a cavalhada que encontraram, etc."

O RIO GRANDE DO SUL NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI

Quando o ditador Francisco Solano Lopes julgou azado o momento, por causas conhecidas, para desferir certeiro golpe no império do Brasil, foi sôbre o território do Rio-Grande-do-Sul que êle expediu o seu primeiro corpo de exército.

Na manhã de 10 de junho de 1865 o inimigo pisou solo brasileiro, transpondo o Uruguai na altura do passo de S. Borja. Escusa repetir que o invasor encontrou a fronteira desguarnecida, operando ao longo dela nefanda marcha devastadora de saques e atentados de tôda ordem, até Uruguaiana, onde, depois de praticar cenas de inaudito barbarismo, foi obrigada a render-se ante peremptória intimação feita pelo exército da triplice aliança, a 2 de setembro. Êsses fatos, porém, não foram mais do que os pródromos da grande e sanguinária guerra que o Brasil levou até o território da república do Paraguai.

Mais uma vez coube ao Rio-Grande-do-Sul desempenhar o principal papel nesse duelo tremendo, que se prolongou ainda por cinco anos e no qual o sangue glorioso de seus filhos verteu copiosamente, em desafronta da honra nacional. A bizarra cavalaria rio-grandense — de legendária fama — levando de rôjo e destroçando, sob cargas irresistíveis, as compactas massas inimigas, onde quer que as encontrasse, continuou brilhantemente o seu renome de tradição inapagável, oriunda de feitos que, outrora, constituíram o principal orgulho de nossa terra e a admiração do mundo civilizado. Tôda a população viril da província marchou para os campos da luta: não havia crianças nem velhos, quando o clarim conclamava nos povoados, nos vales, na serra e na campina — em defesa do pavilhão auriverde, brutalmente ultrajado pelo opressor do povo paraguaio. Meninos de 15, anciãos de oitenta anos de idade se alistavam sob as bandeiras e marchavam para os inóspitos campos, enquanto as mães, as espôsas, as irmãs e as noivas, solitárias nos lares orfanados do elemento viril, fervorosas preces levantavam

aos céus pelo regresso de seus mais queridos entes — mais fervorosas, porém, para que a honra da pátria se desagravasse no mar de sangue generosamente vertido além de nossas fronteiras.

Não tendo ainda se refeito das perdas consideráveis que sofrera nas anteriores guerras, a população do Rio-Grande-do-Sul, ainda assim, viu-se na imperiosa contingência patriótica de concorrer com dois corpos de exército para a luta com o Paraguai ! E ainda não é tudo: quasi todos os grandes e gloriosos generais de terra e mar que conduziram os exércitos e as armadas às batalhas — eram rio-grandenses! Sim: nasceram na província: Manoel Luiz Osório, marquês do Herval, o primeiro a pisar terra paraguaia à frente das indômitas falanges gaúchas, o vencedor da batalha de 24 de maio. Manoel Marques de Souza, conde de Pôrto-Alegre — o temerário investidor de Curuzú e de Curupaití. José Joaquim de Andrades Neves, barão do Triunfo — o estupendo cavalariano da vitória da vila do Pilar, do Estabelecimento e de Lomas Valentinas, onde é ferido mortalmente. João Manoel Mena Barreto — o bravo de Angustura, que em Peribebuí recebe a única morte digna de um herói, como êle dizia, quando saltava, a cavalo, uma das trincheiras da praça. José Antônio Corrêa da Câmara, visconde de Pelotas — com uma tradição guerreira que se inicia em 1835 e vem, através de Curuzú, Curupaití, Tuiu-Cué, Jejuí e Naranjaí até Cerro-Corá, onde o ditador paraguaio encontrou a morte.

OUTROS TEMPOS

Com a terminação da guerra do Paraguai encerrou-se o período da ação militarista do Brasil.

E o Rio-Grande-do-Sul pôde, então, descançar da azáfama guerreira em que andara sempre envolvido, a prol da defesa da pátria, desde os primórdios do seu povoamento.

Só então foi dado ao povo rio-grandense começar a firmar definitivamente as suas tendências de laboriosidade e de ordem, entregando-se às lides da pecuária e da agricultura.

Outra fôra a índole dêsse povo, e êle, afeito às ocupações

da caserna, e por mais de século entregue à faina das armas, que o obrigava a uma tradicional atividade nômade, teria trazido para a nova era pacifista em início, hábitos de todo contrários à sua existência até então alheia a misteres diferentes dos de um quasi ininterrupto estado de guerra.

O que sucedeu, porém, contrariou em absoluto a hipótese formulada , pois as lides fecundas da paz começaram de absorver, por completo, os espíritos e os braços do povo da província.

O regime centralizador do império tolhia, porém, em grande parte, a ação local das circunscrições que o compunham.

Para alcançar-se um melhoramento real para o Rio-Grande, ainda mesmo que êsse melhoramento fôsse aproveitar à coletividade nacional — e nesse caso estavam as estradas de ferro estratégicas — era preciso um trabalho quasi superior a fôrças humanas.

Os ingentes esforços dispendidos pelos beneméritos conselheiros Gaspar Martins e general Osório para conseguir as ferro-vias que nos legou o império — provam demasiado a assertiva.

Ainda outras iniciativas de vibrante transcedência ocuparam a mente e se traduziram em brilhantes realidades no cenário rio-grandense, fora do âmbito das atividades materiais da comunhão rio-grandense.

A propaganda abolicionista, por exemplo, dentro em breve tempo com a finalidade triunfante que colocou o Rio-Grande-do-Sul a par da primeira província isenta da mácula escravista, foi uma eclosão de acentuado e irreprimível civismo.

Contados os dias da monarquia com o 13 de maio redentorista, a agitação republicana, já por êsse tempo em marcha desassombrada, acelerou desmesuradamente os passos, de sorte que o 15 de novembro de 1889 encontrou a província extremamente meridional apta a receber a República como o têrmo necessário de uma evolução, cujos primórdios se perdiam na tradição da democracia gaüchesca.

PARECER

sôbre a tese "Formação do Rio-Grande-do-Sul", de João Maia.

Em estilo ameno e simples, na linguagem peculiar aos Mestres que tratam tão familiarmente os grandes temas da História, João Maia esboça, em síntese, nesta tese, a formação do Rio-Grande-do-Sul.

Mostra inicialmente, que o Rio-Grande-do-Sul, como faixa territorial brasileira nos limites extremo-meridionais, teve suas origens em acampamentos e presídios militares.

João Maia corrobora a opinião de Oliveira, quanto ao movimento de expansão e conquista que teve, em todo o país e mais pronunciadamente no Rio-Grande, um caráter guerreiro, porque, ao lado do índio, o "tape", o "minuano" e o "charrua", ferozmente belicoso, estava o espanhol, magnìficamente marcial, que os nossos conquistadores foram forçados a repelir, polegada por polegada, dos seus domínios, até atirá-los à outra margem do Uruguai. Daí a razão de serem guerreiros, provindos das pelejas platinas, os primeiros proprietários de fazendas, que se fixaram nas regiões centrais do nosso pampa. Em conseqüência, as nossas cidades, quasi tôdas, que hoje pontilham de luzes as nossas vastas planícies, nasceram dos acampamentos, dos presídios ou mesmo das guardas avançadas nas fronteiras.

João Maia, com magistral clareza desenvolve sua tese, dando-nos um trabalho de mérito inconteste, revelação de sólidos conhecimentos e de estudo carinhoso sôbre a nossa terra, sua formação e seu desdobramento.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1935.

Assinados: Manoelito G. de Ornellas, relator.
Jací Antônio L. Tupí Caldas.
Manoel Duarte.

RIO-GRANDE-DO-SUL — DONATARIA DOS ASSECAS

Aurélio Pôrto

Muito deve o Brasil à família Corrêa de Sá, cujo nome está ìntimamente ligado a fastos memóraveis da sua história. O Rio-Grande, também, onde se perpetua a ação expansionista de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, cujo esfôrço no sentido de estender o povoamento até o Rio-da-Prata, ressalta de todos os seus atos, deve colocá-lo no lugar que lhe compete, resgatando, assim, a dívida criada para com o ilustre brasileiro na conspiração de silêncio de seus historiadores.

Nasceu Salvador Corrêa de Sá e Benevides no Rio-de-Janeiro, em 1594, sendo batizado na Sé Velha, hoje freguesia de São-Sebastião. Era filho de Martim Corrêa de Sá, que governou a capitania do Rio-de-Janeiro, e de sua mulher Maria de Benevides, e descendente dessa ilustre família, cujo nome está vinculado à história do Brasil, por serviços relevantes.

Passando a infância em companhia de seu pai, entrou para o serviço público em 1612, em que foi designado para conduzir um comboio de 30 navios que, sem serem acossados pelos piratas, passaram de Pernambuco a Portugal. Voltando ao Rio, levantou, na capitania de São-Vicente 300 homens que, em três canoas de guerra, e duas caravelas, levou, em princípios de 625, para auxiliar a armada que em 24 de novembro do ano antecedente, saíra de Lisboa para expulsar os holandeses da Baía. Em Espírito-Santo, onde aportaram, encontrou Salvador três naus holandesas que andavam a côrso e aí procuravam saquear a povoação. Sem ser pressentidos,

Salvador e seus companheiros caíram sôbre os inimigos, rechassando-os e fazendo-os reembarcar com o que lhes frustrou o intento. Chegando a Baía contribuiu poderosamente para a restauração dessa praça em 1.º de maio de 1626. Em 630 estava em Lisboa, onde recebeu notícia do falecimento de seu pai, ocorrido no Brasil, em 10 de agôsto de 1632.

Em 634 é Salvador Corrêa nomeado almirante do mar do sul, recebendo ordem de ir ao Paraguai a-fim de combater os rebeldes. Em rudes refregas desbaratou os Calequis, prendendo o seu cacique d. Pedro Chamcuí, que há mais de trinta anos fazia guerra aos espanhóis. Com a batalha de Palingarta, em 635, ganha por Salvador, ficou também pacificada a província de Tucuman. Nesses combates recebeu o almirante do mar do sul doze ferimentos de flecha.

Por êsses serviços teve a mercê de ser nomeado capitão mor e governador do Rio-de-Janeiro, por patente de 21 de fevereiro de 1637. Por ocasião das lutas de que foi teatro S.-Paulo entre paulistas e jesuítas, por motivo do cativeiro dos índios, que deram motivo à expulsão daqueles padres de Piratininga, procurou Salvador intervir no sentido de harmonizar as partes, nada, porém, conseguindo, tal a exarcebação dos ânimos. Agiu, no entanto, de forma que não se reproduzissem, no Rio-de-Janeiro, os mesmos dissídios.

Nomeado, em seguida, governador geral e administrador da Repartição do sul, que compreendia dêsde a capitania do Espírito-Santo até o extremo sul, bem como para inspecionar e lavrar as minas descobertas pelos paulistas, aproveitou Salvador a oportunidade para ir àquela capitania, procurando também ver se conciliava os jesuítas com os paulistas. Entregando o govêrno do Rio-de-Janeiro ao seu tio Duarte Corrêa Vasqueanes, partiu para Santos, não podendo entrar em São-Paulo por terem os ousados bandeirantes trancado os caminhos, para evitar que êle subisse à sua capital.

Procurou o governador suasòriamente demover os paulistas de seu intento escrevendo-lhes várias cartas em que prometia lançar um véu sôbre o passado, e oferecendo-lhes certas vantagens que, aceitas, contribuíram para pacificar São-Paulo.

Em 26 de março de 1654 foi nomeado general da frota que devia escoltar e proteger os navios de comércio do Brasil. Designado para dirigir a exploração das minas, em 8 de junho do mesmo ano, lhe foram feitas honrosas promessas que adiante assinalaremos. Foi também nomeado Deputado ao Conselho Ultramarino. Reputou, porém, como mais importante dessas incumbências a de general da frota, fazendo três viagens a Portugal, numa das quais, chegando com 37 velas ao Recife, em 12 de agôsto de 645, deixou considerável socorro em Tamandaré, o que muito contribuiu para a vitória de João Fernandes Vieira, na expulsão dos holandeses, de Pernambuco.

Ao mesmo tempo que era seu nome lembrado para socorrer Angola, ameaçada pelos holandeses, foi nomeado governador de três capitanias da Repartição-do-Sul. Agindo com presteza conseguiu de donativo oitenta mil cruzados com que aparelhou uma frota de dez navios, munições, etc., e com 900 homens de tropa de desembarque saiu do pôrto do Rio-de-Janeiro, em 19 de maio de 646, com destino a Quicombo onde, a-pesar-de não haver ainda guerra declarada contra os holandeses, resolveu atacá-los, intimando-os a abandonar a praça. Depois de uma luta memorável pela notória bravura das tropas e, especialmente, pela de seu general, os holandeses capitularam, em 15 de agôsto de 648. Em seguida acometeu o Rei do Congo, assaltando as terras de 14 sobas, que tinham sido inimigos dos portugueses. Em Angola se demorou três anos, como governador.

Voltando ao Rio-de-Janeiro com larga cópia de escravaria africana supriu com ela a falta de braços indígenas que havia em suas terras dos Campos de Goitacazes, onde em 652 fundou o templo de São-Salvador. (1) Em 17 de setembro de 658 foi nomeado por carta patente governador da Repartição-do-Sul, ora desmembrada, e constituindo um govêrno inde-

(1) Para conhecer mais detalhadamente a ação de Salvador Corrêa, nos Campos de Goitacazes, em cuja donataria, como veremos, foi sucedido por um filho, o Visconde de Asseca e netos, veja-se o magnífico trabalho do dr. Alberto Lamego — **A Terra Goitacá** — 1.° vol.

pendente do da Baía. Voltando ao Rio-de-Janeiro, de cujo govêrno tomou posse no ano seguinte, encontrou exhaustos os cofres públicos, propondo a criação de novos tributos. Isto descontentou profundamente o povo. Seguindo para S.-Paulo, em 11 de outubro de 660, confiou o govêrno ao seu primo Tomé Corrêa de Alvarenga. Aproveitando a sua ausência o povo do Rio se rebelou depondo o encarregado do govêrno da capitania, e substituindo-o por Agostinho Barbalho Bezerra. Poz fim a agitação o desembargador sindicante Antônio Nabo Peçanha que viera da Baía, e pôde, então, depois de alguns contratempos, retomar Salvador o govêrno da capitania, em abril de 661, até que o entregou a seu sucessor, nomeado em 1.º de junho.

Foram, no entanto, esquecidos os seus serviços, e em recompensa dêles logrou ùnicamente que a seu filho Martim Corrêa de Sá fôsse feita mercê do título de Visconde da Ponte de Asseca. Indo para Portugal, Salvador Corrêa, viu-se envolvido nos sucessos políticos de reino, que deram em resultado a deposição de d. Afonso VI, em 667. Procurando o monarca se aconselhar com o velho general, êste lhe sugeriu agisse com a energia que o momento reclamava. Isto lhe acarretou fundos dissabores, pois, perseguido, preso e sentenciado a dez anos de degrêdo nessa mesma África que reconquistara para Portugal, Salvador curtiu horas amargas. Por influência do filho, e mesmo talvez dos jesuítas a quem protegera, conseguiu o velho soldado ter, em Lisboa, por menagem o seu próprio palácio.

Nesse entretempo morre o seu filho o visconde de Asseca, e, ficando na orfandade os netos, conseguiu Salvador a sua liberdade, tendo de novo assento no Conselho Ultramarino, de que era membro.

Depois de uma vida agitada faleceu com 94 anos êsse brasileiro ilustre, em 1.º de janeiro de 688, sendo sepultado na sacristia do Convento fronteiro ao seu palácio, de N. S. dos Remédios dos Carmelitas descalços, de Lisboa. Foi 1.º alcaide-mor do Rio-de-Janeiro, fidalgo da Casa Real, comendador

de S. Salvador da Alagoa, e de São João de Cássia, na ordem de Cristo. (2)

Dos seus serviços, que foram inúmeros no povoamento do sul do Brasil e do esfôrço que fêz para alargar os domínios portugueses até o Rio-da-Prata, diremos no seguimento dêste estudo.

Na primitiva distribuïção das capitanias gerais, não quis a coroa portuguesa embora houvesse pretendido, estender além da linha de Tordesilhas, ao sul as respectivas doações, não obstante, afirmar a precedência no descobrimento do Rio-da-Prata.

Êsse largo trato de terra ficou completamente à mercê dos espanhóis durante um século, sem que para êle se voltassem as vistas lusitanias. Puderam, assim, acossados pelos bandeirantes que os iam expulsando gradativamente para o sul, os Padres da Companhia de Jesús, estender as suas aldeias até o coração do Rio-Grande. Repelidos daí mesmo, ainda pelos bandeirantes como fica historiado (3) abre-se de novo um largo hiato no povoamento do sul.

A epopéia das bandeiras vem despertar, novamente, idéias de sustar o avanço castelhano no Rio-da-Prata e, mais ainda, um ousado projeto de ocupação, com o sofisma de "abrir comércio com Buenos-Aires", precioso documento da época, que o "Inventário" da Tôrre-do-Tombo nos revela. (4)

Em data de 21 de outubro de 1643, dando a El-Rei as informações pedidas "sôbre o modo de abrir comércio com Buenos-Aires", Salvador Corrêa de Sá, que tinha vastos conhecimentos daquela região, como comandante das Frotas do Brasil, sugere se erguesse uma fortaleza nas imediações de Buenos-Aires. Para êsse fim organizar-se-ia uma frota de pequenos navios, nos quais, no Rio e em São-Vicente, embarcariam de 500 a 600 homens, agregando-se-lhes os índios que fôssem possível. Aos chefes se prometeriam mercês e ten-

---

(2) Franc. Adol. Varnhagen. **Biografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides.** Rev. I. H. B. III. 1841.
(3) Parte I. dêste.
(4) B. N. Anais XXXIX — 28.

ças, afim de estimular o seu zêlo. Êsses navios levariam duas chalupas e, chegando ao pôrto, que não tem defesa, se trataria de fazer uma fortaleza na **Chacarilha de D. Caterina,** sítio assim chamado e donde se senhoreia a cidade e o Riachuelo, que é a passagem onde estão os navios. Tudo isso seria levado a efeito sem encomodar os moradores, nem tão pouco consentir que se mudem dalí com suas famílias, "mas se quiserem ir comerciar, dar-lhes lugar para o fazer, manifestando-lhes que só se trata de segurança para os nossos navios."

A fortaleza que deveria ser logo erguida receberia tijolos do Rio e cal de São-Vicente, e seria artilhada com peças levadas do Rio, da Baía e da Ilha-Terceira, onde existiam algumas sem utilidade. Mas, era preciso evitar que os castelhanos recebessem socorros por terra e, nesse caso, alvitrava : "Também será de efeito mandar V. M. licença aos moradores de S.-Paulo para que, pelo sertão, vão sôbre o Paraguai, porque é a parte de donde pode descer pelo rio abaixo mais socorro aos moradores de Buenos-Aires e divertidos em seu primeiro lugar o não terão de socorrer a outro: suposto que se essa gente fôr por êste caminho hade tratar de trazer os indios que estão nas aldeias, que a ser com diferente titulo do que costumam, não fôra de tanto prejuízo como o com que os trazem, vendem e compram. "Lembrava mais que o capitão-mor dessa gente deveria ser eleito pelo próprio povo de São-Paulo, afim de evitar inveja e dissídios. (5)

O autor da informação é o mesmo Salvador Corrêa de Sá e Benevides que, quatorze anos mais tarde, em 1657, recebe a mercê de uma capitania, cujos limites ultrapassavam já o paralelo de 28°, e se estendia até à bôca do Rio-da-Prata, se a metade das cem légoas requeridas não pudessem ser localizadas ao norte da ilha de Santa-Catarina.

A coroa portuguesa, que na distribuïção geral das capitanias, temerosa de avançar para o sul afim de não dar razão de queixa aos castelhanos, não havia contemplado as terras que se estendiam até o Rio-da-Prata, fazendo delas mer-

(5) Biblioteca Nacional **An. cit.** XXXIX — 28.

cê aos seus servidores, já mais afoita se mostra e, no ano seguinte, 1658, em outubro, defere o pedido da viúva e filhos do ex-governador do Rio-de-Janeiro, tio de Salvador Corrêa, concedendo-lhes largas sesmarias. "Uma de dez léguas de sesmaria por costa desde a barra do Paranaguá para o sul e pelo sertão até entestar com a demarcação dos castelhanos; no caso das terras já estarem concedidas correriam da última demarcação para diante; a outra era de trinta léguas por costa, começando onde acabavam as das capitanias dos Condes de Monsanto e Vimeiro para o sul, confrontando no sertão com os castelhanos." (6)

Lucas Boiteux, com muito fundamento atribue o povoamento da Ilha de Santa-Catarina e o da Laguna às insinuações de Salvador Corrêa de Sá, aos capitães Francisco Dias Velho e Domingos de Brito Peixoto, que o governador da Repartição do Sul conhecera em suas repetidas viagens a Santos.

Diz o visconde de São-Leopoldo que é incontestável jamais ter o Rio-Grande-do-Sul pertencido a donatário. Até seus lindes não haviam chegado as oitenta léguas de costa, doadas a Pero Lopes de Souza, que findavam, mais ou menos, no rio de S. Francisco-do-Sul, nem tão pouco as largas sesmarias de que o príncipe d. Pedro fizera mercê ao visconde de Asseca e a seu irmão João Corrêa de Sá. E acrescenta que "não era natural apetecerem terras desconhecidas que um marítimo ouriçado de alfaques tinha impedido e alí surgirem os mais intrépidos navegantes; sobretudo experientes do êxito ruïnoso de tais emprêsas, ainda em outras donatarias, com boníssimos portos, de fácil embocadura e abrigados de vendavais." (7)

Outra alta autoridade da história nacional, o visconde de Porto-Seguro que, naturalmente, como pesquisador insigne teria compulsado a documentação existente na Tôrre-do-

---

(6) B. N. Anais, cit.

(7) José Feliciano Fernandes Pinheiro — **Anais da Província-de-S.-Pedro** — 2.ª ed. París — 1839.

Tombo, contesta a veracidade dos documentos referentes à doação das capitanias do visconde de Asseca, de trinta léguas de terra, que findariam na bôca do Rio-da-Prata. (8)

Documentos modernamente exumados do Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, (9) vêm dar novas diretivas à questão, esclarecendo êsse ponto obscuro e controverso da nossa história. Houve, realmente, concessões de donatarias, abrangendo o Rio-Grande-do-Sul e Uruguai, primeiro a Salvador Corrêa de Sá que, por motivos óbvios, foi tornada inexistente e, mais tarde, como conseqüência natural da primitiva doação, outra a seus filhos visconde de Asseca e general João Corrêa de Sá.

Até onde se estenderia, em território rio-grandense, a primeira doação? A de Salvador Corrêa tinha por ponto de referência "as terras onde chamam a Ilha de Santa-Catarina, começando nela partindo a metade para a banda do norte, e a outra metade para a banda do sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania" se completem com as que "forem de V. M. e estão despovoadas, e ficão entre a capitania de S.-Vicente e Rio-da-Prata, com os portos, rios e ilhas que houver na dita capitania."

Da ilha de S.-Catarina para o norte não havia terras devolutas, porque a donataria de Pero Lopes, ainda de posse de seus herdeiros, atingia até 28° e um têrço, (altura da Laguna), não podendo, assim, ser completadas essas cincoenta léguas ao norte. Nesse caso, a demarcação das cem léguas, que correriam rumo sul, pela costa viria atingir aproximadamente aos 34 graus, isto é, todo o território rio-grandense, e pequena parte do uruguaio.

Veremos oportunamente, com dados mais positivos, a extensão, dentro do nosso território, das donatarias do vis-

---

(8) Pôrto Seguro — Hist. Geral do Bras. 677. n.

(9) Anais da Biblioteca Nacional. XXXIX — 1917. **Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, da Biblioteca Nacional de Lisboa.** — E' justo consignar que grande parte dessa documentação fôra anteriormente descoberta pelo dr. Alberto Lamego que, em primeira mão, a publica em seu trabalho **Terra Goitacá**, cit.

conde de Asseca e seu irmão que, a-pesar-de opiniões em contrário, durante 51 anos foram donatarios de grande parte do Rio-Grande-do-Sul.

As petições de Salvador Corrêa de Sá e Benevides constam da ata do Conselho Ultramarino, de 14 de março de 1658, e aquí as registamos como documento interessante para a história do Rio-Grande-do-Sul: "Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Conselheiro deste Conselho, General da Frota do Brasil, Alcaide-mór da cidade de São Sebastião.... fez duas petições a V. M. nelle, em que diz no primeiro que elle ha 31 annos, que serve a V. M. nestes Reynos, em particular no Estado do Brasil, onde seu pae Martim Corrêa de Sá servio mais de cincoenta, morrendo em tempo que estava actualmente governando o Rio de Janeiro, e a repartição do sul, a qual praça ganhou Salvador Corrêa de Sá aos franceses, em tempo do senhor Rey Dom Sebastião, governando por mais de 4 annos conquistando Cabo Frio e mais costa daquellas Capitanias, occupando-se mais em servir os Reys deste Reyno que pedir-lhe premios, e porque he costume deste Reyno darem-se as terras do Brasil em Capitanias de cem leguas, pouco mais ou menos, ás pessoas que por serviço de V. M. as queirão povoar, e tem posses, sufficiencia e experiencia para o poder fazer, como se fez a todos os donatarios, como foi Martim Affonso de Souza na Capitania de Tanhaêm, de outras cento e tantas aos progenitores de Ambrosio de Aguiar no Espirito Santo, aos de Gil de Góes na nova Parahyba, que hoje está despovoada, a Francisco de Sá a dos Ilheos, a de Porto Seguro aos progenitores do Marquez Bento Maciel Parente, ao sobrinho a Antonio Coelho de Carvalho, a Feliciano Coelho de Carvalho, seu sobrinho, a Alvaro de Souza de Tavora, e haverá poucos dias a hum filho de Antonio Coelho de Carvalho, que nomeasse a parte onde queria, as quaes se darão as pessoas referidas em consideração de as povoarem e estender-se a propagação da fee e grande utilidade que se segue a fazenda de V. M de se cultivarem e povoarem e elle por serviço de V. M. quer povoar huma capitania, nas terras onde chamão a Ilha de Santa Catharina, começando nella, partindo a metade para a banda do Norte, e a outra metade para a banda do sul,

e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania que pede destas terras de cem leguas de costa como he uzo e costume, pouco mais ou menos, se inteirar nas terras que se demarcarem com estas, e forem de V. M. que estão despovoadas, e ficão entre a Capitania de São Vicente e Rio da Prata, com os portos, rios e ilhas, que houver na dita Capitania, como he uzo e costume conceder-se aos mais donatarios, e da mesma maneira nas jurisdições que tem. Pello que pede a V. M. lhe faça mercê mandar-lhe passar doação da dita capitania para uzar della na forma referida nesta petição e se augmentar a propagação da fee e fazenda de V. M.

E na segunda diz que elle tem feito petição a este Conselho pedindo a V. M. lhe faça mercê de huma Capitania no Estado do Brasil ou Maranhão, e porque entre as que estão por dar, ha huma sorte de terras em que chamão a Ilha de Santa Catharina, que fica alem da Cananèa para a parte dos pattos. Pede a V. M. se mande informar de que terras he e a utilidade de que são á propagação da fee e augmento da Fazenda Real, e achando que convem dalla, lhe faça mercê, como se fez aos mais donatarios de 100 leguas de costa, começando a medir em frente da dita Ilha para huma banda, e outra, em terras de V. M. e que não sejão dadas a outras pessoas, que as tenhão cultivado, e faltando para alguma das bandas se inteirará de outra, com todas as aguas, campos e ilhas, que houver nas ditas 100 leguas de costa, como he uzo e costume, para elle as mandar povoar á sua custa." (10)

Correu a petição os trâmites legais. Vários conhecedores da região foram ouvidos sôbre a pretensão do governador. Marcos Corrêa de Mesquita que, como Provedor, ia para a Índia, deu a seguinte informação que, como as seguintes, registamos por conter interessantes informes sôbre o Rio-Grande-do-Sul : "Respondendo as perguntas que se lhe fizeram, acha por informações e noticias que tem da costa do sul do tempo que serviu do Ouvidor do Rio de Janeiro, que da povoação que chamam de Cananéa até a Ilha de Santa

(10) Anais cit. — 80 - 83.

Catharina. haverá de circuito 6 para 7 leguas, e que neste circuito haverá tres portos de mar em os quaes poderão entrar muitas embarcações e fazer outras de muitas toneladas, com as madeiras que dá a terra; as terras são muito boas e as cultivando, darão toda a novidade de mandiva, legumes, tabaco, algodão e canna de assucar; são terras sem povoações de gente branca, nem indios, tirada a Cananéa e a Lagoa dos Patos que ha junto ao Paraguay dizem que ha uma povoação de gentios com os quaes os brancos vão resgatar, dizendo ser gente muito bruta e não ter conhecimento da fé e com facilidade virão a ter, sendo povoadas aquellas terras visinhas, por ficarem tambem perto da Ilha de Santa Catharina de que se pergunta a informação que se dá e isto é o que se pode dizer do sitio da terra, bondade e largueza della."

"O que lhe parece, convem ao serviço de S. Magestade, augmento de sua fazenda e conservação e serviço de Deus é que S. Magestade deve dar estas terras que estão vagas em toda a costa do Brasil, a pessoas poderosas as quaes cultivam, porquanto dos fructos teria dizimos e direitos e principalmente as que se tratam da costa do sul, porque dando-se a pessoa poderosa e que agencie povoadores, fará povoações nos tres portos que tem aquella terra, haverá commercio com o Rio e a Bahia e abrir-se-hão alfandegas, cujos direitos podem render muito pelos fructos da terra, como pelas mercadorias que podem vir de fóra a este reino, como de Buenos Aires, por ficar muito perto e haver occasião de se metter muita prata neste reino de que tanto carece. E querendo V. Magestade commetter alguma facção por ali, contra Castella, para se aproveitar dalgum porto donde possa vir prata, tendo aquelles portos povoados e navegaveis, pode fazer com maior facilidade. Pelo que lhe parece que V. Magestade deve dar estas terras em Capitanias, a homens poderosos que agenciam povoadores cultivadores, mas que a esses primeiro se lhes devia dar privilegios e liberdades, taes que animassem a muitos serem seus companheiros no trabalho de agricultura e se assim não for difficultosamente conseguirá esta povoação por ser em terra mui remota das povoadas deste reino."

Frei Cristovão de Lisboa, que havia sido despachado bis-

po de Angola, informando a petição, diz: "Parece justa, acertada e conveniente, a doação da nova Capitania, alem de que na presente conjectura, é bom que se busque por todas as vias, cousas de que V. Magestade possa fazer doações, sem detrimento de sua fazenda, para ter com que pagar serviços e animar os homens até fazer muitos outros. A mercê das doações tira dois fins, um enriquecer a pessoa particular que recebe tal beneficio pelos seus serviços, outro a utilidade que dahi resulta ao reino, porque quantas mais Capitanias povoadas, tanto mais navios, virão carregados de assucar e outros fructos. Pelo que fazendo V. Magestade mescê da doação, deve ser em porto onde possam entrar e estar navios em segurança, onde haja campinas para o gado vaccum, sem o que não podem haver engenhos e nem será de utilidade alguma ao reino, nem ao dono."

Segue-se a informação de Manuel Pereira Lobo: "As noticias que tenho de Cananéa e Buenos Aires, é estarem as terras despovoadas de gentio que ali existiam e hoje só habitam nellas onças e tigres. São terras que darão muitos mantimentos, que tem muitos rios e lagoas e portos, como são os do rio S. Francisco, e Ilha de Santa Catharina, o da Lagoa dos Patos e o de Rio Grande. Tem extensos campos e será muito do serviço de S. Magestade povoarem-se havendo quem os queira."

Frei Manoel de Santa Maria assim informou a petição: "A Ilha de Santa Catharina fica alem da Cananéa 60 ou 70 leguas, é montuosa e despovoada, terá 6 ou 7 leguas de comprido e 3 ou 4 de largura, faz duas barras com a terra firme. A que fica do norte para a banda de Cananéa tem baixios e não se servem por ella, senão embarcações pequenas, a do sul que fica para Buenos Aires é maior e pode entrar navios grandes.As terras desde Cananéa até o Rio Grande, terão mais de 200 leguas, por costa, estão despovoadas por haverem os moradores de São Vicente, lhes tirado o gentio que as povoava, e só no dito Rio Grande, ha algum gentio que confina com os charruas em Buenos Aires. São terras de muitos rios, lagoas e campos que se estivessem mais perto das nossas povoações seriam de utilidade para os gados, mas não podem vir

por terra por causa das asperezas dos caminhos e mattos; são muito ferteis e se poderão ali fazer muitos engenhos de assucar, mas como ha muitas terras no Brasil e estas estejam tão longe, não ha quem as queira povoar e será muito conveniente ao serviço de Deus e de V. Magestade dar a quem as queira."

O capitão Salvador Thomé Mealhadas prestou a seguinte informação : "A Ilha de Santa Catharina deve ter 5 a 6 leguas, e seu porto é muito nomeado por haver estado assenhoreado pela armada de Diogo Flores e Baldez. Logo se segue para o sul, a Lagoa dos Patos, Ararionga, o rio Saramandry, o Rio Grande, Castilhos, Ilha dos Lobos, ilha de Maldonado, ilha das Flores, a barra de Buenos Aires. Está despovoada por ter sido caçado o gentio pelos moradores de S. Vicente. E' montuosa, tem muitos rios, lagoas, campinas, madeiras para fabricar embarcações, e dá os mantimentos com abundancia se houver lavoura. Até agora não se sabe se dá assucar por ser a terra fria, mas produzirá muito bom gado. Deve ser dada a quem pretendel-a, pois estando despovoada nem Deus nem S. M. tem serventia."

Finalmente falou o P. Luiz Pereira de Campos "que diz que as terras que correm de Cananéa para o sul são muitas e muito ferteis; a prova é a experiancia que sendo la mui poucos os moradores, o principal sustento da gente de guerra do Rio e ainda da Bahia, são as farinhas e legumes, que vem daquellas partes; e é certo que havendo quem as cultive serem dobrados os fructos. Depois da Cananéa está o porto de Paranaguá, após o rio novo de S. Francisco, Ilha de Santa Catharina e junto a ella a grande allagoa dos pattos, todos portos bellissimos e capacissimos de muitos e grandes navios, fertilissimos de madeiras e abundantissimos de pescados, será cousa de grande serviço a Deus e de V. M. e augmento de sua fazenda repartirem-se aquellas partes a pessoas de porte, e timoratas, para que as façam crescer de pressa, e com temor de Deus e obediencia de seu Rey, a razão está tanto á prima face, que não tem necessidade de prova, pois de se não partirem está tudo quasi deserto e mattas bravias, e repartido-se era força se vão logo para lá muitos moradores pobres

a gozar da fortuna que ali tem, e com isso crescerão as fazendas reaes, e tambem crescerá a fé porque ainda naquellas partes na Ribeira do mar não ha já gentio senão alguns poucos na Lagoa dos Patos, aonde os nossos portugueses vão fazer as suas compras de indios pelas costas desta costa, e destes portos pelo sertão irão sem duvida muitos indios, que é força se venham metter comnosco, a buscar suas ferramentas, de que necessitam muito, sabendo que por ali ha povoações, e sempre se baptisarão alguns e se conservarão comnosco para bem de suas almas e bem daquelles portos. Pelo que lhe parece cousa acertadissima que a repartição se faça na forma apontada, e com a maior brevidade possivel, pois com a dilatação se impede muitos bens e atalham a grandes proveitos. E tirar qualquer fructo do que está infructuoso é providencia. (11)

Louvando-se nessas informações, o Procurador da Coroa, no Conselho Ultramarino, opinou pela concessão da donataria requerida, não só por causa da conversão do gentio como pelo resultado que adviria para Portugal com o povoamento dessas terras incultas. Foi o Conselho de parecer se concedesse a mercê, assinando o acôrdo em 4 de janeiro de 1657, os ministros Marquês de Montalvão e Jorge de Albuquerque.

Parece, porém, que em virtude dos acontecimentos que fizeram Salvador Corrêa de Sá decair do prestígio real e que ficam historiados, tornou-se sem efeito essa concessão.

Não desistira, porém, de estender os domínios de seus filhos, já que não realizara o intento anterior, até à embocadura do Rio-da-Prata. Pelo conhecimento prático da região, sabia que as vastas campanhas deshabitadas do sul seriam um vasto empório de gado que poderia abastecer as exigências da colônia. Tinha mesmo contribuído para essa riqueza pastoril pois, quando da concessão das terras que impetrara como donatário, mandara lançar entre o cabo de Santa-Maria e Maldonado umas vacas de que procedia par-

(11) Anais cit. XXXIX — 80, 83.

te do gado alí existente. (12) Oportuno o momento para conseguir êsse objetivo e, pela compensação de não ser erigida a Vila do Paúl de Asseca, solicitou a El-Rei, em nome de seus filhos, o visconde de Asseca e João Corrêa de Sá, duas capitanias com o total de cem léguas que, começando no marco da divisa das terras da Coroa, cabo de Santa-Maria, com as de Castela, corressem para o norte da Lagoa-dos-Patos.

A petição foi presente ao Conselho Ultramarino que, em consulta de 3 de julho de 671, deu parecer favorável, respondendo o procurador da Fazenda que reafirmou o que em outras ocasiões havia dito : "quanto mais povoações houvesse no Brasil mais utilidades seguiriam para o Reino", e "o da Coroa alvitrou ser de grande conveniência o pedido, pois tendo o rei Católico mandado levantar a cidade de Buenos-Aires, populosa e perto dêsses confins, certamente os seus vassalos haviam de aproveitar as terras pertencentes a Portugal por serem mui férteis, como já o estavam fazendo os padres da Companhia-de-Jesús daquela Coroa com as suas grandes criações de gado e que quanto mais fôsse o tempo decorrido mais difícil se tornaria a expulsão dos invasores". (13)

Surgiu, porém, a questão de que, para completo das cem léguas, computados os quinhões da Paraíba-do-Sul, era mister fazer-se a demarcação das capitanias já doadas, não concordando com isso os donatários pelas despesas de vulto que acarretaria. Alegavam êles que a medição como era exigida, "seria cousa impraticável, por quanto tôdas as que V. A. tem dado vão sucessivamente pelas doações, declarando que começará em tal parte, e logo as mais onde acabar a primeira, e os donatários têm tomado posse pela altura e a rumo direito. E para se haver de medir pela costa será cousa impossível para o que não bastarão 100.000 cruzados para estas medições, sendo por muitas terras despovoadas, e de

(12) B. N. Anais XXXIX — 195. Carta de d. Francisco Naper a El-Rei, datada da Colônia 6-XII-691.

(13) A. Lamego Op. cit. I 119.

rios, pelo que pede a V. A. seja servido mandar considerar seu requerimento, que é encaminhado a seu Real serviço." (14)

Afinal, depois de um longo exórdio em que o Conselho Ultramarino passa em revista tôdas as concessões de donatárias, é o mesmo de parecer pela consulta de 23 de setembro de 675, que "há, pois, conveniência em se conceder as 75 léguas pedidas porque não prejudica a terceiros e ficam na primeira demarcação do Rio-da-Prata, onde se evita o excesso dos castelhanos na invasão das terras de V. A., convindo fazer-se já a povoação, porque muitos moradores de S.-Paulo querem ir povoar aquela parte." A essa consulta está aposta a seguinte resolução régia: "Como pareçe, Lxa. 23 de outubro de 1675. Principe." (15)

Em 5 de março do ano seguinte é feita a segunda apostila à carta de doação do visconde de Asseca, segundo do título, pois o primeiro falecera, em 28 de outubro de 674, sendo procurador de João Corrêa de Sá, que estava na Índia, e de seu neto menor, o general Salvador Corrêa.

E' do teor seguinte essa apostila: "Segunda Postilla. Tendo respeito ao que me representou Salvador Correa de Sá e Benevides, como tutor de seu neto o visconde de Asseca e procurador de seu filho João Correa de Sá, em rezão das setenta e cinco leguas de terra que pede se lhes acrescentem ás trinta da capitania que lhe tenho feito mercê, que foi de Gil de Góes, no Estado do Brasil, entre o Cabo Frio e o Espirito Santo, repartidas por ambos, vinte ao visconde de Asseca e dez a João Correa de Sá, representando-me tambem que mandando tomar posse e fundar as villas da dita capitania se não acharam as ditas trinta leguas com o que se não podia em terra tão limitada, fundar duas capitanias e que todas as que tinha dado no Estado do Brasil e Maranhão, as menores são de 50 leguas de costa, e visto o que fica referido e o que sobre isto respondeu o Procurador da

(14) B. N. Anais cit. 138.
(15) A. Lamego Op. cit. 129.

Coroa e ser em utilidade e augmento daquelle Estado povoar-se cada vez mais. Hei por bem fazer mercê ao dito visconde de Asseca de 30 leguas que mais pede nas terras que estão sem donatarios naquella costa até á bocca do Rio da Prata para que as logre assim como logra as vinte de que pela doação acima e atraz transcripta lhe tenho feito mercê, com mais clausulas e condições que se lhe concederam as 20 leguas de que se lhe passou a dita doação e esta mercê. E lhe faço alem das 45 leguas que tambem tenho feito a seu tio João Correa de Sá e esta postilla valerá como carta, sem embargo da ordenação, Livro 2.º Titulo 4.º em contrario. Manuel Pinheiro da Fonseca a fez em Lisboa 5 de Março de 1676. O secretario Manuel Barretto de Sampaio a fez escrever. PRINCEPE." (16)

De posse da concessão tratou logo Salvador Corrêa de fazer a divisão das terras que, segundo mapa apresentado na ocasião, constariam de pequenas parcelas de dez e quinze léguas localizadas em lugares diferentes, conforme nos informa A. Lamego (17).

"Era mui interessante a forma da partilha. Para o visconde de Asseca deviam ser destinadas as terras da capitania de São Thomé, mas começando a cinco leguas para o sul do Baixo de Pargos até o Rio das Ostras em Santa Anna de Macahé, que se calculava ter 20 leguas, completando-se as restantes 30, com 10, da Ilha de Maldonado (perto do Marco de Castella) á Ilha de Castilhos, sob o nome de S. Pedro dos Marcos; com outras 10 na "Laguna dos Patos", ou terra firme de Santa Catharina e finalmente com 10 ao norte do Rio Guaratiba, correndo para a ponta, a seis leguas ao sul da barra de Cananéa, sob a denominação de S. Martinho do Mel.

Para João Correa de Sá 20 leguas da ilha de Castilhos ao Rio Martim Affonso, sob a designação de S. João de Campos; 10, continuando o rumo do norte da passagem do

---

(16) B. N. Cod. mass. I, 2, 4 - 2.º Doc. CLXIII.
(17) A. Lamego Op. cit. I 131.

rio Tramandahy sob o appellido de São José; 15, começando na enseada das Garoupas, do lado do sul para o norte da Enseada das Bombas sob o titulo de São Sebastião das Garoupas; para completar as 50 leguas, as 5 restantes na capitania de S. Thomé, começando no Baixo dos Pargos ao lado norte do rio Itapemerim, onde se dividia a capitania do Espirito Santo correndo para o sul até onde principiavam as terras do visconde acima descriminadas." (18).

Não foi aceita essa divisão parcelária, a-pesar-de ter o Conselho concordado com ela. Mas, o procurador da Coroa, que foi ouvido por El-Rei, opinou que não convinha essa demarcação não só porque os ouvidores dos donatários seriam obrigados a passar por terras alheias, nelas tendo de baixar as varas por não terem jurisdição nas mesmas, como também evitava-se que fôssem escolhidos os melhores campos, ficando os estéreis. E terminava que a medição fôsse feita do marco do Rio-da-Prata para o norte correndo daí as 75 léguas doadas.

Começavam essas 75 léguas "da bocca do Rio da Prata q' tem principio no cabo de Santa Maria, e corre para a costa para a parte do Rio de Janeiro", linha que seria dois anos depois a divisa da capitania do visconde de Asseca com as terras realengas em que se vai fundar a Colônia-do-Santíssimo-Sacramento, em cujo "Regimento" outorgado a d. Manuel Lôbo, em 18 de novembro de 678, bem se discrimina. (19) Ao norte, computando o grau em 17 léguas e meia, que era a medida portuguesa da época, encontraremos a ex-

---

(18) Chuí hodierno. Há uma confusão nos mapas antigos sôbre essa designação. O verdadeiro rio de Martim-Afonso é o Mampituba, onde consta ter saído à terra, na sua expedição de 532, êsse navegador e fundador de S. Vicente. Um êrro de mapa, depois repetido deslocou para o Chuí essa denominação. Outra observação interessante a notar é que, com essa destribuïção de terras ficava o Rio-Grande completamente fora da demarcação que de seu extremo limite sul, o Chuí, passava para o extremo norte, o Tramandaí. A costa baixa e arenosa não era muito cobiçada.

(19) "e tereis entendido que poste tenha concedido duas capitanias de terras naquella costa ao Visconde de Asseca e a João Correa de Sá, se estende da bocca do Rio da Prata, q' tem principio no Cabo de Santa Maria, e corre pela costa para a parte do Rio de Janeiro, e o mais terre-

tensão de 4°, 1', indo assim morrer as terras de João Corrêa de Sá, que se seguiam às 30 léguas do visconde de Asseca, a 30 graus, mais ou menos, paralelo que corresponde a Pôrto-Alegre.

Em sua consulta de 3 de julho de 671, opinando pela concessão das capitanias requeridas pelo visconde de Asseca e seu irmão, nas terras deshabitadas que confinavam com o Rio-da-Prata, o Conselho Ultramarino foi de parecer, de acôrdo com o voto do procurador da Coroa que no extremo das capitanias de que se fazia mercê se erguesse "uma fortificação capaz de resistência e com tanta gente e segrêdo que quando soubessem já estivesse pronta para a defesa, enviando-se também todos os anos das ilhas, 15 a 20 casais, de todos os ofícios para o povoamento dessas terras, que estavam destinadas a ser as mais importantes da Coroa, pela bondade do clima, da terra e dom natural das gentes. ([20])

Conseguida essa concessão, que viria completar as cem léguas impetradas, pediram os donatários fôsse nomeado Martim Correa Vasqueanes, sobrinho do general Salvador, para exercer o cargo de capitão-mor e governador das suas terras, o que lhes foi deferido em 28 de fevereiro de 676. No ano seguinte, em 25 de janeiro, dando cumprimento à determinação real, apresentou o general Salvador ao Conselho, como tutor de seu neto e procurador de seu filho, um requerimento em que solicitava auxílio para erguer a fortificação

---

no da bocca do Rio para dentro que fica para a parte do sul da linha de sua demarcação, e hade correr pelo interior da terra pertence à Corôa, onde haveis de formar as povoações que puderem ser, seguindo os cazaes que quizerem passar a viver nella, e estas hão de ser sempre realengas, sem terem outro dominio." — (Regimento que o Governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo levou para a Fortaleza do Sacramento do Rio da Prata) Bibl. Nac. **Regimentos** — (1642-1753) Cod. I — 5. 2. 20. V. Arch. Gen. de la Nacion. **Campaña del Brasil** Buenos-Aires. 1931 - I - 67 (Trad. esp.)

(20) Deu o Conselho o seguinte parecer: "Parece que devem ser feitas as mercês pedidas, fazendo-se primeiro a fortificação para se evitar o damno dos castelhanos, tirando-se a prerogativa de fazer Villa no Paúl de Asseca, para que com a maior brevidade se appliquem ás ditas capitanias e fortificação. Lxa. 3 de Julho de 1671. **Duque — Malheiros — Dourado — Falcão Macedo.** A. Lamego. Op. cit. I 120, n. 4.

projetada, e apresentando os nomes de três oficiais afim de que fôsse escolhido um dêles para governar a fortificação. (21)

Dos oficiais apresentados foi escolhido e nomeado pelo Rei, em 24 de fevereiro, o capitão de infantaria d. Gabriel Garcez y Gralha, que era comandante de uma das companhias do Têrço de Infantaria do Rio-de-Janeiro. Em seguida seguiu êsse oficial para o extremo sul, afim de "reconhecer o marco do Rio-da-Prata, postado no cabo de S.-Maria, ilhas, barras, e examinar a melhor paragem para a fortificação", que se projetava.

Nesse entretempo, "Vasqueanes que tinha de construir essa fortificação, requereu logo a entrega de 18 peças de artilharia para a sua defesa, e como as terras do sul addicionadas á capitania do visconde de Asseca e de seu tio, estavam infestadas por muitas tribus indigenas, com as quaes havia necessariamente de lutar, para assenhorear-se delas, pediu mais 50 espingardas, 100 mosquetes e arcabuzes polvora, munições, armas de gastadores, 50 sellas apparelhadas, 100 pistolas e clavinas para uso da companhia de cavallaria que pretendia formar. Provido do que necessitava seguiu para as novas terras onde ia tambem fundar outras villas." (22)

---

(21) "Salvador Correa de Sá como tutor de seu neto o visconde de Asseca e procurador de seu filho o general do Estreito de Ormuz, João Correa de Sá, donatarios das capitanias de São Salvador de Campos, e Santa Catharina de Moz, no distrito da Parahyba do Sul, apresentam neste Conselho um papel por elle assignado em que diz que V. A. lhes acrescentou ás ditas capitanias por serem limitadas 75 leguas de costa na dita Repartição do Sul entre o marco do Rio da Prata, onde parte esta coroa e os donatarios a quem V. A. tem feito mercê; porque trata de mandal-as povoar e para o poder fazer e em segurança necessita de fortificações, e tem feito petição a V. A. pedindo-lhe munições e sustento para a Infantaria e para os Vigarios e ministros da Igreja e ordinarios apontando os meios para este effeito; e porque para conseguir este serviço de se povoarem aquellas terras necessita de pessoas de toda satisfação, e em nome dos ditos donatarios propoe a V. A. o capitão de infantaria D. Gabriel Garcez y Gralha em primeiro logar por nelle concorrerem qualidade e mais de 20 annos de serviço, como consta neste Conselho, e entender de fortificações; e em segundo o capitão tambem de infantaria da dita praça Alexandre de Castro, que tambem ha mais de 20 annos que o é, e em terceiro o capitão Francisco Munhóz." B. N. Ann. cit. 141.

(22) A. Lamego Op. cit. I 139.

A-pesar, porém, dessas providências iniciais, não conseguiram os donatários povoar as novas terras concedidas, não sendo, nem sequer lançados os fundamentos da fortificação que devia preceder à formação do núcleo de povoamento. Parece que, além da escassez de meios com que lutariam os fundadores, muito influiu na impraticabilidade do estabelecimento a resolução régia de fundar a Nova-Colônia-do-Sacramento, que lhe ficaria imediata, e de que se vinha tratando já desde 678, com a designação de d. Manuel Lôbo para êsse empreendimento.

Em 692 faleceu o 2.º visconde de Asseca, Salvador Correa de Sá, sucedendo-lhe no título, casa e mercês, o 3.º, seu irmão Diogo Correa de Sá. Governou êste a sua capitania sem confirmação especial da Coroa durante largo período, todo êle cheio de incidentes em suas terras da Paraíba-do-Sul, com o que descurou completamente do que se referia à donatária do Prata. Conseguiu, afinal, lhe fôsse confirmada a mercê feita a seus antecessores. Ouvido o Conselho Ultramarino em sua sessão de 26 de maio de 726 foi de parecer que se lhe adjudicassem as terras da Paraíba-do-Sul, com 20 léguas de costa e 10 para o sertão, mas que "se lhe não confirmem também as 30 léguas que se faz menção até à bôca do Rio-da-Prata" pelo "abandono em que se acham não tendo feito o visconde e seus antecessores diligência alguma para povoá-las."

De ocôrdo com êsse parecer não foi confirmada a posse da capitania do Rio-da-Prata que, em data de 23 de março, reverteu ao domínio da Coroa, conforme se evidencia da terceira apostila: "... Hey por bem de confirmar ao dito Visconde de Asseca, como por esta confirmo e hey por confirmada a dita Cap^nia. da Parahyba do Sul entre as do Espirito St^o. e Cabofrio, com vinte Legoas de Costa e som^te. dez Legoas para o Certam para que tenha, haja, Logre epessua, de juro, herdade. elle e todos seus sucessores ascendentes e descendentes a d^a. Cap^nia. aSim Sinalada, e Lemitada com todas as jurisdiçóes, rendas, direitos e pertenças conteudos na Carta de Doação, exceto o que abaixo hira declarado, elhenáo

confirmo; porquanto por Convir asy ameu serviso eo pedir aCauza publica ebom Govº. das terras e povos do Brazil, lhe náo confirmo mayor quantidº. deterra q' a sobre dª. de 20 Legoas de Costa, e dez pª. o Certam; e taobem porque o dito Visconde Diogo Correa de Sá, nem seo pay o visconde Martim Correa de Sá saptisfizerão as clasulas, e condiçõoens em q' foy dada a mais terra conteuda nas Postillas, e pela mesma rezáo da causa publica lhe náo confirmo a izenção de correição que foi concedida a seo pay," etc. Dada em Lisboa em 23 de março de 1727. (23)

Como fica exhaustivamente demonstrado pertenceu assim parte do Rio-Grande-do-Sul, durante 52 anos, à capitania doada aos Corrêas de Sá. Se nada puderam fazer pelo povoamento desta terra, por motivos de toda ordem, despertaram, no entanto, no govêrno da metrópole, o desejo de solidificar o domínio que pretendia exercer até o Rio-da-Prata. Com a fundação da Colônia-do-Sacramento, inicia-se, para o Rio-Grande, a fase preparatória do seu povoamento, pelo conhecimento mais exato da região, pelas vantagens decorrentes de sua situação previlegiada e pela riqueza de seus campos intermináveis, onde o gado se reproduzia, criando uma industria nova que contribuiria, decisivamente, para a formação do caráter rio-grandense.

PARECER

sôbre a tese "Rio-Grande-do-Sul — Donataria dos Assecas" de Aurélio Pôrto.

"Rio-Grande-do-Sul — Donataria dos Assecas" — tal a tese com que Aurélio Pôrto comparece ao Congresso de História.

---

(23) B. N. Cod. mass. I, 2, 4 - Vol. 2:° Doc. C. L. XIII.

Chocante, à primeira vista, o enunciado. Pois que? Então o Rio-Grande, que nos acostumamos todos a ver proclamado, por autoridades incontestes — e até com certa ufania, por que não confessá-lo — de jamais haver tido donatário, constituiu, "contrario sensu", uma donataria outrora?

E' o que nos afirma o ilustre cultor das nossas letras históricas, após detidas e laboriosas investigações, principalmente no Arquivo Nacional.

Não dispondo ocasionalmente, como êsse incansável escafandrista dos mares da documentação histórica-brasileira, dos elementos necessários para examinar convenientemente a procedência de sua assertiva, e atendendo à honestidade tradicional de seus processos de investigação, conformamo-nos plenamente com as suas conclusões. Tanto mais que essas não invalidam, em absoluto, a tese — verdadeira legenda para nós outros — de que o Rio-Grande nunca teve de fato, donatário.

Provas? Colhamo-nas no próprio trabalho em apreço:

"A-pesar, porém, dessas providências iniciais, não conseguiram os donatários (os dois viscondes de Asseca) povoar as novas terras concedidas, não sendo, nem siquer lançados os fundamentos da fortificação que devia preceder a formação do núcleo de fundamento. Parece que, além da escassez de meios com que lutaram os fundadores, muito influiu na impraticabilidade do estabelecimento a resolução régia de fundar a nova Colônia do Sacramento, que lhe ficaria imediata, etc."

Aurélio Pôrto aduz ainda novos elementos comprobatórios da inocupação do Rio-Grande-do-Sul, pelo terceiro e último Asseca inclusive a quem o govêrno de Portugal excluiu definitivamente do direito donatariano, deferido aos Corrêas de Sá que o precederam na conclusão dêsse direito, e que "nada puderam fazer pelo povoamento desta terra."

Ainda bem, pois, dessa larga incursão que o erudito autor da tese em apreço operou por domínios subsidiários da história pátria ressalta, ainda uma vez, esta grande verdade, quiçá o ponto de partida, a gênese da altanaria gaúcha: — o Rio Grande do Sul nunca teve, de fato, donatário!

Pôrto-Alegre, 7 - 10 - 935.

Assinados: **João Maia**, relator
Walter Spalding
Manoelito G. de Ornellas, com restrições.

A EXPEDIÇÃO DE JORGE SOARES DE MACEDO

Aurélio Pôrto

Muito deve, como já salientámos, o povoamento do sul até o Rio-da-Prata, aos inteligentes esforços de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, continuador de seu pai e avô na administração das minas da Repartição-do-Sul.

Em 1643, indo ao reino, fêz Salvador Corrêa chegar ao conhecimento do monarca a notícia de que na capitania de São-Paulo, especialmente em Paranaguá, havia minas de ouro e prata, propondo o descobrimento das mesmas. A febre do ouro dominava a Coroa portuguesa e fácil foi interessá-la a auspiciosa notícia. Encarregando-o da diligência prometeu-lhe El-Rei "quatro mil cruzados para sempre com o título de conde, preconizado antes por prestação de serviços mui distintos, e se as minas rendessem de 500$ cruzados à coroa, o título de marquês e cinco por cento de todo o ouro que nas minas se tirasse, por cujo motivo no tempo de seu govêrno trabalhou-se com muita atividade nas pesquisas das escondidas preciosidades (1).

Embora as explorações realizadas não lograssem o resultado prático que delas se esperava, serviram para se estender mais ao sul o povoamento do país, com a afluência àqueles lugares de grandes levas de mineradores. Data daí a fundação de Paranaguá em 1647, e, mais tarde, seu predicamento

---

(1) Antônio Vieira dos Santos — **Memória histórica da cidade de Paranaguá.** 1850 — Curitiba — 1922.

à vila, em 1653. Penetrando o interior os paulistas que devassavam o sertão à cata de ouro estanciavam, em seus poisos de inverno, no sítio em que foi fundada Curitiba, elevada à vila em 1654.

Mas, a ilusão da Coroa portuguesa não se desvanecera ainda, a-pesar-dos insucessos da mineração de Paranaguá, insistindo se fizessem averiguações, pois se supunha que aqueles proviessem da falta de técnicos competentes.

A carta Régia de 28 de outubro de 1677 manda passarem ao Rio-de-Janeiro e daí a Paranaguá o administrador geral das minas D. Rodrigo de Castelbranco e seu auxiliar Jorge Soares de Macedo que, desde 1673, estavam na Baía explorando os veieiros auríferos de Itabaiana. Outra C. R., dirigida a Soares de Macedo, (4-XII-1677) secunda a órdem acima, determinando que, com D. Rodrigo, passe às minas da Repartição-do-Sul. Levaria consigo, como prático de mineração João Alves Coutinho que, no caso de Soares de Macedo desempenhar outra comissão de que fôra incumbido, ficaria com D. Rodrigo. C. R. 7-12-1677) (1).

Determinava mais El-Rei que, averiguado não existirem no distrito de Paranaguá minas de ouro ou prata, passassem aqueles funcionários a S.-Paulo e daí à Serra de Sabarabussú para procederem à mesma deligência. Levaria para êste fim Jorge de Macedo um contingente de 50 homens, com preferência sertanejos, já conhecedores da região.

Expediram-se, para o caso, copiosos regimentos especiais, delimitando as funções de todos os componentes da expedição. E se por ventura viesse a faltar D. Rodrigo, a C. R. de 7-XII-77, dirigida como a anterior ao Vice-rei, na Baía (2) determinava que "tendo em consideração a idade e os achaques de D. Rodrigo, por falecer ou por não poder passar aquelas partes ha de administrar seu cargo o tenente-general Jorge Soares de Macedo, para o que lhe passará (o Vice-Rei) as ordens necessárias."

---

(1) Arc. Nac. Coll. 60 — **Provedoria da Fazenda** — 5.° - 79.
(2) Bibliot. Nac. Cod. mss. I — 4, 3, 57 — **Corresp. dos Vice-reis,** na Baía.

Como de fato, Dom Rodrigo procurou dar cumprimento às ordens reais, enquanto Soares de Macedo desincumbía-se de outra missão, que lhe fôra dada por El-Rei, sob a aparente descoberta das minas da Repartição-do-Sul, historiada a seguir.

Em fins de maio de 1680, em S.-Paulo, para onde se dirige, pela segunda vez, Dom Rodrigo de Castelbranco convoca os homens bons da terra para "os levar ao encontro das pedras verdes, que Fernão Dias descobrira aos olhos cupidos da metrópole lusa." Só em março do ano seguinte conseguiu o fidalgo administrador organizar a sua leva que se compunha de 200 índios, tendo como chefe da expedição a Matias Cardoso, com a patente de tenente de general, e André Furtado, com a de capitão.

Penosa e, para si, fatal, foi a expedição de Dom Rodrigo. Em meados de 1682 "No Sumidouro, arraial de S.-João, encontrou o fidalgo castelhano o fero Borba Gato, o formidável genro de Fernão Dias, com os restos da bandeira do grande paulista." (1) Deu-se aí o assassínio do administrador geral, pelo chefe da bandeira, fechando-se dessa forma o trágico capítulo, escrito nas verdes escarpas de Sabaràbussú pelo sonho imortal do Caçador de Esmeraldas.

*

Jorge Soares de Macedo nasceu em Óbidos, Portugal, em 1634. Pertencia a uma das mais ilustres e nobres famílias daquela terra, sendo primo-irmão do fidalgo Dom Rodrigo de Castelbranco. Aos dezoito anos, em 1652, em uma armada que se dirigia ao Brasil, veio com praça de soldado, iniciando assim o seu serviço militar. Voltando ao Reino, já promovido a alferes, destinguiu-se notàvelmente em tôdas as campanhas militares da época, como o demonstra a sua brilhante fé de ofício, existente no Arquivo Nacional, que trasladamos na íntegra (2).

---

(1) Alfredo Ellis Júnior — **O Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano** — Tip. Piratininga — S.-Paulo — 217.

(2) Arch. Nac. 60 — **Provedoria** — Liv. 5.° fls. 80 — Registo da Carta patente do posto de tenente de Mestre de Campo gen^{al}. de Jorge Soares de Macedo. — "Dom Pedro por graça de Deus Princepe de Portugal e dos Algarues da quem e dalem Mar em Africa de guiné e da con-

Quando, em 1673 foi cometido a Dom Rodrigo o encargo de administrar as minas de Itabaiana, descobertas na Baía, veio com êste, para ser o contador delas, com o pôsto de capitão de uma fortaleza que se pretendia formar. No desempenho da sua comissão penetrou os sertões brasileiros, percorrendo-os mais de mil léguas, e tendo assim noção precisa das condições do nosso **hinterland.** Com êsses elementos de informação voltou Jorge Soares de Macedo ao Reino, provàvelmente em 1676 a-fim-de pessoalmente dar

---

quista nauegação commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India &. Como Regente e Gouernador dos ditos Reinos e Senhorios fasso saber a de que esta minha Carta patente virem que tendo respeito ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de Jorge Soares de Macedo e aos seruissos que me tem feito de mais de uinte e cinco annos a esta parte de soldado, Alferes, Ajudante e Capp^{am}. de Infantaria embarcandosse pera o Brazil no anno de seis sentos e cincoenta, e dous em hua Armada que passou aquelle estado em que fez sua obrigação, e voltando a este Reino acharse na Prouincia de Alentejo no exercito que se formou pera socorro da prassa de Oliuenssa, Restauração da de Mouráo, citio de Badajós, escallada de Talueira, no citio da cidade de Eluas, Campanha de Aronches, e Jurumenha, e na ocaziáo em que veyo o Duque de Sam Germáo a campo mayor com mil e duzentos caualos achandosse tambem em Portalegre seis mezes de guarnição com o terso de Cascais de que hera ajudante por se entender que hera o inimigo... no Recontro de odegebe Batalhando Ameixal, Escalada do Forte de Santo Antonio de Euora, em sua Restauração na toma de Valensa de Alcantara, Batalha de montes claros escala de Alcari de Gusmáo, toma de Parinogo, San Lucar de Guadiana, Giberlião e trigueiros, e assistir de guarnição em Beja e extremós pera se impedirem entradas e hostilidades ao Inimigo, hindo despois acompanhar o seu Mestre de Campo a recondução do terso referido em que se houve com limpesa, como tambem embarcarse em hua Armada que sahio a correr a Costa, a cargo do general Pedro jaques de Magalháes, e assistir na guarnição da prassa de Cascais e passar despois ao brazil com o cargo de contador das minas de Itabayana e capitáo da fortaleza que se havia de formar (hauendoas) em companhia do administrador geral delas Dom Rodrigo de Castelbranco e nesta delligencia obrar tudo com particular zello do meu Seruisso andando pello sertáo daquele estado perto de mil legoas, e ultimamente voltar ao Reino na Náo Sáo Pedro de Rates a modar conta do que se obrara na dita delligencia e hir a seuilha com ordem minha a hum negosio particular do meu Seruisso em que se houve com bom acordo, e nas ocasióes referidas com valor e satisfação; por esperar dele que em tudo o de que se encarregar me servirá com a mesma e muito a meu contentam^{to}. Por todos esses respeitos: Hei por bem, como me apraz de o nomear (como por esta nomeio) por Tenente de Mestre de Campo General ad-honorem com o exercicio e gouerno da Infantaria que passar ao descobrim^{to}. das Minas de Parnaguá e Sabarábosú da Repartição do Sul, com o qual posto gosará de todas as honras," etc. Dada em Lisbôa, a 30 de outubro de 1677.

conhecimento à Coroa das observações que fizera na utilidade do serviço real.

Na Côrte foi incumbido por El-Rei de "hir a Séuilha com ordem minha, diz o monarca, a hum negósio particular do meu Seruisso, em que se houve com bom acordo." Veremos adiante, como tudo leva a crer, qual seria essa missão de caráter particular de S. Alteza, confiada ao experimentado sertanista, que vinha da colônia.

Voltando, Jorge Soares recebe a sua patente de tenente de mestre de campo general ad-honorem, com exercício e govêrno da Infantaria que passar ao descobrimento das minas de Pernaguá e Sabarábossú da Repartição do Sul, para onde fôra, juntamente com D. Rodrigo, mandado por ordem Real.

Depois do insucesso do povoamento do Rio-da-Prata, cometido ao general João da Silva e Souza, como fica historiado, fôra presente a El-Rei, e mandado a parecer do Conselho Ultramarino, em janeiro de 1677, o requerimento do visconde de Asseca sôbre a fortaleza que pretendia erguer, nas proximidades do Rio-da-Prata, para garantir a colonização de suas terras. Levando ao príncipe notícias não divulgadas das suas entradas pelo sertão fôra, naturalmente, objeto dessas conversações de Soares de Macedo com o monarca o povoamento do sul do Brasil. E, possìvelmente, essa ida à Sevilha, em serviço particular do soberano, prender-se-ia à missão que, mais tarde, seria confiada à sua experiência de soldado e de sertanista, tôda ela envôlta em mistério e levemente aflorando da documentação da época.

Ressalta de tôda a correspondência régia que havia, sob a capa de mineração na Repartição-do-Sul, duas incumbências nìtidamente distintas, respectivamente, para Dom Rodrigo e para Jorge Soares. A do primeiro, que teve o epílogo sangrento do arraial de São João, atinha-se realmente a assuntos de mineração. A do segundo, mais ampla e importante, era a penetração para o sul e o povoamento, longamente ambicionado, da parte setentrional do cobiçado estuário do Prata.

Precavendo-se, porém, contra qualquer surpresa se chegasse ao conhecimento de Castela a incumbência que levava

o tenente-de-general, usa o príncipe, em tôda a correspondência sôbre o assunto, dos mais cuidadosos termos, para que dêles não transpareça a verdade. E' o que se vê da C. R. de 19 de dezembro de 1677 dirigida a Jorge Soares. (1)

Já aí se descobre, nas entrelinhas, o objetivo principal da incumbência. D. Rodrigo poderia ficar no sítio que melhor lhe parecesse, em companhia do minerador João Coutinho: "Nas ordens que vão ao administrador Dom Rodº. de Castelbranco pª. em vossa Compª. passar às Capitanias da Repartição do Sul pera o efeito de fazerem deligencias as Minas de Pernaguá, com sua falta ás da Serra de Sabarabosú se prevenio que sendo cazo que por seus achaques o impossibilite a poder passar a penetrar os certões das ditas capitanias, fique no citio que lhe parecer em que possa fazer alguma experiencia com João Alvz. Coutinho que ordeno vá em sua companhia..."

Outra era a missão de Jorge Soares. Advertências lhe tinham sido feitas, quando de sua estada no Reino, sôbre a incumbência que trazia. Era a de procurar sítio, e se localizar nêle, dando conta a Sua Alteza e ao governador do Rio-de-Janeiro, a-fim-de ser tomada uma resolução ulterior. Para êsse efeito levaria consigo, o povoador, as pessoas que julgasse necessárias à emprêsa.

E' o que diz a carta citada: "e vos por conueniencia do meo seruisso **e na forma das aduestencias que aqui se vos fizerão,** passareis a descobrir e penetrar aquelles Certões por se dizer que poderá neles aver o que se procura, e tomadas as notisias com atenção aos sitios que descobrires e do que mais achardes me dareis conta, e o mesmo fareis ao genal. do Rio de Janº. Dom Manoel Lobo (2) pera que enformado

(1) Arc. Nac. Col. 60 — Prov. — Vol. V. fls. 90.

(2) Em concorrência com Aires de Souza de Castro e Bernardino de Távora Tavares, propostos pelo Cons. Ultram. em 10 de junho de 1677 para governador do Rio-de-Janeiro, havia sido, em data de 21 de agôsto, nomeado para o cargo, por El-Rei, Dom Manuel Lôbo. Mas, é interessante o fato de sua carta patente de nomeação para êsse cargo, existente no Arquivo Nacional e adiante transcrita, só ter sido expedida em data de 8 de outubro de 1678, quasi quatorze meses depois do ato inicial da Coroa.

por ambos possa dispor o que ouver por bem, e pera esta jornada que fizeres leuareis aquelas pessoas que vos pareceram mais conuenientes, e que tenháo já penetrado aqueles certoes, as quaes segurareis que deste seruisso que me fizerem em vossa companhia poderáo esperar de minha remuneraçáo e quando vos seia necessaria ajuda e favor pera este efeito ordeno aos capitáes-mores das ditas capitanias oficiais de guerra, justiça e fazenda, e aos oficiais das camaras vos de o que lhes pedirdes que asim o hei por bem e de vossa Experiencia e zelo espero que neste negosio procedais tanto a meo contentamtº. que tenha logar de vos fazer mercê. Escrita em Lxª. aos dezanove de Dezbrº. de seis centos e setenta e sete. — Princepe — Pera o Thenente general Jorge Soares de Macedo."

*

Estava o tenente de general Jorge Soares de Macedo no desempenho de suas funções quando, em Santos, para onde se dirigira recebe, como aditamento às ordens reais, a incumbência de se transportar, a título ainda de descobrimento de minas, ao Rio-da-Prata, onde, nas ilhas de São-Gabriel, ou em "sítio cômodo" deveria fazer uma fortificação para segurança tanto do pôrto do Rio-da-Prata, como do povoamento da terra. (1) Em 5 de agôsto de 1678, Soares de Macedo, que fôra ao Rio-de-Janeiro, daí comunica a El-Rei que se aprestava para a diligência que se lhe incumbira.

Mas, pesando mais maduramente o assunto, que demandava maiores proporções, resolve D. Pedro II cometer a empreitada à experiente competência de D. Manuel Lôbo, que fôra despachado Governador do Rio-de-Janeiro. Demorados e escassos os meios de comunicação da época, ignorava a Côrte, ainda em novembro dêsse ano, se Jorge Soares conseguira atingir o objetivo visado. Em 12 de novembro, seis dias antes das Instruções baixadas a D. Manuel Lôbo, em C. R. ao Vice Rei, Roque Barreto, comunica a Coroa que determinara a D. Manuel Lôbo passasse ao Rio-da-Prata afim de fundar povoação, mas, "se Jorge Soares estiver no sítio de S. Gabriel, então, caso morra D. Manuel Lôbo, entregue a via

(1) Instr. a D. M. Lôbo. Bibliot. Nac. Cod. cit.

a Matias da Cunha (1) para que a abra e execute o que havia de fazer D. Manuel Lôbo, porque estando descoberta esta jornada sem atenção a execute, e ainda que Jorge Soares não tenha passado ao sítio de S. Gabriel, porque neste caso se ha de Jorge Soares avistar com Matias da Cunha, primeiro para ir em sua companhia como havia de fazer com D. Manuel Lôbo, o que disporeis por vossa instrução para que assim o execute e fique o mesmo Jorge Soares governando aquela praça." (2)

Não pretendia o monarca desgostar a Jorge Soares pela diminuïção que sofrera na emprêsa, recomendando a D. Manuel Lôbo a habilidade necessária no caso, pois seria aquele o eventual continuador da obra, se não seu executor principal. As instruções detalham a ação do ilustre fundador da Colônia-do-Sacramento. "E se em caso de antes da partida do Rio-de-Janeiro tenhais aviso de Jorge de Macedo, ou acheis quando chegardes a essa praça que está fortificado em S.-Gabriel, o mandareis socorrer em tudo que puderdes e fôr possível, partindo-vos logo sucessivamente após êsse socorro, sendo em tempo de monções e enquanto não as tiverdes deveis ir repetindo todos os socorros por mar, **sem avisardes que ides em pessoa, nem dardes a entender.**" (3) E acrescenta que se Jorge Soares não houver passado a São-Gabriel, que não o faça, ficando nas minas de Paranaguá, de onde iria ao Rio-de-Janeiro se entender com D. Manuel Lôbo. E ainda "dar notícias do que houver encontrado particularmente nas minas e do mais que lhe eu havia encarregado, sem fazer a diligência que se havia recomendado se execute no sítio do Rio-da-Prata, e caso não tenha chegado a êle, como acima se diz, vindo ao Rio-de-Janeiro informar-vos, o levareis convosco na forma que vos tenho ordenado, **sem mostrar-lhe atenção alguma, nem dar-lhe a entender que seu intento foi reprovado.**" (3)

Antes, porém, que chegasse ao seu conhecimento a mo-

(1) Governador do Rio-de-Janeiro desde 1674.
(2) Corresp. Vice-Rei Cod. cit. **Arquivo Nacional.**
(3) O grifo é nosso.

dificação do plano preestabelecido agia Soares de Macedo com presteza para a execução das ordens reais. Em Santos, onde se achavam, publicava D. Rodrigo um bando em que dava a conhecer as ordens que tinha Soares de Macedo de penetrar até o "Rio de Buenos-Aires", convocando para a emprêsa os paulistas que a ela quisessem aderir, aos quais prometia mercês, tenças e honras. Em 15 de janeiro de 1679, em São-Paulo, onde conseguira arregimentar luzido corpo de expedicionários, passava o tenente de general patentes aos paulistas Braz Rodrigues Arzão, de capitão-mor da gente da Leva, e a Antônio Afonso Vidal, de sargento-mor da mesma gente. Juntou-se-lhe o escol dos sertanistas da terra bandeirante, sob o comando experimentado do alferes Maurício Pacheco Tavares, além de 200 índios conhecedores do sertão, frecheiros e arcabuzeiros. Como Provedor do corpo militar ia o capitão Manuel da Costa Duarte, cidadão de S. Paulo, e o escrivão Antônio Pereira. (1)

Para os aprestos da expedição providenciou Soares de Macedo junto às autoridades das povoações do sul, no sentido não só de aprovisionamento da frota, como também no de conseguir pessoal apto ao serviço real.

Recebera para isso a importância de 5.000 cruzados, e armazenara grande quantidade de gêneros alimentícios. Ao sair de Santos conduzia, para mantimento da gente da leva nos primeiros tempos no Rio-de-Prata, 3.000 alqueires de farinha, 300 arrobas de carne de porco, 100 alqueires de feijão, 8.000 varas de pano de algodão, 23 arrobas de fio torcido em três linhas e duas de fio singelo.

A' Vila de São-Francisco foi uma das que contribuíu com gêneros para a expedição. "Em 6 de abril de 1679, D. Rodrigo de Castelo Branco, segundo um ofício desta data, acusa em Paranaguá, o recebimento de 650 alqueires de farinha daquí remetidos por ordem do tenente-general Jorge Soares de Macedo, quando por aquí passou para a descoberta das

---

(1) Baltazar da Silva Lisboa — **Anais do Rio-de-Janeiro** — Rio-de-Janeiro — 1835 — T. II pág. 246 a 251.

minas ao sul de Paranaguá e Rio-da-Prata. Esta farinha ia por conta dos três mil alqueires que a Câmara se obrigou a fornecer à mesma expedição." (1)

*

Luzida e aparatosa se pusera a expedição. Sete sumacas, cheias de gente, largaram do pôrto de Santos em 10 de março de 1679, rumo ao Rio-da-Prata, tendo por capitão-mor de tôdas as embarcações a Manuel Fernandes, afeito aos mares de sul.

Encontraram, porém, mares tormentosos a que não resistiriam as frágeis velas e, por duas vezes, batidas pelos temporais, tiveram de arribar novamente a Santos.

Mais infelizes se lhes deparou a terceira tentativa. Saindo de Santos, as sete Sumacas se lançaram ao mar. Sobreveio, no entanto, tempestade maior do que as anteriores já afrontadas. A frotilha foi dispersada. Quatro sumacas conseguiram aproar novamente a Santos, mas três delas, por vários dias foram consideradas perdidas. Numa das quatro que conseguiram surgir em Santos, quasi desarvoradas, vinha o tenente de general Jorge Soares de Macedo, que via frustada tôda a ação que desenvolvera para dar cumprimento à ordem real.

Só muito tempo depois teve o chefe da expedição conhecimento de que as três sumacas desaparecidas tinham ido dar à deserta Ilha de Santa-Catarina, onde desembarcara o pessoal que conduziam.

Ainda em Santos, abatido pelo malôgro da expedição, teve o tenente de general conhecimento das ordens régias, referentes a D. Manuel Lôbo. Eram aquelas terminantes no sentido de não prosseguir na expedição sem primeiro se avistar com o futuro fundador da Colônia. Tratou logo de dar cumprimento à determinação real. Na falta de monção empreendeu por terra a viagem para o Rio-de-Janeiro. Em caminho, porém, recebeu cartas de D. Manuel Lôbo. (2)

---

(1) L. A. Boiteux — Notas para a História Catarinense. Florianópolis — 1912 — pág. 171.

(2) Arc. Gen. de la Nac. **Camp. del Brasil** cit. 183 — **Depoimento Frei Lourenço da Trindade.**

Fazia-lhe ver o maneiroso fidalgo que serviço de valia prestaria Soares de Macedo "na assistência da Ilha", recomendando-lhe que nela mandasse fazer cal, telha, tijolos, cestos, carvão, "herua provechosa", canoas e carrinhos de fortificação, com tôda a madeira lavrada e taboado que fôsse possível, tudo necessário à colônia que se ia situar nas ilhas de São-Gabriel. Fêz-lhe também vários avisos de que, na ocasião oportuna, faria passar na Ilha uma das embarcações em que seguiria para o Rio-da-Prata, afim de que o acompanhasse Jorge Soares, na expedição. (1)

Chegando a Santa-Catarina, desde o primeiro golpe de vista, compreendeu logo o tenente de general Soares de Macedo o valor estratégico da Ilha, maximé tendo-se em vista o povoamento do sul até o Rio-da-Prata. Seria um ponto excelente para o aprovisionamento dos estabelecimentos que se fôssem fundando, ao mesmo tempo que uma paragem de estágio nas longas e incertas viagens para o extremo meridional da colônia.

Disputada pelos estrangeiros, cujos navios bastas vezes nela aportavam, a Ilha de Santa-Catarina não poderia ficar despovoada, convindo nela permanecer a gente que o chefe da expedição alí deixara.

Essa preocupação dominou sempre a Jorge Soares. Quando escreveu a El-Rei, em 15 de dezembro, depois das agruras de sua prisão, ainda repisa a necessidade da conservação do povoamento da Ilha : "escreui ao administrador geral das minas Dom Rodrigo de Castelbranco visse o meio que podia auer para que a gente que ficou na Ilha de Santa Catherina se podesse ali conseruar até ordem de V. A. respeitando a utilidade que auia em a Ilha estar pouoada para a conservação das pouoações que se intentão desta banda." (2)

Infelizmente assim não aconteceu, pois, por ordem do desembargador sindicante João da Rocha Pita, datada do Rio-

---

(1) B. N. Anais XXXIX cit. 162. Carta de Jorge Soares, de B. Aires 15 de dezembro de 1682 e 20 de janeiro de 1683, ao príncipe D. Pedro.

(2) Camp. del Bras. cit. T. I — 162.

de-Janeiro, em 13 de novembro de 1680, foram mandados recolher para São-Paulo os soldados e os índios, que alí se encontravam, remanescentes da expedição de Jorge Soares. (1)

Prometera D. Manuel Lôbo várias vezes, determinando a Jorge Soares que estanciasse na Ilha que, ao cruzar por aquelas alturas, rumo ao Rio-da-Prata, destacaria um dos navios de seu comboio para os transportar, em sua companhia, até a paragem que alí deveria ser povoada.

Ao chegar a Santos viu, porém D. Manuel Lôbo, ser inexeqüível o que estabelecera. Compunha-se sua frota de navios grandes e não seria conveniente, afim de evitar danos possíveis, se aproximar muito da costa. E fêz disto aviso a Soares de Macedo, que o comunica a El-Rei: "e assim determinaua fazer-se tanto ao mar que não podesse ter uista da terra, mas que a do Cabo de Santa Maria ou Ilha dos Lobos do Rio da prata para honde eu tambem poderia hir, se me parecesse em huma de 2 sumacas, que a minha ordem hauião de aportar na Ilha de Santa Catherina carregados de mantimentos e que nellas mandasse metter tudo o que podesse da fabrica do armazem que aly tinha e auia mandado fazer por seu auizo..." (2)

Recebendo essas notícias faz o tenente de general reünir o conselho dos oficiais e pessoas gradas da expedição para resolverem como fôsse de melhor acêrto. Foram convocados para êle os capitães Francisco Dias Velho, José Dias Franco Pires, João Freire Farto, o alferes da Companhia paga Maurício Pacheco e os padres capelãis Frei Lourenço da Trindade e Frei Feliciano de Santa Rosa

Cientificou-lhes o tenente de general da correspondência trocada com D. Manuel Lôbo, e da impossibilidade em que se via de seguir agora com tôda a tropa. Unânime foi o conselho. Jorge Soares deveria seguir embora só em uma das sumacas que se anunciava, afim de prestar a sua assistência, como lhe fôra determinado pelas reais ordens que recebera. De chegada às Ilhas de São-Gabriel providenciaria com urgência no sentido de conseguir condução para os que ficavam.

(1) B. da S. Lisboa. Anais cit. 251.
(2) B. N. An. cit. 162.

E tal se afigurava a necessidade de sua presença junto a D. Manuel Lôbo que, no caso de virem àquele pôrto as sumacas que se esperavam, devia o chefe da expedição fazer a viagem por terra, embora padecendo os maiores riscos. E lavrou-se auto circunstanciado do parecer do Conselho.

Em fevereiro chega finalmente à Ilha uma das sumacas esperadas, que vinha da Cananéia com mantimentos, destinando-se à Nova-Colônia. Unicamente com a gente de seu serviço nela embarca Jorge Soares. Levava um sargento e dois soldados. Deixou, porém, ordem que na outra sumaca que aparecesse "se embarcasse da fabrica tudo que coubesse e 30 indios, officiaes para o que fosse necessario na pouoação noua deixando a demais gente e fabrica de V. A. encarregada aos officiaes de milicia que aly assistião," informa a El-Rei na citada carta.

Depois de um ano e meio de trabalhos exhaustivos e de adversidades sem conta ia o substituto eventual de D. Manuel Lôbo cumprir a sua missão, cujo epílogo seria ainda o complemento de tôdas as adversidades anteriores

*

Em 13 de fevereiro de 1680 saíram os expedicionários pela barra sul da Ilha de Santa-Catharina, em demanda do Rio-da-Prata. Em uma canoa grande ia um grupo de índios, alguns soldados e uma negra.

Péssima foi a viágem desde o início. Saíndo ao mar, ventos contrários bateram rijamente a pequena embarcação. "Nos pozemos em 4 sangraduras, na altura dos 33°. 1/2", informa Jorge Soares. A 20 avistaram a terra da boca do Rio da Prata e Ilha dos Lobos, mas por falta de prático e de piloto andaram tres dias "obrigados tambem da corrente das aguas, que era grande, sem poder montar a ponta de Maldonado", que muitas vezes tiveram á vista.

Rondando "o vento a Osueste que aly he travessia, cresceo com tanto impeto que sem remedio humano, não podendo montar o cabo de Santa Maria, chocamos com as penhas delle, donde se perdeo a sumaca mizeravelmente." Eram duas horas da manhã do dia 24 de fevereiro quando se deu o

naufrágio. Perdeu-se nêle, com a sumaca, tudo quanto levavam, bem como todo o mantimento que se destinava à Colônia, perdendo naquelle logar com o pouco que possuia todos os papeis e documentos que leuaua para que constasse ao Gouernador Dom Manuel Lobo as razões que me obrigarão á viagem por mar e gastos que nella hauia feito da fazenda de V. A.", informa ainda o infortunado oficial.

Os náufragos salvaram-se alguns a nado, outros sobraçando tonéis e pranchas de madeira com as quais foram atirados à praia, que é alí arenosa e longa. Deu-se a ocurrência na altura do antigo cabo de Santa-Maria.

No dia seguinte, sem que houvessem ainda tomado uma resolução definitiva, em volta de fogueiras que tinham aceso, aguardavam os náufragos as ordens do comandante. Surge, então, ao sul do cabo, uma pequena embarcação de três velas, à qual fazem sinais para que se aproxime da praia. Era a canoa grande, pilotada pelo prático Antônio D'Eça, e aproveitada por Jorge Soares para ir até às ilhas de S. Gabriel, levando alguns índios, quando, mandada com correspondência por D. Manuel Lôbo, de Santos, aproara à ilha de Santa-Catarina.

Saindo juntamente com a sumaca, enquanto esta, não podendo suportar o mau tempo reinante na costa, fazia-se ao mar alto, viera a pequena embarcação beirando o litoral e abrigando-se nas pequenas reentrâncias da terra.

Reconhecendo, pelos destroços, a sumaca perdida, e atendendo aos chamados insistentes dos náufragos, a embarcação aproximou-se, dando fundo na extremidade sul do cabo. Jorge Soares e Leonel da Gama, a nado, foram parlamentar com o pilôto.

Retiraram da embarcação os mantimentos de que tinham já urgente carência, pela perda total dos da sumaca. Farinha de mandioca, carne sêca, toicinho e água, transportando-os para a praia. Em seguida determinou o chefe seguisse a canoa até Maldonado, onde esperaria a chegada dos náufragos que até alí seguiriam por terra. Fêz dela desembarcar sete índios, substituindo-os por número igual de marinheiros

da sumaca, e uma escrava negra, doente, que viera nesta embarcação.

Chegando a Maldonado, consoante as ordens que dera, aí encontrou a canoa. Embarcou nela tôda a sua gente, e navegaram assim um dia. Mas, "experimentando os riscos que a ameaçavam pela muita carga de gente, e não podel-a aguentar", saltaram novamente a terra, determinando Jorge Soares que a embarcação, com os marinheiros e a negra, seguissem para a ilha de São-Gabriel, dando aviso a D. Manuel Lôbo do ocorrido, enquanto êle com os portugueses brancos e índios, ao todo vinte e quatro pessoas, continuariam a viagem por terra.

Caminhavam já alguns dias, curtindo os rigores dessa paragem deserta, quando, no dia 5 de março, na altura da Ilha-das-Flores, se lhes deparou um trôço de índios armados de arcos que, pela praia, seguiam em sua direção. Também nas altas barrancas, que a circundavam, outros grupos apareciam, com aspecto hostil. Ao princípio lhes pareceu índios selvagens, preparando-se os expedicionários, que se haviam armado com quatro espingardas trazidas pela canoa, para resistir quanto possível.

Mais próximos, porém, reconheceram, quando Frei Lourenço da Trindade lhes falou na língua geral de que era senhor, serem moradores de alguma redução dos Jesuítas. Em seu depoïmento narra o religioso franciscano miüdamente o sucesso : "Les oyo desir a dhos Indios en la lengua guarani q^{e}. Entiende quieues son bosottios Y les Respondio q^{e}. eram portuguezes, Y preguntadoles a dhos. Indios cuyos eran y de que dottrinas, Le respondieron de primera Instancia q^{e}. de los frayles de Santto Domingo Y apurandola matteria, Y non dandoles Credito le bolvieron a desir q^{e}. eran de las dottrinas de los padres de la Compania y q^{e}. serca de alli estaban dos Religiossos della — Y el dho. thent^{e}. Con esta notticia Les escrivio un papel, abisandoles del sussesso de su perdida Y estado En q^{e}. se hallava." (1)

---

(1) **Camp. del Brasil** — cit. 184.

Seguiram êles, então, aos índios que iam em busca de seus padres para lhes relatar o acontecido. No dia seguinte encontraram o grosso da patrulha jesuítica, forte de 800 homens de armas. Dirigia-a os padres Domingos Rodiles e Jerônimo Delfim, dos jesuítas espanhóis da redução dos **Reis-Magos**, do Japejú.

Não era por mero acaso que alí se achava a considerável patrulha jesuítica. A-pesar-de todo o sigilo com que havia sido feito o recrutamento, que tinha por objetivo ostensivo o descobrimento das minas da Repartição-do-Sul, espalhara-se logo em São-Paulo o motivo real daquela bandeira marítima : o povoamento de um sítio no Rio-da-Prata.

Rápida, a notícia voou ao Paraguai, levada por um fugitivo aos maus tratos de ousado bandeirante, como passamos a historiar.

João de Peralta, natural de Vila-Rica, em 1635 ou 36, em uma das vezes que esta povoação de Guairá foi invadida pelos mamalucos, criança ainda de peito, juntamente com sua mãe, cativa, havia sido levado para São-Paulo. Alí viveu perto de quarenta anos. Em uma dúvida que teve com Francisco Pedroso êste lhe deu um tiro, ferindo-o gravemente. Restabelecido, Peralta fugiu de São-Paulo, indo dar, depois de uma série de trabalhos e sofrimentos, em Assunção, no Paraguai.

Deu, alí, ao governador espanhol, várias notícias relativas aos paulistas que intentavam entrar pelo sertão, mais a maloquear índios que à cata de ouro, porque, acrescentava: "no acen mucho caso ellos del oro Y que quieren mas maloquear indios." (1) Dentre tôdas, porém, a nova mais impressionante era a povoação que os portugueses iriam fazer em Montevidéu, ou em outro ponto mais para dentro da terra, para cujo efeito "vino de portugal el Doctor Juan de rrocha pita desembargador de passos con despachos de Juez en lo civil y criminal en el estado del brazil y titulo de sindicante del rrey y amplios poderes para el despacho de todo el nece-

(1) A. G. de la Nac. — Camp. del Brasil - I cit. 76.

sario á la fundacion pretendida, fuera deste an benido de lisboa Don Rodrigo Castelo blanco fidalgo portuguez quien decia que antiguamente estuvo en las minas de los lipes y en el cuzco y otras partes del perú nombrado por el princepe Dom Pedro Maestro de Campo de toda la gente que fuese a poblar en la costa de Montebidio y trae por su theniente a Jorge suarez macedo." E acrescentava o informante que em quatorze barcos que entraram em Santos e São-Vicente se havia embarcado o tenente Jorge Soares com oitenta soldados que vieram da Baía (1) e trinta portugueses do distrito de São-Paulo e que, além dêsses, ordenara Rocha Pita que tôda a aldeia que chamam Barberi, constante de mais de trezentas famílias se despovoasse para se transportar à nova colônia que se ia fundar no Prata. De outra aldeia, que tem os padres da Companhia, tirou também o sindicante 111 pessoas entre as quais muitos oficiais de ferreiro e carpinteiro, que tiveram ordem de embarcar. Com os demais também seguiram Francisco Dias Velho, homem rico, com 80 índios de sua casa, Manuel da Costa Duarte que levou outros quinze índios, e os trinta portugueses levaram, cada um, três ou quatro índios.

Peralta informava ainda que a armada, segundo se dizia, iria sondar a costa de Montevidéu, mas segundo carta que vira, de Filipe de Campos, português poderoso, escrita a um filho, que era cura da Candelária, muitos eram de parecer "que fundassen en medio de la tierra y asi se juzgava que era muy factible que la Armada hubiese entrado por el rrio grande del ygay que desenboca en el mar en trinta e dos grados o por otro Rio," (2) porque tendo a armada saído a 3 de fevereiro (aliás 10 de março, como vimos) nada se sabia ainda em Buenos-Aires naquela data, (outubro).

---

(1) A Ordem Régia de 30-XI-77 determinava dar a Jorge Soares um capitão e trinta soldados do presídio da Baía, ordenando a Matias da Cunha, governador do Rio-de-Janeiro que, no que chegasse àquela praça êsse oficial lhe fornecesse mais um alferes e vinte soldados do presídio do Rio-de-Janeiro. A ordem era dirigida ao Vice-rei Roque Barreto que a retransmitiu ao governador do Rio-de-Janeiro. A. N. Col. 60

(2) **Camp. del Bras.** cit. 79 — Rio-Grande-do-Sul então assim designado, como já vimos anteriormente.
— Liv. V. fls. 120.

Como é natural, a notícia causou sensação nos meios castelhanos. O governador do Paraguai, d. Filipe Rexe Corvalan a transmitiu, imediatamente, em carta de 22 de outubro de 1679, a d. José de Garro, governador de Buenos-Aires.

Por outro lado, o P. Cristóvão Altamirano, superior dos Jesuítas, faz a mesma comunicação, temendo a incursão dos bandeirantes sôbre o território das reduções do Uruguai, para cuja defesa pede armamento e munições. (1) Aparelhado de elementos e de ordens especiais para a facção, e depois de organizar um contingente de três mil índios das diversas reduções sob seu mando, o P. Altamirano fez sair uma patrulha sob as ordens dos P. P. Delfim e Rodiles, que avançou até as imediações de Maldonado. Foi aí, como fica exposto, que foram aprisionados o tenente de general Jorge Soares de Macedo e seus companheiros de expedição

Custodiando-os, levaram-nos os padres até a aldeia dos **Reis-Magos,** fazendo um percurso, a pé, de 180 léguas. Nesta aldeia, a-pesar-de serem bem tratados pelos superiores da redução não se lhes relaxou a vigilância. Ficaram alí até à véspera da Páscoa da Ressurreição, dia em que, escoltados por 3.000 índios às ordens dos padres **Pedro Ximenes, João** Antônio Salinas e Jacinto Marques foram, em grande número de balsas, conduzidos a Buenos-Aires e entregues ao governador da praça d. José de Garro.

Chegados a essa cidade, em 24 de maio ficaram incomunicáveis, em calabouço, com sentinelas à vista, depois de largamente interrogados.

Recebendo a comunicação que lhe fazia o tenente de general da perda da sumaca e da viagem que empreendia por terra, e como se demorassem os expedicionários a chegar àquela paragem, resolveu D. Manuel Lôbo mandar, em abril, procurá-los afim de os guiar à nova colônia. Valeu-se, para isso, de pessoal que, na outra sumaca, que tocara em Santa-Catarina duas semanas antes de Jorge Soares, dias antes dera fundo no pôrto da **Nova Lusitânia.** (Colônia-do-Sacramento).

---

(1) Idem pág. 81.

Organizou uma escolta de 25 homens composta de portugueses e índios e comandada pelo oficial D. Francisco Naper de Alencaster. Percorreu esta largo trato da costa até Maldonado, sem encontrar os expedicionários, levando nisso proximamente um mês. Voltou a escolta à Colônia afim de comunicar a D. Manuel Lôbo não haver encontrado o tenente de general, e nem notícias que lhes pudessem indicar o rumo que a gente havia tomado. Novamente fê-los sair, com o mesmo objetivo, o governador da praça, determinando-lhes que seguissem para os lados do rio São-João onde, desviado do rumo, pudesse ter ido parar Soares de Macedo. Depois de muitos dias de inúteis pesquisas, haviam os portugueses que iam a cavalo se distanciado dos índios, que seguiam a pé, quando êstes, encontrados por fôrças de capitão D. Antônio de Vera e Muxica, foram presos e conduzidos a Buenos-Aires, aonde foram entregues em 6 de junho. Eram 12 índios tupís da escolta da Colônia.

Só em julho conhece D. Manuel Lôbo a causa do desaparecimento de seu substituto no govêrno da Colônia. Em 2 de julho manda o capitão Simão Farto e o superior dos Jesuítas daquela praça a Buenos-Aires, levando ao governador D. José Garro uma carta em que historia os sucessos anteriores da perda da sumaca de Jorge Soares e estranha a sua prisão, bem como a da escolta que posteriormente mandara à procura dêsse oficial. Vão também os seus emissários com credenciais para "sabelo de V. Sª. pª. que tenhamos emtendido, se estamos em guerra, ou paz, porque quando desa pte. senão tenha tomado rezolução de Rompimto., espero que V. Sª me mande restituir o dito Thenente gal., com os mais prizioneiros como o pede a rezão; lembrando a V. Sª. que asi como o Serinissimo Princepe de Portugal Meu Sor. repetidas vezes me tem ordenado conserve a paz estabelecida, não dando a minima ocazião a bem fundada queixa, como se tem feito theagora, tambem me manda que quando desa pte. madem uze dos meyos comvenientes pª. a defença e ofença." (2)

---

(2) Camp. del Bras. cit. I — 197.

Responde-lhe o governador de B.Aires protestando contra o estabelecimento dos portugueses no Rio-da-Prata, que julgava território pertencente à Coroa de Espanha, usando contra êles, em tôdas as ocasiões, das represálias que fôssem possíveis não só nos haveres como nas pessoas. E segue dessa forma o teor da inútil controvérsia.

Pobre D. Manuel Lôbo ! Abandonado pelo seu soberano naquele recanto deserto, ante um inimigo poderoso e forte, veria em breve abatido o seu orgulho e realçado seu vulto histórico por um halo imortal de martírio.

Não havia findado, no entanto, a odisséia de Jorge Soares. D. José Garro, dominado pela vontade dos Jesuítas, que viam no estabelecimento dos portugueses uma ameaça constante à sua infiltração naquelas terras, tendo resolvido atacar a novel povoação, temeu-se da ação que os prisioneiros, em Buenos-Aires, pudessem desenvolver.

Foi, assim, que Jorge Soares de Macedo foi enviado, a 9 de novembro de 1680, ao Reino do Chile, onde esteve preso até 1.º de maio de 1682. Promovido D. José Garro, a Vice-Rei daquele govêrno levou a notícia do Tratado Provisional realizado entre Portugal e Espanha em 7 de maio de 1681, sendo assim concedida a liberdade do ex-chefe da expedição às ilhas de São-Gabriel.

Mas, embora livre lhe estava reservada outra provação. Solicitou Jorge Soares se lhe permitisse, e aos mais portugueses que alí assistiam fôssem ao pôrto de Buenos-Aires, afim de alí aguardarem as ordens d'El-Rei. Nem isso lhe foi permitido. D. José Garro ordenou que se transportassem à Córdova, pois, nessa cidade se achava Dom Manuel Lôbo. Estava completamente exhausto de recursos. Até os cinco escravos negros que o acompanharam lhe tinham sido tomados e vendidos pelo governador de Buenos-Aires, que não o quis indenizar, como devia. Ficaram, por êsse motivo, ainda no Chile, os portugueses que tinham sido seus companheiros de prisão, com exceção de D. Francisco Naper de Alencastre que seguiu em sua companhia para Córdova, província de Tucuman.

Só em dezembro dêsse ano conseguiu o tenente de gene-

ral Jorge Soares de Macedo chegar a Buenos-Aires de onde, em data de 15, escreve ao príncipe D. Pedro extensa carta em que reconstitue a sua malograda ação na fundação da Colônia-do-Sacramento.

Tem a mesma um aditivo de 20 de janeiro do ano seguinte em que dá conta da morte de D. Manuel Lôbo.

PARECER

sôbre a tese "A expedição de Jorge Soares de Macedo" do sr. Aurélio Pôrto.

Descreve o autor, com abundante documentação, as primeiras tentativas de povoamento das paragens meridionais do Brasil.

E' um assunto bem interessante e desenvolvido com a alta competência de que Aurélio Pôrto sempre tem dado sobejas provas.

Dispensa-se, portanto, a comissão de quaisquer comentários e limita-se a propor a aprovação da tese.

Sala das Sessões das comissões, em 4 de outubro de 1935.

Assinado: **Afonso Guerreiro Lima, relator**
Adroaldo Mesquita da Costa
Jorge Bahlis.

A FUNDAÇÃO DA FREGUEZIA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DO ARROIO

Manoel E. Fernandes Bastos

Estabelecimento regular de portugueses no Rio-Grande-do-Sul. A expedição de João de Magalhães. Laguna e a Colônia do Sacramento. Estrada do litoral.

Ponto incontrovertido é, sem dúvida, que o primeiro estabelecimento de portugueses no Rio-Grande-do-Sul (estabelecimento regular), data da ocupação do Rio-Grande por José da Silva Pais, o qual, desembarcando ao Sul da barra, em 19 de fevereiro de 1737, com cerca de 200 homens, alí fundou um presídio militar e ergueu os fortes de S. Ana e Jesús, Maria e José.

Todos os estudiosos da matéria assim o entendem.

Não quer, entretanto, isto dizer que anteriormente a essa época não existissem portugueses estabelecidos nesse trato de terra que ficava no extremo Sul do Brasil e que nunca teve donatários.

Paulistas e Lagunenses, de velha data, alongavam suas vistas para os pampas do Sul, como si fôsse a grande pátria futura, numa sábia previsão dos tempos, que estivesse assinalando pelo heroismo e pelo arrôjo de seus filhos os lindes do seu território, ameaçado constantemente como objeto de cobiça dos espanhóis.

E faziam-se penetrações em todos os sentidos, demandando o Sul, enquanto a Metrópole cravava um tanto arrojadamente aquele marco por demais avançado, que foi a Colônia do Sacramento.

Tínhamos, então, estes dois estabelecimentos, verdadeiros postos estratégicos, que tamanha importância histórica passaram a ter para os destinos do Rio-Grande-do-Sul: Laguna e Colônia do Sacramento.

Esta, a Colônia, a sentinela avançada que durante mais de meio século entreteve o fogo com o inimigo, enquanto Laguna constituía uma espécie de quartel de onde partiam as expedições e patrulhas que se iam apossando dos territórios que palmilhavam.

E foi tal a audácia dessas patrulhas e o arrôjo dessas expedições, que uma verdadeira ligação chegou a estabelecer-se entre os dois pontos, permitindo, ao longo da costa marítima, que se fôsse alargando a faixa de ocupação por parte dos portugueses.

Estabelece-se uma verdadeira estrada pelo litoral, que chegou a merecer até as honras de um roteiro, organizado em 1703 por Domingos da Filgueira.

Na parte que nos interessa díz êsse importante documento que se encontra transcrito em "A Fundação de Pôrto-Alegre", por Augusto Pôrto-Alegre, a pág. 42 :

> "Passado o Rio-Grande se seguirá jornada "sempre pela praia até chegar ao rio a que chamam "Taramandabum (Tramandaí), o qual se passa a "vau com agua pela cinta em maré vasia, e pelo "mesmo se vae continuando o caminho até chegar "ao rio Ibaipitinhí (Mampituba) que com maré "vasia se passa tambem a vau com agua pela cin-"ta... etc."

Êsse caminho maior importância veio a adquirir depois que foi fundado o presídio do Rio-Grande, por Silva Pais, em 1737.

A velha estrada da Laguna ao Rio-Grande, da qual ainda existem vestígios pelos campos da costa, foi ficando assinalada pelos cascos da cavalhada em marcha das expedições e das tropas militares, e pelos rodados da carretama que trans-

portava de Laguna o munício de farinha para os soldados de Silva Pais.

Das expedições que os lagunenses levaram a efeito com o fito de se apossarem das campinas do Sul, a mais importante foi a de João de Magalhães, genro de Francisco de Brito Peixoto (1719).

A maioria dos nossos historiadores informa que alguns dos companheiros de João de Magalhães foram levantando os seus estabelecimentos em vários sítios da Costa, formando-se, assim, as primeiras estâncias rio-grandenses.

Desse modo opinava, igualmente, o General Borges Fortes, quando publicou os seus interessantes estudos históricos — "Troncos seculares" e "Casais."

Entretanto, em trabalho recente, sob a epígrafe — "A Frota de João de Magalhães" — publicado no volume XIV da Revista do Inst. Hist. e Geográfico do R.-Grande-do-Sul, o referido historiador, que tem sido perseverante e incansável no devassar arquivos e publicações, estudando o povoamento inicial do Rio-Grande, chega à conclusão de que a expedição de João de Magalhães teve apenas caráter militar. Os seus comandados eram principalmente os próprios escravos e os escravos de seu sogro, não coincidindo, conseqüentemente, com essa entrada dos lagunenses a radicação das gentes nas terras conquistadas.

"Só alguns anos mais tarde — diz o general Borges Fortes — se consumaria o surto dos troncos seculares da família rio-grandense."

Com apreciável método, êsse nosso esforçado historiador divide em dois estágios distintos o povoamento inicial do Rio-Grande: o **das invernadas** e o **das estâncias.**

O primeiro é o do aproveitamento das melhores zonas de pastagens, com aspecto temporário, como elemento para "mantença do comércio de gados; " o outro, a ocupação definitiva da terra, com a fixação da soberania portuguesa e radicação das famílias nas mesmas terras assim ocupadas, surgindo aquí as estâncias.

Essa distinção entre **invernadas** e **estâncias,** com a devida vênia, parece-nos um tanto sutil, a não ser que sò-

mente se queira dar êste último nome às ocupações ou posses baseadas em títulos legítimos de concessão, o que não vem ao caso.

É certo que sòmente a partir de 1732 é que começaram a ser expedidas as primeiras cartas de sesmaria; mas, incontestàvelmente, já existiam muito anteriormente estabelecimentos espalhados pela Costa que eram verdadeiras **estâncias** e não simplesmente **currais** ou **invernadas** de ocupação transitória.

Cumpre deixar aquí bem acentuado, desde já, que não pretendemos sair dos limites traçados para o nosso modesto estudo; isto é, que não iremos além do território pertencente à Freguesia de N. Sa. da Conceição do Arroio.

Pretendemos indicar, com o auxílio dos documentos que os velhos arquivos nos oferecem, os elementos que inicialmente se radicaram nesse trato de terra rio-grendense e que foram os pioneiros do povoamento dessa parte da **gleba** litorânea, desde o Mampituba até onde mais tarde se veio a fundar a Estância-dos-Povos (divisa com o atual **município** de S.-José-do-Norte).

Será um modesto subsídio para trabalhos de maior fôlego a cargo dos eméritos historiadores que, felizmente, já os vamos tendo em número apreciável entre quantos se dão ao trabalho afanoso e porisso mesmo meritório, de estudarem as cousas do nosso passado.

II

Campos de Tremandí ou Tramandí (Tramandaí).

Estâncias da Laguna e Estâncias do Viamão.

A geografia da época de que nos estamos ocupando era bastante pobre em nomenclaturas.

Os acidentes geográficos mais importantes dominavam, assim, grandes extensões, à míngua de denominações espe-

ciais para os diversos pontos adjacentes ou intermédios, mais próximos ou mais distantes.

Assim é que a grande zona que se estendia desde a Itapeva (nas proximidades de Tôrres) até o rio Capivarí, na atual divisa do município de Viamão (mais de 20 léguas de extensão), era designada pela denominação de "Campos do Tremandí" ou do "Tramandí".

Era natural que, sendo o rio Tramandaí o único curso d'água importante que saía na praia do mar em toda a costa, desde o Mampituba até o Rio-Grande (o Roteiro de Domingos da Filgueira já assim o declarava), constituísse êle um acidente geográfico de tal importância que servia para designar genèricamente uma zona tão grande como seja aquela cujos limites indicamos.

As primeiras concessões regulares de terras no Rio-Grande-do-Sul são as sesmarias dadas a Manoel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro pelo Conde de Sarzedas, Capitão General de S.-Paulo, em 1732. Adiante daremos na íntegra o importante documento referente à concessão feita ao primeiro daqueles concessionários.

Lê-se no título da concessão de Manoel Gonçalves Ribeiro :

> "Faço saber aos que esta minha carta de dat-
> "ta de terra de sesmaria virem, que tendo respeito
> "ao que por sua petição me inviou a dizer o Capi-
> "tão Manoel Glzs. Ribeyro morador na Va. da Ala-
> "guna, q. elle suppte. povoara **os campos chamados**
> "**Tremandy**..." (Titulo original em nosso arquivo).

Do título da concessão feita ao outro concessionário Francisco Xavier consta, por sua vez :

> "Faço saber aos que esta minha carta de da-
> "ta de terra de sesmaria virem que tendo respeito
> "ao que por sua petição me inviou a dizer Fran-
> "cisco Xavier, morador na Vila de Alaguna, que elle

"suppte. tinha nos campos da Praia do Tremandy
"bastantes gados vaccuns e cavallares..."
(Certidão do titulo em nosso arquivo).

Essas duas sesmarias abrangiam seis léguas de extensão ao Norte do Tramandaí e ao longo da Costa, entre a praia do mar e as lagoas da Costa da Serra.

A denominação "Campos do Tramandí" vai além, para o Oeste e para o Sul, como vamos ver.

Encontramo-la na concessão feita pelo Marquês do Lavradio a Manoel de Barros Pereira (28 de janeiro de 1777), cujo título, por certidão, também possuímos. Nêle se lê :

..."Attendendo a representar-me Manoel de "Barros Pereira que elle hera senhor e possuidor de "uns campos nos **campos de Tramandy,** continente "do Rio Grande, que os ouvera por compra que fi- "zera **a mais de vinte e cinco annos** ao Capitam José "Pires Monteiro, etc., etc."

Os campos de Manoel de Barros Pereira extendiam-se até o rio Capivarí.

Em 1759, por escritura lavrada em notas da vila do Rio-Grande, José Antônio de Vasconcelos e sua mulher Catarina de Lima vendem a Manoel Jorge as fazendas denominadas "Quintão", "Palmares" e "Curral Grande". A descrição do imóvel vendido foi assim feita:

"Uma fazenda com seus animaes vaccuns e ca- "vallares no districto **dos campos de Tramandahy,** "chamados os Palmares, em que comprehende outra "chamada o Quintão, que elles vendedores haviam "comprado por escriptura publica ao Tenente Co- "ronel Domingos Fernandes de Oliveira, mistica á "mesma fazenda dos Palmares e da Xarqueada "que o mesmo comprador possue e unidas as ditas "fazendas uma á outra partem por uma banda "com a cerca do Quintão e da outra com o arroio

"de Bernardo Pinto e por outra com as praias "do Rio Grande e a fazenda da Xarqueada do "mesmo comprador e lagôas do mar grosso... "etc." (documento existente no Arquivo Público do Estado.)

Pode-se, assim, afirmar que a denominação campos do **Tremandí, do Tramandí** ou **do Tramandaí** abrangia tôda a região de campos (a planície) que mais tarde, com a parte montanhosa a Leste, constituiu a Freguesia de N.-S.-da-Conceição do-Arroio.

Não é para admirar, pois, que o próprio Alexandre José Montanha, que foi o encarregado de dividir e demarcar as terras dessa Freguesia lhe tivesse dado em um documento que expediu o nome de **Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do Arroio-de-Tramandaí.**

Por aquela mesma época chamavam-se **Estâncias da Laguna** as que ficavam ao Norte do Tramandaí. As outras, ao Sul, eram designadas por **Estâncias do Viamão.**

Estas últimas denominavam-se também simplesmente **Estâncias.**

Em uma informação prestada em 1738 por Antônio Gonçalves Chaves, guarda-mor no Rio-Grande, na petição de João Diniz Álvares que requeria a concessão do Rincão dos Palmares, assim disse êle Chaves :

"Por informação que tive do tenente de Dra- "gões Francisco Pinto Bandeira e de seu irmão "Bernardo Pinto Bandeira e Antonio Lopes Car- "doso, todos moradores nas **estancias,** etc."

Nesse mesmo ano, o Sargento Luiz Gonçalves de Souza, informando um outro requerimento, pelo qual Francisco Ribeiro Gomes pedia também a concessão de um rincão que lindava com os campos de Francisco Pinto Bandeira, declarou:

"O que o supplicante alega na sua petição não "sei a capasidade d'elle por não ter andado por elle

"e me informando de **varios paisanos moradores "nas estancias**... etc."

Procuremos agora conhecer os pioneiros do povoamento inicial dessa zona **dos campos do Tremandí.**

III

Antigas posses e ocupações. Primitivos povoadores.

A penetração de portugueses no Rio-Grande-do-Sul, nessa faixa designada por **Campos do Tremandí** fês-se inicialmente de Norte para o Sul.

Mais tarde, depois da fundação do presídio do Rio-Grande por Silva Pais, ela se foi fazendo nos dois sentidos.

Ora, si ela inicialmente se fês de Norte para o Sul, forçosamente foi desde logo ocupada tôda a parte que ficava ao Norte do Tramandaí, pois era a mais aproximada de Laguna, de onde provinham os elementos que demandavam os pampas rio-grandenses.

O próprio fato de ficarem alí situadas as duas primeiras sesmarias regularmente concedidas em terras do Rio-Grande, em 1732 (as dos irmãos Gonçalves Ribeiro), prova o asserto.

Não temos elementos para afirmar que anteriormente àqueles dois primeiros concessionários outros tivessem estado de posse das terras situadas naquelas zona. Entretanto, pode-se dizer que a sua ocupação por parte do primeiro daqueles concessionários (Manoel Gonçalves Ribeiro) deve ser muito anterior à data do título (1732). Talvez ela remonte ao ano de 1725; pois, conforme o mesmo título o declara expressamente, êsse concessionário ao requerer a sesmaria já tinha povoado aqueles campos com gado vacum e cavalar, como comprovou pelas certidões que lhe forneceu o Capitão-Mor povoador da Vila de Alaguna. A realização disso teria exigido uma série de trabalhos preliminares que não poderiam ser executados senão em um largo

período de tempo, como fôssem: ocupação do logar, repontes de gados de pontos distantes, aquerenciamento dêsses gados, e muitas outras providências indispensáveis.

Manoel Gonçalves Ribeiro devia estar com uma verdadeira estância alí estabelecida quando, afinal, em 1732, requereu e obteve a concessão de sua sesmaria.

Tratando-se, como pensamos, da concessão mais antiga de terras no Rio-Grande-do-Sul, vale a pena transcrever aquí, na íntegra e conservando a sua ortografia original, o título expedido em favor de Manoel Gonçalves Ribeiro.

Êsse título, em original, que é um documento que merece carinhoso arquivamento, vamos doá-lo ao Instituto Histórico e Geográfico da nossa terra. Ei-lo :

"Dom João por graça de Ds Rey de Portugal
"e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa
"Snór de Guiné e da conquista navegação commercio de Ethiopia, Arabia, Percia, e da India &
"Faço saber aos que esta minha carta de confir-
"mação de Sesmaria virem que por parte de Ma-
"noel Glz. Ribeyro me foi apresentada outra pas-
"sada em nome do Conde de Sarzedas Govᵒʳ. e
"Capᵐ. Genᵃˡ. da Cappⁿⁱᵃ. de São Paulo da qual
"o Theor é o seguinte &. Antonio Luiz de Tavo-
"ra, Conde de Sarzedas, do Consᵒ. de sua Magᵉ.
"q. Ds. Ge., Alcayde mor da Cidᵉ. da Guarda da
"Vᵃ. de leyra e da de Ferrᵉ., commendador das
"Commendas de Santa Maria de Leda da Ordem
"de Avis, da de Sta. Maria de Ferrᵃ., de São Thia-
"go de Almalaguês, da de São João Britto, da de
"São Pedro Fins, de Santa Olalia de Santalha e
"de Santa Maria de Sarzedas, todas da Ordem de
"Christo e Snor da mesma Vᵃ., da de Sobreyra
"fermosa, Governador e Cappᵐ. Gnᵃˡ. da Cappⁱᵃ.
"de São Paulo e das Minas da sua repartição &
"Faço Saber aos que esta minha carta de datta
"de terra de sesmaria virem, que tendo respeito
"ao que por sua petição me inviou a dizer o Cap-

"pitão Manoel Glz^s^. Ribeyro morador na V^a^. da "Alaguna q. elle supp^e^. povoára os campos cha- "mados Tremandy com gados vaccuns e cavalla- "res por estarem desertos como constava das cer- "tidões que apresentava do Capp^m^. mor povoador "da d^a^. V^a^., o off^es^. da Camara e procurador do "disimeyro; e porq^e^. queria haver por carta de "datta de terra de sesmaria tres Legoas de terra "de comprido e hua de largo por não dar a praya "mayor Largura nos campos de Tremandy na pa- "ragem a q. chamão as Conchas, correndo pelo "rumo de Norte: pedindo-me lhe fizesse mcê. con- "ceder em nome de S. Mag^de^. por carta de datta "de terra e sesmaria as dittas tres legoas de ter- "ra de comprido, e hua de largo nos campos de "Tremandy na paragem chamada as Conchas, "principiando nella, e hindo correndo pelo rumo "de Norte athé se inteirar as dittas tres leguas de "comprido para as cultivar com os dittos gados "vaccuns e cavallares e fazer Lavouras de man- "tim^os^. e de tudo pagar dizimo a Ds. e attendendo "ao que allegou e a resposta que derão o Proc^or^. "da Corôa e Prov^or^. da Faz^a^. Real, em que não "puserão duvida e ser em utilidade della o culti- "varense as terras nesta Capp^ia^. pelo acrescimo "dos dizimos reaes. Hey por bem de conceder em "nome de S. Mag^e^. q. Ds. ge. por carta de datta "de terra de sesmaria ao ditto Capp^m^. M^el^. Glz^s^. "Ribr^o^. tres legoas de terra de comprido e hua de "largo nos campos de Tremandy na paragem cha- "mada as conchas pela praya não dar mais lar- "guesa, correndo as d^as^. tres leguas pelo rumo de "Norte athe se inteirarem; as quaes terras lhe "concedo na forma das ordens de S. Mag^de^. e da "sua resolução de quinze de Março do anno pas- "sado tomada em consulta do seu Cons. Ultr^o^. pa. "que as haja, logre e pessua como cousa sua pro- "pria, tanto elle como todos os seus herd^os^. ascen-

"dentes e descendentes, sem penção nem tributo "algú mais q. o disimo a Ds. nosso Snór dos fru- "ctos que nellas tiver, a qual conseção lhe faço "não prejudicando a terceiro e reservando os páos "reaes que nellas houver para embarcações, e se- "rá obrigado a fazer os caminhos das suas testa- "das e cultivará as dªs. terras de maneyra q. dem "frutos, e dará caminhos publicos e particulares "aonde forem necessarios pª. pontes, fontes, por- "tos e pedreyras e se demarcará ao tempo da pos- "se por rumo de corda e braças craveiras, como "he estilo e S. Magᵉ. manda e confirmará esta car- "ta pelo Dº. Snor dentro de dous annˢ. primrºˢ. "seguintes pelo seu Consº. Ultrº. na forma da or- "dem real de vinte e tres de Novembro de mil "seiscentos e noventa e outo, e não venderá as "dittas terras sem expressa licença de S. Magdᵉ. "e será obrigado a cultivallas demarcallas e confir- "mallas nos dºˢ. dous annˢ., com declaração q. "não ficará sendo o suppᵉ. Snor das Minas de "qualquer genero de metal q. nas dittas terras se "descobrir e mandando S. Magdᵉ. criar Vª. na- "quelle districto dará terra pa. rocio e bens do "Consº. na forma q. o do. Snor tem determinado, "e passando as dittas terras a pessoas ecclesias- "ticas, pagarão dellas dizimos e todos os mais "encargos que o dº. Snor lhe quizer de novo im- "por; e outro sim não poderão nellas succeder "relligiões por nenhú titº. em tempo algú e acon- "tecendo pessuillas será com o encargo de paga- "rem dellas dizimos, como se fossem possuidas "por secullares, e faltandosse a qualquer destas "clausullas se haverão por devolutas, e se darão "a quem as pedir ou dennunciar, como S. Magdᵉ. "manda em suas reaes ordens; pelo que ordeno ao "Provedor da Fazª. real, Ministros, officiaes de "justissa e pessoas desta Cappⁱª. a q. tocar q. na "forma referida e com as condições declaradas

"deixem ter e possuir as dªs. tres Legoas de ter-
"ra de comprido e hua de Largo nas partes já
"mencionadas ao dº. Manoel Glzs. Ribrº. e a todos
"os seus herdºs. ascendentes e descendentes, como
"cousa propria; cumprão e guardem esta carta de
"data tão inteiramente como nella se contem sem
"duvida algua, a qual lhe mandey passar por mim
"assignada e sellada com o signete de minhas ar-
"mas, q. se registrará nos Lºs. da Fazª. real e mais
"peˢ. a que tocar. Dada na cidade de São Pau-
"lo aos vinte e cinco dias de Outrº. Anno do nas-
"cimento de nosso Snõr Jesus Christo de mil se-
"tecentos e trinta e dous. O secretario Gervazio
"Leite Rabello a fez "Conde de Sarzedas." Pe-
"dindo-me o dº. Mel. Glzs. Ribrº. q porquanto o dº.
"Govᵒʳ. e Cappᵐ. Genᵃˡ. da Cappⁱa. de São Pau-
"lo lhe dera em meu nome tres legoas de terra
"de comprido e hua de Largo nos campos de Tre-
"mandy, como constava da carta nesta incorpora-
"da, lhe fizesse mercê mandarlha confirmar e sen-
"do visto seu requerimento, e o q responderão os
"Procᵉˢ. de minha corôa e fazenda a que se deu
"vista. Hey por bem farzer-lhe mercê de lhe con-
"firmar as dªs. tres legoas de terra de comprido
"e hua de largo nos campos de Tremandy na pa-
"ragem chamada as Conchas correndo pelo rumo
"de Norte na forma da carta nesta incerta, com
"as clausullas costumadas e mais condições que
"dispoem a ley; com declaração q. antes de to-
"mar posse será obrigdº. a medir e a demarcar as
"das. terras, e sendo cazo q. em algú tempo suc-
"ceda nesta datta pessoa ecclesiastica, ou relli-
"gião serão obrigados a pagar Dizimos e cumprir
"com os mais encargos que eu lhe quizer impor
"de novo. Pelo q. mando ao meu Govᵒʳ. e Cappᵐ.
"Genᵃˡ. da Cappⁱª de Sam Paulo, mais Ministros
"e pessôas a q. tocar cumprão e guardem esta
"carta de confirmação de sesmaria e a fação cum-

"prir e guardar inteiramente como nella se con-
"them sem duvida algua, e se passou por duas
"vias, e pagou de novo direito quatrocentos reis,
"que se carregarão ao Thesour°. Joseph Correa de
"Moura a Fls. 321 do L°. 22 de sua receita, como
"constou de seu conhecimento em forma regista-
"do no L°. 19 do registo Geral a fls. 20. Lix^a.
"occ^al. a outro de Nouv°. Anno do nascimt°. de
"Nosso S. Jesus Christo de mil setecentos e trin-
"ta e quatro. (assignado) "El Rey." Carta de
"Sesmaria porq. V. Mag^e. faz mercê a Manoel
"Glz^e. Ribbr°. de lhe confirmar tres leguas de terras
"de comprido e hua de largo nos campos de Tre-
"mandy na paragem chamada as Conchas, corren-
"do pelo rumo do Norte q. em nome de V. Mag^de lhe
"deu de sesmaria o Conde de Sarcedas G^or. e
"Capp^m. Gen^al. da Capp^ia. de Sam Paulo com as
"condições expressadas e com as mais q. dispõem a
"Ley como nesta se declara, que vae por duas
"vias. Para V. Mag^de. vêr, 1a. Via."

Provàvelmente, nesta mesma época (1720-1725) Cristóvão Pereira de Abreu apossava-se, por sua vez, de uns campos à margem da lagoa dos Patos, lugar hoje ainda conhecido pelo nome de "Xarqueada," e que fica na divisa do atual município de Osório com o de S. José do Norte; e, em lugar imediato, ao Norte dessa posse de Cristóvão Pereira de Abreu, tomava também sua posse o Frei Sebastião. Êste último lugar ficou com a denominação de "Rincão do Frei Bastião."

Isso se infere claramente dos documentos que vamos transcrever na parte que interessa :

Em petição datada de 1739, que dirigiram os dragões Tenente Antônio José de Figueiroa e Alferes Antônio José da Gama Lobo ao Comandante do Rio-Grande, assim diziam êles :

...“Que elles suplicantes querem mandar po-
“voar uma fazenda de gado vaccum e cavallar e por-
“que não tem terras em que possam fazer, e da
“parte do Norte d'este Rio Grande se acha devoluta
“aonde chamam a Xarqueada, em que esteve o
“Coronel Christovam Pereira de Abreu, distancia de
“3 legoas de terra em quadro, que partem de uma
“banda com João da Costa Quintão sem divisa e
“da outra com o rincão do Carro que divide pan-
“tanos e da outra Estancia Velha que foi de Frei
“Sebastião que tambem a divide pantanos, pelo que
“pedem a V. S. lhe fará mercê estando estas de-
“volutas as ditas terras mandar dar posse aos sup-
“plicantes thé tirarem sua carta de sesmaria pelo
“Governo da Capitania de S. Paulo”

Esta petição foi informada por Cosme da Silveira e Ávila, Maioral da Estância Real do Bojurú, nestes termos:

A paragem que os supplicantes pedem já está
“dada por um despacho de V. S. a Manoel Fran-
“cisco, a Manoel George e a Gervasio Dias, é o que
“posso informar a V. S. que mandará o que fôr
“servido. Bojurú, 19 de Fevereiro de 1739. Cosme
“da Silveira e Avila.”

Voltaram os peticionários com novo requerimento concebido nestes termos :

“... Dizem ... que da parte do Norte se acha
“o rincão aonde chamam a Xarqueada, em que es-
“teve o Coronel Christovão Pereira de Abreu e ulti-
“mamente o povoou Sebastião Francisco Chaves
“com gado do Tenente José de Mascarenhas, que
“terá a distancia de 3 leguas de terra em quadro e
“parte de uma banda com João da Costa Quintão
“sem divisa e de outra com o Rincão do Carro que
“divide pantanos e da outra a Estancia Velha que

"foi de Frei Sebastião que tambem a divide pan-
"tanos e porque elles supplicantes a querem povoar
"com gados vaccuns e cavallares por delas lhes fa-
"zer deixação o ultimo povoador de quem tem o be-
"neplacito. P.P. a V. S. lhe faça mercê de con-
"ceder, etc., etc."

O comandante Coutinho não os atendeu.

Veio então José de Mascarenhas Figueiredo com a seguinte petição :

"Sr. Mestre de Campo Comandante. Diz José
"de Mascarenhas Figueiredo, Tenente do Regimen-
"to de Dragões que á sua noticia chegou que Ma-
"noel Francisco, Manoel George e Gervasio Dias,
"d'esta povoação (Rio Grande) por um despacho de
"V. S. querem tomar posse de um rincão da parte
"do Norte a que chamam a Xarqueada que parte
"com terras de João da Costa Quintão e o Carro
"e a estancia velha de Frei Sebastião e como elle
"tenha ha muitos mezes povoado com gado vaccum
"e cavallar, curral e mais circumstancias da posse
"que todos costumam tomar d'aquella banda sem li-
"cença de governo algum, e em seu nome o fez Se-
"bastião Francisco Chaves, seu capataz, e a tem
"cedido ao Tenente Antonio José de Figueiroa e
"Alferes Antonio José da Gama Lobo, ambos do
"mesmo Regimento, como consta do escripto junto
"por estes lhe quererem comprar todo o gado com
"que a tem povoado, e por requerimento que estes
"fizeram a V. Sª. em que foi servido mandar,
"etc., etc."

Ora, êsses documentos referem-se claramente às posses de Cristóvão Pereira de Abreu e Frei Sebastião, dando-lhe as denominações de Xarqueada **velha** e Estância **velha.** Provam êles que a ocupação daqueles campos pelos dois citados povoadores devia remontar a muitos anos atrás. De outro modo

não se poderá explicar a repetição daquele adjetivo qualificativo, que outra cousa não poderia querer exprimir senão que se tratava de velhos estabelecimentos abandonados pelos primeiros ocupantes.

Um outro documento, datado de 1738, faz também expressa referência ao rincão que foi ocupado por Frei Sebastião.

É a petição que João Diniz Álvares dirigiu ao dito Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho pedindo a concessão daqueles campos.

Dizia o peticionário :

> ..."Que está de posse do Rincão a que cha-
> "mam dos Palmares, donde Frei Sebastião esteve
> "a invernar animaes, metendo o supplicante na-
> "quelle sitio em Março do anno de 1735 animaes
> "para povoar uma Estancia, etc., etc"

Outro povoador antigo dessa faixa do litoral foi o Capitão José Pires Monteiro, o qual se apossara dos campos que mais tarde, em 1750, foram por êle vendidos a Manoel de Barros Pereira.

Estes campos, conforme já ficou dito em outro lugar, estendiam-se desde o Sangradouro da logoa dos Barros, onde se dividiam com a Estância da Serra, até o rio Capivarí. Dêles alcançou carta de Sesmaria o dito Barros em 1777.

Manoel Pereira Franco, almoxarife da Colônia do Sacramento, foi outro povoador antigo. Possuía êle duas estâncias. Uma, e **Estância da Serra,** que mais tarde lhe foi seqüestrada pela Fazenda Real e dividida para nela se fundar

a Freguesia de N. S. da Conceição do Arroio, e a outra, a **Estância da Cidreira,** que foi também mais tarde arrematada pelo Padre Anacleto Pinto Brandão.

A primeira dessas estâncias estendia-se desde o "Passo da Lagoa," onde se dividia com os campos de Manoel Gonçalves Ribeiro, até o sangradouro da Lagoa dos Barros (naquele tempo Lagoa da Serra ou Lagoa Formosa), onde começava a estância do Capitão José Pires Monteiro. A estância da Cidreira, que abrangia 4 1/2 léguas de extensão, lindava, pelo Sul, com a estância do Quintão.

Francisco Pinto Bandeira, um outro antigo povoador, tomara posse dos campos que ficavam junto ao rio Palmares, pela margem direita, e intestavam na Lagoa do Rio-Grande (Lagoa dos Patos). Estes campos, mais tarde, em 1730, estavam na posse de Bernardo Pinto Bandeira o qual deles obteve sesmaria em 1758, conforme título expedido por Gomes Freire de Andrade. Nesse título a estância está com o nome de **"Butiaí."**

Antônio Dias da Costa foi também um dos antigos povoadores dessa zona. Sua estância lindava com a "Estância da Serra," de Manoel Pereira Franco e mais tarde êle e sua mulher Perpétua Francisca Pereira a venderam a Francisco Xavier Velho Ferreira. Dela se retiraram por ocasião da demarcação das terras da freguesia, treze datas para que se completassem o número necessário para o estabelecimento dos casais que vieram formar a mesma freguesia.

As confrontações que lhe deram os vendedores Antônio Dias da Costa e sua mulher foram estas: Ao Norte, com a Fazenda da Serra; ao Sul, com Francisco Ribeiro Gomes (Fortaleza); ao Leste, o rio Tramandaí e José Antônio Cardozo, (estância do Arroio); e a Oeste, a Lagoa e terras de Manoel de Barros Pereira.

João Moreira de Lemos ocupara os campos que ficavam junto à lagoa de Tramandaí, pelo Sul. Aproximadamente em 1750 permutou êle êsses campos com o Alferes José Antônio Cardozo. Constituíam êsses campos a antiga Estância do Arroio, que mais tarde pertenceu a Tomaz José Luiz Osório, avô do General Manoel Luiz Osório.

João da Costa Quintão, outro antigo povoador, ocupara campos que ficavam situados entre os da "Estância-da-Cidreira" e os da "Xarqueada Velha."

O lugar ainda é conhecido pelo nome de "Quintão."

Francisco Ribeiro Gomes tomara posse dos campos e banhados que ficavam entre os de Bernardo Pinto Bandeira e os de Francisco Xavier Velho Ferreira. Mais tarde foram êsses campos vendidos a João Pinto da Motta, passando a denominar-se "Campos-da-Fortaleza."

Francisco Coelho Valladão apossara-se de uns campos que ficavam ao Leste da estância do Capitão José Pires Monteiro. Mais tarde êle os vendeu a João Antunes Pinto, Capitão Comandante da Freguesia.

Foram estes os mais antigos posseiros e povoadores da zona do litoral — os campos do Tremandí — mais tarde abrangidos pelos limites da Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio.

IV

A idéia da fundação de uma freguesia no lugar denominado Quintão.

Já em 1771 o Governador José Marcelino de Figueiredo se preocupava sèriamente com a necessidade de se fundar uma povoação nessa imensa região que ficava entre Viamão, sede da governança, e a fronteira do Norte, que era o Rio-Grande.

Sessenta léguas estendiam-se naquela direção, sem que existisse em tôda ela um só núcleo de povoação. Apenas as grandes estâncias se iam sucedendo pelas margens do Rio-Grande, quando era necessário que se desse arranchamento aos casais que procediam das Ilhas dos Açores e, além disso, muito convinha repartirem-se terras para os índios.

Por aquela época, haviam sido medidos os campos pertencentes à grande estância dos Palmares, pertencendo a Manoel Jorge, estância que, conforme já vimos, adquirira êle por compra a José Antônio de Vasconcelos e sua mulher Catarina de Lima.

Em virtude dessa medição, feita pelo juiz ordinário Miguel Luiz da Fonseca, apareceram grandes sobras de campos, ao Sul da Xarqueada, onde mais tarde se veiu a fundar a estância dos Povos Índios.

Manoel Jorge já havia falecido. Ficara-lhe a viúva, D. Monica Pereira de Souza.

A aparecimento daquelas sobras despertou a atenção de alguns interessados que pretendiam obter a concessão dos mesmos campos para formarem os seus estabelecimentos.

José Marcelino resolve, então, baixar uma portaria declarando, expressamente, que pretendia estabelecer uma povoação na Estância chamada o "Quintão," e que si tal viesse a acontecer seriam a viúva Monica Pereira de Souza ou seus filhos compensados, recebendo outros campos dos que haviam sobrado na medição de sua estância.

A estância-do-Quintão, formada por João da Costa Quintão, passara depois à propriedade do Tenente Coronel Domingos Fernandes de Olivelra em virtude da concessão que

lhe foi feita por Gomes Freire de Andrade. Dela vendera êsse concessionário 1 1/2 légua de extensão a Manoel Pereira Franco. Reduzida, assim, a sesmaria do Quintão à metade (1 1/2 légua), seu proprietário, dito Domingos Fernandes de Oliveira a vendeu em 24 de janeiro de 1759 a José Antônio de Vasconcelos de quem veiu a adquirí-la, por compra, Manoel Jorge, pouco depois, isto é, em 16 de fevereiro do mesmo ano de 1759.

Ignoramos as razões que teriam levado o Governador José Marcelino a escolher o "Quintão" para o estabelecimento da freguesia que desejava fundar naquelas paragens. Talvez, a sua posição geográfica, que a colocava em ponto quasi eqüidistante, entre Laguna e Rio-Grande e, quem sabe, também a circunstância de ser aquela estância atravessada pela velha estrada da Laguna ao Rio-Grande.

Bastante aproximada do mar, os campos são alí muito arenosos. Além disso, não sendo rica em matos ou terras de plantações, nem essas circunstâncias existiam para chamar a atenção do governador.

Embora desconhecendo aquelas razões, a verdade é o que aí fica relatado, conforme comprovamos pela transcrição da portaria que, datada de Viamão em 11 de outubro de 1771, fez baixar o mencionado governador.

Eis essa portaria :

"Porquanto na forma das Ordens de sua Ma-
"gestade tendo feito algumas povoações nesta Pro-
"vincia e tendo determinado fazer outras, repar-
"tindo terras aos casaes e aos indios na forma tam-
"bem da ordem do Ilmº. e Exmº. Senhor Marquez
"Vice Rey do Brasil, e me consta que na presente
"medição de varias estancias a que procedeu o Juiz
"ordinario Miguel Luiz da Fonseca sobrarão bas-
"tantes terras entre os Palmares e Rincão do Car-
"mo que me dizem se adiantaram algumas pes-
"sôas a pedillas por Sesmaria e será facil conce-
"derem-se-las por ignorarem os que informarem
"estarem destinadas por mim para se repartirem

"em datas aos Casaes e Indios na povoação que "he mui hutil fazer-se no meyo de secenta legoas "despovoadas daqui a fronteira do Norte — Orde- "no ao Provedor da Fazenda Real mande registrar "na Provedoria esta minha declaração e portaria "para no caso de vir se informar constar que pre- "tendo fazer uma povoação na estancia chamada "o Quintão, compençando-se esta dita estancia á "viuva Monica Pereira de Souza ou seus filhos com "outra tanta terra que sobrou nas ditas estancias "porque desta sorte fica o Casal sem detrimento e "se faz a dita povoação que he tão util nesta Pro- "vincia e como tambem me consta que confinan- "do com o Rincão do Carmo sobrou um rincão "grande, tambem se deve reservar para compen- "çar a estancia do Porto dos Casais a seu dono e "poderem se acomodar mais de setenta casaes no "ditto Porto com suas datas competentes na for- "ma das Reaes Ordens e como me está recom- "mendado pello Ilm°. e Exm°. Senhor Marquez "actual Vice Rey do Estado, e que assim mesmo "conste que o Rincão do Carmo está destinado "para as estancias dos Povos Indios situados nes- "te Continente. Viamão, onze de Outubro de mil "e setecentos e setenta e hum — Figueirêdo. — "Cumpram. Viamão, onze de Outubro de mil e se- "tecentos e setenta e hum — Osorio." (Registro existente no Arquivo Público).

V

A Estância da Serra. E' ela aproveitada para a fundação da Freguesia.

Conforme ja ficou dito no Capítulo III, ficava situada entre o "Passo-da-Lagoa" e o Sangradouro da Lagoa-dos-Barros, a "Estância-da-Serra," pertencente a Manoel Pereira Franco, Almoxarife da Colônia-do-Sacramento.

Esta estância tinha os seguintes limites:

A começar do Passo da Lagoa, pela margem direita do rio Tramandaí abaixo até encontrar com a estância de Francisco Xavier Velho Ferreira, com a qual se dividia, pelo Leste, por lagoas e sangradouros, até os limites da Estância de Manoel de Barros Pereira. A Oeste, ficava-lhe a Serra com os seus sertões, constituindo vasta zona inteiramente deshabitada e inculta, porisso.

Nessa estância tinha o seu proprietário gados, escravos, móveis e benfeitorias.

Abrangia ela uma área que pode ser calculada em mais de três léguas quadradas, sem levar em conta a parte da Serra.

Como se disse, Manoel Pereira Franco era Almoxarife da Colônia do Sacramento.

Sua administração na Colônia trouxe-lhe um débito para com a Fazenda Real, e como tivesse falecido, para garantia dêsse débito seqüestra-lhe a mesma Fazenda Real não sòmente a Estância da Serra como a Estância da Cidreira, também de sua propriedade.

Permaneciam ambas as estâncias sob seqüestro, sendo entregues a depositários.

Bernardo Pinto Bandeira foi depositário da estância da Cidreira e Manoel Velho da Costa, da da Serra. Mais tarde, em 1765, passam ambas para a administração do único depositário Manoel Velho da Costa.

Eram arrendadas por arrematação, periòdicamente.

Da Estância da Serra, o último arrendatário foi Miguel Luiz da Fonseca, no período de 1771-1774. O preço do arrendamento era de 50$000 por ano.

No lugar da Estância da Serra, em 1742, erigira Antônio Gonçalves dos Anjos uma capela dedicada a N.-S.-da-Conceição, obtendo para isso provisão datada de 24 de abril daquele ano. (Pizarro, Lº. 5, fls. 158).

Continuava José Marcelino de Figueiredo no firme propósito de fundar uma freguesia na região que abrangia os

chamados "Campos do Tremandí," como assim era de tôda a utilidade para a Província.

A circunstância de se achar a Estância da Serra seqüestrada à Fazenda Real, chamou para ela a sua atenção.

Outras circunstâncias não menos importantes foram também por êle atendidas: a superior posição geográfica e mesmo topográfica que ela apresentava sôbre a do Quintão, como fôssem, principalmente, a sua proximidade da Serra e da vasta zona montanhosa que ficava a Oeste, toda acobertada de matos, e a existência alí da Capela fundada por Antônio Gonçalves dos Anjos.

E eis como o governador José Marcelino deixa de parte a idéia da fundação de uma povoação no lugar denominado "Quintão" e resolve fazê-lo na "Estância-da-Serra."

Essa estância, conforme já ficou dito, abrangia mais de três léguas quadradas.

Devia ser prèviamente escolhido um lugar para o centro da povoação.

Descia da Serra, em determinado ponto, um forte arroio que ia desaguar na Lagoa-dos-Barros, naquela época chamada Lagoa-Formosa ou Lagoa-da-Serra. Êsse arroio mais tarde recebeu o nome de "Arroio-da-Caieira."

Era êsse dito arroio de águas abundantes e deslizava sôbre uma planície que além das águas dessa corrente recebia a infiltração das vertentes da Serra.

Ficavam alí situados os "Banhados-da-Freguesia" como assim foi denominada a faixa de terras ao longo daquele curso d'água até à referida lagoa.

Era um verdadeiro brejal, intransponível, que ficava entre o campo e o sopé da serra.

Uma parte mais alta que ficava entre êsse arroio que demandava, para o Sul, a Lagoa Formosa, e outro arroio menor que procurava outra lagoa (mais tarde lagoa do Marcelino), para o Norte, um verdadeiro divisor de águas, foi a parte escolhida para o estabelecimento da povoação, a atual vila de Osório.

E eis também porque a nova Freguesia ia receber, como recebeu, o nome de N. S da Conceição-do-Arroio.

Era necessário distinguí-la das outras Freguesias erigidas sob a mesma invocação de N.-S.-da-Conceição, tão da preferência dos nossos avós portugueses.

VI

A criação da Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio. Seu primeiro pároco. As providências para a demarcação das datas.

O governador José Marcelino de Figueiredo consegue que o Vice-Rei do Brasil mande fundar uma povoação com o título de "Nossa-Senhora-da-Conceição-do-Arroio," entre as freguesias de Santo-Antônio-da-Guarda-Velha (S.-Antônio-da-Patrulha) e a de S.-Luiz-do-Norte (Mostardas).

Para isto expede o Bispo do Rio-de-Janeiro, Dom Frei Antônio do Destêrro a necessária portaria, que tem a data de 18 de janeiro de 1773.

A nova freguesia teria por limites aqueles que lhe fôssem dados pelo Coronel Governador da Província.

Foi nomeado primeiro pároco dessa nova freguesia, o Padre João Antônio Rodrigues, com a côngrua de 60$000 por ano e mais 10$000 também por ano, para alfaias da Igreja.

Damos a seguir, na íntegra, a portaria expedida pelo Bispo D. Antônio do Desterro :

> "Dom Frei Antonio do Desterro, por mercê de "Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo do Rio de "Janeiro e do Conselho de Sua Magestade Fide- "lissima. Porquanto o Ilustrissimo e Excellentis- "simo Senhor Marquez Vice-Rey d'este Estado man- "da fundar uma nova Povoação de moradores com "o título de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio no lugar "que fica entre a Freguesia de Santo-Antônio-da- "Guarda-Velha e outra nova povoação que manda "tão bem fundar com o título de São-Luiz-do-Norte, "na Província do Rio-Grande, dêste nosso Bispado: "E se faz preciso sacerdote que administre os Sa-

"cramentos aos ditos moradores como seu pároco. "Pela boa informação que temos do Padre João "Antônio Rodrigues, Presbítero do hábito de São "Pedro. Havemos por bem de o prover como pela "presente nossa portaria o provemos por tempo de "dois anos se antes não mandarmos o contrário "em a ocupação de Vigário encomendado da dita "nova Povoação de Nosso-Senhora-da-Conceição- "do-Arroio a qual por esta mesma nossa portaria "erigimos em freguesia assinando-lhe por limites "aqueles mesmos que para a dita nova povoação "forem assinados pelo Coronel Governador da di- "ta Província por mandado do Ilustríssimo e Ex- "celentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei e por fre- "gueses todos os moradores que ficarem compre- "endidos no território da dita nova povoação: a "qual ocupação servirá o dito Padre João Antônio "Rodrigues como convém ao serviço de Deus e "bem das almas dos paroquianos da dita nova fre- "guesia, administrando-lhes os Sacramentos e ab- "solvendo-os de todos os pecados, exceto dos re- "servados atuais combinários, fazendo estações, "ensinando a doutrina cristã, principalmente aos "pequenos e pessoas rudes que necessitarem de o "saber, guardando em tudo as obrigações de bom "pároco e cumprindo a presidência em a dita fre- "guesia, na forma do Sagrado Concílio Tridentino "e Constituïções: E lhe encarregamos muito a boa "direção das almas dos fregueses da dita fregue- "sia do que dará conta a Deus Nosso Senhor: E "na dita ocupação haverá tudo o que direitamen- "te lhe pertencer. E mandamos sob pena de ex- "comunhão major ipso facta incurrenda e de cin- "coenta cruzados para a Bula e fábrica da Nossa "Sé a todos os fregueses da dita nova freguesia "reconheçam ao dito Padre João Antônio Rodrigues "por seu pároco e como qual o estimem, obedeçam "e bem tratem em tudo quanto são obrigados: E

"atendendo a que na dita nova freguesia de Nossa-
"Senhora-da-Conceição-do-Arroio não se acha
"ainda Igreja que possa servir de Matriz, manda-
"mos aos nossos paroquianos procurem sem per-
"da de tempo fundar uma nova Igreja com capa-
"cidade para Matriz no lugar que pelo seu pároco
"com aprovação do Coronel Governador da referi-
"da Província for eleito e ao dito pároco conce-
"demos faculdade para que estando esta Igreja
"acabada e posta na perfeição devida a possa ben-
"zer na forma do ritual e que entretanto possa le-
"vantar altar em parte decente e nele celebrar o
"Santo Sacrifício da Missa e administrar os Sacra-
"mentos aos seus paroquianos como tão bem des-
"tinar lugar para cemitério e benzê-lo para sepul-
"tura dos corpos: E para que esta nossa porta-
"ria se cumpra como nela se contém a publicará
"o dito novo pároco no primeiro dia festivo aos
"seus paroquianos e a registará no livro do tom-
"bo ou da fábrica da dita nova freguesia depois de
"o ser na nossa Câmara Eclesiástica. Dada em
"nosso Palácio Episcopal desta cidade de São-Se-
"bastião-do-Rio-de-Janeiro sob nosso sinal e sêlo
"aos 18 de janeiro de 1773. Com a rubrica."

Foram desde logo tomadas as necessárias providências para a demarcação e divisão das terras destinadas à nova povoação.

Como medida inicial e acauteladora dos direitos dos herdeiros de Manoel Pereira Franco, o governador da Província entendeu que devia mandar pôr em arrematação todos os bens móveis e -gados pertencentes à "Estância-da-Serra," enquano tomava êle posse das terras.

Para isso, fês baixar em data de 6 de agôsto do mesmo ano de 1773 a seguinte portaria :

"Porquanto na forma das ordens de sua Ma-
"jestade e das do ilustríssimo e excelentíssimo Se-
"nhor Marquês Vice-Rei do Brasil mandei erigir
"no sítio do arroio com provisão de sua Excelên-
"cia Reverendíssima uma freguesia de Nossa-Se-
"nhora-da-Conceição, e se devem dar imediata-
"mente até sessenta datas de terras aos sessenta
"casais que a mande povoar e achando-se a estân-
"cia da Serra do defunto Almoxarife Manoel Pe-
"reira Franco seqüestrada pela Fazenda Real e de-
"vendo-se dar providência a que nem esta tenha
"prejuízo nem os particulares a todo o tempo que
"se decida a quem pertencem, o Provedor da Fa-
"zenda Real mande com a brevidade que se faz
"precisa ao serviço de Sua Majestade e bem co-
"mum, proceder a arrematação dos bens móveis
"que se acharem na dita Estância e depositar o
"seu produto no Real Cofre destinado para rece-
"ber as mesmas rendas e avaliar os campos, e fa-
"zer registar esta minha ordem e dar logo parte
"ao Tribunal da Junta da Fazenda da Capital para
"ver o que mais determina. Pôrto-Alegre, 6 de
"agôsto de 1773. Figueiredo."

Surgiram dúvidas da parte do Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira, sôbre a execução das ordens do governador, conforme se vai ver pelo texto da informação que prestou o referido Provedor :

"Sr. Governador. Pela informação do Escri-
"vão da Fazenda consta estar seqüestrada a Fe-
"zenda de que a Portaria faz menção e posta em
"arrendamento por ordem do Ilustríssimo Exce-
"lentíssimo Conde da Cunha, Vice-Rei que foi dês-
"te Estado e para se arrematar o casco da mesma
"Fazenda que é gado vacum fica supitado o ren-
"dimento que da mesma anualmente se recebe e
"suposto que êste seja diminuto pois não passa de

"cincoenta mil réis por ano e ser útil à povoação "que nela se pretende fazer, contudo tenho dúvi- "da na execução da dita Portaria sem ordem po- "sitiva do Tribunal da mesa da junta ou do Ilus- "tríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice- "Rei do Estado. Vossa Senhoria deferirá o que "lhe parecer mais justo. Pôrto-Alegre, 27 de ogôs- "to de 1773. Inácio Osório Vieira."

Entretanto, José Marcelino, cujo propósito continuava de pé e mais, interessado em não demorar o estabelecimento da nova Freguesia, desprezou aquelas dúvidas do Provedor, ordenando, categòricamente, o cumprimento imediato da sua Portaria, conforme assim se vê do seu despacho, que damos a seguir :

"O Provedor da Fazenda Real cumpra a mi- "nha Portaria sem embargo da sua dúvida pois se "não segue prejuízo à Fazenda Real e só da demo- "ra de formar a povoação se seguiria o atrazo dos "dízimos e direitos que necessàriamente hão de "resultar executando-se imediatamente a ordem "do Ilustríssimo e Excelentíssimo Marquês do La- "vradio na forma das Ordens de Sua Majestade. "Pôrto-Alegre, 28 de agôsto de 1773. Figueiredo."

VII

A demarcação das terras da nova Freguesia. Outras providências.

Criada a Freguesia e nomeado o seu primeiro pároco, logo vieram casais de Santa-Catarina para nela se estabelecerem.

Estava já resolvido que se deveriam localizar na nova Freguesia sessenta casais.

Não estando feita a demarcação das datas, o estabelecimento de todos êsses casais não pôde ser feito desde logo.

Tomando conhecimento do assunto, resolve o governador José Marcelino ordenar ao Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha que fôsse àquela nova Freguesia e alí medisse e entregasse a cada casal dos que alí já se encontravam uma porção de terreno suficiente para uma família poder plantar e ter pastos para seus gados. Forneceria ainda aquele Engenheiro uma certidão que habilitasse o concessionário a receber o título definitivo da data.

Informado, ainda, de que as terras da Estância da Serra não bastavam para a formação das 60 datas da mesma Freguesia, ordenava, também, que, si tal ocorresse, passasse o referido Engenheiro a medir e demarcar dentro da Estância limítrofe de Francisco Xavier Velho Ferreira a extensão necessária para que se completasse aquele número de datas.

E' clara a êste respeito a Portaria que em tal sentido fêz baixar o referido governador em data de 8 de abril de 1774. Ei-la :

> "Porquanto se faz preciso para aumento da "nova Freguesia de Conceição-da-Serra repartir "terras aos povoadores dela na forma das ordens "de sua Majestade, ordeno ao Capitão Engenheiro "Alexandre José Montanha passe àquela dita Fre- "guesia, e nela faça medir e entregar a cada um "dos casais que lá se acham uma porção de terra "suficiente para uma família poder plantar e ter "pasto para seus gados, passando-lhes certidão na "forma da prática para procurarem seu título, lhes "declarará plantem algumas árvores de espinho, "assim como também figueiras, pessegueiros e la- "ranjeiras, na forma dos meus editais a êste res- "peito; e como ainda não tem aquela Freguesia os "casais que deve, fará o dito Capitão medir com- "petentes datas para se perfazer o número de ses- "senta pouco mais ou menos, tirando a terra ne- "cessária (depois de repartir a Estância da Serra) "da Estância imediata de Francisco Xavier e quem "mandarei compensar o que se lhe tirar, e depois "fará uma relação individual que pode deixar ao

"Reverendo Vigário da dita Freguesia, ou ao Ca-
"pitão do distrito a quem mandará da minha parte
"avisar para assistir a êste serviço e ajudar para
"poderem ir arrumando algumas famílias que che-
"gam de fora e avisando-me para se lhes darem
"seus títulos. Fronteira do Norte, 8 de abril de
"1774. Figueiredo."

Divididas e demarcadas as datas, a extensão que a Estância da Serra abrangia não foi bastante para formar as 60 datas destinadas aos casais povoadores da nova Freguesia; pelo que, em virtude das ordens já recebidas, o Engenheio Alexandre José Montanha teve de dividir e demarcar dentro da estância de Francisco Xavier Velho Ferreira treze datas, abrangendo uma área de 1/2 x 1 légua, ou fôssem.... 4.500.000 braças quadradas.

Comprovando a retirada dessa área de terras afim de que o seu proprietário pudesse obter compensação em outro lugar, o Engenheiro Alexandre José Montanha expediu a seguinte certidão, datada de 21 de maio de 1774 :

"Alexandre José Montanha, Cavaleiro profes-
"so na Ordem de Nosso Senhor Jesús Cristo e Ca-
"pitão de Infantaria com exercício de engenheiro
"de Primeira Plana da Côrte e Cidade de Lisboa,
"destacado no Rio-Grande-de-São-Pedro, etc. Cer-
"tifico que em virtude da ordem do Senhor Coro-
"nel Governador José Marcelino de Figueiredo,
"expedida na Portaria de Oito de abril passado, fui
"à Estância da Serra, mística ao rio de Tramandaí
"e depois de repartir a dita Estância para os ca-
"sais que devem formar a nova povoação e Fre-
"guesia de Nossa-Senhora-da-Conceição-da-Serra,
"foi preciso em virtude da mesma portaria demar-
"car treze datas na estância imediata de Francis-
"co Xavier, preenchendo com êste número as ses-

"senta, na forma das Reais Ordens para cujo fim "se tirou ao dito uma área superficial de quatro "contos e quinhentas mil braças superficiais ou "quadradas, que compreendem meia légua de ter- "reno superficial, formando um retângulo de uma "légua de comprimento (três mil braças) com "meia légua de largura (mil e quinhentas braças), "e para constar e poder ser compensado o dito "Francisco Xavier, passei a presente Certidão ex- "traída do Plano que tirei do dito terreno a que me "reporto; a qual é por mim feita e assinada nes- "te Pôrto e Vila-de-Nossa-Senhora-da-Madre-Deus, "aos vinte e um de Maio de mil setecentos e setenta "e quatro. Alexande José Montanha."

Tendo falecido Francisco Xavier Velho Ferreira, o seu testamenteiro, Luiz da Silva Ferreira, requereu fôsse feita a compensação daquele terreno.

Por ordem de José Marcelino foi entregue ao mencionado testamenteiro igual área de campos em Mostardas. Isso foi feito em 1779 pelo mesmo Engenheiro Montanha, mediante medição e demarcação a que procedeu.

VIII

Os primeiros casais e povoadores da Freguesia.

Por mais que nos tenhamos esforçado para formar a relação completa dos sessenta casais que povoaram inicialmente a Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio, o nosso trabalho tem sido em vão.

Outros estudiosos do assunto não têm igualmente poupado os seus esforços em tal sentido, vendo, entretanto, incompletos os resultados das suas pesquisas e das suas persistentes buscas nos nossos velhos arquivos.

Sòmente lendo e confrotando papéis, autos e documentos da época que aos poucos nos foram caindo sob os olhos, conseguimos identificar e relacionar parte daqueles casais e primeiros povoadores.

Verificamos que não teve uniformidade a divisão e demarcação das datas. Algumas abrangiam 50 braças de frente; outras, 100, e ainda outras, 750 braças. A extensão de frente a fundo variava entre 750 e 2.000 braças.

Verificamos, igualmente, que a-pesar-de haver o Engenheiro Alexandre José Montanha feito a divisão e demarcação de tôdas as datas da Freguesia em 1774, muitas delas se conservaram devolutas por alguns anos.

É possível que os primeiros ocupantes as tivessem abandonado antes de receberem os seus títulos, como é também provável que o povoamento da nova Freguesia se fôsse fazendo à proporção que de Santa-Catarina viessem chegando os casais que demandaram aquelas paragens.

O que é certo é que se encontram várias concessões que foram feitas alguns anos depois da data da demarcação das terras da Freguesia.

Em dezembro de 1790 o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, que estava com a governança, esteve em visita à Freguesia. Por essa ocasião fez êle diversas concessões de datas, maiores e menores, mediante despachos nas próprias petições que lhe eram dirigidas e apresentadas e que recebiam, antes, a informação do Alferes Comandante da Freguesia, Francisco José de Magalhães Pereira.

No período de 1774 a 1800 houve também diversas vendas de datas, o que indica que alguns dos primeiros povoadores resolveram retirar-se, dando lugar a outros que alí se foram estabelecer.

A relação que segue é o fruto do nosso perseverante esfôrço durante alguns anos em paciente trabalho de buscas e pesquisas.

Eis o resultado dêsse nosso trabalho :

1) **Antônio Luiz de Siqueira.**

Recebeu uma data de 750 braças de frente. Falecendo, foi o terreno dividido em partes iguais entre a viúva Joaquina Domingues de Jesús e o único filho do casal, Antônio Luiz de Siqueira. A parte da viúva foi por ela vendida a Francisco José Batista em 1813 e êste a transferiu em 1819 a João Machado dos Passos. Antônio Luiz de Siqueira fez diversas compras e vendas de terras no período 1774-1800.

2) **José Pereira de Souza,** casado com Joaquina Maria do Rosário.

Ocupava uma data com 50 braças de frente. Vendeu-a a Joaquim José de Mendonça, o qual, por sua vez, também a vendeu em 9 de outubro de 1794 a Vital da Silva Bueno. Êste, em 1800, a transferiu a Manoel Teixeira Machado. Dividia-se essa data por um lado com José Machado Peixoto ou José Machado de Oliveira, e por outro, com José da Silva Bueno. Possuía uma outra data que vendeu a Francisco Antunes da Porciúncula, sendo por êste transferida, em 1808, a Martinho Corrêa da Silveira.

3) **José Machado Peixoto ou José Machado de Oliveira**

Em 24 de novembro de 1787 foi-lhe medida, demarcada e entregue pelo Comandante da Freguesia, Capitão João Antunes Pinto, uma data com 55 braças de frente, dividindo-se ao Norte com José Pereira de Souza e ao Sul, com José da Silva Bueno. Esta data foi também vendida a Manoel Teixeira Machado. Em 1808, por compra, passou ela a pertencer ao Vigário da Freguesia, Padre João de Souza Bittencourt.

4) **José da Silva Bueno,** casado com Josefa Maria.

Sua data tinha 100 braças de frente. Dividia-se pelo Sul com José Silveira e pelo Norte com a de José

Machado Peixoto. Esta data foi também adquirida pelo Padre João de Souza Bittencourt, em 1804.

5) **João de Souza Batista.**

A data pertencente a êste primeiro povoador media também 100 braças de frente. Foi concedida em 1774. Passou por herança à propriedade de Antônio Rodrigues de Souza Oliveira Salazar e Antônio de Souza Bittencourt. Ambos a venderam a Duarte Francisco de Barcelos.

6) **José Silveira.**

Recebeu uma data de 100 braças de frente, conforme se vê da seguinte certidão: "Alexandre José Montanha, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Capitão de Infantaria com exercício de Engenheiro de Primeira Plana da Côrte e cidade de Lisboa e ao presente destacado no Rio-Grande-de-São-Pedro etc. Certifico que em virtude de ordem do Senhor Coronel Governador José Marcelino de Figueiredo, expedida em Portaria de 8 de abril antecedente, passei ao terreno da Estância da Serra e nêle medí, demarquei e entreguei a José Silveira uma área superficial de duzentas mil braças quadradas, em figura de retângulo, desde a Serra até intestar com a Estância do Xavier, correndo ao comprimento de Noroeste a Sudoeste com duas mil braças, ficando com a liberdade (nas ditas cem braças) de penetrar pela Serra Geral, até onde poder, cujo terreno que descobrir lhe fica pertencendo com condição de o povoar, e não o poder vender sem Licença, plantando nêle tôdas as árvores de Espinho como também Pessegueiros, Figueiras, etc. Na forma dos Editais do mesmo Senhor Governador, e para constar lhe passei a presente por mim assinada, em o Quartel e Pôrto da Vila-Madre-Deus, aos vinte e nove de maio de mil e setecentos e setenta e quatro. Alexandre José Montanha. Variação da Agulha, doze graus para o Nor-

deste." — José Silveira vendeu esta data a João de Souza Neto.

7) **Francisco José de Magalhães.**
Foi-lhe concedida uma data com 100 braças de frente, em 1795. Essa mesma data passou depois à propriedade de Antônio Felipe Martins cujos herdeiros a venderam a Duarte Francisco de Barcelos.

8) **Manoel Paim de Arruda.**
Recebeu uma data de terras que se dividia por um lado com João Machado de Oliveira e por outro, com Gabriel da Silveira Simas. Mais tarde fês êle doação dessa data à Irmandade da Freguesia.

9) **José Luiz Viegas.**
Recebeu uma data de 50 braças de frente. Em 1808 vendeu-a ao Padre João de Souza Bittencourt, Vigário da Freguesia.

10) **Antônio Gonçalves Pereira e Souza,** casado com Rosa Joaquina de Jesús.
Obteve uma data com 100 braças de frente, que lhe foi concedida em 1790 pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Dividia-se essa data com terras de Francisco Batista e Martinho Corrêa.

11) **Antônio de Souza,** casado com Perpétua Maria de Lima.
Ocupava uma data com 200 braças de frente. Em 1797 êsse casal vendeu êste terreno a João Rodrigues Viana, dividindo-se êle nessa época pelo Norte com terras de Raimundo Pinto Bandeira. Em 1803 êste mesmo terreno foi vendido por Viana e sua mulher Madalena Moreira a Manoel Nunes da Silveira ou Manoel Nunes Pôrto.

12) **Manoel Silveira de Souza.**
Por despacho de 9 de dezembro de 1790, do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, obteve a concessão

de uma data com 110 braças de frente. Vendeu-a em 1791 a Antônio Luiz de Siqueira. Êste a transferiu em 1803 a Manoel Jorge da Silveira.

13) **Bernardino Pinto Bandeira.**
O Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira concedeu-lhe também em 9 de dezembro de 1790 uma data de terras com 100 braças de frente, a qual foi por êle vendida em 1791 a Antônio de Souza Bittencourt e por êste a Manoel Jorge da Silveira em 1797.

14) **Tomázia Pizza.**
15) **José Silveira d'Ávila.**
16) **Joana Maria da Conceição.**
17) **Manuel Silveira,** casado com Maria Joaquina.
18) **Pedro Antônio Cardoso,** casado com Maria Cristina.
19) **Francisco da Rosa,** casado com Pelônia Maria.
20) **Fulgêncio Fernandes,** casado com Maria Joaquina de Santo Antônio.

21) **Antônio da Cunha,** casado com Joaquina Rosa.
Todos estes ocupavam datas de terras das que foram medidas e demarcadas pelo Engenheiro Alexandre José Montanha dentro da Estância de Francisco Xavier Velho Ferreira.

22) **Domingos Fernandes Lima.**
Desde 1778, por ordem do governador José Marcelino ocupava uma data com 600 braças de frente, na costa da Serra. Em 1790 obteve despacho de concessão expedido pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Tinha fábrica de aguardente. Tendo falecido poucos anos depois, sua viúva, Clara Rosa de Jesús, casou-se com o Tenente Antônio Rodrigues de Souza Salazar.

23) **Domingos Corrêa de Andrade,** casado com Izabel Laureana da Silva.

Possuía, por concessão feita em 1783, uma data de terras, também na Costa da Serra, com 200 braças de frente, a qual ficava situada junto às terras de Domingos Fernandes Lima. Desta data Domingos Corrêa de Andrade permutou 75 braças de frente, por 50 ditas também de frente pertencentes a Francisco Martins da Rocha, em 1800, e vendeu por outro lado, 125 braças de frente, 1791 a Domingos Gomes Jardim.

24) **Gabriel Silveira de Simas.**

Era proprietário de uma data de terras com 200 braças de frente, dividindo-se ao Norte com Antônio Machado Peixoto e ao Sul, com Domingos Gomes Jardim. Vendeu-a a Agostinho dos Santos Souza e êste a transferiu a Joaquim José Gonçalves. Êste último proprietário e sua mulher Maria Antônia venderam essa data a Maurício de Souza o qual a fêz medir e demarcar judicialmente em 1812.

25) **Antônio Machado Peixoto.**

Ficava situada a sua data junto à de Gabriel Silveira de Simas.

26) **Domingos Gomes Jardim,** casado com Inácia Antônio de Escovar.

Obteve por despacho de 1793 a concessão de uma data de terras com 200 braças de frente. Em 1791 comprou, como acima ficou dito, 125 braças a Domingos Corrêa de Andrade. Êsse casal vendeu as ditas terras a Antônio Ribeiro de Morais em 1796. A viúva dêste último, Francisca de Paula, vende-as a José Medeiros de Farias.

27) **Francisco Martins da Rocha.**

Possuía uma data com 50 braças de frente, a qual permutou por outra de propriedade de Domingos Corrêa de Andrade, em 1800. Além desta data, ob-

teve mais tarde, a concessão de outras terras no lugar denominado Porteira, ainda dentro dos limites da antiga Estância da Serra.

28) **Joaquim de Souza.**
29) **Silvestre Teixeira.**
30) **Francisco Pereira Gomes.**
31) **Manuel Machado Peixoto.**
32) **Antônio Luiz Fernandes.**
33) **Manuel Silveira Dutra.**
34) **Bento José da Silva.**
35) **José Pereira Teixeira.**
36) **Micaela dos Anjos.**
37) **Sebastião Alvino.**
38) **Antônio Paim.**
39) **Jorge Silveira.**
40) **Francisco Gonçalves de Ataíde.**
41) **José Antônio de Mendonça.**

Segundo uma estatística que em 1785 foi levantada pelo Capitão Comandante da Freguesia, João Antunes Pinto, todos estes casais possuíam, cada um dêles, uma data de terras com 50 braças de frente e tinham sido arranchados uns pelo Capitão do distrito e outros pelo Engenheiro Alexandre José Montanha, e na conformidade das ordens do Governador José Marcelino.

42) **Luzia de Santo Antônio** (viúva).

Recebeu uma data medindo 50 braças de frente, vendeu-as a Domingos Corrêa de Andrade.

IX

A construção da Matriz da Freguesia.

Observando as determinações de seus superiores, o 1.º Vigário da Freguesia, Padre João Antônio Rodrigues, tratou logo de construir a Igreja Matriz.

A obra era de algum vulto e, porisso, sua execução se tornou um tanto difícil.

Começou o Padre Rodrigues por construir a Capela Mor do novo templo, de material ou alvenaria, e de regulares proporções.

E deixou a administração da Paróquia sem ter conseguido levantar a Nave ou corpo da Igreja

Essa tarefa coube ao Padre Manuel José Sanhudo, novo Vigário da Freguesia.

Para execução da obra, celebrou-se contrato com José da Rosa em 1790.

Eis o teor dêsse contrato :

"Traslado da obrigação que se fês entre to-
"dos os moradores desta Freguesia e José da Ro-
"sa, para a fatura do corpo da Igreja da mesma.
"Digo eu José da Rosa que me ajustei com o Juiz,
"Irmãos e mais Fregueses desta Freguesia de N.-
"S.-da-Conceição e me obriguei a levantar o corpo
"da Igreja da mesma, na forma seguinte: Que à
"minha custa mandarei levantar as paredes cor-
"respondentes à nova Capela Mor que está feita,
"as quais serão de pedra e cal, com madeira e co-
"berta de telha e cal, com as semalhas correspon-
"dentes; duas portas para os púlpitos e vigas pa-
"ra os mesmos, com uma porta principal e duas
"travessas, e estas com seus lemes: O frontespí-
"cio com todo o asseio que a obra pedir; e nele uma
"janela grande, com seu óculo por cima; e na mes-
"ma e paredes se lhe irá logo fazendo o preciso
"para as tôrres que leva aos lados: as quais deve
"parar no galgamento da parede, as quais e tôda
" a dita obra hão de ser caiadas e rebocadas por
"dentro e por fora. As paredes hão de ser atra-
"cadas com vigas de madeira que forem precisas,
"assim como tôda a obra deverá ser feita com tô-
"da a segurança e polidez que semelhante Edifí-
"cio pedir. O que tudo me obrigo fazer para o

"que obrigo minha pessoa e bens, e dar a dita "obra feita de hoje a dous anos, e os ditos senho- "res acima se obrigam a dar-me em pagamento "por tôda a dita obra uma rês por cada pessoa de "tôda a qualidade que no dia de hoje existir viva e "nesta Freguesia, sendo dela Fregueses, como são "casais, Filhos maiores e menores, Estancieiros, "Escravos e agregados; em uma palavra tudo o que "constar achar-se neste respectivo dia neste dis- "trito com obrigação de Freguês, cujas reses de- "vem ser de conta, e de valor de mil e seiscentos "réis cada uma. E também se não impedirá o ti- "rar pedra, madeiras, concha (para a fabricação "de cal) e tudo o mais que fôr preciso para a dita "obra, no distrito desta Freguesia. Cujo paga- "mento se deve fazer em três quarteis; o primeiro "recolhida que seja a cal, o segundo, no meio da "obra, o terceiro no fim dela. Declaro que sou "obrigado mais debaixo do mesmo ajuste a fazer "uma sacristia no lado com uma porta e janela. "E para cumprimento de todo o referido fizemos "dois dêste teor, sendo este assinado por mim e por "meus fiadores e o outro pelos ditos snrs. acima. "Nesta Freg[a]. de N.-Sa.-da-Conceição-do-Arroio aos "vinte e seis dias do mês de maio de mil setecen- "tos e noventa anos. José da Rosa — Manuel Jo- "sé de Leão, como seu fiador."

Decorreram os dois anos sem que o empreiteiro tivesse siquer dado início ao trabalho.

Reüniu-se, então, a Irmandade e tomando conhecimento do assunto, deliberou considerar desfeito o contrato, ao mesmo tempo que resolvia promover a construção da Igreja administrativamente.

Essa reünião da Irmandade teve lugar a 12 de janeiro de 1793.

Foi dado início à obra, sendo os trabalhos dirigidos pelo

Vigário Manuel José Sanhudo e pelo Secretário da Mesa da Irmandade, Antônio Ribeiro de Morais.

A Mesa da Irmandade era assim composta:

Juiz: O Vigário Manuel José Sanhudo.
Escrivão: Antônio Ribeiro de Morais.
Procurador: Alferes Francisco José de Magalhães Pereira (Comandante do Distrito).
Tesoureiro: José da Silva Bueno.
Irmãos: Custódio de Souza Oliveira.
Tomaz José Luiz Osório (avô materno do General Osório).
Antônio de Azevedo e Souza.
Pedro Pereira Maciel.
Francisco da Silveira Peixoto.
Antônio Gonçalves Pereira e Souza.
Domingos Fernandes Lima.
Antônio Manuel de Jesús.
Simplício Ribeiro de Morais, andador.
Juíza: Ana Tereza, mulher de Pascoal Vieira da Rosa.

E foi sob a direção dêsses membros da Irmandade que se construiu a Matriz da Freguesia onde, alguns anos depois, seria levado à pia batismal aquele menino "Manuel Luiz," que serio o grande "General Osório," orgulho da sua terra e glória do Brasil.

X

CONCLUSÕES

1.º

A Freguesia de N.-Sª.-da-Conceição-do-Arroio foi fundada em 18 de janeiro de 1773, na região que abrangia os chamados Campos do Tremandí ou Tramandaí.

2.º

Seu primeiro Vigário encomendado foi o Padre João Antônio Rodrigues, nomeado pelo Bispo do Rio-de-Janeiro, D. Frei Antônio do Destêrro.

3.º

A demarcação das terras e datas da Freguesia foi feita pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha.

4.º

A Freguesia de N.-S.ª-da-Conceição-do-Arroio foi estabelecida nas terras que abrangia a "Estância da Serra," de propriedade de Manuel Pereira Franco, Almoxarife da Colônio-do-Sacramento, e seqüestrado pela Fazenda Real.

5.º

Não tendo sido suficiente a área da Estância da Serra para a demarcação das sessenta datas que formaram a Freguesia, retiraram-se treze datas da estância limítrofe, de Francisco Xavier Velho Ferreira, formando essas treze datas um retângulo de 1/2 légua por 1 légua.

PARECER

da Comissão infrascrita, sôbre a tese da 1.ª Secção (Formação do Rio-Grande-do-Sul), apresentada pelo coronel Manuel E. Fernandes Bastos — A Fundação da Freguesia de N.-S.-da-Conceição-do-Arroio.

Da ação portuguesa, na América, adentramento sertanejo na conquista dos sertões bravios, posse e fixação do colono bandeirante, no solo virgem — já disse Frei Vicente do Salvador: "Os lusitanos mais não sabiam que arranhar as praias como carangueijos..."

Nesta contingência de acerba fatalidade histórica, mal se compreenderia a grandeza da predestinação continentina do Brasil, que modelaria a América do Sul, se se não partisse desta realidade providencial: — o largo cruzamento entre o

português da idade heróica, descido nas enseadas desertas, com o íncola das selvas, daria aos destinos desta Pátria o improviso tipo novo, indomito, aventureiro e desinquieto, — o autêntico Brasileiro, que ampliaria as raias territoroais do Brasil — colônia; bateria e retrairia o avançamento do espanhól e do jesuíta; devassaria os sertões interiores; traçaria as fronteiras definitivas e fundaria a Nação Brasileira, da Centúria XIX. Porque o Brasil, no sentido do seu povoamento, dilatação territorial, recúo do Castelhano e fixidez do Homem nas regiões longínquas, que invadiu, em verdade foi temerária obra do Brasileiro, provindo da miscegenação do luso com o indígena, — o mameluco vicentino e piratiningano, sobretudo. Expandiu-o e defendeu-o. Tamanho milagre racial, com a decisiva conciencia de nacionalidade e a ideia bem esplícita de fundar a propria Pátria, que se desdobrava, permitiria que se celebrasse, no continente americano, o espetáculo inédito da epopéa bandeirante.

Ora, a projeção de sua incansável atividade colonista a caminho das indefinidas veredas sulinas, na época do mais intenso deslocamento populativo das vanguardas paulistanas, assentar-se-ia no avançado pôsto estratégico de Laguna. Daí, dêsse empório ousado e sugestivo à tessitura dos invioláveis segredos da História Nacional, a rumo indeciso do Prata, iniciar-se-iam tímidos ensaios de lenta penetração possessiva através dos domínios das litorâneas Vacarias Loiolano-guaraníticas, cujas sedes cautamente se distendiam, ao longe das ribas inacessíveis do majestoso Uruguai...

Porisso, com segura visão panorâmica de historiógrafo exímio, afeito ao paciente manuseio da esparsa documentação primitiva, mergulhada no bolor poeirento do passado vetusto, consigna Manuel E. Fernandes Bastos: — "Não quer, entretanto, isso dizer que, anteriormente, a essa época (desembarque de Silva Pais, em fevereiro de 1737, no Rio-Grande) não existissem portugueses estabelecidos nesse trato de terras, que ficava no extremo sul do Brasil, e que nunca teve donatários.

Paulistas e lagunenses, de velha data, alongavam suas

vistas para os pampas do sul, como se fôsse a grande pátria futura, numa sábia previsão dos tempos que estivesse assinalando pelo heroísmo e pelo arrôjo dos seus filhos os lindes do seu território ameaçado constantemente como objeto de cobiça dos espanhóis..."

Arrastaram-se pela beira-mar, os primeiros passos invasores, que trilhariam a planície da próspera Vacaria Jesuítica da Costa do Mar, onde se foram acantonando os mais arrojados boiadeiros, açambarcadores dos domínios inacianos. Tanto que, a partir de 1719, consideravam os jesuítas completamente perdida a seus interêsses a remota Vacaria da Costa do Mar. Porisso, mesmo, e bem assinala o perspicaz monografista gaúcho, que a ocupação da faixa marítima que é objeto precípuo de sua magnífica dissertação, remontará ao ano de 1725.

De feito, já em 1732, se verificaram as mais antigas concessões de sesmarias no solo rio-grandense, nos campos de Tramandaí, aos irmãos laguneanos, — Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro, velhos povoadores e dianteiros da pastorícia nos pampas gaúchos.

Depois, a ocupação regular, da missão Silva Pais, na barra do Rio-Grande animaria a corrente povoantista da enseada lagunense, e geraria a migração açorita, à futura fusão pampeana das duas levas encontradas nas solidões agrestes, onde prosperavam as vacarias missionárias.

Por muito tempo, ainda, porém, seria o quadrante litorâneo, entre o Atlântico, Lagoa dos Patos, Guaíba e a Serra Geral, a explanada pacífica ao arranchamento e fixidez dos primitivos gânglios migratórios. Nesse vasto semicírculo, acessível e tranqüilo, pois, trabalharia a administração do delegado metropolitano, levantar as bases à definitiva estabilidade fazendeira, distribuí-la em várias povoações litóricas. Eram o símbolo de triunfo e consolidação do homem adventício nos domínios conquistados.

Porisso, nesse quadrilátero de planície, que exprimia o primitivo Rio-Grande cedo acudiria à administração de José Marcelino "a necessidade de se fundar uma povoação nessa

imensa região que ficava entre Viamão, sede da governança e a fronteira do norte... "

Seria o meio facil e regular de se dar arranchamento aos casais açorianos. Elegera aquele governador o sítio chamado do Quintão, para nêle fundar a projetada Freguesia. Já porém, Antônio Gonçalves dos Anjos, obtida a necessária provisão havia elegido a humilde capela dedicada a N.-S.-da-Conceição. Fica na estância da Serra, no sopé da Serra-Geral. Enfim concordou José Marcelino com esta iniciativa e alcançou do vice-rei mandasse fundar a povoação titulada "N.-S.-da-Conceição-do-Arroio", com o que a distinguiria de outros povoados votivos à mesma Santa. Peculiariza-a a circunstância de estar assente às proximidades do Arroio que desce da serra e desemboca na Lagoa-Formosa, Lagoa-da-Serra e futura Lagoa-do-Barros.

Eis as tímidas nascentes da futura vila de Osório.

Em verdade, é a identificação dêsses remotos fragmentos migrantistas, que representa o lastro, inicial da conquista e povoamento do litoral nordestino, o a que se consagra nessa esplêndida monografia, o esforçado investigador do passado rio-grandense. Acumulado pacientemente copioso material demográfico e possessório dos primeiros tempos gaúchos, naquelas ribas marinhas, busca metòdicamente dilucinar aquele trecho, largo e primordial, onde se contém o cerne primacial da população gaúcha, cujas origens urge relacionar em definitivo.

Restaurar êsse passado semi-obscuro e perdido, reconstruir o rol das primitivas famílias acantonadas nas planícies marítimas; coordenar a semente genealógica rio-grandense de Conceição-do-Arroio, Viamão, Porto-dos-Casais, Mostardas, Estreito, Tôrres, Santo-Antônio-da-Guarda-Velha, Rio-Grande, Taquarí, Santo-Amaro, Rio-Pardo... é pròpriamente reconstruir a genealogia gaúcha, nas suas linhas avoengas e fundamentais, cuja descendência se ramificaria no Rio-Grande.

Lançado início assaz promissor nesse brilhante ensaio, esperados, a indefesos perquiridores trabalhos semelhantes:

de vaticinar é caminhemos para o domínio das esperanças, em breve realizadas, de identificar o gigantesco e já longínquo passado rio-grandense. Estímulo vigoroso, o que nos oferece o ilustre historiógrafo cujo trabalho merece plena aprovação e louvores irrestritos.

Sala das Comissões do 1.º congresso de História Rio-grandense, 4 de outubro de 1935.

(ass.) Manuel Duarte, relator.
Aurélio Porto.
F. Contreiras Rodrigues.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PRESÍDIO DAS TÔRRES E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Dante de Laytano

1 — GEOFRAFIA FISICA

I — Latitude — 29° 20' 34"

II — Longitude — Em arco W de Gr. — 49° 43' 39"
Em tempo W de Gr. — 3 h 18 m 55 s

III — Altitude — 43 metros.

IV — Superfície — 660 quilômetros quadrados.

V — Dimensões — norte a sul: 66 Km. Leste a Oeste : 46 Km.

VI — Extensão costeira — 43 Km.

VII — Pontos extremos: ao norte — Morro do Várzeo. Ao sul o rio Três Forquilhas, no lugar onde banha a povoação do mesmo nome. A oeste: nascentes do arroio Sargogonha e a leste a barra do rio Mampituba.

VIII — Situação topográfica — Apresenta duas zonas características: o litoral e o interior. A **zona do litoral** é a parte mais importante da grande enseada que começa na barra do rio Tramandaí e termina na barra do rio Araranguá. A monotonia da praia é primeiramente desfeita pela foz do rio Mampituba e depois por três serros que têm o nome genérico de tôrres. À margem do Mampituba existem pequenas planícies que nas proximidades do Oceano deixam de ser verdejantes para ficarem cobertas de areia. As **tôrres** são denominadas, segundo as suas respectivas posições geográficas, de tôrre do norte, tôrre do centro e tôrre do sul. A tôrre do norte é a maior

e nela está edificada a vila. É formada de colinas gramadas. Defronte, numa distância de quasi 2 quilômetros, avista-se a ilha dos Lôbos. No ponto mais elevado está erguido o farol. A tôrre do centro é menor que a precedente e maior que a última. Na época das chuvas forma-se, no seu vasto **plateau** uma lagoa povoada de peixes. O fato importante é a criação dos peixes que se interrompe no período das sêcas, quando então a lagoa desaparece. Notam-se nesta mesma tôrre, pequenos matos, na parte oeste e furnas de maravilhosa beleza. Entre a tôrre do centro e a tôrre do sul existe um bloco de pedra em proporções muito originais. A tôrre do sul é a menor de tôdas, mas é a que tem a vegetação mais cerrada.

A **zona do interior** — É montanhosa. Na direção de norte a sul corre uma cadeia de morros pertencentes à Serra-do-Mar. Esta mesma cadeia quando entra em Conceição-do-Arroio toma o nome de Serra-Geral. Entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Itapeva existem belos campos de criação e cultura.

O sistema hidrográfico se origina na Serra-do-Mar e é formado por pequenos rios e arroios que desaguam nas lagoas Itapeva, Morro do Forno e no rio Mampituba depois de regarem vales e várzeas muito férteis. Convém ainda salientar o sistema linográfico do nordeste do Rio-Grande-do-Sul que em Tôrres está muito bem representado.

IX — Limites — Ao norte, com Santa-Catarina pelos rios Mampituba e Sertão. A leste o Oceano Atlântico. Ao sul, com o Município de Conceição-do-Arroio, pelo rio Três Forquilhas até desaguar na Lagoa Itapeva, e daí até ao mar por um valo, na fazenda de Manuel Antônio de Souza Neto. A oeste com o Município de S.-Francisco-de-Paula pelo dorso da Serra-do-Mar.

X — Morros — Estão situados na Serra-do-Mar e os principais são : Josafá, com 1.000 metros, Pedra Bran-

ca, com 900, Rio-de-Dentro, com 800 e Morro-Azul, com 500 metros. Os cálculos destas alturas foram aprovados, em sessão de 13 de outubro de 1891, pela Junta Governativa. Os outros morros menores são os seguintes : No primeiro distrito — São-Pedro-de-Alcântara, Jacaré, Barro, Cortado e Itapeva; no segundo Distrito — Três-Irmãos, Chapéo, Herval, Teixeiras, Tütbohl; no terceiro Distrito — Costão, Puca, Roça-da-Estância, Grande, Barbará, Selao e Shardosin; e no quarto Distrito — Forno, Descanso, Céu, Paraíso, Capitão, Três-Cachoeiras, Alegrete, Machado, Redondo, Morrinho, Perdido, Tigre e Chapadão.

XI — Rios e Arroios — **Mampituba** — É formado pelos rios Glória e Sertão e recebe as águas destes dois rios e da Lagoa Sombria, pelo sangradouro denominado Sanga-da-Madeira. É navegável. Tem 20 Km de extensão. L

Sertão — Nasce na Serra-do-Mar e desagua no Mampituba, fazendo um percurso de 46 Km. Sòmente é navegável em 25Km. Seus principais afluentes são os rios Canoas e Cachoeira.

Glória — Afluente do Mampituba e nasce na Serra-do-Mar, onde forma uma cascata de mais de 100 metros. É navegável numa extensão de 13 Km. e o seu percurso total é de 22 Kms. Afluentes: Rio Monteiro e os arroios Grande, Malacara, Pavão, Esperança, Molha Côcô, Jundiá e Arroio-de-Dentro.

Monteiro — É um pequeno rio que nasce na Lagoa do Morro-do-Forno e recebe as águas da lagoa Jacaré, pelo sangradouro do mesmo nome. Êste afluente do rio Glória é navegável em tôda a sua extensão, calculada em 20 Kms.

Três Forquilhas — Nasce na Serra-do-Mar e vem lançar-se, após um percurso de 40 Kms. na lagoa Itapeva. É navegável em 9 Kms. mais ou menos. Banha a ex-colônia do mesmo nome e logo abaixo

dessa povoação abre três galhos que tomam os nomes respectivos de rios da Areia, do Depósito e do Chapéu. Recebe os seguintes afluentes: pela margem esquerda — Carvalho, Bananeiras, Tres-Pinheiros, Padre, Encantado e, pela margem direita — Eberhardt, Chapéu e Josafá, com seus afluentes Barreiros, Retiro, Quincas e Baneiro. Ainda os pequenos arroios podem ser agrupados da seguinte maneira: **nascentes no Morro de Josafá** — Dentro, Jundiá, Negros, Morro-do-Forno, Bonito, Pacas, Paraíso, Azul, Cardoso e Terra; **nascentes na Serra-do-Mar** — Chimarrão, Esperança, Pavão, Malacara e Molha Côco.

XII — Lagoas — A principal é a denominada Itapeva e seguem-se, pela importância, Jacaré e Morro-do-Forno, e duas menores ainda: Lagoinha e Lagoa-da-Vila ou das Tôrres.

XIII — Ilhas — A principal é a ilha dos **Lôbos. Fica** no Oceano Atlântico a 2.000 metros da costa e mais ou menos defronte a Tôrre-do-Norte. É de notar-se que a ilha dos Lôbos é visível numa vasta extensão de praia. Quando há tempestades se localiza a ilha por uma faixa de espuma branca. Gasta-se uma hora para chegar até ela e o seu acesso é bastante difícil. Mede 120 metros de comprimento e 35 de largura. Pesca-se em apreciável quantidade e a caça aos lôbos marinhos, que são os únicos habitantes desta ilha, não é vista com bons olhos pelos cientistas. Acham êles que não se deve exterminar êsses "monumentos da natureza" e protegê-los como se faz em S.-Francisco. ("Fauna de Tôrres", pag. 55 — R. Gliesch).

As outras ilhas são fluviais: **Zé Rodrigues,** no rio Mampituba a altura da Lomba-de-Areia, **Ilhota-das-Três-Forquilhas,** no rio do mesmo nome, lugares conhecidos por rios do Depósito e da Areia, na divisa com Conceição-do-Arroio; **Seu Cote,** no rio Verde e **Lima,** na décima primeira secção do segundo

distrito, no Rio Três-Forquilhas próximo ao Passo das Oliveiras.

XIV — Clima — A temperatura é muito agradável o que torna Tôrres um esplêndido lugar de veraneio. Durante os anos de 1925, 26 e 27 registaram-se as seguintes temperaturas, em média das máximas: verão — 25,8. Outono 23,4, inverno 18,4 e primavera 20,4. E as seguintes médias das mínimas: verão 18,4, outono 16,1, inverno 9,6 e primavera 13,9.
Vento oeste (minuano) — frio e sêco. Vento sul — chuvoso e vento nordeste — brando.
As chuvas não são intensas.

XV — Distâncias — A vila de Tôrres dista: da Capital do Estado, 231 Kms; da Sede da Comarca, em St°.-Antônio-da-Patrulha, 132 Kms; de Conceição-do-Arroio, 80 Kms; de Araranguá, 66 Kms. e de S.-Francisco-de-Paula, 130 Kms.

---

2. GEOGRAFIA POLÍTICA

I — População.
a) P. absoluta — 15.000 hab.
b) P. relativa — 10 hab. por km²

II — Divisão Administrativa — O município está dividido em quatro distritos e cada distrito, respectivamente, em diversas secções.

Primeiro distrito — Limita-se a leste com o Oceano Atlântico; ao Norte com o estado de Santa-Catarina e com o 3.° D°. pelo rio da Glória até o rio Monteiro e por êste, ao oeste, até a lagoa do Morro-do-Forno; ao Sul, com o município de Conceição-do-Arroio e com o 2.° D°. pela lagoa Itapeva e rio Cardoso, até suas nascentes no morro de Josafá. Sede : na Vila.

1.ª Secção — Compreende a vila, pela parte do norte, até a rua Silva Jardim; pelo sul, até as pedras de Itapeva e

testados das terras de lavoura; pelo leste, o oceano Atlântitico e pelo oeste os banhados até encontrar as terras sêcas do Fachinal. (População: 680 habitantes).

2.ª Secção — Compreende a Ronda, povoação do Potreiro até a Sanga da Agua Boa, tôda a parte baixa da Vila, naquela zona da rua Silva Jardim para baixo. (Pop. 222 hab.).

3.ª Secção — Começa da Sanga da Água Boa, pela costa do rio Mampituba até a casa de Joaquim Tomé de Matos e daí até o arroio de Manuel Nunes. (pop. 334 hab.).

4.ª Secção — Começa na Estrada da casa Inácio Tomé de Matos, pela costa do rio Mampituba, Passo do José Inácio até o prédio de Francisco Nicolau Clezar e daí a Lomba do Simoeiro. (Pop. 103 hab.)

5.ª Secção — Começa do prédio de Francisco Nicolau Clezar, abrangendo todo o Barro Cortado até o Passo do rio Verde, no rio Mampituba. (Pop. 184 hab.)

6.ª Secção — Começa do prédio Manuel Ferreira Pôrto, outrora de José de Matas, até a Lomba do Simoeiro, onde se divisa com a quarta secção. Daí pela estrada até a ponte nos banhados da lagoa do Jacaré. (Pop. 205 hab.)

7.ª Secção — Começa na estrada que passa no prédio de Hélios Graciano da Silveira, na Itapeva, até o arroio de Manuel Nunes e daí pela estrada do prédio da família de Manuel Jorge até o prédio de José Vitorino. (Pop. 420 hab.)

8.ª Secção — Começa nas terras de lavoura até a encruzilhada das estradas do Cedro e Chico José, nas proximidades do prédio da família de Honorato Coelho, e daí pelo campo, entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Itapeva até a Estiva. (Pop. 305 hab.)

9.ª Secção — Começa na Estiva, entre o oceano Atlântico e a lagoa Itapeva e vai até a divisa com o município de Conceição-do-Arroio, na fazenda do finado Manuel Antônio de Souza Neto. (Pop. 213 hab.)

10.ª Secção — Divide-se com a 8.ª, na encruzilhada aludida na oitava, compreendendo a estrada do Cedro até o prédio de Manuel Ferreira Pôrto, abrangendo o Campo Bonito, até a propriedade de Luiz Silveira e daí pela estrada do Chi-

co José, até a encruzilhada nas proximidades do prédio da família Simão Coelho. (Pop. 110 hab.)

11.ª Secção — Começa na estrada de Bento Carneiro até o potreiro Fernandes, onde existia uma cancela. (Pop. 253 hab.)

12.ª Secção — Começa nos matos da Cova Funda, pela costa da lagoa Itapeva, até a linha da divisa com o quarto distrito, no pôrto do Fagundes. (Pop. 144 hab.)

13.ª Secção — Começa na Sanga do Mata-Boi, na divisa com o quarto distrito, até o prédio de Francisco Manuel Magnus até o ângulo das terras da família Francisco Matias Dümer. (Pop. 277 hab.)

14.ª Secção — Começa na divisa com a décima primeira secção, no potreiro dos Fernandes, onde existia uma cancela, até o engenho da família Dümer e daí ao prédio pertencente a José André Magnus. (Pop. 328 hab.)

15.ª Secção — Começa onde termina a secção anterior e vai até o arroio Mung abrangendo o Lagumeiro e daí pela estrada de Cima do Morro a Junção da povoação de S.-Pedro-de-Alcantara. (Pop. 229 hab.)

16.ª Secção — Começa onde termina a anterior e vai até o prédio da família Guilherme Magnus. (Pop. 304 hab.)

17.ª Secção — Começa onde termina a anterior e vai até a ponte do rio Verde, abrangendo o Esfregão do Jacaré. (Pop. 256 hab.)

Segundo Distrito — Divisa: Leste — Lagoa de Itapeva e parte do rio Três-Forquilhas. Oeste — Municípios de Conceição-do-Arroio e S.-Francisco-de-Paula, pelo rio Três-Forquilhas e dorso da Serra. Norte — o quarto distrito dêste Município e parte de S.-Francisco-de-Paula, pelo rio Cardoso, margem direita e travessão das chapadas dos morros Rio-da-Terra, Três-Cachoeiras e Capitão e dorso da Serra-Geral. Sul — Município de Conceição-do-Arroio servindo de divisa o rio Três-Forquilhas, ficando a ilhota formada pelos rios do Depósito e da Areia, nesse distrito.

1.ª Secção — Do passo do rio Cardoso, à margem direita, até o prédio de José Bernardo da Luz Sobº. onde começa o

terreno de pedra, lugar em que já funcionou a 10.ª escola municipal, abrangendo as Três-Cachoeiras, Pontal-das-Terras e Atrás-dos-Morros. (Pop. 306 hab.)

2.ª Secção — Começa ao norte da Cachoeira da Várzea, na fazenda dos Três-Irmãos, desde a nascente da referida cachoeira, no cume do Morro até desaguar no rio Guimarães e daí até a lagoa da Itapeva. Ao sul o pôrto do Feliciano. A leste o rio Três-Forquilhas e lagoa da Itapeva. A oeste o cume do Morro, compreendendo tôda a chapada e pontal dos Valius. (Pop. 304 hab.)

3.ª Secção — Começa ao norte com o pôrto do Feliciano e vai até a casa de Zeferino Ferreira. (Pop. 240 habs.)

4.ª Secção — Compreendendo todo o território do Chapéu até a estrada do Travessão e onde esta termina segue uma linha reta até o morro dos Teixeiras, onde se divide com a 3.ª secção; da entrada na estrada Travessão até sair na sede da ex-colônia Três-Forquilhas. (Pop. 505 habs.)

5.ª Secção — Começa no Passo das Oliveiras e da ilha dos Limas pela estrada até uma sanga onde tem uma ponte, no descer o morro na propriedade de Alberto Tütbhol, abrangendo os trechos da citada estrada até a sanga da Água Suja. (Pop. 237 habs.)

6.ª Secção — Começa da sanga pela estrada da propriedade de Tütbhol até o prédio de Pedro Estrázula. (Pop. 106 habs.)

7.ª Secção — Começa no fim da precedente, pelo norte, até o prédio de Gabriel Spanenberger. Pelo oeste até o prédio de Felipe Phrú. (Pop. 195 habs.)

8.ª Secção — Começa no prédio de Spanenberger abrangendo todo o fundo do vale do Barreiro, parte da Boa União até o prédio de Januária da Paz. (Pop. 205 habs.)

9.ª Secção — Começa em seguida da precedente abrangendo a Boa União e os fundos de Pedra Branca e Retiro, até a chapada do morro do rio Terra. (Pop. 294 habs.)

10.ª Secção — Começa no prédio de Felipe Phru abrangendo todo o vale do Pinto, compreendendo os fundos do rio do Pinto e do rio Eberardt. (Pop. 226 habs.)

11.ª Secção — Pelo norte com o travessão que divide os lo-

tes com a Colônia e limita com a quarta secção ao sul e a leste pelo rio Três-Forquilhas até o Passo das Oliveiras, abrangendo a ilha dos Limas e ilhotas formadas pelo rio Três-Forquilhas, nos pontos conhecidos pelos rios do Depósito e da Areia, e ao oeste pela estrada do Pôrto na sanga da Água Suja. (Pop. 247 habs.)

12.ª Secção — Começa ao norte da divisa com a primeira secção no prédio de José da Luz Sobr°. em linha reta do banhado à chapada do morro, ao sul a cachoeira da Várzea desde a sua nascente no cume do morro Três-Irmãos até desaguar no rio Chimarrão, e daí até a lagoa da Itapeva e pelo leste pela mesma lagoa e a sanga dos banhados, que divide o Pontal das Terras das Sesmarias. Pelo oeste, o dorso do morro. (Pop. 234 habs.)

Terceiro Distrito — Divisa — Leste: pelo rio Monteiro limita com o primeiro distrito. Oeste: pelo dorso da Serra do Mar, onde limita com o Município de S.-Francisco-de-Paula. Norte : pelo rio Sertão que ao chegar nas proximidades das suas cabeceiras é conhecido por rio da Graça, até o dorso da Serra-do-Mar. Sul: pela lagoa do Morro-do-Forno e rio Meng até a casa de Antônio Colin, aí abandona o rio e segue pelo Morro-Grande em direção da Serra-Geral.

1.ª Secção — Pelo norte com o rio da Glória-Verde; pelo sul com os banhados do Puca abrangendo a freguesia da Glória, sede do Distrito. Pelo leste o rio Monteiro a esquerda e pelo oeste com a sanga da Pedra. (Pop. 401 habs.)

2.ª Secção — Pelo norte com o rio Verde; pelo sul com a sanga de Joaquim Marinheiro e Espigão do Bárbaro; pelo leste com a sanga da Pedra e pelo oeste com os matos de Zeferino Ferreira. (Pop. 225 habs.)

3.ª Secção — Pelo norte com os matos de José Pereira, pelo sul com a propriedade de Francisco Sebastião Filho; pelo leste com a sanga de Joaquim Marinheiro e pelo oeste com o banhado do Puca. (Pop. 142 habs.)

4.ª Secção — Pelo norte com o rio Verde; pelo sul com o rio de Dentro pelo leste com os matos de Zeferino Ferreira pelo oeste com a sanga de Amândio Martins. (Pop. 306 habs.)

5.ª Secção — Pelo norte com o rio Verde; pelo sul com o rio de Dentro; pelo leste com a sanga de Amândio Martins e matos do Cardoso e pelo oeste com a estrada geral. (Pop. 194 habs.)

6.ª Secção — Pelo norte com o rio Verde; pelo sul com o morro dos Selau; pelo leste com o Poço do Pinga e rio de Dentro e pelo oeste com a Sanga-Sêca. (Pop. 219 habs.)

7.ª Secção — Pelo norte com o rio Verde; pelo sul e oeste com o morro de Josafá e a leste com a Sanga-Sêca. (Pop. 203 habs.)

8.ª Secção — Pelo norte com a margem direita do rio Panela, até encontrar o rio Jundiá e daí ao prédio de Mariano da Costa. Pelo sul com o morro do Josafá; pelo leste com o morro do Schodosin e pelo oeste pela margem direita do rio Panela. (Pop. 169 habs.)

9.ª Secção — Divide-se com a terceira secção pela propriedade de Francisco Filho até a estrada do Biguassú, e daí pelo sul até o rio do Forno e rio do Meng e pelo oeste até o morro de Dentro abrangendo o morro do Costão. (Pop. 253 habs.)

10.ª Secção — Pelo norte e leste do prédio de Artur José dos Santos ao rio Verde pela estrada geral. Pelo sul e oeste com o Poço-do-Pinga e rio de Dentro. (Pop. 572 habs.)

Quarto Distrito — Limita-se a leste com a lagoa Itapeva e a primeira e décima segunda secções do segundo Distrito. A oeste com parte do segundo Distrito e o dorso da Serra Geral, onde se divisa com S.-Francisco-de-Paula. Ao norte com o primeiro e terceiro distritos, pelos banhados que existem do pôrto do Fagundes a lagoa do Morro-do-Forno, com o primeior Distrito e pelo rio do Meng, até a casa de Antônio Colin e daí abandona o rio e segue em direção do Morro-Grande até a Serra, com o terceiro Distrito. Ao sul com o segundo Distrito, pelo rio Cardoso, até o travessão que desce das chapadas dos morros Três-Cachoeiras a daí a volta do vale do rio da Terra.

1.ª Secção — Começa no prédio de José Meng Filho, pela estrada até o rio do Morro-Azul, e uma sanguinha próxima, e pela parte do sul com o rio Lageado dividindo-se

com a segunda e terceira secções do mesmo distrito — é a sede do quarto distrito. (Pop. 276 habs.)

2.ª Secção — Começa na sanguinha acima citada, até o morro do Josafá, abrangendo os morros do Céu e do Paraíso e parte da colônia Júlio de Castilhos. (Pop. 230 habs.)

3.ª Secção — Começa na antiga estrada do Descanço até os prédios de João Meng Filho e Antônia Borges e daí pela estrada da Várzea até a ponte do Morro-Azul. (Pop. 184 habs.)

4.ª Secção — Começa no morro do Claudino Machado até o arroio da Terra, na parte conhecida por rio do Lageado, abrangendo o Descanço. (Pop. 201 habs.)

5.ª Secção — Divisa-se ao norte com o rio do Júlio, compreendendo todo o vale do rio da Terra, e com o quarto distrito. A leste com o travessão do cume do Morro, das Três-Cachoeiras e Alegrete, com a 1.ª e a 12.ª secções do 2.º distrito. Ao sul a chapada do morro do rio da Terra onde se divide com a 4.ª e 9.ª secções do 2.º distrito e pelo oeste a estrada da Serra do Capitão. (Pop. 445 habs.)

6.ª Secção — Começa do prédio da família Coelho até o rio Cardoso, abrangendo o morro do Claudino Machado, parte da Cachoeira-Grande, ao potreiro de Bernardino Cardoso. (Pop. 214 habs.)

7.ª Secção — Ao norte começa na divisa do 1.º distrito, na linha que partindo do pôrto do Fagundes, pelos banhados da Estiva e sanga do Mata Boi, terminando na lagoa do morro do Forno; até o prédio da família Coelho onde se divisa com a 6.ª secção. (Pop. 161 habs.)

8.ª Secção — Começa na ponte do rio das Pacas, pelo leste, abrangendo o morro do Tamanduá, até o prédio da família de Daniel Adriano, divisa com a 7.ª secção, e daí pela estrada do Côco até a sanga do Mata-Boi, abrangendo ainda parte da Cachoeira-Grande até o prédio de Bernardino Cardoso. (Pop. 182 habs.)

9.ª Secção — Começa na ponte do rio das Pacas, pelo oeste, até o rio dos Negros, abrangendo o morro Redondo, Marinha, Perdida e morro de Dentro. (Pop. 538 habs.)

10.ª Secção — Começa no rio dos Negros, ao oeste, até

a propriedade de José Corrêa da Costa, ficando a dita propriedade dentro da secção. (Pop. 240 habs.)

11.ª Secção — Começa na propriedade de José Corrêa da Costa onde se divide com a secção precedente e daí até a divisa com a 9.ª secção do terceiro distrito, abrangendo todo o morro do Forno até o rio do Meng. (Pop. 550 habs.)

12.ª Secção — Começa ao norte nas propriedades de Isaias Laureano e Carlos Bier Filho, onde existe uma pinguela, abrangendo todo o vale do morro do Forno, inclusive o morro do Tigre, Chapadão, rios do Norte e Sul. (Pop. 421 habs.)

III — Divisão Judiciária — Tôrres, com Conceição-do-Arroio, são termos que constituem a comarca de Santo-Antônio-da-Patrulha. Compreende o município um juiz distrital com três suplentes. Um notário, um escrivão e um oficial de justiça da sede do têrmo, 4 juízes rurais, e seus respectivos suplentes, e escrivães distritais constituem o quadro de funcionários da justiça. O Jurí é instalado na Intendencia Munipal, onde funciona o Tribunal, sob a presidência do Juiz da Comarca.

IV — Região Policial — A polícia judiciária é exercida por um delegado, que tem sob suas ordens um amanuense e uma fôrça da Brigada Militar do Estado, pertencendo todos à 3.ª região policial com sede em Santo-Antônio-da-Patrulha. A polícia administrativa é exercida por 50 inspetores de quarteirões, 7 praças, 3 guardas rurais sob o comando de um oficial e 4 sub-oficiais, com os quais se dispendem, em média, 16:000$000 anuais.

V — Distrito telegráfico — A estação telegráfica de Tôrres pertence ao primeiro distrito da Repartição-Geral-dos-Telegrafos, no Rio-Grande-do-Sul. Tem um encarregado, um auxiliar e 2 guarda-fios. Transmitiu, em 1928, 5.288 telegramas contendo 77.337 palavras e recebeu 2.346 com 37.575 palavras, e em 1930, foram transmitidos 11.334 telegramas conten-

do 161.423 palavras e recebidos 5.201 com 73.401 palavras. Não foram incluídos os telegramas transmitidos durante a revolução de 1930 que eram, em média, em número de 300 a 400 diàriamente.

VI — Administração postal — A agência e a sub-agência postal de Tôrres pertencem à primeira região da Administração dos Correios no Rio-Grande-do-Sul e expedem 2 malas por semana e recebem também 2. A correspondencia é feita por via terrestre e quando há linhas regulares de vapores recebe uma terceira mala, mas sòmente com a correspondência de Conceição-do-Arroio a Tôrres. Quinzenalmente segue por S.-Catarina malas diretas para a Capital da República e norte do país. A chefia é respectivamente confiada a uma agente e a um sub-agente e o transporte das malas a um estafeta. Além disto existe um serviço de correio municipal entre os distritos. A agência está localizada na vila e a sub-agência no 4.º distrito. São expedidas 18.000 cartas anuais e recebidas 20.000, aproximadamente (1).

VII — Serviço eleitoral — O município pertence ao terceiro distrito eleitoral do Estado e ao primeiro distrito eleitoral federal. Possue 840 eleitores estaduais distribuídos por 4 secções: I — na vila 334 eleitores, II — em S.-Pedro com 191, III — Três-Forquilhas com 194 e IV na Glória. O número de eleitores federais é de 716 distribuídos em 3 secções, sendo que a primeira, na vila, tem 303 eleitores: a segunda também na vila tem 215 e a terceira, em Três-Forquilhas, tem 198. (2) A 26 de setembro de 1879 foi realizada a primeira eleição geral para eleitores federais afim de preencher a vaga de senador aberta com a morte do Marquês do Herval e em 31 de outubro do mesmo ano realizou-se a primeira eleição

---

(1) Atualmente os serviços de Correios e Telégrafos estão reünidos numa só administração.

(2) Dados colhidos do Anuário Estatístico do Estado de 1928.

para a Assembléia Provincial. Durante o regime republicano, em 20 de novembro de 1892, realizou-se a primeira eleição para presidente do Estado e deputados estaduais e, em 5 de maio de 1891, realizava-se a eleição para a Assembléia Constituinte.

VIII — Alistamento militar — O sorteio militar é procedido anualmente por uma Junta que se compõe de um presidente, dum escrivão e dum delegado. O delegado é sempre um oficial do Exército Nacional, pertencente à Reserva. O número de sorteados tem sido o seguinte : em 1908 — 564 e em 1929 — 1231.

IX — Religião — A religião mais praticada em Tôrres é a Católica Apostólica Romana. A paróquia de S.-Domingos-das-Tôrres foi criada em 1820 e pertence à Província Eclesiástica de Pôrto-Alegre. Existem em todo o Município duas Matrizes denominadas de S. Domingos e Nª. Sra. do Amparo, respectivamente, na vila e em S.-Pedro. Há uma igreja chamada Nª. Sª. da Glória no lugar do mesmo nome e cinco capelas a saber: S. Luiz, em Morro-Azul; S. José, em Três-Forquilhas e S. Pedro, no rio da Terra. O culto católico é ministrado por dois párocos auxiliados por vinte catequistas. Existe, ainda, na vila, uma sociedade coral composta de fiéis que acompanham os ofícios divinos, na Matriz de S. Domingos. O único núcleo que não pratica a Religião Católica é a antiga Colônia Alemã do segundo distrito, onde a maior parte da população é protestante.

X — A Instrução Pública — Sòmente existe o ensino primário que é disseminado em 39 escolas freqüentadas, em média, por 1.000 alunos.

O quadro escolar compõe-se da seguinte maneira: um grupo escolar com 200 alunos, 4 escolas estaduais subvencionadas com 150 alunos, 16 escolas municipais subvencionadas pelo Estado com 400 alunos e 18 escolas municipais mantidas exclusivamente pelo Município com 350 alunos.

O ensino é controlado pelo Govêrno do Estado que o

fiscaliza por intermédio de um inspetor escolar e o Município exerce a sua fiscalização por meio dum Conselho Escolar. O movimento geral é observado por um delegado escolar nomeado pelo Estado. O grupo escolar têm um diretor e cinco professoras e as outras escolas têm uma professora cada uma, perfazendo, assim, um total de 44 professoras.

XI — Saúde Pública — O serviço geral de profilaxia está entregue a uma Delegacia de Saúde, criada a 4 de junho de 1929, pelo Estado, e dirigida por um médico que tem sob suas ordens um bromatologista, um veterinário, um desinfectador, 4 guardas sanitários e 1 servente.

Durante o seu primeiro período foram feitas 2.641 consultas médicas, aviaram-se 3.256 receitas, 2.174 pessoas iniciaram o tratamento de diversas moléstias e 2.598 pessoas terminaram seus tratamentos.

Durante o segundo período o movimento apresentou os seguintes aspectos: foram resenceadas, quanto às moléstias gerais, 2.389 pessoas, sendo 215 do grupo de 6 a 9 anos; 1.844 de 10 a 50 anos e 113 de 51 anos para cima. Em relação ao sexo: 1472 masculinos e 217 femininos. Quanto à côr: 2731 brancos, 16 mixtos e 2 pretos. Foram administrados 3872 tratamentos. Para profilaxia de anquilostomia e outras enfermidades congêneres foram matriculadas 11.245 pessoas, sendo 1932 de 1 a 5 anos; 1944 de 6 a 9 anos; 6944 de 10 a 50 anos e 330 com mais de 50 anos. Quanto à côr: 11.128 brancos; 72 mixtos e 45 pretos. Foram indicados 20.228 tratamentos contra helmintoses. Como medida preventiva contra a varíola foram vacinadas e revacinadas 1402 pessoas. Pela secção de fiscalização foram feitas 43 visitas em armazéns, hotéis, etc.

No matadouro municipal foram examinados 139 animais bovinos, 47 ovinos e 56 suínos, a serem abatidos. Na via pública, sofreram inspeção, 950 aves, 4793 peixes e 20.270 frutas. Foram ainda visitados

990 domicílios particulares, 105 pátios e quintais, 13 poços d'água potável, 13 estábulos, e 12 galinheiros e 990 instalações sanitárias. No serviço de pequena hidrografia foram construídos, sob a direção da Delegacia, 1500 metros de váus para o escoadouro das águas estagnadas.

A moléstia característica da região é a anquilostomia e alguns casos de sezões.

Contudo o estado sanitário de Tôrres não é dos peores, uma vez que a Delegacia de Saúde atenda, na maioria absoluta, os residentes em Santa-Catarina.

XII — Govêrno Municipal — Segundo a organização política do Estado, anterior à revolução de 30, o govêrno municipal de Tôrres era assim constituído: Poder Executivo exercido por um Intendente, eleito de 4 em 4 anos, tendo como auxiliares diretos 3 secretários, nomeados por livre escolha do Intendente. Os 3 secretários compreendem: o secretário geral, secretário do Tesouro e secretário das Dbras Publicas. Em cada distrito existia um sub-intendente e subsecretários ou sub-diretores com limitada autoridade. Um Conselho Municipal que estava restrito à aprovação do orçamento anual.

XIII — Povoações — **Vila** — A sede municipal tem 2.000 habs. Os principais edifícios são : a Intendência, Quartel Municipal, Cadeia, Grêmio 14 de Julho, Estação Telegráfica, Matriz S. Domingos, os hotéis Farol e Mampituba, os balnearios Picoral e Sartori, além de algumas lindas vivendas particulares. Existem duas praças: Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos. As ruas mais importantes têm as seguintes denominações : Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Marechal Deodoro, Benjamim Constant, Silva Jardim, Carlos Flores, Joaquim Porto, Capaverde, 15 de novembro e Tiradentes. Pontos de excursões : o Farol, a Lagoa das Lavadeiras, a barra do rio Mampituba, a Colônia dos Pescadores, as furnas e a ilha dos Lôbos. Durante a estação calmosa, devido ao

clima ameníssimo, afluem às praias de Tôrres milhares de veranistas. Há uma fábrica de gasosas, 3 distilarias, duas serrarias, moagem de café e outros pequenos estabelecimentos industriais. O principal comércio é o de peixe. Exporta aguardente, mandioca e banana. Diversões: Cinema Iris, Campo de Foot-Baal, Gremio 14 de Julho que possue uma biblioteca com os jornais do Rio e S.-Paulo. Merece, também, referência o Museu de Artefatos indígenas, recolhidos dos Sambaquís, organizado pelo colecionador sr. Balbino Luiz de Freitas.

I Distrito — Tem uma população de 5.000 habs. e **S.-Pedro-de-Alcântara** é o principal povoado. Possue uma igreja matriz denominada Nª. Sª. do Amparo que foi construída em 1824. É a maior do Município, comportando 500 pessoas. São Pedro abastece a vila de produtos de primeira necessidade. Tem um clube recreativo e vários engenhos de açúcar.

Existem ainda outros povoados menores: **Rio-Cardoso, Faxinal** e **Estância-do-Meio.**

II Distrito — Tem uma população de 3.000 habs. e a sede no povoado de **Três-Forquilhas.** Três-Forquilhas constituiu, em 1913, a capela de S. Sebastião.

III Distrito — Tem uma população de 2.700 habs., com sede no povoado da **Glória.** Na Glória existe uma bela igreja construída em 1902. Povoados principais: **Roça-da-Estância** e **Costão,** onde tem a capela Nª. Sª. das Dores.

IV Distrito — Com 2.300 habitantes e com sede em **Morro-Azul,** hoje Júlio de Castilhos. E' um distrito criado em 1929 e tem uma capela denominada S. Luiz. O principal povoado é o **Rio-da-Terra,** onde existe a capela de S. Pedro e depois o povoado de **Três-Cachoeiras,** com a capela de S. José.

3 — GEOGRAFIA ECONOMICA

I — Sub-solo — Os principais minerais que existem no sub-solo de Tôrres são o ferro, mica, enxôfre, ampelita, marga e carvão de pedra.

II — Flora — As plantas, as árvores e as madeiras mais conhecidas são as seguintes : açoita-cavalo, aroeira, araçá, angico, amoreira, ameixeira, batinga, branquilho, geabeira, carvalho, canela, cocão, cangeranas, camboim, caúna, cedros, cambotá, cotia, coqueiro, corticeira, coentrulho, figueira, grapiapunho, guamerino, gramiamunha, guabiroba, erva-mate, ipés, ingás, limoeiros, laranjeiras, limeira, louro, lucorana, jaboticabeira, murta, mata-olho, marmeleiro, pinheiro, perobas, pitangeiras, páu-ferro, sabugueiro, sobragís, timbaúva, tajuva, tarumã, cabriúva, ripa, pessegueiro, pindabuna, quina, salso, sassafraz e garapururú.

As ervas medicinais características da região são o aipo, alecrim, alfazema, avenca, arruda, agrião, alfavaca de cobra, baicurú, bálsamo, cipó-chumbo, cipó-milhomem, cipó-cainana, carqueja, carrapicho-de-Santa-Helena, casca d'anta, cana-cidreira, fedegoso, figueirinha, funcho, guabirobinha, gervão, guaco, erva-crespa, erva-santa, erva-lagarta, erva-da-vida, erva-de-bugre, erva-cidreira, erva-de-Santa-Maria, hortelã, japecanga, levante, mastruço, macela, mamono, mostarda, pariperoba, poejo, suçuaia, sete sangria, salsaparrilha, salva, ruibarbo, tajujá, turubí, caroba e cipó-sumo.

III — Fauna — Rudolf Gliesch, lente de zoologia e chefe do laboratório e museu zoológico do Instituto de Agronomia e Veterinária de Pôrto-Alegre, na sua interessante obra "A Fauna de Tôrres" recolheu e estudou todo o vasto reino animal que habita neste Município.

Desta obra tiramos o catálogo que segue:

a) animais marítimos inferiores :
caramujo-panela, caramujo-cascudo, oriço-do-mar, mexilhões, cracas da pedra, cara, colpião, mãe-d'água, anêmonas do mar, vermes anelados e sirí pintado.

b) Fauna da praia — socó, biguás, gaivotão, gaivota-rapineira, cará-cará, chimango do campo, urtigas-do-mar, ave-fragata, trinta-réis, gaivotão maior, tico-tico, bem-te-ví, quirí-quirí, coruja do campo, sabiá do campo, alma-de-gato, tuco-tuco, urubús, rã malhada do banhado, sapos-curúrús, quero-quero, andorinhas, vermes de tubo arenoso, vermes de tubo calcáreo, cracas, caramujos, tijelas, fissurela, salada-do-mar, caramujo-pião, hidróides, campanulária, sirí das rochas, sirí-guaiá, treme-treme, pamplos, garoupas coroadas, peixinho pegador, moreia, môsca salina, mães-d'água, couve-flôr, pólipo, urtiga-do-mar, mãe-d'água-vela, corais flexíveis, tredem, urubú de cabeça vermelha, cobra nariguda, escafela angulata, escafela coloncintís, caracol-púrpura, caracol-barril, ostras, esponjas-furadoras, animais musgos, ouriço-de-disco, alga-arame, fôlha-bexiga, tintureiro das pedras, fôlha-vermelha, alga ramificada, carangueijo-fantasma, carangueijo-pulga, aselho marítimo, papa-terra, corvina, tatuiras, mariscos, moçambiques, mariscos cavadores, aselos arenosos, coral-pena, cascudos rapineiros da praia, sirí azul, aranha-do-mar, carangueijo-cremita, brizoários, peixe-espada, estrêla do mar, cação fiúsco, pinguim, bejaguís, salpas, anatíferas, talhamares e vampiros.

c) Fauna das dunas : formigas, cascudo rapineiro da praia, sapo-curú, lagartixa das dunas, carocha, maçarico da praia e sirí das dunas.

d) Fauna do mar : Cação e suas varias espécies — cação balheiro, lixa, galha, preto, branco, amarelo, fiúso, espinho, pena, salteador e anequim. Tintureiro, sombreiro, tubarão, marteleiro, prendedores, viola amarela, morcego, anjo-viola, treme-treme. Raia e suas várias espécies: raia-prego, amarela, chita, jerereva, emplastro ama-

relo, emplastro branco, jamanta. Taínha, papaterra, corvina, sardinhas, aneova, savelha, bagre, peixe-agulha, agulha-do-mar, agulhão, peixe voador, peixe-rei, mero, paropa, miraguaia, pescado, marimbau, roncador, pamplo, palumbeta, peixe-galo, xerelet, bonito, guiviro linguado, cabrinha, tandajú, peixe-porco, peixe-sapo, bajacú, caranha, salema, paregerica, salgo-de-beiço, salgo-de-dentes, olhete, judéu, piratí, Lula. Tartarugas, boto, golfinho, toninha e baleia.

e) Ilha dos Lôbos : Leão marinho, lôbo marinho, ciris das rochas, mexilhões, peixinho zebrado, animais musgos, peixinho-beija-flor, caramujos-chinelos e lesmas do mar.

f) Fauna do Mampituba : Gavião pescador, quero-quero, beijaguís, socó, biguás, socózinho, gavião caramujeiro, caramujo grande do banhado, cirícatanhão, catanhões-tesouras, melampús, sesarma, maçarico grande da praia, maçarico pequeno da praia, batuíra, corre-ribeira, saracura do banhado, garça noturna, martim pescador grande, médio e pequeno. Tuïuïú, frangos d'água, pernilongos, mergulhões grandes e pequenos, talhamares, tambicú, peixe alfinete, peixe agulha e outros. (1)

Além dêsses animais que constituem a mais rica fauna marinha do Rio-Grande temos, em Tôrres, o porco do mato, bugiu, grachaim, jaguatirica, guará, paca, anta, macaco, quatí, tatú, lontra, capivara, cervo, veado, tamanduás, irara, furão, guaiquica, gambá.

Aves e pássaros como avestruz, araponga, andorinha, aracuan, anú, gaturamo, marreca, pato

(1) Não fizemos referências ao platô de Tôrres pelo fato de não caber, num ensaio geográfico, particularidades da ciência zoológica.

branco, papagaio, sanhacú, periquitos, pintassilgo, perdiz, e ainda outras espécies.

IV — Agricultura — O principal produto é a cana de açúcar, cultivada em 2.000 hectares e produzindo, anualmente, em média, 3.000 toneladas. Seguem-se o milho e o feijão cujas produções atingem a 1.000 e 800 toneladas, respectivamente, em cada ano. Os outros produtos principais são o arroz (100 ton.), cebolas (160 ton.), amendoim (35 ton.), uvas (6 ton.), laranjas (20 ton.), bananas (50 ton.).

O terceiro distrito é o mais rico do município.

V — Pecuária — A população pecuária estava calculada, em 1928, da seguinte maneira :

8.000 bovinos, 2.000 equinos, 1.000 muares, 12.300 suínos, 2.600 ovinos, 360 caprinos, respectivamente avaliados em 960 contos, 240, 130, 442, 57 e 5 contos de réis.

O total da população pecuária : 11.000 gado maior e 15.260 menor.

VI — Indústria — Sendo a cana a principal riqueza agrícola do Município constituem seus derivados a maior indústria de Tôrres. A aguardente é exportada para Pôrto-Alegre e à região serrana em estimável escala. Avaliam-se em 25.000 pipas anuais. O açúcar é produzido, na média, de 1710 kg. no primeiro distrito, 1300, no segundo e 1500, no terceiro. A rapadura é também fabricada em boas proporções.

A mandioca é extraída, anualmente, na razão de 900.000 kg. sendo 600.000 no primeiro distrito, ... 200.000 no segundo e 100.000 no terceiro, segundo as mais recentes estatísticas.

O número de engenhos de açúcar é de 250 entre grandes e pequenos Os engenhos de mandioca são menos numerosos. Geralmente estes estabelecimentos industriais são para ambas as produções.

As outras indústrias não existem em Tôrres senão em muito pequena escala, pois, é apenas de dez o número de fabricas em todo o Município.

Os estabelecimentos rurais são em número de 362, localizados da seguinte maneira: 24 em Morro-Azul, 29, na Colônia-S.-Pedro, 43 em Três-Forquilhas, 6 em Perdida, 12 em Morro-de-Dentro, 6 em Coco, 6 em Morro-do-Forno, 8 em Descanso, 12 em Jacaré, 19 em Costa-de-Dentro, 65 em Glória, 8 em Rio-da-Terra, 13 em Barro-Cortado e 101 em diversos outros lugares.

VII — Comércio — O principal comércio do Município é o de aguardente, açúcar, mandioca, feijão e bananas que constituem os seus produtos de exportação. O comércio de peixe é muito movimentado principalmente no verão.
Os estabelecimentos comerciais eram em número de 56 em 1928 e 73 em 1929.

VIII — Finanças — A receita era, em 1912, de 35 contos e a despesa de 32 contos. Em 1927 a receita foi de 120 contos e a despesa de 118 contos. A receita ordinaria **per capita** é de 8 mil réis. Dezembro é o mês de maior receita e julho o de menor. A principal renda é a de exportação.

IX — Vias de comunicação —

a) **estradas de rodagem**

1 — Tôrres — Pôrto-Alegre, com o seguinte percurso: Tôrres — Conceição-do-Arroio — Gravataí — Pôrto-Alegre. Tem 206 Kms. (Denomina-se estrada da Serra) ou Tôrres — Conceição — Viamão — Pôrto-Alegre. Tem 216 Kms. (Denomina-se estrada do Campo). Variantes: Cidreira (246 Kms.), Passinhos (190 Kms.) e Tramandaí, (200 Kms.).

2 — Municipais

I — Dá acesso ao 2.º Distrito.
II — Dá acesso ao 3.º e 4.º Distritos.

Estas estradas conduzem aos municípios vizinhos:

I — A Conceição-do-Arroio — (95 Kms.)
II — A Santo-Antônio-da-Patrulha (132 Kms.)
III — A Araranguá (66 Kms.)
IV — A São-Francisco-de-Paula (130 Kms.)

b) **navegação lacustre**

1 — Vila — Pôrto-Estácio (9 Kms.) Conceição-do-Arroio (percurso de 9 horas em pequenos vapores) — Palmares (ligado por estrada de ferro numa linha de Palmares — Conceição. Tempo gasto: 5 horas.) — Pôrto-Alegre (transbordo para um vapor maior. Tempo — 8 horas).

Navega-se nas lagoas Itapeva, Quadros, e Pinguela, etc.

2 — Tôrres — Araranguá. Navega-se pelas lagoas Sombrio e Caverá.

c) **navegação aérea**

Durante a estação de veraneio há uma linha de aviões Pôrto-Alegre — Tôrres. Gastam-se 45 minutos de viagem. O aeroporto está localizado a 9 Kms. da Vila, num local denominado Estácio.

X — Portos — Na lagoa Itapeva : Pôrto-Estácio, Pôrto-do-Cunha, Pôrto-da-Colônia, Pôrto-dos-Fagundes, Pôrto-das-Figueiras, Pôrto-Serafim, Pôrto-Galdino-Dias, Pôrto do Pontal-das-Terras, Pôrto do Pontal-do-Chimarrão, e Pôrto-Alegrete.
No rio Cardoso: Pôrto do Guerreiro.
No rio Três-Forquilhas: Pôrto das Três-Forquilhas.
No rio Mampituba: Pôrto do Potreiro e Pôrto do Passo-do-José-Inácio.
No rio da Glória: Pôrto da Glória.
No rio Monteiro: Pôrto do Rio-Verde e Pôrto do Jacaré.
No rio Sertão: Pôrto do Sertão.

XI — Quedas d'água — A principal quéda d'água fica no rio Perdiz, pouco além do rio Molha Coco e cai da Serra-do-Mar, numa altura de 400 metros. E' um pontecial capaz de fornecer energia aos Municípios de Tôrres, S.-Francisco e Araranguá.
As outras quedas d'água, tôdas de menores proporções, ficam nos rios Josafá, Tigre, Jundiá e Barreiros.

CONCLUSÕES

I — **Geografia Física** — Tôrres é uma região de esplêndidos recursos naturais distribuídos entre o Oceano e um sistema lacustre. Tôda a costa do Atlântico do Estado oferece, excluindo a cidade do Rio-Grande, apenas um pôrto seguro, que é o de Tôrres. O sistema linográfico do Município é carecterístico e, por assim dizer, único na nossa geografia. Tantas pequenas lagoas entrelaçadas, mesmo que artificialmente, sugerem e garantem muitos meios de cumunicações. A amenidade do clima completa a importância da região.

II — **Geografia Política** — A significação da geografia política de Tôrres está reduzida a uma proporção muito modesta, mas esta falta de densidade de sua população, o pequeno desenvolvimento de seus centros humanos e o estado rudimentar da sua instrução originaram-se de remotas razões históricas. Tôrres foi sempre, na evolução do Rio-Grande, um ponto de tranzito. Ora, um lugar onde tôdas as preocupações giram em tôrno de um espaço de tempo muito curto, nada há que faça ligar à terra e cuidar de seu desenvolvimento.

Remontando-se aos primitivos habitantes do Rio-Grande, sabe-se que os Caaguas, os indígenas das regiões do nosso nordeste, atingiam Tôrres para a pesca no oceano e em seguida recolhiam-se às zonas das matas do interior.

Os sambaquís, cozinhas indígenas, soterrados nas areias de Tôrres, são o atestado dessa vida nômade que os selvícolas adotavam, em determinados períodos do ano.

Quando veio a época da catequese e da colonização por-

tuguesa, os índios chegavam até à costa do Atlântico para trocas e outros interêsses, regressando o mais rápido possível ao seu **habitat.** A colonização portuguesa define este aspecto que daria a Tôrres uma posição de pobreza. Os destacamentos das praças de Santos ou as companhias dos regimentos do Rio-de-Janeiro, que guarneciam, em 1737, a ilha de Santa-Catarina e até ao fim do século XVIII, então, já organizados os batalhões da ilha de S.-Catarina, movimentavam Tôrres.

Ou soldados que fugiam em grande número, ou a passagem de fôrças que demandavam a pé para o Rio-Grande, vinham povoar as regiões de Tôrres mas em insignificantes períodos. Iniciadas as bandeiras paulistas para levar o indígena e o gado do Rio-Grande-do-Sul às zonas de mineração, onde a febre do ouro fazia esquecer tôda e qualquer outra cultura, Tôrres se tornou um ponto de estágio na grande estrada da costa do mar.

Assim o tesouro da metrópole apenas achou de bom alvitre a criação dum "Registo" em Tôrres... Ou então a fundação de um presídio que apenas tornaria Tôrres um lugar inhabitável...

Promovendo-se a colonização alemã, no século XIX, coube a Tôrres um lugar destacado no novo povoamento do Rio-Grande. Contudo jogados os primeiros alemães em Tôrres, não vieram outras levas para substituir a energia que fatalmente se esgotaria nos iniciadores, como de fato se esgotou, atirando, pela falta de tato do govêrno imperial, uma pecha terrível à região do nordeste sul-riograndense. Assim, a colonização alemã também foi uma experiência apressada...

A revolução farroupilha demonstrou, mais uma vez, a importância estratégica de Tôrres, mas êsse período não teve grande significação local, porque não passou de correrias de tropas revolucionárias ou legalistas.

Atualmente é, ainda, num período apenas de três meses que Tôrres usufrue alguma riqueza. É na estação de veraneio formada de uma população flutuante, ociosa e divorciada do ambiente.

A geografia política de Tôrres está impregnada dêsses fatores irremediáveis oriundos da fisionomia historica do Rio-Grande.

III — **Geografia Econômica** — As terras de Tôrres são férteis e de aspecto particular.

A cultura açucareira constitue uma grande fonte de riqueza prometendo tomar maiores proporções que colocará Tôrres em destaque na economia rio-grandense, embora já lhe assegure hoje certa liderança.

A banana é uma das culturas de muita significação pelo índice de produção de Tôrres.

A pecuária está representada de uma maneira eloqüente diante do número sempre crescente de suínos.

As condições econômicas de Tôrres são admiráveis, e resolvido o problema de transportes, a Comuna atingirá, sem exagero, a um nivel de primeira grandeza.

Uma das curiosidades da economia de Tôrres é, por exemplo, o café cuja plantação silvestre (nasce espontâneamente nas matas) poderá nos levar a um futuro muito interessante.

IV — A geografia física, a geografia política e a geografia econômica de Tôrres nos conduzem a estas conclusões gerais :

> Tôrres destinada, no passado, a ser um entreposto de diversas naturezas, no presente, a ser uma admirável estação balneária e, no futuro, não muito remoto, ocupará o lugar que a sua geografia clama e impõe : pôrto de mar que enriquecerá não sòmente Tôrres mas todo o Rio-Grande-do-Sul.

P A R E C E R

sôbre a tese "Introdução ao Estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica" — por Dante de Laytano.

Sôbre a geografia e a evolução histórica de Tôrres, com valiosos elementos hauridos nas melhores fontes e em observações próprias, apresentou excelente memória o nosso emérito confrade Dante de Laytano. Conduziu-o o meticuloso estudo da geografia — física, política e econômica, — dessa região de esplêndidos recursos naturais distribuídos entre o oceano e um sistema lacustre, às gerais conclusões de que Tôrres, destinada, no passado, a ser um entreposto de diversas naturezas e no presente a ser uma admirável estação balneária, ocupará no futuro o lugar de seguro e estratégico porto oceânico que enriquecerá o Rio-Grande-do-Sul quando as taxas ferro-viárias, está claro, se equipararem aos fretes marítimos. Salienta o autor, em minúcias de real interêsse, o quanto é característico o sistema linográfico do município, em que tantas pequenas lagoas entrelaçadas sugerem e garantem muitos meios de comunicações, completando a amenidade do clima a importância da região.

Coube a Tôrres, quando se promoveu a colonização alemã, no século XIX, um lugar destacado no novo povoamento do Rio-Grande.

E a revolução farroupilha comprovou a importância estratégica dessas terras férteis que sempre foram ponto de trânsito na evolução rio-grandense e de particular aspecto e admiráveis condições econômicas, como realça o autor, onde o café é plantação silvestre, nasce espontâneamente nas matas, devendo a comuna atingir a um nivel de grandeza, uma vez resolvido o problema de transportes. Todo êste utilíssimo trabalho de Dante de Laytano denota labor paciente, desvelo patriótico, investigação esclarecida, estudo aprofundado, poder de síntese, seguro golpe de vista de conjunto.

Nada foi esquecido: latitude, longitude, altitude, superfície, dimensões, extensão costeira, pontos extremos, situa-

ção topográfica, limites, morros, rios, arroios, lagoas, ilhas, climas, distâncias, população, divisão administrativa e judiciária, região policial, distrito telegráfico, administração postal, serviço eleitoral, alistamento militar, religião, instrução e saúde publicas, govêrno municipal, povoações, e, quanto à geografia econômica, sub-solo, flora, fauna, agricultura, pecuária, indústria, comércio, finanças, vias de comunicação, portos e quedas d'água.

O abalisado autor reporta-se às melhores fontes, numa exposição clara e precisa, opulenta de dados e fatos, que recomendamos à consideração dêste Congresso como contribuïção meritória que se nos afigura digna não só de aprovação como de um voto de aplauso.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1935.

Assinados:

Fernando Luiz Osório, relator
Armando Dias de Azevedo
Clemenciano Barnasque.

MEMÓRIAS HISTÓRICAS E COMENTÁRIOS

J. O. Pinto Soares

A fôrça dos acontecimentos e os perigos da entrada da barra, naturalmente fizeram com que o Rio-Grande-do-Sul ficasse por mais de dois séculos esquecido da Metrópole portuguesa. Não fez parte, conseqüentemente, das capitanias hereditárias em que, em 1530, D. João III dividiu o Brasil e, dos dois donatários posteriormente nomeados, nenhum deles chegou a tomar posse do cargo.

Entrava já o Brasil para o 3.º século de sua existência bastante atribulada, não sòmente pelas comoções intestinas, como ainda pelas invasões estrangeiras em seu território, quando pela primeira vez o govêrno central dirige sua atenção para o exuberante trato de terra do Sul do país. Foi em fins de 1736, como conseqüência da impossibilidade da conquista da praça de **Montevidéu,** que, em poder dos espanhóis, interceptava a ligação portuguesa, via marítima, com a **Colônia-do-Sacramento,** que o Brigadeiro José da Silva Pais, Cmt. das fôrças atacantes de terra, recebeu ordem de rumar para o Rio-Grande e aí fundar o que impròpriamente ficou denominado: "um presídio militar".

Surgem naturalmente como causas mais prováveis do abandono em apreço :

a) a costa marítima sul-riograndense bastante desabrigada, sem oferecer, de pronto, um ponto seguro para ancorar os navios, com a entrada da barra visìvelmente perigosa, tornando o Rio-Grande, por esse lado, de certo modo invulnerável às tentativas de invasões estrangeiras;

b) o estabelecimento do sonhado "Império Guaraníti-co", das Missões Orientais do Uruguaí, compreendendo os 7 Povos (S. Nicolau, S. Francisco-de-Borja, São-Luiz, S.-Miguel, São-João-Batista, São-Lourenço e Santo-Ângelo), fundado pe-los padres espanhóis da Companhia de Jesús no comêço do século XVII, à margem esquerda do Rio Uruguaí, confinando com a **Argentina,** de dominação espanhola, e tornando inde-cisos, pela falta de demarcação, os limites que deviam sepa-rar, ao Sul, às duas grandes colônias ibéricas;

c) as guerras que teve de sustentar com os franceses no Rio-de-Janeiro (1555-67) e no Maranhão (1594-1695), com os ingleses em São-Vicente e Espírito-Santo (1591) e Pernambuco (1595), com os holandezes na Baía (1624-25) e da Baía (Rio S. Francisco) ao Maranhão (1630-54) e ainda com a pirataria francesa no Rio-de-Janeiro (1710-11), e que desviavam tôda a atenção da Metrópole para êsses pontos ;

d) a dominação espanhola no Brasil que se esten-deu por um longo período de 60 anos (1580-1640), também fêz com que a Metrópole, só assediada pelas guerras ao Nor-te, se conservasse calculadamente inativa com relação ao Sul do país, onde não havia inimigo a combater. Verdade é que depois que terminou essa dominação, com a Revolução vito-riosa de 1640, chefiada pelo Duque de Bragança, a côrte de **Lisboa,** se tornou mais atenta para essa direção, principal-mente após a subida ao trono de D. Afonso VI, filho de D. João IV (Duque de Bragança). Assim, baseado no Tratado das Tordesilas, em 1679 determinou êle a colonização das terras de **São-Gabriel,** região conhecida depois pelo nome de Capitania-de-São-Gabriel, ilhas nomeadas por Pero Lopes de Souza, em seu "Diário da Navegação". Mandou fundar a **Co-lônia-do-Sacramento,** na costa setentrional do **Rio-da-Prata,** "nas terras da capitania de **São-Vicente** e defronte da ilha de **São-Gabriel",** conforme reza a carta régia, donde se con-clue que essas terras já estavam sendo consideradas desde muito, certamente desde a expedição de Martim Afonso de Souza, como da capitania de São-Vicente, pelo mesmo Mar-tim Afonso fundada a 22 de janeiro de 1532, e que ficava a mais avançada na direção do Sul. Reforçando êste argumen-

to, além de outros autores de reconhecida autoridade, Barléu, insuspeito no assunto, diz :

> "O Brasil pela parte ocidental vê mui longe os "desertos dos **Caribes,** o perú das Províncias do No-vo-Mundo, a mais nobre; e ùltimamente os cumes de "nus altos montes: para o Sul desconhecidas re-"giões, ilhas, mares, estreitos: as costas ocidentais: "O Oceano Atlântico, as bóreas, Combate o mar se-"tentrional: os portugueses a terminam pelo **Rio-da-"Prata,** e pelo Rio Maranhão". (1)

Cartas geográficas da época, editadas em **Lisboa,** dão os limites dos domínios portugueses ao Sul, pelo **Rio-da-Prata.** Infelizmente, porém, a fundação da **Colônia-do-Sacramento,** conjunto de um forte com uma povoação, rio de por meio frente a **Buenos-Aires** a uma distância de dez léguas, e defronte da ilha de **São-Gabriel,** a S. O. do atual territorio do **Uruguai,** executada a 1.º de janeiro de 1680 pelo governador do Rio-de-Janeiro, D. Manoel Lobo, que para lá se dirigira com uma expedição de 7 navios com 800 homens darmas, entre os quais um reduzido número de colonos, foi a causa primordial de uma série sangrenta de lutas durante quasi um século (1680-1777).

* *
*

Os historiadores são acordes em denominar de "presídio militar" a instalação feita pelo Brigadeiro José da Silva Pais, em 1737, no Rio-Grande-do-Sul. Talvez êsse o motivo gerador do juízo menos lisongeiro, improcedente em seu fundamento, sôbre o caráter dos primeiros habitantes que, então, povoaram o solo sul-riograndense. Naquele tempo, como ainda hoje, o indivíduo condenado pelos tribunais militares, era recluso em fortaleza, onde cumpria a sentença que lhe era imposta, sujeito ainda a trabalhos diários, conforme os regulamentos especiais das prisões, com a circunstância de,

(1) Rio Amazonas.

em situação de guerra, as leis militares serem mais rigorosas e mais sumárias. Dos documentos oficiais da época, não consta que o Brigadeiro Pais tivesse desembarcado no Rio-Grande nenhum condenado, quanto mais um tal número que determinasse a construção especial de um "presídio militar". Dando cumprimento a determinações de D. João V, que reinava em **Portugal,** Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio-de-Janeiro, a 24 de outubro de 1736 em carta escrita ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, que se encontrava no **Prata** nomeado Cmt. da Praça de **Montevidéu,** cargo que não chegou a tomar posse em vista do malogro da empreitada, dizia, entre outras cousas, o seguinte que, no caso, nos interessa :

> "Não percamos tempo sem operar, passem as "tropas de desembarque ao Rio-de-São-Pedro para "formar a fortaleza por que algum acidente ou a "paz não nos embarace a construção dela, etc."

A própria **Bastilha,** tão famosa, era uma fortaleza e uma prisão de Estado, **em París.** De resto, o que se fez no Rio-Grande-do-Sul, não foi pròpriamente **um presídio,** e sim, uma "instalação defensiva", que, em vantajosa situação estratégica, pudesse opor uma eficaz resistência a prováveis incursões de tropas espanholas que guerreavam o predomínio português no Prata. Já em fins de 1736, os espanhóis dominavam em grande parte, as terras situadas ao norte do **Rio-da-Prata,** — ressaltava não só a probabilidade de virem a perturbar a comunicação via-terrestre, da **Colônia-do-Sacramento** com a **Laguna,** o que já estava acontecendo relativamente à via-marítima, com a ocupação de **Montevidéu,** como também a da tentativa da expansão de seu domínio através os territórios uruguaio e rio-grandense até os limites da Capitania brasileira mais avançada ao Sul, conforme veio a suceder em 1839, na Guerra dos Farrapos, em que as fôrças republicanas de **Piratiní,** avançando nessa direção, atingiram **Laguna** a 22 de junho; a 25 de julho, o General em Chefe Davi Canabarro, obediente ao programa revolucionário rio-grandense de

fazer do Brasil uma República Federativa, e não da Província um país independente, proclamou a República em Santa-Catarina, sob a forma federada, sendo a 7 de agôsto, tudo do mesmo ano, eleito presidente de Santa-Catarina republicana, o padre Vicente Carneiro.

* *
*

Com o malôgro da projetada ocupação de **Montevidéu** pelas tropas portuguesas e a inexeqüibilidade da fortificação de **Maldonado,** o Brigadeiro Silva Pais, considerando, sem dúvida, as prováveis tentativas enumeradas e as determinações de D. João V ao Governador do Rio-de-Janeiro, Gomes Freire de Andrade, e dêste ao mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, em cartas respectivamente, de 17 de abril e de 24 de outubro, tudo de 1736, e observando ainda a um item do Plano Geral de Operações, resolveu rumar para o "Rio-de-São-Pedro", cuja barra, conseqüentemente, fôra penetrada, aberta pela proa das naves lusitanas, a 19 de fevereiro de 1737. Acreditamos mesmo que tivesse sido esta a primeira vez em que na costa sul-riograndense se operasse uma tal ancoragem. Muitas haviam sido já as expedições, quer de portugueses, quer de espanhóis, que exploraram a costa brasileira ao Sul e ao Norte do Rio-de-Janeiro. Mas, não consta, na documentação compulsada, que nenhuma delas tivesse ancorado na barra de "São-Pedro-do-Sul". A mais importante de tôdas, que merece uma especial mensão pela sua excepcional relevancia, foi a de Martim Afonso de Souza, a quem D. João III conferira a incumbência peremptória :

> "de reger o Colônia que devia fundar, de tomar
> "posse de tôda a terra que estivesse dentro da linha
> "imaginária demarcadora, de conceder terras de
> "sesmaria, de nomear tabeliães e oficiais de justi-
> "ça, de tomar providências necessárias ao desen-
> "volvimento da Colônia".

Para dar cumprimento a tal missão, partiu Martim Afonso, do Tejo, a 3 de dezembro de 1530, com uma esquadrilha de cinco navios convenientemente guarnecidos e artilhados, sendo Cmt. de uma das naves, seu irmão Pero Lopes de Souza, e trazendo 400 degredados destinados ao serviço de colonização. De 31 de janeiro, dia em que fundeou pela primeira vez em águas brasileiras, defronte do Cabo de Percaaurí (Pero Cabarigo ou Cavarim), a 2 de fevereiro (1531), bateu e destroçou (como já o havia feito em 1526, Cristóvão Jaques (espanhol a serviço de Portugal), fundador da feitoria de Itamaracá (Pernambuco), a infame pirataria francesa que assolava o litoral brasileiro ao Norte, e, rumando para o Sul, fês o reconhecimento da costa rio-grandense nos dias nove, dez e onze de outubro (1531), sem, entretanto, ter ancorado em pôrto algum. O "diário da navegação" de Pero Lopes, diz o seguinte :

> "a 10, no quarto dalva com muito vento su-
> "doeste lançamos as naus ao pairo; e ao meio dia
> "se fês o vento bonança: vimos da gávea ao no-
> "roeste um fumo. Mandei lançar a sonda, e tomei
> "fundo com 60 braças: e nos fizemos à vela no
> "bordo do noroeste a demandar o fumo; e ao sol
> "forte vi a terra, da gávea, a qual era mui baixa
> "sem conhecença alguma, e no quarto da prima
> "me fiz no bordo do sueste com o vento sul-su-
> "doeste".

Gaspar Viegas, em seu Portulano diz que a barra do Rio-Grande-de-São-Pedro era "pela primeira vez visitada e assim nomeada pelo Capitão-Mor (Martim Afonso). Prosseguindo na sua derrota, a 15 de outubro reconheceram o cabo de Santa-Maria, encontrando em fundo de 8 braças da banda de aloeste do dito cabo. A 16 reconheceram a **ilha-dos-Lôbos**, onde demoraram até 20. A 21, a nau capitânea se pôs ao largo, enfrentando desde logo forte vento e "mar mui grande", perdendo-se de vista da em que viajava Pero Lopes. Sempre debaixo de mau tempo navegava a nau capitânea até que,

acossada fortemente pela tempestade, veio a naufragar na embocadura do **Rio-da-Prata,** ou mais pròpriamente, conforme com acêrto opina o Cmt. Eugênio de Castro, em seus "Comentários" : "ao oeste da atual punta del Este de **Maldonado,** a "poucas milhas ao leste do atual Solis Grandes".

No desastre pereceram sete homens, sendo 6 afogados e 1 de pasmo. Martim Afonso e o resto da tripulação salvaram-se a nado, vindo darem à costa, onde a 6 de novembro os foi encontrar Pero Lopes, seguindo todos para a **ilha-das-Palmas,** depois **Gorrite,** e, finalmente, **Maldonado.** Aí reüniu-se "o Conselho de Oficiais" (pilotos, mestres, etc.) para decidir sôbre a nova situação que o imprevisto creara. Ficou decidído, então, que o Capitão-Mor não devia prosseguir pelo **Rio-de-Santa-Maria,** acima (atual Rio-da-Prata), por muitas razões, sendo as principais :

"a) falta de mantimentos, pois todos se haviam perdido com o naufrágio da nau capitânea;

b) as duas naus que ficaram estavam tão gastas que não se poderiam manter 3 meses;

c) parecer o rio inavegável, em vista dos grandes temporais que cada dia fazia, sendo a fôrça do verão."

Martim Afonso, então, conformando-se com a decisão, desistiu da ida e determinou a Pero Lopes, que em um bergantim com 30 homens;

"prosseguisse afim de tomar posse do dito rio para El-Rei Nosso Senhor; e que dentro em 20 dias trabalhasse por tornar; porque o ponto onde as naus estavam era mui desabrigado".

Martim Afonso, então, com a sua frota acrescida de um bergantim encontrado na costa, e diminuída do Capitânea naufragado e do que ficara com Pero Lopes, rumara para **Castilhos-Grandes,** onde lançou, assim que chegou, os marcos de **Portugal,** seguindo depois para a **ilha-das-Palmas** (no Rio-da-Prata), onde aguardou a junção com Pero Lopes. Êste Capitão, em cumprimento da missão que recebera de seu irmão e Chefe, zarpou sábado (23 de novembro 1531), do rio dos Begusais (Maldonado; atual Solis Grandes), indo pernoitar ao pé do monte de **São-Pedro,** hoje **Montevidéu.** Subiu pelo braço

do **Paraná-Bravo** para o **Paranaguassú;** passando ao norte da **Isla Botija,** foi ter à terra dos **Carandius** lindada na atual terra argentina por **S.-Pedro,** braço **Paraná Pavon, Ibicuí** e **Baradero** com o respectivo arroio".

Pero Lopes, após 19 dias de exploração, diz o seguinte em seu "Diário" :

> "Quinta feira (12 dezembro 1531) à bôca dêste "esteiro dos **Carandius,** pus dois padrões das armas "d'El-Rei N. Senhor, e tomei posse da terra para me "tornar daquí: porque via que não podia tomar "prática da gente da terra; e havia muito que era "partido donde Martim Afonso estava e fiquei de ir "e vir em 20 dias: e dêste esteiro ao rio dos **Be-"guais** (atual Solis Grandes) donde partí, me fazia "105 léguas. Aquí tomei altura do sol em 33 graus "e 3 quartos" (mais ou menos na altura de **Pai-"sandú).**

Pero Lopes retornou pelo **rio Begusaias,** até a **ilha-das-Palmas,** próxima da ponta de **Castilhos-Grandes** onde se reüniu a Martim Afonso, rumando todos, então, para o Norte, até atingirem São-Vicente (S.-Paulo) onde o Capitão-Mor fundou a famosa Capitania que lhe teve como primeiro donatário e que tanto veio a florescer, cuja sede foi mudada mais tarde para **Piratininga** onde se havia de levantar a rica, laboriosa e culta capital de **São-Paulo.**

Não resta a menor dúvida, conseqüentemente, de que si não fôra o desastre sofrido pelo Capitão-Mor a 26 de outubro 1531, êle teria prosseguido na exploração do **Rio-da-Prata** acima e necessàriamente se estabelecido (ao envés de em **São-Vicente**), à margem esquerda desse grande rio, que mais tarde havia de separar a República Oriental do Uruguai, da República Argentina, talvez no lugar em que foi depois fundada a **Colônia-do-Sacramento,** ou no ponto dominante onde se assen-

ta hoje, magnífica, a hospitaleira esalubérrima cidade de **Montevidéu.**

Resultado : Martim Afonso, como dissemos, retornou para o Norte e, a 22 de janeiro 1532, estabeleceu-se em **São-Vicente,** margem do rio do mesmo nome. Fundou aí uma Colônia, que logo floresceu, iniciando assim o trabalho de colonização no Brasil com o plantio de cana de açúcar, cujas mudas importara da **ilha-da-Madeira;** e depois outra em **Piratininga,** afastada da costa marítima umas 10 léguas; mas, antes de colher os frutos benéficos de seu portentoso empreendimento, antes mesmo da expedição das cartas de doação, passou o govêrno da Capitania de **São-Vicente** a Gonçalo Monteiro e a direção da Colônia de **Piratininga** a João Ramalho, e regressou para **Portugal,** no galeão S. Vicente, da sua frota, o único que havia completado o ciclo da navegação.

* *
*

A barra do Rio-Grande-de-São-Pedro era de difícil acesso e o desembarque se fêz com demora e trabalho. (*)

(*) Foi o seguinte o pessoal desembarcado :

Cmt. — o Brigadeiro José da Silva Pais.
Comissário — Antônio de Noronha Câmara.
Tesoureiro — Pedro Joaquim da Silva.
Ajdt. do Tesoureiro — Manoel dos Santos Parreira.
Ajdt. da Expedição — Cap. Pedro de Matos.
Cap. da tropa — João de Almeida e Souza (do Rio-de-Janeiro).
Cap. da tropa — Manoel do Vale Pereira (da Baía, para onde regressou quando Pais seguiu para o Rio-de-Janeiro, em dezembro de 1737).
Cap. da tropa — João Caetano de Barros (da Baía).
Cap. da tropa — Francisco Muniz Barreto (da Baía).
Cap. da tropa — Antônio da Silva (da Baía).
Cap. da tropa — João de Almeida e Souza (do Rio-de-Janeiro).
Alferes — João Batista Ferreira (do Rio-de-Janeiro, para onde seguiu logo enfêrmo na nave "Bonita").
Alferes — Antônio de Morais (da Baía).
Alferes — Domingos Borges de Barros (da Baía. para onde seguiu em dezembro, quando regressou ao Rio, o brigadeiro Pais).

O serviço de defesa foi logo atacado, de modo que a 12 de abril (1737), Pais em carta escrita ao Governador Gomes Freire de Andrade descrevia o traçado do forte — Jesús-Maria-José — situado no lugar em que se operou o desembarque: "na extremidade norte formada pelo Saco-da-Mangueira de um lado e pelo rio do outro", e onde se assenta hoje a cidade do Rio-Grande. Era, pois, o seguinte o traçado:

"Um grande reduto de 4 baluartes de estacaria e trincheira, com capacidade para tôda a guarnição".

Quatro meses depois, começou a construção de um outro forte (Santana) a meia légua de distância e articulado com o primeiro, situado no ponto mais estreito da península. **Portugal** se encontrava em luta com Espanha, cujas hostilidades cessaram pelo armistício de **París,** assinado a 16 de março, cuja comunicação, porém, Pais sòmente recebera a 1.º de novembro. Assim, na ignorância do acontecimento e com o objetivo de ocupar a maior extensão possível de território, de preferência o melhor povoado de animal vacum e cavalar e mais exuberante em pastagens, a 28 de setembro iniciou êle as operações, aliás cheias de dificuldades quasi insuperáveis, até atingir os limites do **Arroio-Chuí** e **Serra-de-São-Miguel,** procurando destarte, para o domínio português, a maior vantagem possível do armistício que, conforme sabia, se concertava em **París,** para a Paz que, em conseqüência, se negociaria entre as duas Côrtes. Varando o **Arroio-S.-Miguel** "levantou em um alto pedregoso da Serra, na outra margem, donde se dominava o passo do Arroio, um reduto quadrado de 2 baluartes e 2 meios de padrão anoso".

"Fês quartéis e um armazém, que se cobriu de couros

---

7 Sargentos.

90 Infantes do Rio-de-Janeiro.

59 Infantes da BBaía.

37 Dragões.

37 Artilheiros e diversos avulsos, ao todo 254 homens, além de 5 marinheiros, algumas pessoas e escravos".

para depósito de mantimentos e lenha. Concluídas estas instalações, Pais retirou-se, deixando aí uma guarda de 15 dragões" (1)

Providenciava sem cessar, junto do Governador do Rio-de-Janeiro, no sentido de obter novos reforços de tropa e material bélico, e de conseguir a vinda de famílias colonizadoras para as novas terras ocupadas, enviando mesmo nesse sentido emissários a **Santos** e a **Laguna.**

O 1.º refôrço (80 e poucas praças) chegou a 2 de abril, e as primeiras famílias, em agôsto. Reconhecendo as excelentes pastagens dos campos ao norte do rio, fundou aí a "Estância Real do **Bujurú**", que povoou de animais vacuns e cavalares, arrebanhados pelo interior e pelo território ocupado pelos espanhóis, atingindo o povoamento da Fazenda a um efetivo superior a 20.000 cabeças, e sendo auxiliado grandemente nesse serviço pelo Coronel de ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, vaqueano já de todo o **Rio-Grande** e bem relacionado com o gentio do território, e que, comandando um forte contingente de cavalaria, viera de **São-Paulo** com a missão de estabelecer ligação por terras com as tropas da **Colônia-do-Sacramento,** através o território rio-grandense, até a **Laguna.** A 12 de julho inaugurou duas igrejas, sendo uma na povoação — Jesús, Maria, José — onde a 16 de junho (1738), o vigário José Carlos da Silva celebrou o 1.º batizado, e outra no Estreito: **Santana.** O Brigadeiro Pais permaneceu no Rio-Grande, no período de 19 de fevereiro a 17 de dezembro (1737), quando passou o govêrno ao mestre de campo, André Ribeiro Coutinho seguindo por terra, via **Laguna** para o **Rio-de-Janeiro,** afim de substituir temporàriamente no govêrno da capitania, a Gomes Freire de Andrade, que se ausentava para **Minas-Gerais.** Tão logo no exercício de suas novas funções, tratou de enviar para o Rio-Grande, que nunca esqueceu, os recursos necessários ao seu desenvolvimento, não só em material, como em pessoal. Novas famílias para colonização eram, então, encaminhadas para o Sul. A 15 de março de 1738, chegou da Colônia-do-Sacramento o Cel. Diogo

(1) Estudos Históricos — Alfredo F. Rodrigues.

Osório Cardoso, acompanhado de seus oficiais, com a missão de organizar um corpo de cavalaria de 2 esquadrões constituídos de recrutas vindos de Santos, Paranaguá e Laguna e do próprio território sulino, para o serviço de postos avançados (margem norte do Arroio **Taim** e no **Albardão,** entre o extremo norte da **Lagoa-Mirim** e o **Oceano),** de patrulhas e de ligação por terra com a guarnição da **Laguna,**

Veio também o prático Gaspar dos Santos (pilôto de carta) que, após estudos feitos, organizou logo o pôrto do **Saco-da-Mangueira,** junto aos armazéns e oficinas do "forte". A 13 de março 1739, assumiu o Govêrno do "presídio", o Cel. de Dragões, Diogo Osório Cardoso. Durante a sua gestão, teve lugar a sublevação das praças da guarnição do "forte", que arvoraram em Cmt. a um cabo e que teve como principal causa o grande atraso em que se achavam no pagamento do sôldo. Os espanhóis, a-pesar-da tentativa em fazer causa comum com os soldados brasileiros sublevados, sob condição de dinheiro, não conseguiram tirar partido da situação; — pelo contrário, um tal procedimento dos espanhóis fês com que os amotinados voluntàriamente se submetessem, pedindo ao seu Cmt. perdão do ato de indisciplina, no que foram atendidos. Preferiram a submissão, a venderem-se ao estrangeiro, dando assim um belo exemplo de honra militar e de dignidade cívica.

Foi também na sua gestão que começaram a chegar os primeiros casais açorianos, para a colonização regular do território sul-riograndense, e cuja colonização intensiva começou em 1748, com o estabelecimento do grosso de casais chegados das ilhas dos **Açores** e da **Madeira.**

A 25 de agôsto de 1755, o bispo do **Rio-de-Janeiro,** mandou benzer, sob a invocação de **São-Pedro,** a igreja que na então vila do Rio-Grande, Gomes Freire de Andrade, em sua passagem por lá, como representante do Govêrno Português na demarcação de limites, mandara construir. Tivemos, então, o **São-Pedro-do-Rio-Grande,** que devido ao seu constante florescimento, a 13 de agôsto de 1760 foi erigido em capi-

tania, subordinado do Govêrno do **Rio-de-Janeiro,** sendo nomeado a 9 de setembro do mesmo ano seu primeiro governador pelo prazo de 3 anos, o Cel. Inácio Elói de Madureira.

* *
*

Quando a côrte de **Madrid** tomou conhecimento da queixa que lhe enviara o governador do **Paraguai** e o Conselho de **Buenos-Aires,** contra a fundação da **Colônia-do-Sacramento,** por Portugal, à margem esquerda do Rio-da-Prata, a 1.º de janeiro de 1680, protestou contra o ato em apreço junto da Côrte Portuguesa, baseando seu protesto, não em tratado algum, mas, no fundamento "de se encontrarem feridos seus legítimos direitos de quieta e pacífica posse em que se achavam de quasi 2 séculos a esta parte do **Rio-da-Prata,** sua navegação, ilhas e costas austrais e setentrionais e demais terras adjacentes".

O Govêrno de **Buenos-Aires** ainda se alarmava, sobremodo, com a facilidade do contrabando que a instalação da Colônia aí proporcionava, com imenso prejuízo para o fisco espanhol, conforme ponderava. Aliás, essa a tecla em que sempre bateram os Governos de Buenos-Aires, com a afirmativa de que a **Colônia-do-Sacramento** era "a cidadela do contrabando organizado" o ponto seguro, em suma por onde se fazia o escoadouro ilícito dos produtos da Colônia espanhola do **Prata;** couros e prata pinha, por exemplo, que depois de nela armazenados eram carregados e despachados em naves inglesas e portuguesas para a Europa, ou para o Chile e o Perú.

Portugal sempre considerou como de seu domínio todo o trato de terra limitado ao sul pela margem esquerda do **Rio-da-Prata** e a leste pelo **Atlântico.** Em 1502, o estuário do**Prata** fôra atingido, por uma esquadrilha exploradora que tinha como chefe a André Gonçalves, segundo uns, Gaspar de Lemos, segundo outros, em companhia do notável pilôto florentino Américo Vespúcio, a serviço da Côrte de Lisboa, e que, em nome d'El-Rei, deram o nome de Santa-Maria (depois

Solis e finalmente **da Prata**) ao grande rio, então conhecido entre o gentio pelo de Paraguaí.

Baseado nisso é que Martim Afonso, que trazia determinação terminante de "tomar posse de tôda terra que estivesse dentro da linha imaginária demarcadora" (Tratado de Tordesilhas), em 1531 rumou para o rio **Santa-Maria.** Infelizmente, o naufrágio que sofrera na embocadura daquele importante rio, resultou no seu retôrno para São-Vicente, onde fundou a Capitania do mesmo nome (1532), mandando, porém, antes, o seu irmão Pero Lopes, rio acima, completar a missão que trouxera d'El-Rei D. João III (tomar posse da terra).

Em 1533, Martim Afonso regressou a Portugal e, naturalmente, na sua justificativa, informou ao seu Soberano do desabrigo da costa sul-rio-grandense e da suposta inavegabilidade, em vista de constantes tempestades em plena primavera, no Rio-da-Prata. Foi isto que certamente influiu para que, em 1534, quando foi o Brasil dividido em Capitanias hereditárias, a mais avançada na direção do sul ficasse limitada pela de S.-Vicente.

* *
*

Em 1715, foram feitas, por determinação do governador do Rio-de-Janeiro, Francisco de Távora, e organizadas pelo Capitão-Mor da Laguna, Francisco Brito Peixoto, duas explorações ao território sulino, sendo que a primeira não retornou por ter sido sacrificada pelo gentio, e a segunda, bem sucedida, conseguira regressar conduzindo um bando de índios que aprisionara.

Em 1726 e em 1735, respectivamente, foram feitas mais duas expedições com a missão de abrir estradas, através o sertão, que facilitassem comunicação com a **Colônia-do-Sacramento,** sendo que a primeira confiada a João de Magalhães, genro de Brito Peixoto, e a segunda, ao mestre de campo de auxiliares, Manoel Dias da Silva, determinada esta pelo governador de São-Paulo e aquela pelo Capitão-Mor da **Laguna.** O General Borges Fortes, em seu importante livro "Troncos

Seculares", estuda o povoamento inicial do R.-G.-do-Sul, cujas primeiras famílias colonizadoras chegaram em 1725, em companhia de João de Magalhães, genro de Francisco Brito Peixoto, e que trazia a incumbência de abrir um caminho até a **Colônia-do-Sacramento,** datando daí, portanto, o início da colonização regular, embora em pequena escala, do território rio-grandense. Entretanto, desde 1620, o nosso litoral começava a ser povoado por pequenas turmas de portugueses, lagunenses, paranaenses, mineiros e paulistas, que, na sua faina exploradora, atingiram ás plagas rio-grandenses. Instalados ao longo do litoral, com pequenas fazendas e lavoura, seus estabelecimentos se foram estendendo naturalmente na direção de **Viamão** e **Pôrto-Alegre.**

Em 1627, os jesuítas espanhóis começaram, com a fundação do povoado de S. Nicolau, à margem Oriental do rio Uruguai, a organização do sonhado "Império-Guaranítico", ou as "Missões Orientais do Uruguai", constituído pelos 7 povos: S.-Nicolau, São-Francisco-de-Borja, S.-João-Batista, S.-Luiz, S.-Miguel, S.-Lourenço e Santo-Ângelo, que foi o último a ser fundado (1707). Catequizados pelos padres, os índios habitantes daquelas fertilíssimas paragens, foram organizados em grupos, empregados no serviço da lavoura e distribuídos entre as povoações e fazendas, que organizaram, de animais vacum e cavalar, de modo que o território ocupado ràpidamente floresceu. Sua população atingiu a 14.000 almas. Os jesuítas ensinavam ao indígena a língua guaranítica e em seguida a espanhola, recomendando-lhes ódio profundo ao português, considerado inimigo mortal.

A vida pacata e laboriosa daquela gente foi de súbito perturbada pela tentativa da execução do Tratado de 13 de janeiro de 1750, em que a **Espanha** cedia a **Portugal** o território das **Missões,** em troca da Colônia-do-Sacramento. Como representante do govêrno Português, veio Gomes Freire de Andrade, e do de Espanha, o Marquês de Val de Lírios. Os jesuítas espanhóis haviam incutido no espírito dos índios missioneiros que a Espanha não podia ceder a Portugal aquelas terras, porquanto lhe não pertenciam, e sim a êles (jesuítas e índios) sôbre as quais já haviam firmado o direito de legí-

tima posse, quieta e pacífica, de mais de um século. Esta convicção, fazendo sistema com o ódio profundo ao português, dá como resultado a irrupção de uma luta terrível, que embaraça grandemente a prática do acôrdo, e na qual se salientaram como chefes os padres Strobel e Lourenço Balda, respectivamente, superior das Missões e vigário de S.-Miguel, e pelo índio — Sepé — Tiaraiú, que logo no começo da ação ficou fora de combate. O encontro dos exercitos aliados (português e espanhol) com os indígenas em pé de guerra, teve lugar a 10 de fevereiro de 1756, nas cochilhas de **Caaibaté.** Os índios missioneiros, num efetivo de 2.500 homens, embora mal armados, enfrentaram corajosamente aos exércitos, mas sem nenhuma instrução para a guerra, apresentando-se loucamente em massa e a peito descoberto, foram sendo dizimados pelo fogo mortífero das tropas regulares. Os sobreviventes abandonaram o campo, ganharam as povoações onde destruíram tudo que puderam, internando-se, finalmente, nas matas próximas. Os aliados, então, ocuparam as Missões, que encontraram devastadas e desertas. A demarcação de limites iniciada, então, foi logo interrompida por séria desinteligência entre os demarcadores, o que deu lugar a que em 1761, resolvam ajustar os dois países num adiamento temporário, até que se encontre uma fórmula que ponha têrmo definitivo à contenda, fórmula essa que nunca apareceu, porque **Espanha** tinha todo interêsse em promover a maior confusão possível, para que ainda pudesse de tal situação, enfim, derradeiramente apossar-se das Missões, que ficaram consideradas como do seu domínio. A 3 de setembro de 1759, a côrte de Lisboa, onde reinava D. José I (por influência do Marquês do Pombal, neto de brasileira e que muito se interessava pela sorte do Brasil), em represalia à conduta dos Jesuítas embaraçando o cumprimento do **Acôrdo,** expediu a Lei que abolia dos domínios portugueses a Companhia de Jesús. Verdade é que a demarcação correspondente nunca se realizou, e o território das Missões, ocupado, então, pelos espanhóis, foi conquistado em 1801, pelos rio-grandenses, a golpes de espada e a ponta de lança, quando Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, à frente de aguerridos e destemerosos cavaleiros, levando, he-

ròicamente, tudo de roldão, fincaram, al fim, o marco de nossas fronteiras nos barrancos da margem esquerda do **Uruguaí.**

* *
*

Comandava a guarda avançada portuguesa da Estância de **S.-Pedro,** o capitão de dragões, Francisco Barreto Pereira Pinto, a quem se apresentou o cabo Manoel dos Santos Pedroso, à frente de 20 rio-grandenses, e depois José Borges do Canto, à frente de 15, propondo-se ao empreendimento da conquista do território das Missões. Bem sucedidos logo no começo das operações, tiveram suas fileiras aumentadas sucessivamente com a incorporação voluntária de índios missioneiros, ansiosos já por se libertarem do jugo espanhol, que os reduzira a uma vida de escravidão. De vitória em vitória, foram se apossando de todos os povoados, até atingirem o último, **São-Francisco-de-Borja,** que era a capital das Missões, situado a uns 4 quilômetros leste da margem esquerda do rio Uruguai. Os habitantes da localidade já se haviam insurgido contra o governador, que prenderam. A luta se tornou mais encarniçada no **Passo-de-São-Borja,** que, guarnecido pelos espanhóis, sofreu a 25 de outubro de 1801, o ataque de uma coluna constituída de 300 dragões e mais 200 índios armados de lança, sob o Cmdo. do Cap. José Borges do Canto e Sargº.-Mor José de Castro Morais. Após muitas horas de luta incessante, em que houve regular número de baixas de parte a parte, rendeu-se a guarnição do povoado, que, em seguida foi ocupado pelos atacantes. Os espanhóis, provindos do outro lado do Uruguai, fizeram ainda várias investidas com o objetivo de reconquistarem as posições perdidas, tendo havido mesmo a 30 de novembro do mesmo ano, um combate próximo à margem esquerda do rio Uruguai com uma coluna de 180 homens, dos quais 100 eram espanhóis e 80 índios armados de lança, com duas peças de artilharia de campanha de pequeno calibre. Batida pela Cavalaria ao mando de Gabriel d'Almeida, auxiliar imediato de

Borges do Canto, foi a coluna inimiga completamente destroçada, deixando no campo, abandonada, a artilharia que levava.

* *
*

Em carta escrita ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, e datada de 24 de outubro de 1736, o governador do Rio-de-Janeiro, refletindo o pensamento de D. João V, dizia :

> "não percamos tempo sem operar, passem as tro-
> "pas de desembarque ao Rio-de-S.-Pedro para for-
> "mar a fortaleza por que algum acidente ou a paz
> "nos não embarace a construção dela, etc."

A preocupação da Metrópole portuguesa, então, relativamente ao Rio-Grande, como se vê, era principalmente militar, ditada aliás pelos acontecimentos do **Prata,** não lhe impressionando de pronto, o propósito colonizador intensivo, que veio surgindo natural e concomitantemente. Parece que foram os próprios habitantes das ilhas dos **Açores** e **da Madeira** que provocaram essa iniciativa por meio de representações dirigidas ao Govêrno, o qual, tendo em vista ainda aumentar o efetivo da guarnição militar, e mais, aproveitar a fecundidade das terras ao sul do país, conforme informações que lhe chegavam, proporcionou a vinda de 4.000 casais para serem distribuídos entre a ilha de **Sta.-Catarina** e o **Presídio do-Rio-Grande.**

Em 1748, começou. pois a ser povoado regularmente o lugar que tomou o nome de **Viamão.**

Assim descreve a História do R.-G.-do-Sul — João Maia:

> Dalí daquela iminência superior à Capital do
> "Estado (talvez cem metros de altura) vê-se a mão
> "da natureza gigante do Rio-Grande-do-Sul, repre-
> "sentada pelos numerosos rios que vêm desaguar
> "no **Guaíba,** que lhe forma a palma. Esta configu-

"ração que só dalí se observa, dá lugar a denomi-
"nar-se a primitiva Capital do Rio-Grande — ,"Vi
"a mão", em 1748, época em que, chegados a êsse
"lugar os casais de açorianos, ajuntaram-se com al-
"guns índios e fundaram o insignificante arran-
"chamento.

"O solo rio-grandense, que até então havia si-
"do percorrido e explorado quasi que exclusiva-
"mente por bandos nômades de paulistas e minei-
"ros, que jamais se estabeleceram em ponto algum
"da província, começava, pois, a ser arroteado pelo
"braço rijo do colono açoriano, honrado e forte.

"Dêste modo, ao lado da população militar,
"improfícua sob o ponto de vista de engrandeci-
"mento fecundo e produtivo da terra, com que a
"Metrópole dotara o **Rio-Grande,** sobressaltada pe-
"los avanços do estrangeiro nos seus domínios da
"**América,** vinha cooperar fundamentalmente para
"o rápido desenvolvimento do presídio, um virtuo-
"so elemento colonizador. Sob múltiplos aspec-
"tos lucrou com a sua aquisição, o **Rio-Grande:** o
"colono açoriano é vivaz, altivo — dessa altivez
"que a presença contínua do mar infunde, — hos-
"pitaleiro, religioso mas tolerante, frugal, valoro-
"so, sem propensão ao crime, tendente a adquirir
"a posse territorial, amante da liberdade e da in-
"dependência. Como bem observa um escritor, es-
"tes ilhéus que vinham procurar no **Brasil** as con-
"dições de uma vida pacífica, mas trabalhosa, for-
"mam o fundo da população rio-grandense que
"primeiro começara a dilatar-se pela parte orien-
"tal da província. Formando êles a massa da pri-
"mitiva colonização, necessàriamente influíram no
"conjunto de usos e costumes da província, con-
"correram com as suas qualidades e sentimentos
"para a formação do gênio rio-grandense".

O professor Alfredo Moreira Pinto dá o território sulino habitado primitivamente, pelas seguintes tribus :

> "**Os Patos,** que ocupavam a península, foram "logo subjugados pelos colonos; os **Charruas,** vi- "viam ao Sul da **Lagoa-Mirim;** os **Minuanos,** ao "Oeste dêstes; os **Guaicanans,** nos campos da **Va- "caria,** que ainda hoje existem nos bosques, conhe- "cidos pela denominação de **Bugres;** e os **Tappes,** "a mais importante de tôdas, porque dominavam "o país desde as margens da **Lagoa-dos-Patos** até "ao rio Uruguai',,

Os **charruas, minuanos** e **tapes** eram dotados de espírito belicoso, excelentes trabalhadores da lavoura, montavam muito bem a-cavalo, dextros no manejo das armas, ótimos nadadores. O arrojado viajante francês Augusto Wahlen, que percorreu a América Meridional em fim de 3.º Século de sua existêucia, assim se externou em seu livro "Africa-América", sôbre o indígena :

> "Os habitantes do Rio-Grande podem compa- "rar-se com os rendeiros de la **Beauce** (Província "de França); todavia têm mais pontos de contac- "to com o Beduíno e o Tatar. São bem feitos e "robustos. Só se consideram felizes quando es- "tão a-cavalo, arremessando bolas ou laço a no- "vilhos bravos, porque então de nada carecem; "trazendo consigo uma barquinha, para atraves- "sar os rios e quanto lhes é necessário para se "alimentarem e improvisarem uma cama no meio "dos desertos: querendo dormir, deitam-se no "couro por curtir, o qual, dobrado, formava a co- "bertura da sua alimária, servindo-lhes de tra- "vesseiro a sela estreita e simples, a que chama- "vam **lombilho;** o mesmo couro, atado nos qua- "tro cantos, transforma-se em canoa; pendura- "dos na sela, empregam o laço e as bolas em sub-

"jugar os animais de que se sustentam; e têm por "espeto um pau aguçado mais fácil de transpor- "tar ainda que os outros instrumentos".

O território do Sul, primeiramente denominado **Rio-Grande-de-São-Pedro** ou Continente de **S.-Pedro,** segundos alguns historiadores, pelo notável pilôto florentino Américo Vespúcio, quando de sua passagem pelo pôrto em demanda do rio **Santa-Maria,** a 31 de janeiro de 1502, e em homenagem ao santo do dia: São Pedro Nolasco; segundo outros, pelos primeiros lagunenses que atingiram a estas plagas; e ainda conforme outros, pelos jesuítas espanhóis das Missões Orientais do Uruguai; depois, sucessivamente: Capitania d'El-Rei, ligada diretamente ao Rio-de-Janeiro; Capitania de S.-Pedro-Rio-Grande fazendo parte da de S.-Paulo; desligada da de São-Paulo, formando uma capitania com Santa-Catarina, dependente, porém, da do Rio-de-Janeiro, — foi pela carta Régia de 19 setembro 1807, elevado a Capitania Geral, ficando independente da do Rio-de-Janeiro, sendo nomeado seu governador por 3 anos e capitão general da mesma capitania, o Conselheiro D. Diogo de Souza, que tomou posse a 9 de outubro. Eis a cópia do documento histórico em apreço :

"D. João por graça de Deus, Príncipe Regen- "te de Portugal e dos Algarves daquém e dalém "mar, em África, Senhor de Guiné, e da conquis- "ta, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pér- "sia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta mi- "nha carta Patente virem, que atendendo a que "a grande distância em que fica do Rio-de-Janei- "ro a Capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro-do- "Sul, e o aumento que tem tido há anos em po- "pulação, cultura, e comércio, exigem pela sua "importância quem possa vigiar de perto sôbre os "interêsses de seus habitantes, e da minha Real "Fazenda:

"Sou servido desanexar este Govêrno da Ca-

"pitania do Rio-de-Janeiro, a que até agora está "sujeito, e erigí-lo em Capitania Geral, com a de- "nominação de — Capitania-de-São-Pedro, a qual "compreenderá todo o Continente ao Sul da Ca- "pitania de São-Paulo, e as ilhas adjacentes, e "lhe ficará subordinado o Govêrno da ilha de Sta.-Ca- "tarina. E atendendo outrossim às luzes, zêlo, e fideli- "dade, com que o Conselheiro D. Diogo de Souza "se empregou nos dois Governos de Moçambique e "Maranhão: Sou servido nomeá-lo Governador, e "Capitão General da sobredita Capitania-de-São- "Pedro, por tempo de três anos, e o que eu fôr ser- "vido: esperando me continuará a servir da mes- "ma forma na criação e govêrno desta nova Capi- "tania Geral; com a qual haverá o sôldo de quin- "ze mil cruzados em cada um ano na conformida- "de das minhas Reais Ordens, e gozará de todas as "honras, poder, mando, jurisdição e alçada, que "tem, e de que usam os meus Governadores e Ca- "pitães-Generais que por instruções e ordens re- "gias fôr concedido, com subordinação sòmente ao "meu Vice-Rei, e Capitão-General de Mar e Terra "do Estado-do-Brasil, como a tem os mais Gover- "nadores dêle. Pelo que mando ao Governador da "Capitania do Rio-Grande-do-Sul, que ora é, ou a "quem seu cargo servir, dê posse ao dito Conselhei- "ro D. Diogo de Souza do Govêrno da sobredita "Capitania de S.-Pedro, etc. Dada na cidade de Lis- "boa, aos 19 de setembro do ano do Nascimento de "Nosso Senhor Jesús Cristo de 1807. — Príncipe "com guarda. — D. Fernando José de Portugal, "Presidente".

Em um período de 59 anos, pois, tal de 1748 (início da regular colonização açoriana) a 1807 (data da Carta Régia citada), o Rio-Grande-do-Sul apresentava-se aos olhos da Metrópole em condições tais de desenvolvimento econômico

que lhe davam direito a erigir-se em capitania geral, desanexada da do Rio-de-Janeiro. Sobreleva notar-se que dentro dêsse período teve lugar a primeira invasão estrangeira em seu território (abril 1763)

* *
*

Em 1756, organiza-se a liga formidável da França, Áustria, Rússia, Saxônia, Suécia e a Confederação Germânica, contra a Prússia, onde reinava Frederico II. Prússia enfrentava, assim destemerosa e brilhantemente, guiada pelo gênio de seu Rei, escudada na encantadora, tradicional disciplina de seu Exército, e no entusiasmo de seu povo, varonil e forte, a Europa coligada! No encarniçado da guerra, intervém a frota de Grã-Bretanha, contra a de França, cujos navios, apenas divisados eram batidos e destroçados. França, em desespêro de causa, ante o desastre de sua esquadra, perdido o "Comando do Mar", que lhe era arrebatado violentamente ao primeiro golpe, bem como quasi tôdas as suas possessões, até a ilha cabo-Bretão, na América Setentrional, e que servira de pretêsto à guerra, apela para a Espanha. Carlos III, que sucedera a Fernando VI, resolve pelo Tratado de 15 de agôsto 1761, aderir à Coligação, receoso de que o poder marítimo inglês chegasse a abater por completo, al fim, a marinha francesa, e firmasse, dêste modo, definitivamente, o seu soberano e integral domínio dos mares.

Foi assim que em 1761 teve lugar o chamado "Pacto de família", pelo qual Espanha aderira à Coligação. Tão logo a Inglaterra teve conhecimento dêsse Tratado, antes mesmo que êle deixasse de ser secreto como estava, atacou Espanha. Portugal, então, alia-se à Inglaterra. Êsse conflito entre as côrtes de Portugal e Espanha, repercutiu como era natural nas suas respectivas Colônias da América. D. Pedro Cevallos, governador de Buenos-Aires, atacou a Colônia-do-Sacramento, e, a 8 de abril 1763, à frente de seu exército, invadiu por terra o Rio-Grande-do-Sul. As lutas, então, tendo como cenário as verdejantes campinas do Sul, se prolongaram.

como pequenas intermitências, que, de resto, não passavam de "paz armada", durante um período de 14 anos (1763-77), quando cessaram para irromperem de novo, em 1800. Nesses tempos heróicos de nossa história, os rio-grandenses, mal armados e despidos de elementos bélicos para enfrentarem eficazmente a um exército com efetivo numeroso e convenientemente aparelhado para a guerra, organizavam-se em grupos de efetivos vários e empreendiam um completo sistema de guerrilhas. Conhecedores perfeitos do terreno e do segrêdo da pequena guerra, atacavam de surpreza aos postos avançados, fortificações, acampamentos e povoações ocupadas pelo inimigo, derrotando-o, ou trazendo-o em contínuo sobressalto, até que sobreveio um perigo de relativa calmaria: Tratado de 1777 à guerra de 1800 entre Portugal e Espanha, que cessou com o Tratado de Badajós, e cujo manifesto de Paz foi publicado no Rio-Grande a 17 dezembro 1801, quando precisamente a sorte sorria para as nossas armas e já as nossas fronteiras haviam sido levadas a golpes de heroísmo e de tenacidade, até as margens do Uruguai, ao noroeste, e do Jaguarão, ao Sul. Distinguiram-se nesses arrojados lances de abnegação no sacrifício e de incomparável heroísmo em defesa do solo brasileiro, ligando seu nome, que ficou imortal, à história da fundação da nacionalidade, além de muitos outros: Francisco Pinto Bandeira, que atacou de surpresa e assaltou a fortificação inimiga situada à margem esquerda do Arroio **Santa-Bárbara**, arrasando as obras de defesa fazendo prisioneiros e levando para o **Rio-Pardo** todo o material bélico, inclusive duas peças de artilharia; Rafael Pinto Bandeira, que à frente de cem homens enfrentou o exército espanhol forte de 5.000 homens, na guarda de **Tabatingai**, próxima cinco léguas do **Rio-Pardo** e que, retirando diante da superioridade numérica, mesmo nessa situação não hesitou em medir-se em campo raso: estendeu linha de atiradores fazendo estacar a perseguição inimiga e operando uma retirada em boa ordem, ao mesmo tempo que Cipriano Cardoso de Barros Leme e José Carneiro da Fontoura, executando uma audaciosa e rápida manobra, retomava toda a cavalhada de que o inimigo se havia apropriado; Rafael Pinto

Bandeira, Carlos José da Costa, Francisco Alves e Patrício José Corrêa da Câmara, que à frente de 500 homens atacaram, sitiaram e obrigaram à rendição, a 26 de março 1776, o forte de **Santa-Tecla,** bem guarnecido e artilhado, sendo, então, totalmente destruído. Com êste importante feito d'armas, ficou a campanha rio-grandense inteiramente dominada pelos nossos, que operavam sob a orientação de Pinto Bandeira. Notáveis também se tornaram além de muitos outros, Manoel Marques de Souza, jovem tenente, que tanto se destacou na reconquista do litoral; José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, na conquista dos 7 Povos das Missões (1801).

Diz a história do Rio-Grande-do-Sul — João Maia :

> "Os rio-grandenses consumam a expulsão do "inimigo (1776). No interior do **Rio-Grande** o des- "temido e hábil guerrilheiro Rafael Pinto Bandeira "continuava a não dar trégua ao inimigo, batendo- "se heròicamente com êle e vencendo-o onde quer "que o encontrasse. A 31 outubro Pinto Bandeira "escalava à frente de cincoenta gaúchos, a trinchei- "ra de **S.-Martinho,** situada em **Cima-da-Serra,** des- "troçava a sua guarnição, e, depois de haver avan- "çado doze léguas até às estâncias de **S.-Pedro** e "**S.-José,** retrocedia vitorioso, trazendo milhares de "reses, cavalos, bois mansos, etc."

Assim se expressa o Dr. Viriato Corrêa, brilhante homem de letras e notável historiador patrício, natural do **Maranhão:**

> "..... As raias rio-grandenses, que eram "incertas e confusas, continuam por todo o século. "O espanhol quer, a todo o instante, aproveitar-se "da confusão. Não há tratados, não há nada, há "apenas uma maravilhosa extensão de terra riso- "nha e brilhante que êle não quer deixar escapar "do seu patrimônio. Vêm as invasões violentas, os "conflitos de propriedades. O gaúcho é obrigado a "viver de armas na mão e em pelejas constantes.

"Não quer perder o que tem e quer o que sabe que "lhe pertence. Vai-se-lhe o caráter retemperando, "vai-se-lhe blindando a alma e o corpo naquela su- "cessão ininterrupta de choque. A coragem educa- "o para não perder o lar, afaz-se às armas para não "perder a vida. E, como os conflitos das fronteiras "não bastassem para o ver constantemente em ar- "mas, havia mais os conflitos políticos. Qualquer "estremecimento entre as côrtes de Portugal e Es- "panha, repercutia na América, primeiramente lá. "Ora, era êle, o gaúcho, que se aproveitava do pre- "têsto para recuperar, pela guerra, o que o inimigo "lhe tomara; ora, o castelhano do **Prata,** que, pelo "pretêsto da guerra, tentava adquirir o que ambi- "cionava. A vida era intensa, violenta, culminante. "Rápida devia ser a formação do caráter do povo "que aflorava nessa vida. E, de fato. Antes de um "século, antes mesmo de terminar o século XVIII, "o Rio-Grande, já tinha condensadas, cristalizadas "num homem, as qualidades primasciais do seu po- "vo futuro. Êsse homem é Rafael Pinto Bandeira. "É o índice do gaúcho de amanhã, índice que a na- "tureza, bizarramente, colocou no anverso do livro "etnológico da terra rio-grandense. É um índice "completo, nada lhe falta. É a bravura impávida, "a tenacidade indomável, a operosidade, o poder "aventureiro, o amor da guerra. Até o tipo é o mes- "mo tipo do futuro: o amorenado texto, a beleza "masculina das linhas, a fortaleza muscular e "aquele tom "panache" de gestos e atitudes. En- "travam realmente no caldeamento da raça gaúcha "elementos de rara distinção. De um lado os índios "charruas" e "minuanos", pertinazes, bravíssimos, "belicosos e, do outro ilhéus portugueses, que, por "serem ilhéus, afastados da decadência da Metró- "pole, conservam o vigor e a pureza da quadra he- "róica do povo luso. A própria natureza parecia ter

"sido preparada para dar o tipo que deu. Aquelas "verdes campinas, o céu azul, o clima doce, além "de tonificantes, como que convidam a gente ao "movimento, à agitação. As coxilhas eram um pal- "co admirável para correr o inimigo, os rincões e "as sangas, os bastidores para surpreendê-lo. Com "todos êsses subsídios, o rio-grandense, um século "depois, estava fixado nas suas virtudes máximas. "Era principalmente um homem de luta, era prin- "cipalmente um apaixonado da guerra. A longa "peleja dos "Farrapos" é já uma prova da fixidez "dos dois carateres fundamentais do povo. E, daí "por diante, tudo concorre para que as qualidades "guerreiras do gaúcho mais floresçam e mais se "apurem. Em quasi todos os momentos históricos "lá está êle em armas, ora contra Oribe e Rosas, "ora contra Aguirre, ora contra Lopes, enfim, con- "tra todo o caudilhismo da **Argentina**, da **Banda** "**Oriental** e do Paraguai. Etc."

* *
*

Assim como no seio das florestas virgens o raio ataca de preferência as árvores mais elevadas, no seio das coletividades humanas, a inveja, companheira inseparável da intriga, procura sempre aniquilar, ou anular por meio de processos indecorosos de baixo escalão, aos indivíduos que mais se recomendam pelo seu valor real. A vitória dos despeitados, porém, é sempre efêmera; e, com o decorrer do tempo, a agressão vem ferir, fatalmente ao próprio agressor.

Em 1777 governava a Capitania de S.-Pedro-do-Rio-Grande, o Cel. José Marcelino de Figueiredo, nomeado a 23 de abril de 1769, e que enciümado com o excepcional e real prestígio que conquistaram pelos seus próprios esforços, o então também Cel. Rafael Pinto Bandeira, o mandou prender "sem

nenhum fundamento legal, processar, seqüestrar-lhe os bens, e remetê-lo pricioneiro para **Lisboa**". (1)

O indivíduo, porém, é impulsionado à luta, ou pelo fogo sagrado de seus ideais, ou pelo sentimento subalterno do despeito, que, por isto mesmo, jamais construiu cousa alguma, proveitosamente estável, sôbre a terra. E como o valor do homem deve sempre ser estimado pelo modo por que êle remove os tropeços que lhe procuram entravar a marcha na estrada de sua existência, firmou-se no nosso espírito a convicção profunda de que só os homens de luta, de inteligência, caráter e brancura cívica, é que tendem a triunfar na vida. Efetivamente: como resultado da brilhante defesa feita por Pinto Bandeira, que ficou provada e comprovada, foi José Marcelino retirado pelo govêrno português, da capitania do Rio-Grande, e Pinto Bandeira "pôsto em liberdade, reintegrado no seu respectivo lugar e publicada a sua inocência" (2).

E em 1784, Rafael Pinto Bandeira, já brigadeiro, assumiu, interinamente, o govêrno rio-grandense, sendo de salientar-se que fôra êle o primeiro filho do Rio-Grande-do-Sul que teve a honra de governá-lo, em cujo pôsto se conservou até 1787, quando o substituiu o Cel. José Joaquim Ribeiro da Costa. A essa pléiade intemerata de patrícios denodados, cujos feitos homéricos devem ser sempre relembrados, como estímulo precioso às novas gerações, devemos naturalmente a interrupção da marcha do exército espanhol, na conquista do território, através o solo sul-riograndense, até a linha que partindo da embocadura do **Peperiguassú**, na direção de leste, vinha cair no Atlântico, em **Santa-Catarina.** Convém salientar-se ainda que, a-pesar-do prolongado período de luta armada, em defesa dos elevados interêsses do Brasil e na fundação da nacionalidade, já em 1803, o Rio-Grande-do-Sul se apresentava com a receita e a despesa equilibrada, fazia face à crise dispensando auxílio da Metrópole, tal o impulso que haviam tido o comércio, a agricultura e a indústria, notadamente o trigo e o charque, o couro de gado e o sebo, a banha,

(1) História do R.-G.-do-Sul — João Maia.
(2) Idem.

e a erva-mate, produtos êsses que eram exportados em grande escala para os mercados do Norte, fazendo vantajosa concurrência aos similares do Prata. É que a agricultura e a indústria não sofriam solução de continuïdade. Marchavam pari-passu com a guerra. Os homens se revezavam no serviço das armas e no trabalho produtivo dos campos. No aceso da luta, o vulto do guerreiro crescia, mas, o do trabalhador, honrado e bom, não decrescia. Abriam-se novas estradas para as operações militares, e intensificava-se a cultura dos campos, de par com a criação do animal vacum e cavalar, dois elementos sempre considerados nos Pampas como preciosos elementos de guerra. Assim, a produção veio aumentando progressivamente, de acôrdo com a fertilidade do solo, que tudo produz, e com o labor admirável de seus habitantes. Quando em 1888, a abolição da escravatura, de súbito, e sem indenização, desmantelava o trabalho nas províncias do Império, notadamente nas do Centro, exceção da de São-Paulo, que se havia prevenido com a imigração italiana, o Rio-Grande-do-Sul se mantinha de pé, porque o desenvolvimento de sua economia, a-pesar-de todos os contratempos, jamais dependera do braço cativo. A 18 julho 1824 começaram a chegar os primeiros colonos alemães, que foram estabelecidos na "real feitoria", onde hoje se assenta a progressista cidade de **S.-Leopoldo.** Com a decadência, que começava a se esboçar, então, na cultura do trigo, esse importante estabelecimento agrícola havia sido abandonado, e os escravos que nêle trabalhavam, encaminhados para o **Rio-de-Janeiro.** Em 1845, na Paz ajustada pelo Duque de Caxias, para a terminação da "Guerra dos Farrapos", vê-se que na 4.ª cláusula, o seguinte :

> "São livres e como tais reconhecidos todos os "cativos que serviram a revolução".

Bem pesados, inexcedíveis mesmo, têm sido os tributos de sangue que o Rio-Grande-do-Sul vem pagando, desde o alvorecer de sua existência, sem nunca absolutamente regatear esforços, ou proferir um queixume siquer, desde que estejam em jôgo os sagrados interêsses da Nação Brasileira. Assim

foi na dilatação de nossas fronteiras e na fundação da nacionalidade; nas guerras da Cisplatina; nas invasões de Alvear, Lavalleja e Rivera; nas guerras contra Manoel Oribe, D. Juan Manuel de Rosas, Aguirre e Solano Lopes. Para êste último grave conflito internacional, que se estendeu de 1865-70, provocado mais pelo objetivo oculto no acalentado sonho fracassado de Rosas, que consistia no restabelecimento do vice-reinado espanhol do Prata do que na oposição à intervenção brasileira no Estado-Oriental-do-Uruguai, que, de resto, sòmente servia de pretêsto à guerra, o Rio-Grande-do-Sul, então "com uma população de 446.900 almas, contribuiu com 33.803 voluntários, enquanto as dez províncias do Norte que se grupam de Alagoas à Amazonas, com 3.650.000 habitantes, tendo assim 3.200.000 mais que o Rio-Grande, contribuíram, apenas, com 33.366 combatentes. (1)

Por patriotismo. o Rio-Grande-do-Sul uniu-se como um só homem em 1845, para firmar a Paz com o Duque de Caxias, ante a ameaça externa: a projetada invasão da Argentina com o fim de libertar aquele povo amigo da tirania de Rosas, o que efetivamente se veio a realizar em 1851 e para cuja campanha "Caxias organizou um Exército de 20.200 homens, dos quais quinze mil eram rio-grandenses".

Uniu-se para a guerra de 1864, sendo que aí "o contingente rio-grandense representou dois terços das fôrças que entraram em operações" (2)

Uniu-se para a campanha do Paraguai; em 1930, para o grande movimento nacional, e assim acontecerá sempre "por fatos e não por palavras vãs", em obediência aos elevados interêsses da Pátria extremecida.

"Força mobilizada para a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870 :

Amazonas	729
Pará	3.827
Maranhão	4.536

(1) Estatística feita pelo Cel. Souza Doca — Revista do Instituto Histórico do R.-G.-Sul (1935).

(2) Estatística feita pelo Cel. Souza Doca — Revista do Instituto Histórico do R.-G.-Sul (1935).

Ceará	5.648
Rio-Grande-do-Norte	1.311
Piauí	2.805
Pernambuco	7.136
Paraíba	2.454
Baía	15.297
Sergipe	2.254
Alagoas	2.656
Espírito-Santo	966
Rio-de-Janeiro	7.851
Capital-do-Império	11.467
S.-Paulo	6.504
Paraná	2.022
Santa-Catarina	1.537
Rio-Grande-do-Sul	33.803
Minas Gerais	6.784
Goiaz	1.810
Mato-Grosso	7.918" (3)

Para as campanhas externas, posteriores da Paz de 1845, marcharam todos os revolucionários — generais e soldados vivos e válidos da Revolução de 35, — irmanados, assim, na defesa da Pátria comum, com os adversários da véspera; porque, o que êles almejavam, sinceramente, com o prélio sangrento de 1835-45, nunca absolutamente fôra fazer da Província um País desmembrado definitivamente da Comunhão Brasileira, cuja nacionalidade os seus antepassados ajudaram a fundar a golpes de heróismo e de abnegação no sacrifício; mas, sim, fazer do Brasil uma República sob a forma federativa, e não uma sucursal, como estava, do apodrecido trono da casa de Bragança.

Assim pensaram, certamente, os sonhadores da Inconfidência Mineira de 1786, os pernambucanos, os potiguares e os paraïbanos de 17 e 24, os alagoanos de 17, os cearenses de 24, os cariocas de 31, os baíanos de 37, os paulistas e os mi-

(3) Estatística feita pelo Cel. Souza Doca — Revista do Instituto Histórico do R.-G.-Sul (1935).

neiros de 42. Assim pensaram também, em 1893, com a planejada "Confederação dos Estados do Norte" caso triunfasse a revolta restauradora do trono bragantino, os governadores, de Pernambuco (Barbosa Lima, a quem coube a iniciativa do projeto), da Paraíba do Norte (Pedro Velho), do Rio-Grande-do-Norte (Álvaro Machado), do Ceará (José Freire Bezerril Fontenelle), do Maranhão (Casemiro Junior), do Pará (Lauro Sodré), do Amazonas (Eduardo Ribeiro), de Alagoas (Gabino Besouro), do Piauí (Taumaturgo de Azevedo), os quais de tudo lavraram e assinaram um "Pacto", sendo que os originais de todos os documentos encontram-se em poder do General Lauro Sodré, residente no Rio-de-Janeiro, que fôra escolhido para assumir o govêrno logo que irrompesse o movimento. Eis alguns interessantes tópicos da carta de Barbosa Lima, dirigida a Lauro Sodré e datada de Pernambuco, 14 dezembro 1893 :

> "Nesse caso extremo (vitória da Revolta de "1893), julgo que será mister constituir um go- "vêrno provisório em um dos Estados que sirva de "centro que unifique e harmonize os nossos esfor- "ços. O Opulento Estado do Pará, quer pelos seus "recursos, quer pelas suas relações comerciais com "a União Americana, quer pela veneração que nos "merece o seu honrado governador, afigura-se-me "ser o mais próprio para aquele fim". Assim, "pois, realizada aquela desgraçada conjectura (vi- "tória da Revolta com a deposição de Floriano). por "telegrama ou por outro meio qualquer, nós vos in- "vestiremos da missão de Chefe do Govêrno provi- "sório dos Estados do Norte, confederados transitò- "riamente para defesa da República — quer contra "a caudilhagem do obsecado Custódio e seus asse- "clas, quer ainda mais contra a restauração da Mo- "narquia".
>
> "Os nossos camaradas estão igualmente dispos- "tos a lutar conosco pela República. Resta-nos "muito a fazer, parecendo-me o essencial cogitar

"da organização de uma esquadra. Realmente, se "não dispuzermos ao menos de um poderoso encou- "raçado não poderemos inclusive abastecer-nos de "munição, que infelizmente não podemos fabricar, "à falta de laboratórios devidamente montados. "Etc."

* *
*

Todo o sangue derramado pelos mártires da República, desde o reinado de Maria I (que enlouquecera em Portugal no mesmo ano em que fôra enforcado Tiradentes, no Rio-de-Janeiro), até o govêrno no Brasil de seu neto pelo lado paterno — Pedro I, não chegou para abafar os anseios de liberdade do povo brasileiro. O Rio-Grande-do-Sul, onde de ha muito se vinha formando um grupo de intelectuais idealistas, em 1835 secundou galhardamente, como lhe cumpria fazer, o trabalho ingente daqueles heróis: imolados de 1789 a 1824. Mas, o sangue derramado por êsse pugilo de patriotas, intemeratos lidadores, serviu, antes, de adubo precioso à árvore da democracia, que já havia crescido e frutificado em grande parte do Continente de Colombo, aos lampejos fulgurantes da espada de San Martim e sob a orientação firme, denodada e retumbante de Bolivar; e que havia de germinar também, crescer e frutificar nas terras de **Santa-Cruz,** em cujo céu majestoso, límpido e azulado, se ostenta, vigilante e protetora, a formosa constelação do **Cruzeiro-do-Sul.**

* *
*

Aquí, não há absolutamente lugar para o exclusivismo tacanho e malsinado. Filhos de outros pontos que aportavam a estas plagas, são recebidos fraternalmente como irmãos, e como irmãos tratados. Ao trabalho fecundo e produtivo, que melhora as condições de vida de cada um, em particular; que enriquece a economia e engrandece a Pátria, em geral, concorrem eficazmente, num conjunto liberal e har-

monioso, todos os homens dignos e concientes de sua responsabilidade.

Porque, o que existe, de fato, é êsse trabalho produtivo e fecundo para o crescente desenvolvimento da economia nacional e do nosso patrimônio material e moral; é o amor ao território que se estende dos confins do Amazonas ao extremo sul do País, com seu estenso litoral de 1.300 léguas de costa bafejada, livremente, pelas brisas do Atlântico, com a excepcional uberdade de um solo que tudo produz, ostentando a flora mais variada e rica do planeta e guardando em suas entranhas os minerios mais preciosos do mundo. Com o rio mais considerável da terra: **o Amazonas:** a bacia hidrográfica mais bela e vasta do globo, com seu portentoso estuário de 300 quilômetros; com a indescritível cachoeira de Paulo Afonso, jorrando suas águas, espumantes e prateadas, em catadupa de 80 metros de altura. E' o amor, à língua, às tradições, à raça, à família, à memória sacrossanta de nossos antepassados, que em campanhas memoráveis à custa de ingentes sacrifícios, penosos trabalhos e pesados tributos e sangue, fundaram, defenderam e consolidaram esta gloriosa nacionalidade, que nos legaram como herança imorredoira, e que temos a honrosa, imperativa, imperiosa obrigação cívica de conservá-la constantemente e sempre imaculada, e passá-la aos vindouros, íntegra, tal como nos foi legada !

* *
*

Conforme acertadamente dizia Cícero, o grande orador romano, "a história é a eterna mestra da vida". Efetivamente: é nas suas rutilantes páginas que as gerações que se sucedem na evolução natural da humanidade, estudando os fatos e apreciando os homens pela sua capacidade moral e pelo seu valor cívico, vão encontrar ensinamentos fecundos para os dias chegados de grande luta.

Contribuir, pois, com a necessária isenção de ânimo para a criteriosa organização da história e sua natural evolução através dos tempos, é um dever imperioso que deve assistir

a todo o cidadão inspirado pelo mais sadio patriotismo. Eis ainda porque, em um notável estudo sôbre Sociologia, Tritão de Araripe, disse que "nada excita tanto o esfôrço do homem para o bem, como a recordação de nobres ações de seus maiores".

E essa recordação, passada a época contemporânea, sòmente pode ser haurida pelas gerações que se sucedem, nos autênticos documentos, testemunhos vivos de um passado distante, incorporados que devem ser, criteriosamente, às eternas páginas do imenso livro da História.

Desaparecem belas cidades sob a ação dos fenômenos císmicos; são derrocados tronos seculares sob o império mais poderoso de revoluções; desmembram-se, constituem-se novos países em conseqüência de guerras cruentas; mas a História fica sempre de pé, sobranceira à noite da vida, desbravando a estrada ampla, fecunda e luminosa por onde transitam as novas gerações; aumentando concomitantemente de volume, dia a dia, ano a ano, século a século...

CONCLUSÕES

Do estudo feito, concluímos :

1) — a) Que o nome de **São-Pedro,** dado ao **Rio-Grande,** o fôra pelo capitão mor Martin Afonso de Souza, em homenagem ao seu irmão Pero Lopes de Souza;

b) Que, a 19 setembro 1807, quando a capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul, que então era, foi elevada à capitania geral, independente da do Rio-de-Janeiro, ficando-lhe subordinado o govêrno de Santa-Catarina, tomou a denominação oficial, segundo se depreende da letra do Decreto respectivo, de Capitania Geral de São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul;

c) Que, com a constituïção do Império do Brasil, passou para a de Província de S.-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul.

2) — Que influíram fundamentalmente para a formação

racial do povo sul-riograndense: de um lado — o indígena, representado principalmente pelas tríbus Charruas, tapes e minuanos, e de outro lado, os portugueses provindos das ilhas dos **Açores** e da **Madeira.**

3) — Que a demora de mais de dois séculos da fundação do Rio-Grande-do-Sul, teve como causa capital o naufrágio sofrido pelo capitão-mor Martim Afonso de Souza, a 26 de outubro de 1531, na embocadura do **Rio-da-Prata,** então conhecido pelo nome de **Rio-Santa-Maria,** e que deu lugar ao seu regresso para o norte, fundando a 22 janeiro 1532, a capitania de S.-Vicente, à margem do rio do mesmo nome, e renunciando, conseqüentemente, ao seu propósito colonizador das terras situadas à margem esquerda do **Prata.**

E, como causas secundárias :

a) — os perigos da entrada da barra e a costa marítima sul-riograndense bastante desabrigada, sem oferecer pôrto seguro às ancoragens, o que punha o território, por êsse lado, de certo modo invulnerável às tentativas de dominação estrangeira;

b) — As guerras que a Metrópole portuguesa teve de sustentar ao norte contra as audaciosas tentativas de conquista e dominação feitas pelos franceses, ingleses e holandeses, e ainda contra a nefanda pirataria francesa no **Rio-de-Janeiro;**

c) — A fundação das "Missões Orientais do Uruguai", pelos padres espanhóis da Companhia de Jesús, em 1627, à margem esquerda dêste rio, o que veio agravar a confusão reinante quanto aos limites que, ao Sul, deviam separar as duas grandes colônias ibéricas ;

d) — Finalmente, a dominação espanhola no **Brasil** durante um longo período de 60 anos (1580 - 1640).

4) — Que ao extraordinário espírito de patriotismo dos rio-grandenses, empenhando-se tenaz e eficazmente em uma luta constante de guerrilhas, contra um exército organizado e aparelhado para a guerra, devemos a interrupção da marcha das tropas espanholas, na conquista do território, atra-

vés o solo Sul-riograndense, até a linha que partindo da foz do **Pepiriguassú,** na direção de leste vinha cair no Atlântico, em **Santa-Catarina,** intenção esta bem caracterizada pela presença a 20 fevereiro 1777 no pôrto de **Canavieiras,** da numerosa esquadra castelhana sob as ordens de D. Pedro de Ceballos.

5) — Que a dilatação das fronteiras do **Brasil,** no extremo sul do país, até as margens do rio **Uruguai** e do **Jaguarão,** foi feita pelos rio-grandenses, em 1801 ao fragor das pelejas, a golpes de abnegação e de acendrado heroísmo.

P A R E C E R

sôbre a tese "Memórias históricas e comentários" do Te. Cel. J. O. Pinto Soares.

Depois de havermos lido com a atenção e o carinho, que sempre nos desperta quanto diz respeito à formação, às glórias e à tradição de nosso querido Rio-Grande, a tese apresentada pelo digno oficial de nosso Exército, Sr. Te. Cel. Otaviano Pinto Soares, somos de opinião que o mesmo tratou-a e defendeu-a brilhantemente.

Há, de fato, nesse trabalho, tão farta cópia de documentação corroboradora das afirmativas nêle contidas que, pensamos, o mesmo ficará como um capítulo de verdades históricas para quantos, nesse particular, quiserem saber do Rio-Grande.

De tôdas as páginas percorridas ressaltam asserções que desafiam desmentidos, porisso mesmo que os documentos falam cantando loas ao valor, à tenacidade, ao estoicismo e à abnegação de um povo que, por amor à Mãe comum jamais escolheu campo para defendê-la e nunca mediu sacrifícios, prélibando o prazer de lhe dar segura prova de sua dedicação,

muito embora por ela houvesse passado anos esquecido e entregue a seus próprios recursos.

O afeto e a admiração pelos filhos do Continente vibram no trabalho de Pinto Soares.

Sente-se que êle se deixa tocar de um orgulho santo, quando se refere "ao extraordinário espírito de patriotismo dos rio-grandenses, empenhando-se tenaz e eficazmente em uma luta constante de guerrilhas, contra um exército organizado e aparelhado para a guerra" e que mais se exalta ainda quando se refere à ação dos rio-grandenses que levaram as fronteiras de seu berço até às margens do Uruguai e às barrancas do Jaguarão.

Somos, pois, de opinião que o trabalho em aprêço está perfeitamente à altura do fim a que se propõe.

Pôrto-Alegre, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **Manoel Faria Corrêa,** relator.
A. G. Lima
Fernando Luiz Osório.

PREHISTÓRIA DO RIO-GRANDE-DO-SUL

Unidade de uma raça desconhecida

Aurélio Pôrto

1. — As pedras de crisóis de Montenegro. 2. — Sua distribuïção geográfica. 3. — Afinidades raciais subandinas. 4. — O homem autóctone do sul. 5. — Os Maias, tronco originário da raça desconhecida ? 6. — O guaraní, último invasor do território rio-grandense.

1. — A cidade de Montenegro, ligada a Pôrto-Alegre, capital do Estado do Rio-Grande-do-Sul, pela Viação Férrea, dista desta 77 km. De Montenegro ao Morro-da-Cadeia, Costa da Serra, onde se encontram as pedras escavadas, ou **pedras de crisóis (piedras de tacitas)**, a distância é aproximadamente de 7 km. pela estrada de rodagem. A cidade está situada na lat. S. de 29°,44' e na long. O de 51°,29',21".

O Morro-da-Cadeia (1) faz parte do sistema orográfico denominado Serra-Geral, sendo um dos contrafortes a cavaleiro de campos extensos, que constituem a parte sul do município. A estrutura geológica da região é de origem sedimentar e os terrenos de areias finas, levemente cobertos de uma camada de humus. Êste morro, como quasi todos os outros existentes nas proximidades da cidade, é formado de grês duríssimo, ferruginoso.

---

(1) Segundo informações que obtivemos, a denominação de Morro-da-Cadeia provém de ter servido êsse lugar para detenção de prisioneiros farroupilhas, feitos em 1835 pelas fôrças do comandante legalista Chico Pedro, depois barão de Jacuí.

Começa na estrada da Costa da Serra a elevação que dá acesso a êsse morro que tem, calculadamente, uma altitude sôbre o nivel do mar de cem metros. Os outros lados, dos quais se descortinam vastas planícies circunjacentes, e longínquos cerros destacados da cadeia ininterrupta de montanhas da Costa da Serra, como os da **Fortaleza, Itacolomí** e outros, são cortados quasi a pique, sôbre o campo, lembrando as muralhas dos **Aparados.** E essa situação de segurança absoluta contra a surpresa de prováveis inimigos, que não poderiam se aproximar sem serem pressentidos, explica, naturalmente, a escolha feita pelos selvícolas para as suas reüniões periódicas, e para a realização do rito totêmico ou religioso, de que êsses monumentos líticos nos dão notícia.

Quando, há já dez anos, tivemos oportunidade de descobrir essas pedras escavadas, de que se não conhecia referência, estava quasi tôda area, que se calcula em dois quilometros quadrados, coberta de espêsso mato, hoje completamente desaparecido pelo corte de lenha, alí procedido em grande escala.

A elevação da entrada do morro, que fàcilmente se sobe a-cavalo por estreito pique, em que é carreada a lenha, da acesso a uma chapada com declividade para a esquerda e forte aclive para a direita, que termina numa espécie de tôrre, ponto culminante do morro. No plano alteiam-se, longe a longe, formações de pedras surperpostas, que mais se pronunciam nos bardos dos aparados. No declive, ilhadas pela vegetação, encontram-se dezenas de lajes aflorando do solo, mais ou menos, de dois a três metros de comprimento. Tôda essa pedra é de grés duríssimo, ferruginoso.

Estão aí as pedras escavadas. Assinalámos a existência de cinco pedras, em que existem diversos sístemas de panelas, ou crisóis, de diferentes diâmetros e feitios. As lajes em que se encontram estão em plano horizontal, apresentando leve declividade aproveitada para a comunicação, por secções, feita por canaletes superficiais, ou furos internos, das cavidades entre si.

Para não alongar mais estas notas, que resumem estudo detalhado que há tempo nos preocupa, daremos aquí os ca-

racterísticos de uma das pedras, que denominaremos a de n.º 1.

Tem essa pedra três metros de comprimento, mais ou menos, por dois de largura, apresentando uma elevação central no sentido longitudinal, o que a divide em duas secções de declividade para os lados. Numa delas há três buracos simètricamente dispostos e no outro mais três. A primeira perfuração é quasi perfeitamente circular, tendo um diâmetro médio de 60 cm. e a profundidade de 80 cm. As paredes são quasi polidas, denotando grande trabalho na feitura. No fundo, perfeitamente côncavo, se vêem duas subdivisões com a altura de dez centímetros, tripartindo-a, assim, como se fôsse para colocar três ingredientes que, inicialmente, não se deveriam misturar. No bordo de cima dessa panela existe uma ranhura, ou canalete, de menos de dois centímetros, que daria, quando êsse recipiente estivesse cheio, vasão do líquido nêle contido para a panela seguinte. Esta é menor do que a primeira, mas igualmente funda como aquela, não tendo, porém, as subdivisões que naquela se observam. Também por um canalete superficial comunica com a seguinte, última dêsse grupo, que tem uma forma oval alongada, terminando numa espécie de calha de 1 ' cm. de altura por uns 50 cm., mais ou menos, de camprimento, ajustada a um recipiente, perfeitamente circular, com um diâmetro aproximado de 30 cm., que vai diminuindo para a parte côncava do fundo. No outro lado da mesma pedra há outra secção de três perfurações circulares, com diâmetros que variam entre 40 e 20 cm. em ordem decrescente. Além desta, há mais quatro lajes, próximas umas das outras, em que se observam as mesmas séries de panelas, crisóis, ou tacitas. Em uma delas, em que as cavidades são ligadas por furos internos, o diâmetro é pequeníssimo, não indo além, em ordem decrescente, de cinco até dois centímetros. Em outra laje, ainda, nota-se uma série, formando uma reta irrepreensível, em que só foram picados os buracos que não chegaram a ser abertos.

Há cincoenta metros, mais ou menos, da região das pedras escavadas, entestando, pelo nascente, com o corte vertical do morro, como se fôsse para receber as primeiras ondas

da luz solar, uma pedra se encontra de singularíssimo aspecto, que não hesitamos em chamar "cadeira de suplício". Eleva-se a um metro ou pouco mais do solo, tendo dois metros de comprimento por um e meio de largura, afetando a forma de um paralelograma irregular. No centro dessa pedra, distantes entre si meio metro, notam-se dois braços, provenientes da escavação proposital da mesma. Na frente dêsses braços, que só chegam à metade da pedra, verifica-se uma pequena elevação, semelhante a uma cunha de vinte centímetros de largura por quinze de altura, mais ou menos. De um lado e de outro das extremidades da pedra observam-se também cunhas semelhantes que coincidem com a primeira, em forma triangular. Tivemos logo a intuïção de que êsse estranho achado serviria para o sacrifício de vítimas, cujo sangue destinar-se-ia ao rito bárbaro, de que as pedras de crisóis eram atestados vivos. O corpo de um homem de estatura elevada aí se ajusta perfeitamente. Os braços seriam ligados aos braços da "cadeira", nos quais, junto à base, há visíveis ranhuras, onde se fixariam cordas; os pés, às cunhas que se encontram em sentido diagonal e, quem sabe, se a cunha central, que coincide com o entremeio das pernas, seria para ligar o supliciado pelas partes genitais ?

Foi a impressão que nos deu essa pedra. Longe de nós, porém, a idéia de uma afirmação categórica nesse sentido. Formulamos, apenas, uma hipótese para melhor juízo dos estudiosos da nossa pre-história, castelo de cartas construído sôbre a areia movediça das hipóteses. Destacada, talvez, sem outros elementos de identificação, como o vasto campo de conjeturas que nos abre a proximidade das pedras evidentemente escavadas pelos índios, essa "cadeira de suplício" poderia passar por uma singularidade da natureza. Mas, a disposição das cunhas, o ajustamento ao corpo humano, constatado por experiência própria, nos impôs fortemente essa hipótese.

Nada encontramos na vasta bibliografia que sôbre o assunto nos foi dado consultar, e onde se encontram referências detalhadas a pedras similares às de crisóis de Montenegro.

Sòmente, como refere Cuervo Marquez, na Colômbia, onde iremos também encontrar pedras de crisóis, absolutamente idênticas às de Montenegro, havia entre os **guazuzes,** do território entre Antióquia e Urubá, e os **lillis** e **gorrones,** do vale do Cauca, o hábito de sacrificar as vítimas, estendendo-as sôbre uma grande pedra, com canaletes, para que o sangue por êles escorresse.

Assim descreve êsse autor a estranha prática: "Duas léguas ao ocidente de Cali, no terreno chamado **La Castilla,** existe uma das pedras de sacrifício dos **lillis:** é um grande bloco prismático, de aparência basáltica, que mede três metros e quinze centímetros de comprimento por um metro e vinte centímetros de altura; está assente sôbre um dos planos do prisma e ao comprido dos outros dois tem talhadas quatro escadas para subir à plataforma, de quarenta centímetros de largo, sôbre a qual se estendia a vítima que se imolava; beirando o plano da plataforma se vê a ranhadura ou canalete que recolhia o sangue e pelo qual corria em direção à pedras gravadas com figuras humanas grotescas, quasi de tamanho natural. Uma delas tem, entre outros adornos, um como cetro na mão." (1)

Uma pléiade de sábios americanistas se têm preocupado com as **piedras de tacitas,** freqüentemente encontradas não só na Argentina como em todos os países banhados pelo Pacífico. E a ligação, que agora fazemos, constatando a existência dêsses documentos vivos de uma unidade racial, também nos territórios que o Atlântico rega, reforça a nossa tese.

Ricardo E. Latcham é quem, em admirável trabalho sôbre os antigos araucanos (2), assinala a perfeita identidade entre as pedras de crisóis existentes em várias regiões, perfeitamente similares às do Brasil.

---

(1) Carlos Cuervo Marquez — "Estudios Archeologicos y Etonograficos". Editorial America — Madrid — 1920.

(2) Ricardo E. Latcham — "La organización social y las creencias religiosas de los antiguos araucanos". Public. del Museu de Etenologia e Antropologia de Chile. T. III — 1924.

Convém reproduzir na íntegra, para melhor apreciação, a descrição que faz das "pedras sagradas": "En muchas localidades quedan tradiciones de piedras especiales, reverenciadas por los antiguos pobladores y que han sido llamadas piedras sagradas, en la suposición que los antiguos las adorasen. Es verdad que muchos de ellas eran ojeto de culto, pero no en el sentido supuesto, sino mas bien porque en ellas residian los espiritus de sus antepasados a los quales habian servido de tótem y de donde se derivaba su apellido. Muchas de esas piedras se conocen con el nome de **piedras de tacitas,** por las perforaciones que ostentan en la superficie. **Dichas perforaciones son casi siempre circulares, de una profundidad que varia de unas pocas lineas hasta treinta ó cuarenta centimetros y colocadas generalmente sobre un plan horisontal."** (1)

Mais para adiante, como frisaremos, deparar-se-nos-ão traços mais aproximativos entre essas pedras de crisóis e as nossas, evidenciados, mesmo, por documentação fotográfica. (2)

Qual a destinação primitiva das pedras de crisóis ?

E' ainda R. Latcham quem nos diz que ao princípio se considerou que essas pedras deveriam servir como pilões para moer grãos, ou outros materiais. Mas, de ocôrdo com observações mais positivas e informes dos índios que guardavam ainda velhas tradições, chegou-se à evidência de que, se haviam servido também para êsse mister, tal emprêgo seria secundário. Foi Tomaz Guevara o primeiro que colheu in-

---

(1) R. Latchan — **Op. cit.,** 622.

(2) Devemos a fotografia da pedra de "El Batan", região de San Agustin, Colômbia, que reproduzimos, data vênia, do ilustre investigador e etnólogo monsenhor Federico Lunardi, auditor da Nunciatura, no Rio-de-Janeiro. Mons. Lunardi, que esteve algum tempo na Colômbia fêz estudos muito interessantes, na região de San Agustin, célebre pelos seus monumentos prehistóricos. Conseguiu, alí, descobrir várias estátuas e outros documentos líticos de uma raça desaparecida. Têm as estátuas um caráter de ferocidade incrível, condicente talvez com a destinação primitiva das pedras de crisóis. Esta, cuja fotografia reproduzimos, assemelha-se, particularmente, às de Montenegro, atestando, de modo iniludível, a origem comum de onde procedem. Mons. F. Lunardi tem estudos especiais sôbre o assunto e com os quais acaba de opulentar o acervo prehistórico dos americanistas.

formações de araucanos antigos sôbre o verdadeiro destino das perfurações que apresentam.

Realizando práticas, cuja origem desconheciam por se terem perdido na voragem dos tempos, os índios do Vale de Mataquito, ainda em meados do século XIX, costumavam reünir-se, uma vez por ano, segundo parece, no dia de Corpus, em redor dessas pedras escavadas. Em tôrno delas realizavam dansas simbólicas, comendo e bebendo alí mesmo. No último têrço do século passado, em Palquibundi, existia a tradição de que a escavação maior da pedra era a fonte que correspondia, nas reüniões, ao chefe principal, e as menores, ou pratos, aos de categoria inferior.

Mas, a função primacial dos crisóis, em remota antiguidade, perdida na memória das gerações, já modificadas em seus costumes bárbaros pelo contacto da civilização, estava vinculada a um rito religioso, talvez de caráter totêmico. Êles teriam servido para depositar sangue humano nos sacrifícios a **Pillan,** espírito ancestral dos araucanos, ou a divindades desconhecidas, cujas feições terríveis, sempre devorando crianças, nos são reveladas pelas estátuas de San Augustin, na Colômbia, em que o mesmo rito era praticado.

E que número de vítimas seria necessário para fazer transbordar o maior dos recipientes, que se observa nas pedras do Morro da Cadeia, em Montenegro ? Provàvelmente, êsse batismo totêmico, para aplacar as iras dos ancestrais líticos, ou dar novas virtudes aos instrumentos de caça e guerra, seria feito com sangue de hordas de vencidos, destacando-se as panelas pequenas para o sangue de inocentes sacrificados. O sangue foi, para os aborígenes da mais remota antiguidade, o fator mais ponderável em seus ritos religiosos. Êle figurou nas preces, nos batismos, nos juramentos, nas festas, nas refeições, na medicina, na higiene e nos sacrifícios.

São do **Folclore Araucano** (apud **Latcham**) os parágrafos que transcrevemos e que ilustram as observações acima:

"Quando não era o sangue o que nas escavações ficava exposto, não cabe dúvida que alí se depositava licor sagrado, ou água que antes se fazia correr pelos sulcos. Naqueles

em que as cavidades não estavam comunicadas, como as do Vale do Mataquito e outras, os líquidos deviam ser distribuídos por algum processo manual.

Os depósitos faziam o mesmo ofício que coube posteriormente aos **Ilangui,** ou aparato que sustentava o artifício com sangue propiciado ao poder superior ou a **Pillan,** principal personagem do folclore araucano, desde a conquista espanhola, por conseguinte de uma época anterior.

Periòdicamente, deveriam concorrer a êsses lugares de sacrifício as agrupações da zona. As famílias traziam animais e oferendas para pedir chuva e, portanto, alimentos e pesca abundante. Um mágico fazia a invocação; dansava-se em tôrno da pedra, e o sangue do animal sacrificado, misturado com **chicha** e farinha, ficava nos buracos, depois das aspersões, imersão de armas e outras manipulações mágicas com o coração da vítima." (1)

Convém notar, preliminarmente, que o primeiro crisol da pedra n.° 1, de Montenegro, descrita anteriormente, vem confirmar a última parte desta transcrição. Ela apresenta, no fundo côncova, subdivisões, tripartindo-o em peqnenos compartimentos de dez centímetros de diâmetro, mais ou menos, cada um. A-pesar-de quebrado um dos bordos, nota-se isso perfeitamente. A separação tem a forma de um punho arredondado, na parte terminal. Uma dessas subdivisões serviria para o licor dos índios, a outra destinar-se-ia à farinha, e quando estes ingredientes estivessem depositados, seria, então, derramado o líquido que com êles se misturaria. Êsse líquido, depois da composição ritual, extravasaria do recipiente inicial, passando por um canalete, que está ligando o bordo de uma panela à seguinte, e, assim, sucessivamente, até ser bebido na última da série, que, como vimos, termina numa pequena calha condutora.

2. — E' interessante acompanhar, na sua destribuïção geográfica, os passos gigantes dessa raça desconhecida, que andou pelo continente sul-americano, em idades milenares,

---

(1) R. Latcham. Op. cit. 622.

deixando vestígios inapagáveis de sua passagem. E quantas pedras de crisóis se encontrarão em todo vasto território nacional, de que até nós não chega notícia ?

Mesmo em Montenegro, em outro local, no morro da Viúva Kraemer, segundo Campos Neto (1) "existe em um corte uma série de buracos com o diâmetro médio de 80 cm., cavados na própria pedra grés, de que é formado o referido morro: diz o vulgo que tais panelas haviam sido cavadas pelos indígenas para servirem de dornas de fermentação a suas bebidas." Mas, consoante informações obtidas, não passam êsses buracos de "mera curiosidade natural".

Em Laguna, Santa-Catarina, aonde nos levaram, há pouco, pesquisas históricas, informaram-nos velhos moradores daquela interessante região de célebres sambaquís a existência de lajes semelhantes às de Montenegro. Conta-se, até que, em meados do século passado, um barco alemão, que alí aportou, conduziu um grande bloco de pedra, existente nas proximidades da lagoa e no qual se notavam escavações circulares, que fazem parecer pedras de crisóis.

Notàvelmente típicas são as pedras de crisóis a que faz referência o Dr. Carlos Studart em um estudo sôbre "antiguidades indígenas do Ceará" (2). Diz êsse ilustre continuador da obra admirável do Barão de Studart que "os índios cearenses se serviam de pilões, escavados nas rochas afloradas, conforme descobertas do Sr. Melquiades Borges", e acrescenta: Êsse pesquisador assegurou-me ter encontrado na Serra de Baturité, no alto chamado Pau de Arco, e em Congatí, grais abertos em morros de gneiss, sendo que, próximo a um dêles, havia um sacador de pedra". "Também na Serra do Pindó, lugar denominado Morro-Furado, topou aquele viajante com numerosos orifícios, trinta pelo menos, cavados na pedra bruta pela mão do homem, orifícios que lhe pa-

---

(1) José Cândido de Campos Neto — "Montenegro" — 1924. Liv. Irmãos Ghelen Montenegro.

(2) "Rev. Trim. do Instituto Histórico do Ceará". T. XLVI — 1932.

recem destinados a receber qualquer substância a ser triturada." (1)

Na Argentina tem sido constatada a existência de várias **piedras de tacitas,** destacando-se entre elas, segundo o ilustre e sábio americanista Dr. Max Uhle, a de muitos buracos que existe nas proximidades de Capilla, na Serra de Córdoba.

E' no Chile, porém, onde pesquisas mais demoradas têm assinalado maior número de pedras de crisóis. Começaremos seu arrolamento pelas de Montenegro, (interessante coincidência !), descritas pelo erudito etnólogo, Dr. Aureliano Oyarzun, diretor do Museu de Etnologia e Antropologia do Chile :

"Invitados por el conocido antropólogo, senor Ricardo Latcham, nos trasladamos, en Junio del ano pasado, a Montenegro, estación del ferro-carril a Valparaiso, distante 7 kilometros de Santiago. El objeto del viaje era estudiar la prehistória de ese lugar.

Non hay duda de que, a pezar de la aridez del terreno rocoso de esta localidad y de los pueblos vecinos, como Caleu, por ejemplo, hubo aqui en otro tiempo una población indigena mui numerosa, que se reconoce por las innumerables **piedras de tacitas,** labradas en las roças. El terreno apresenta, por lo demas, signos de que esta población gozó en otro tiempo de agua y de una vegetación mas abundante.

Hay rocas que presentan una sola tacita, otras dos, muchas tres, cuatro, cinco, seis y aun mas. Una roca plana, que forma parte del immenso bloque principal del cerro, situada al nivel del suelo, contiene veinte y tantas tacitas horadas regularmente a una distancia media de cincuenta centimetros unas de otras. Las dimensiones de estas tacitas es la ya conocida, es decir, de mas o menos veinte centimetros de diametro en su abertura y otros tantos de fondo. Son bien pulidas, de forma de cono, con la boca ancha y el fondo an-

(1) T. Sampaio traduz "Baturité", em guaraní, por "ybytyra-etê". de que seria corruptela, e com a acepção de "montanha verdadeira".

gosto. Muchas estan tenidas con óxido de hierro, como que hubieran servido para moler coïo. Es de advertir que abundan las tierras de colores en la region de Montenegro y hoy las utiliza la industria con buen éxito." (1)

No vale do Mataquito há várias pedras que apresentam perfurações, mas, nas dêsse local, os crisóis não se comunicavam por canaletes, como sucede com a maioria das do Chile, as de San Augustin, na Colômbia, e as de Montenegro, no R.-G.-do-Sul. A distribuïção dos líquidos deveria ser feita, como vimos, por um processo manual.

Na província de Catamarca, na serra que fica nas imediações de Chumbicha, foram encontradas diversas **piedras de tacitas,** com numerosos buracos. O mesmo se verificou entre Ovalle e Ligua, onde há numerosas pedras com buracos de várias dimensões. Encontram-se também muitas outras, no Chile, no vale de Aconcagua, proximidades de Guilué; entre Santiago e Cartagena, perto de Constitución; em Cauquenas e Nihue, e outros lugares mais ao sul. Um bloco com muitos morteiros ou buracos foi encontrado no sambaquí, ao norte de Tantal. Em uma casa de tipo ciclópico, em Machu-Pichu, descobriram-se também vários crisóis em bloco de pedra. (2) No bosque de Callaqui, na pedra de Kuralhue, os índios que viajam de um e de outro lado da cordilheira, detendo-se, giram, em grupos, ao redor dela, invocando sua proteção para a viagem. Em seus buracos depositam oferendas.

Em Picoiquén, Angol, existe a pedra conhecida pela designação de **El Retiro.** O historiador Tomas Guevara recolheu dos selvícolas e moradores chilenos do lugar a tradição de que os crisóis, ou perfurações, serviam aos antigos araucanos para enchê-los de sangue de animais sacrificados e untar com êle as flechas e lanças. Em Tolten, na pedra de Erkitue, depositavam os índios vários objetos, que ofereciam com suas invocações, reminiscências talvez de outras semelhantes. (3)

---

(1) Dr. Aureliano Oyarzun-Publ., do Museu cit. 1917. Tomo I, 147.
(2) Max Uhle, Op. cit. 11.
(3) R. Latcham. Op. cit. 622.

Célebre é também a pedra de **Retricura,** no caminho que vai de Cuaracuatin e Lonquimay. Há também nela várias perfurações em que os naturais depositam as suas oferendas, mas, segundo o dr. Oyarzun, os crisóis que apresentam, "não foram trabalhados pela mão do homem", como sucede nas de Quilpué, Curacaví e outras, descritas por Max Uhle, Latcham, Fanck, Medina, Guevara e outros. (1)

Na Bolívia foram encontradas pedras de crisóis em Copacabana e Cochabamba, etc.

No Perú, em Cuzco e entre Perú e Equador, conhecidíssimas são as **piedras de tacitas** de La Tina, Macará **vale de** Loja. E Max Uhle refere-se ainda às de Concacha, **Cajamarca e Juli.** (2)

Notável pelos seus monumentos arqueológicos é **San** Agustin, na Colômbia, uma das regiões mais opulentas para o estudo da prehistória americana. **Está situado no confim** meridional do Departamento de Huila, junto ao vale **do rio** Madalena, com a altitude de 1.650 m. e a temperatura **de 18** graus. A meseta de San Agustin é cercada ao norte e **sudo**este pelos vales estreitos do Madalena e Sombrerillos, **de on**de se levanta com abruptas e empinadas paredes. **Para o** sudoeste o terreno se alarga em suaves ondulações **até en**contrar o cimo da cordilheira, estando assim defesa **à inva**são freqüente dos inimigos. (3)

Além de inumeráveis pedras de crisóis, canais **distribuï**dores de água, e estranhos degraus, como se observa também, segundo Max Uhle, em Cuzco, Concacha, Cajamarca, Juli, Copacabana e Cochabamba, foram encontradas **dezenas** de estátuas, cujas figuras humanas, pelos seus caracteríticos, parecem se referir a uma raça completamente desconhecida, perdida na penumbra milenar dos tempos.

Referindo-se a êsses achados arqueológicos, de que pos-

---

(1) Dr. Aureliano Oyarzun. "La Piedra de Retricuo". Publ. Museo Etn. Antrop. de Chile. Tom. IV. 137.

(2) Max. Uhle. Op. cit. 18.

(3) Cuervo Marquez, op. cit. Modernamente, mons. F. Lunardi publicou um estudo enriquecido por novas descobertas de estátuas que fez na região de S. Agustin.

suímos também uma coleção fotográfica, gentilmente oferecida por mons. Fredesico Lunardi, diz Cuervo Marquez, descrevendo uma das estátuas: "A expressão feroz da cara e o horrível detalhe, que veremos repetido em outras estátuas, de estar como devorando o cadáver de uma criança, indicam que representa uma divindade cruel e sanguinária, ávida de sangue inocente, semelhante ao deus **Supay**, dos Quitos. Quiçá seja o símbolo de alguma cerimônia religiosa, análoga ao sacrifício do Moxa entre os Chibchas, que deixavam o cadáver da vítima exposto aos raios do sol para que o astro, devorando-o, aceitasse a oferenda que se lhe fazia." (1)

Nas estátuas de S. Agustin aparecem também freqüentemente símbolos da cobra e do peixe, "o que parece recordar uma região baixa e quente, de grandes rios, ou próxima do mar, muito distante de San Agustin."

Há, nessa zona arqueológica, muitas pedras de crisóis. A própria região, revelada pelas descrições, muito se assemelha à de Montenegro, (Morro da Cadeia), sendo o material geológico de grés ferruginoso, segundo C. Marquez, o que o identifica com os terrenos desta zona rio-grandense.

3. — Consoante a distribuïção geográfica das pedras de crisóis, seguida de perto por outra distribuïção geográfica lingüística, como observaremos depois, não resta dúvida que estamos em face de um problema cuja solução nos induzirá à crença de uma unidade racial, posterior, quiçá ao homem autóctone, e anterior à invasão tupí-guaranítica.

Outros elementos dêsse período nos revelam grandes afínidades raciais, de povos sub-andinos, que esbarrando com a cordilheira, se foram estabelecer na região diaguita-atacamenha. Como já vimos, C. Marquez observa que os símbolos da cobra e do peixe não pertencem àquela região, e sim a uma zona regada de rios, ou próxima do mar.

Entre outros atestados de uma unidade de culto, reflexo de épocas assinaladas na história da humanidade, temos as estátuas e outros petrefatos simbolizando a falux, encontrados em tôda a região, onde também se verifica a existência

(1) C. Marquez, op. cit. 177-1.°

de pedras e crisóis. Em San Agustin são encontradas várias estátuas monumentais, de formas fálicas. Em tôda a região atacamenha reproduzem-se êsses achados simbólicos, quer em forma de estátuas, quer de amuletos, e descritos por vários estudiosos das antiguidades prehistóricas dessa região.

Estudando os tembetás do Rio-Grande-do-Sul, assinala o Dr. Francisco Rodolpho Simch o achado de estranhos objetos, "também eqüiparados aos tembetás, que são típica e caracterìsticamente faliformes, idênticos aos usados na Polinésia, em uma série de operações rituais muito curiosas." (1)

Elementos demonstrativos de uma afinidade racial, ou mesmo de origens comuns, entre os povos sub-andinos e os dos países regados pelo Atlântico, são também os cachimbos, encontrados em larga cópia no Rio-Grande-do-Sul. Em uma coleção, organizada por Carlos v. Koseritz, e perdida no incendio da **Exposição Brasileira Alemã**, de 1888, havia mais de trinta cachimbos de várias espécies, entre os quais um que representava perfeitamente a cabeça de um azteca, provàvelmente, denotando intercâmbio "direto que houve em remotíssimos tempos entre os indígenas do norte e do sul, do este e do oeste do nosso continente." (2) Quanto à antiguidade dêsses achados, é de notar a circunstância de que uma parte fôra encontrada "em regular profundeza, no alúvio, e até em camadas diluviais, assim como possuímos um, agrega, v. Koseritz, achado num Sambaquí, cujas conchas representam espécies que hoje não existem mais nas águas do Atlântico." (3)

Os cachimbos assinalados por v. Koseritz eram curtos, não tendo, o maior, mais do que dez centímetros, sendo a maior parte apenas de quatro a cinco centímetros. Ao foco conduz um estreito canal, em cujo orifício ajustavam provàvelmente algum canudo de junco oco ou fino. A maior parte é de barro mais fino e tabatinga e queimados como as

(1) Dr. F. R. Simch. "Tembetás". Rev. Inst. Hist. Geog. R.-G.-Sul. 1924. 2.°

(2) Carlos von Koseritz. "Subsídios Etnográficos". "Gazeta de P. Alegre". 1881. Reprod. Rev. Museu e Arquivo Publ. R. G. S. n.° 20 - 1928 — pag. 35.

(3) Idem, 36.

igaçabas e panelas, aparecendo raramente alguns feitos de grés, que se presta a ser trabalhado com instrumentos imperfeitos. Eram, em sua maioria, de forma quadrada, com a parte da frente mais alta e mais grossa, havendo também alguns de forma redonda. O foco em todos é muito resumido e o canal estreito, em cujo orifício se meteria algum canudinho de origem vegetal, porque são grossos demais para serem aplicados diretamente à boca, não revelando sinais de uso assim. O uso era geral, o que prova o grande número de cachimbos encontrados no aluvião e no humus, embora não conste "que entre os indígenas do Brasil representasse o mesmo papel importante que teve entre os peles vermelhas do Norte da America, onde era o símbolo da paz e da amizade."

Referindo-se ao uso de cachimbos, de que é notável a coleção existente no "Museu Júlio de Castilhos", diz o Dr. V. Ihering que os povos sub-andinos da Argentina influência sôbre o Brasil meridional, e particularmente sobre o Rio-Grande-do-Sul, por êsse uso que era comum entre os indígenas prehistóricos do Estado, pois que os tupís fumavam charuoo, ao passo que os calchaquís (atacamenhos) usavam cachimbos. (1)

De seu magnífico estudo sôbre os **Tembetás,** concluiu o Dr. Simch que "a variedade de objetos encontrados no Rio-Grande-do-Sul, leva a crer na existência de um povo desaparecido do Brasil anteriormente ao aparecimento dos Tupíguaranís."

Como vimos, V. Ihering nos dá um traço de ligação entre os calchaquís, descendentes dos antigos atacamas, (povoadores da região de Atacama) e os habitantes primitivos do Rio-Grande-do-Sul, originários, como aqueles, de um tronco desconhecido comum. Vejamos se outros traços nos levam a identificá-los ainda mais.

Max Uhle, que estuda as civilizações atacamenhas, nos mostra que as **piedras de tacitas** eram quiçá "característico para os atacamenhos", e ajunta: "Piedras e penãs de ta-

---

(1) Dr. Herman von Ihering — "A etnologia do Brasil meridional". Rev. "Inst. Hist. S.-Paulo" — Vol. XI — 236.

citas, o morteros en penas, se encuentran, por una grande parte, en regiones donde notoriamente en tiempo antigo habitaron diaguitas y atacamenos." São procedentes, diz, da época epigonal das antigas civilizações. (1)

Mais adiante veremos, por coincidências lingüísticas, mais avolumada essa identidade de uma raça que se espalha por todo o continente sul-americano, e cujas largas passadas deixam pègadas indeléveis do Amazonas ao Prata e do Atlântico ao Pacífico.

Que raça foi essa que se multipartiu, em milênios remotos, afundando-se aquí na maior brutalidade de sua primitiva origem e alí erguendo os monumentos extraordinários de uma civilização relativamente adiantada ?

4. — Foi o coronel Cristóvão Pereira de Abreu, desbravador do Continente, o primeiro que, em 1737, constatou a existência dos sambaquís do litoral rio-grandense, descobrindo, segundo informa o general Gomes Freire, em carta de 15-IX-738, "a boa casca de marisco para cal". (2) E é exatamente nas proximidades dessa antiga sesmaria, ainda hoje assinalada pela ponta de Cristóvão Pereira, que, conforme noticia Francisco João Roscio, (3) começam a aparecer os primeiros "sambaquís", ou grandes montes de cascas de mariscos, que dão notícias de algumas povoações dos antigos habitantes, que se mantinham daquele alimento." Mais adiante estão as ostreiras da Conceição-do-Arroio e outras em tôda a zona lacustre do litoral, célebre pelos seus preciosos achados arqueológicos. Seguem-se depois os notáveis casqueiros de Santa-Catarina e do Paraná.

Devem-se ao ilustre polígrafo Carlos von Koseritz, que estudou vários aspectos da nossa pre-história, interessantes observações sôbre o homem dos sambaquís, possìvelmente o **homo americanus.**

Para determinar a idade dos nossos sambaquís, que supõe atingir a sete mil anos, verificou Koseritz que, entre as

---

(1) Max Uhle — Op. cit. 622.
(2) Arq. Nac. "Corresp. com diversas autoridades". Vol. 1. VII.
(3) Francisco João Roscio. "Compêndio Noticioso". Bibl. Nac. Cod. mss. inédito — 1, 5, 2, 3.

conchas, neles encontradas, ha algumas especies que há muito desapareceram do Atlântico, e que os crânios, de extraordinária grossura, desenvolvimento animal dos queixos, e pronunciado prognatismo, indicam antiguidade remota. E concluiu "que os ossos que se encontram nos sambaquís e nas igaçabas mais antigas, provam que o homem primitivo desta parte da América não excedia à estatura mediana, que tinha cabeça pequena, mais comprida do que redonda, crânio de imensa grossura, queixos fortemente desenvolvidos com regular inclinação para o prognatismo, — mais ou menos, os mesmos sinais característicos que Lund achou no homem da Lagia-Santa, por êle qualificado como oriundo da época terciária". (1)

Confirmam êsses característicos o estudo que, em crânios provenientes dos sambaquís de Santa Catarina e do Paraná, fêz o Dr. J. B. de Lacerda: "Nas duas primeiras séries (crânios referidos) o tipo destaca-se por estes caracteres salientes — dolicocefalia occipital, exagerada com depressão considerável da fronte; grande desenvolvimento facial, com esbatimento de tôda a região intra-orbitária e notável projeção lateral dos pomos. O conjunto dêsses caracteres imprime ao semblante do indivíduo **um aspecto bestial e revela instintos ferozes de animalidade.** A um crânio assim conformado devera corresponder um cerebro de lobos anteriores, rudimentares, compensado pelo desenvolvimento relativamente exagerado dos lobos parieto-occipitais. Por outro lado, as asperezas e os relevos ósseos que servem de ponto de inserção aos músculos da face e da nuca, indicam qual a potência muscular de que dispunham êsses indivíduos. Tudo, pois, leva a admitir que êsse tipo, cujos restos foram exumados dos sambaquís do Paraná e Santa-Catarina, ocupava um nivel muito baixo na escala humana; e que êle pode ser equiparado aos povos mais selvagens que hoje conhecemos". (2)

Êsse tipo parece se identificar com o das estátuas de San

---

(1) C. v. Koseritz. Op. cit. 47.
(2) Cit. Lucas A. Boiteux. "Notas para a História Catarinense". 1912. — 57.

Agustin, cujos característicos representam o homem feroz e bestial, na sua mais longínqua primitividade.

"São os crânios achados nos sambaquís, diz Koseritz, os documentos mais antigos aquí encontrados", e "a concordância que há entre êles e os restos do homem da Lagoa-Santa, faz crer que o progressivo desenvolvimento da raça americana nestas regiões, foi muito lento, porque muitos milênios mediaram sem dúvida entre as duas espécies, e não obstante oferecem ambas os mesmos sinais característicos." Onde haviam cavernas, as habitavam de preferência, o que prova o fato de encontrar-se restos de cinza dentro ou nas proximidades de tôdas as cavernas da Província", e quando elas forem sistemàticamente exploradas, é possível "que se encontre aquí também vestígios do homem como contemporâneo das preguiças gigantescas, do urso das cavernas, de que Lund achou restos em Minas."

Teremos aí, pois, nesse espécime de uma raça, cuja primitividade é incontestável, o **homo americanus** de Koseritz e Ameghino, possìvelmente o tipo autóctone do sul.

Encontrá-lo-emos ainda, no seu próprio **habitat**, já um tanto modificado, nos seus habitos de ferocidade, pelo contacto de outra raça de característicos superiores ? E' o que nos faz supor a existência de um grupo racial, completamente deslocado entre duas grandes raças em choque, que os primeiros conquistadores vão encontrar na região lacustre do Rio-Grande-do-Sul, entre o litoral e as primeiras vertentes da bacia do Jacuí.

Observa o Dr. J. B. Lacerda, determinando o grau de selvageria e primitividade do homem dos sambaquís, que entre os selvagens que hoje conhecemos, "há um com o qual o tipo dos sambaquís oferece os maiores analogias morfológicas do crânio: são os Botocudos. Comparando alguns crânios de Botocudos da coleção do Museu com os da primeira e segunda série de sambaquís, as afinidades saltam logo aos olhos. Apenas o descaimento do frontal não é tão pronunciado nos atuais Botocudos e a face apresenta-se menos esbatida; no mais, as semelhanças são tão notáveis entre os

dois tipos, que se é forçado admitir para ambos uma mesma origem ou um mesmo tronco."

Mas, embora se constate essa aproximação de característicos craneológicos, não padece dúvida de que os **Botocudos,** que v. Martius classifica no grupo dos **Tapuias-cren,** tinham estreitas afinidades raciais e lingüísticas com os **Guaianazes** e **Kainjgangs,** de que descendem os **Coroados** do Rio-Grande-do-Sul, os **Camés, Votorões** e outros, do Paraná. (1) Estão nesse mesmo grupo os **Guato,** do Mato Grosso, cujo dialeto, segundo veremos, tem parentesco muito próximo com a língua falada pelos minuanos, de indiscutível filiação setentrional.

Êsse grupo, cujo nivel racial é muito mais baixo do que o do **Botocudo,** de origem tìpicamente tapuia, é designado pelos primeiros exploradores do Rio-Grande-do-Sul com a denominação de **Caaiguas.** Incomparável é a rusticidade dos **Caaiguas,** não obstante o contacto de outros ameríndios já colocados em nivel superior de cultura, que faz crer que as suas origens se prendam ao mais profundo substratum racial. O próprio designativo, de origem guaraní, **Caaigua,** de **caayaguar,** gente silvestre, o que é do mato, identifica-os plenamente. Costumavam mesmo os guaranís dar êsse nome às próprias hordas de suas tribus que, arredias à civilização, se embrenhavam pelos matos, tornando-se alheias à sua organização social. Vem daí, comenta Hervás (1), o êrro de alguns escritores, que davam para os legítimos **Caaiguas** um dialeto guaraní.

"A língua **Caaigua,** diz Hervás, falada por nação do mesmo nome, estabelecida ao oriente do rio Uruguai até seu nascimento ao norte, é idioma particular, de pronunciação áspera e difícil, como observa Techo, que dela diz: "Os Caaiguas usam língua própria, difícil de entender, pois quando pronunciam suas palavras não parecem falar, senão dar silvos, ou

---

(1) H. v. Ihering. "Os Guaynãs e o Caingangs, de São-Paulo". Rev. Museu Paulista — VI. 23.

(1) D. Lorenzo Hervás — "Catalogo de lenguas conocidas". (Lenguas americanas). Madrid. 1800. 1.166. 169.

formar acentos confusos na garganta. Os Caaiguas, colhidos ou presos, não costumam falar quando estão fora de sua nação, por mais que os atormentem, porque pouco são os missionários que puderam escrever palavras caaiguas."

Com o tempo, porém, pôde o p. Cristóvão de Mendonça dêles se aproximar, conseguindo, mesmo lançar as bases de uma redução que não foi levada a efeito, porque, quando êsse missionário voltava de sua excursão ao país dos Caaiguas, que ficava, segundo Teschauer, entre o Atlântico e o Tape, foi vítima da conspiração da cacique Taiubai, recebendo, ao entrar na terra de Ibia, a palma do martírio, em 26 de abril de 1635. (1)

Mais primitivos ainda do que estes eram os índios, de idêntica denominação, que se encontravam entre o Paraná e Uruguai, referidos pelo p. José Guevara (2), que depois de demonstrar a inexistência de tribus fabulosas descritas por vários cronistas, diz "En lo que no se puede negar es en la parcialidad de **Caaiguas,** que habitan entre el Paraná y el Uruguay, sobre las Missiones que doctrina la Companhia de Jesus; son los caaiguas abortivos de la naturalesa: hombres com narices de monos: gibados que miran a la tierra, como si para ella sola, y sus bienes, perecederos hubieran nascido; el cuello corto y tan cenido, que no sobresale del hombro. El animo, seguiendo la inclinación del cuerpo, que tira a las bajezas de la tierra, no aspira a nobles ideias, abismado siempre en un nada de pensamientos y en unos pensamientos de nada; vivem en los montes, y persiguem los monos, saltando de rama en rama y de árbol en árbol com extraordinaria lijereza y agilidad admirables."

Haveria alguma afinidade ancestral entre estes brutos e a nação do mesmo nome que lindava, no litoral rio-grandense, com os Tapes ? Não seriam os nossos uma modalidade mais elevada daquela horda primitiva que os missionários

---

(1) Francisco Ximenez. "Carta inédita". Orig. mass. B. Nac. 1-29, I, 48.

(2) P. José Guevara. "Hist. del Paraguay, Rio de la Plata, y a Tucuman" — 2 vols., mass. Col. D'Angelis. B. Nac. 1-15, 5, 25 e 26. Tomo I, publicado por D. Andres Lamas, B. Aires — 1882.

ainda encontraram entre o Paraná e o Uruguai ? Diz Teschauer, sem aduzir comprovantes de sua afirmativa, que os nossos Caaiguas (**Caaiguaes** ou **Caaguas,** como escreve), "não se devem confundir com os índios do mesmo nome, entre o Uruguai e o Paraná. Estes mereciam bem o seu nome, que quer dizer **gente silvestre,** por sua rudeza e bruteza, em que se pareciam muito com os irracionais. Foram baldados os esforços dos missionários para reduzí-los." (1) Essas razões não invalidam a hipótese da nossa interrogativa, que não se baseia só na identidade de denominação, mas, sim, nos característicos de rusticidade dêsses grupos, que parecem provir de troncos afins.

Tudo nos falta para uma determinação aproximada quando se trata de pre-história. Nada nos deixaram os primitivos palmilhadores da terra, que possa servir de fio condutor para sair dêsse intrincado labirinto de hipóteses, em que se perdem tôdas as nossas conjeturas. Vocabulários deficientes, traços somáticos imprecisos, vagas referências confusas, multiplicando espantosamente tribus, nações, raças — eis o material heterogêneo da nossa reconstrução racial e lingüística dos povos primitivos do Continente.

5. — Assinala Couto de Magalhães, baseando-se em observações próprias, a existência, no Brasil, de três raças diversas: 1.°, o índio escuro, grande, o **abaúna** (índio escuro), de caracteres constantes, raça primitiva, oriunda do norte, cujo tipo seria o Guaicurú, em Mato Grosso, o Chavante, em Goiaz e o Mandurucú, no Pará; o 2.° o índio mais claro, de estatura mediana, **abajú,** ou **abatinga,** segundo outros, tipo de mestiçagem pre-histórica, que se aproxima mais da raça branca do que o primeiro, e o 3.°, o índio mais claro ainda, de estatura pequena, peculiar à bacia pròpriamente do Amazonas. (2)

Os traços somáticos, apresentados por Couto de Magalhães, dos aborígenes dessa denominada **raça pura,** condizem, perfeitamente, com os das nações **Tape** e **Guenoa,** cujas afini-

(1) Teschauer. Hist. R. G. S., cit. 1-21.
(2) Couto de Magalhães. "O Selvagem". Rio-de-Janeiro. 1876. II - 68.

dades raciais muito primitivas, nos levam à hipótese de estabelecer para ambas um tronco comum. Veremos mais tarde, nas poucas palavras de origem **Tape**, que nos ficam da guaranização dêsses tapuias, ressaltar, flagrantemente, essa afinidade.

A muitos parecerá empírica essa classificação com que fazemos a ligação entre o ramo **Diaguita** e o grupo racial **Maia**. E ainda mais entre o **Tape** e o **Diaguita**. E, infelizmente, dadas as restritas proporções destas notas, não poderemos fazer o completo estudo comparativo entre Diaguitas e Tapes, inicialmente assinalado por uma emigração que veio, partindo do norte, pelos litorais do Atlântico e do Pacífico, a deixar os documentos líticos de um culto totêmico que Max Uhle constata ser de origem diaguita-atacamenha.

E para comprovar essas afinidades, que serão mais detidamente apreciadas quando fizermos um confronto de elementos lingüísticos, que aproximam os **Tapes** e os **Minuanos**, vejamos o que ensina Barbosa Rodrigues, em monumental trabalho de pesquisa. (1)

Procedem os **Maias** da nação **Nahuatl**, originária da América setentrional. Em tempos pre-históricos, cuja antiguidade não se pode determinar ao certo, mas, muitos séculos antes da era columbiana, um grupo de Maias desligou-se do tronco geral, tornando-se inimigos. Êsse grupo, aliás, considerável, baixando do norte, subdividiu-se, e uma porção invadindo a região do Amazonas, posteriormente, em vez de descer pelo Napo, Içá, Iapurá e Rio-Negro, veio por terra e estabeleceu-se em Jean, donde desceu para o Amazonas e espalhou-se, segundo a tradição.

Descendentes dêstes, os **Maianas**, de **maia-aná** (nação maia) refugiaram-se no Brasil, acossados pela civilização. Existem ainda sob os nomes de **maiapenas**, (maias de cabeça chata), **maiurunas** (homens maias), que fizeram **mojurunas**, no Perú, e os portugueses, no Brasil, **moxorunas**, ou **mangeronas**. Desceram também pelo Paraguai, onde, Ulrich Sch-

(1) J. Barbosa Rodrigues. "O Muyrakitan e os ídolos simbolicos — Rio-de-Janeiro — 1899. 2.º - 188.

midel, alemão que servia às ordens de Irala, (1534-1555) os encontrou no Chaco, sendo, então, já conhecidos pela pronúncia guaraní de **Mbaias,** e hoje designados por **Koduveos.** (1) Procedem dêsse ramo os **Guaicurús do sul,** que deram origem ao grupo de tribus designadas sob a nação **Gúenoa,** que vamos encontrar no Rio-Grande-do-Sul, na era pre-columbiana.

Devemos assinalar, como elemento de identificação lingüística, que o designativo de **Mbaias** passou a ser privativo dos chefes dêsse grupo, pois o chefe primitivo dos Maias se chamava **Maiani.** Como veremos, essa designação era também privativa dos caciques, ou chefes, **Tapes,** nação primitivíssima, que se localizara em pleno coração do Rio-Grande, e que já vamos encontrar com muitos séculos de guaranização.

De onde procediam os Tapes ?

Que não eram guaranís, tudo o indica. O p. Cardiel, que os conheceu de perto, referindo-se às nações de Guairá e Alto Paraná, que eram guaranís, e cujos remanescentes vieram para as Reduções orientais do Uruguai, observa que "unas y otras naciones tenian y tienen en los escritos el nombre de guarany, y son de una lengua; **aunque los espanoles y portugueses an dado en llamalos Tapes, por equivocación de la Nación Tapes."** (2) Nas Missões, os padres sempre fizeram distinção entre guaranís e tapes. Tratando das **vacarias,** que originàriamente pertenciam aos Tapes, dizem os missionários que os "guaranís" que viviam nas doutrinas, delas se serviam com o beneplácito dos Tapes, naturais herdeiros daquelas vacas, alí deixadas por seus antepassados", e que com a dispersão daqueles índios, acossados pelos mamelucos, em 1638, deram origem a todo o gado existente no Rio-Grande-do-Sul. (3) O caso dêsse gado, seja dito de passagem, era oriundo de Corrientes, três mil reses, entre as quais 400 va-

---

(1) J. Barbosa Rodrigues. Op. cit. II - 188.

(2) P. Cardiel. "Relación veridica de las Missiones", etc. Cod. mss. B. N. 1-5, 1,52.

(3) "Direito dos Tapes às vacarias do mar". Cod. mss. B. N. 1-29, 3, 103.

cas leiteiras, tôdas de "color", que os padres haviam alí comprado, empenhando para isso, em 1634, as alfaias das reduções, os seus livros, etc. (1) E é esta a origem de todo gado do Rio-Grande e Uruguai, aonde, ao chegar à futura Colônia-do-Sacramento, em 1680, observava D. Manuel Lobo, a existência de grande quantidade de gado, de **côr escura.** (2)

Teria sido o Tape uma nação de remanescentes maias, que se houvessem depois localizado na região diaguita, onde, recebendo o influxo de uma civilização mais adiantada, apresentasse um tipo de cultura superior ? Há entre o **homem dos crisóis** do Rio-Grande e o das **piedras de tacitas,** da região diaguita-atacamenha, afinidades que ressaltam. E' uma hipótese que entregamos ao juízo dos estudiosos.

Em ambas as regiões encontram-se estatuetas de aspecto fálico, denotando um culto comum; as cerimônias dos enterros, a decapitação de crianças, o sepultamento em grandes igaçabas, os próprios petroglifos, que se encontram no Rio-Grande, a organização civil, etc., induzem a formular a hipótese. Elementos lingüísticos aumentam essas coincidências. (3)

E' possível que diaguitas e tapes se desprendessem de um tronco comum, no período que Max Uhle denomina de "selvagismo": Estes ficaram estacionários, recebendo mais tarde o influxo da onda guaraní que agiu sôbre elles, impondo-lhes possìvelmente, com o cruzamento, língua e parte de seus costumes. Aqueles, em sua imigração mais tarde, foram trabalhados pelas influências incaicas e sua cultura superior.

6. — O guaraní que os primeiros descobridores do Rio-da-Prata já vão encontrar no extremo sul, povoando as ilhas do delta e a região mesopotâmica parano-uruguaia, não tinha representantes puros dentro do Rio-Grande-do-Sul. Na sua marcha para o ocidente, depois de exercer sua influência

---

(1) Idem, "Vacarias do Uruguai" — B. N. Cod. mss. 1-29, 4, 10.

(2) 1.ª Carta inédita de D. Manoel Lobo. B. N. Cod. 1-31, 32, 12. "...vimos uma quantidade de gado vacum, **todo de côr escura e corpo grande,** etc."

(3) Vide Antônio Serrano — "Los primitivos habitantes del territorio argentino" — Buenos Aires. 1930.

dominadora entre os tapes e de deixar êsse produto de cruzamento que parece ser o **carijó**, que se estendia desde Cananéa até o Mampituba, — o guaraní seria o segundo invasor da região meridional que o Prata limita.

Obscura a origem dessa raça, envolta na lenda que o padre José Guevara (1) veïcula: Era tradição entre os índios que dois irmãos, Tupí e Guaraní, com suas famílias, aportaram, vindos da outra banda do mar, a Cabo Frio. A terra estava deserta e só a habitavam os tigres e outras feras. Certos de que estavam sós, resolveram levantar grandes cidades para suas moradas que, segundo êles, seriam as primeiras que se erguiam no país. Vieram, assim, largos anos até que um dia, pelo aumento considerável das famílias, começaram entre êles as dissenções e as lutas. As mulheres dos dois irmãos, chefes originários das tribus, tiveram sério conflito por causa de um papagaio loquaz, cuja propriedade ambas pretendiam. Os maridos tomaram os partidos de suas mulheres e, em pouco tempo, a luta se generalizou. Então resolveram separar-se. Tupí, que era o mais velho, ficou no Brasil, e Guaraní, com tôda a sua descendência, empreendeu a marcha para o sul, estendendo-se até o Rio-da-Prata. Ao encontrar o grande estuário refluiu para o ocidente, subindo para o Chile, Perú e Quito. Quando do dilúvio, que destruiu as raças antigas, Tamandaré, um grande profeta, fêz salvarem-se numerosas famílias em caules de palmeiras, de cujos frutos se alimentavam. Quando as águas baixaram, de novo disseminaram-se por tôda a parte, construindo as antigas colônias guaranís da terra.

Em sua **História do Rio-Grande-do-Sul** diz o douto padre Teschauer que "o tronco sem comparação mais numeroso dos primitivos habitantes do Rio-Grande constituem-no os Guaranís. Os nomes de Tapes e outros não eram senão denomina-

---

(1) P. J. Guevara — Historia del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman Cod. mss. B. N. I.-15, 5, 25 e 26. Publicado o 1.° vol. por d. Andrés Lamas. Montevidéo. 1865.

ções diversas da mesma raça". (1) E em seu mapa etnográfico localiza os Guaranís na região oriental do Uruguai, entre o rio Ibicuí e o Uruguai-pitã.

As pesquisas, embora não completas, que realizámos sôbre o assunto, nos levam a discordar do p. Teschauer, como veremos do seguimento destas notas. O Guaraní exerceu influência sôbre o Tape, diremos mesmo, guaranizou-o. Mas os Tapes, como todos os primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul e da região que se estende até o Rio-da-Prata eram de origem tapuia. Era o Rio-dos-Patos (Laguna), ou mais pròpriamente o Mampituba, como veremos, a fronteira entre o guaraní e o tapuia, sendo aquele representado pelo **Carijó,** que a tradição leva a crer seja o produto de cruzamento de duas raças.

Na **Relação Anual** extrata o p. Fernão Guerreiro duas cartas interessantes do padre Jerônimo Rodrigues, companheiro do p. João Lobato que, em 1605, penetraram o Rio-Grande, tendo missão entre os carijós. Diz o p. Rodrigues que "a comarca dêstes carijós, que estão por estes campos ao longo do mar, e que é dêste pôrto de D. Rodrigo (2) até Boipetibla pode ser de quarenta léguas, pouco mais ou menos". (3) Fica, assim, também destruída a localização, feita por Teschauer, dos Carijós, entre a Lagoa-do-Patos e o Atlântico, onde nunca estiveram.

E para não aduzir maior documentação comprovativa da inexistência de **guaranís,** pròpriamente ditos, em território rio-grandense, basta citar a autoridade irrecusável do p. Si-

---

(1) P. Carlos Teschauer. Op. cit. II.° vol. 3, 154.

(2) D. Rodrigo de Acuna, comandante de um navio da expedição de Francisco Garcia Loyasa, partida em 1525. de Coruna, Espanha. D. Rodrigo arribou à Santa-Catarina, seguindo depois para o norte. Segundo L. Boiteux (**Notas** cit.) o pôrto de D. Rodrigo seria Laguna ou, pelo menos, Imbituba. Deve ser êste último, pois mais adiante o p. Rodrigues descreve a Lagoa-dos-Patos, (Laguna), onde fêz a sua missão. Boipetibla é o atual Mampituba.

(3) P. Fernão Guerreiro — **Relação anual das cousas que fizerão os padres da Companhia de Jesús, etc.** no ano de 1606 a 1607. — Lisboa — 1609. V. também Cândido Mendes de Almeida. **Histórias para a História do extinto Estado do Maranhão.** Rio 1874. II. 542. **Estado do Brasil** 2.° ed. — 1864. 32.

mão de Vasconcelos. Daquí em diante, (costa do Rio-Grande, até o Rio-da-Prata, seguem-se as campinas já ditas, cheias de imensidade de gado, caça, cavalos, porcos monteses e muitos outros generos que andam a bandos; e na mesma forma multidão de espécies de formosas aves. São retalhadas essas campinas de ribeiros de água e adornados de reboleiras de arvoredo, que as fazem vistosas e habitação aprazível para a vida humana: e **tudo goza a nação já dita dos Tapuias, desde o fértil rio dos Patos** (1), **até à bôca do grão rio da Prata".**

Confirmava Simão de Vasconcelos a frei Jaboatam que, nos meados do século XVIII, já assinalava que "do Rio-dos-Patos, têrmo dos Carijós, (2) estão outra vez os chamados Tapuias até o Rio-da-Prata, que fica em 36 graus na ilha, que chamam de Maldonado, desta parte do Norte, por algumas cento e cincoenta léguas, conforme os graus do Polo. E esta costa tôda de estendidas campinas, de dez e quinze léguas, entre as Ribeiras do mar, e aquelas faladas Serranias, que começando a poucas léguas adiante da Vila de São Jorge da Capitania do Ilhéus, na Serra dos Aimorés. Vai continuando esta cordilheira delas, mais, ou menos levantadas, até às margens do Rio-da-Prata, ficando entre elas, e o mar as sobreditas campinas, retalhadas de frescas ribeiras de águas, umas de mais avultadas correntes, e outras de menos cabedal delas, adornadas de vários reboledos de verdes arvoredos, e cheias de imensidade de gados, cavalos, caças, porcos monteses e muitos outros gêneros, que andam em manadas e na mesma forma de variedades de espécies de formosas e vistosas aves, que em bandos, umas cortam os ares, outras correm os campos, e **tudo goza esta nação de Tapuias,** gente mais doméstica, e tratável do que os outros Tapuias, de que falamos ao princípio das partes do Maranhão, e mui singulares estes para o Rio-da-Prata em não comerem também, como os Carijós, de nenhuma maneira carne humana".) (3)

---

(1) Rio-dos-Patos — Laguna.

(2) O p. Fernão Guerreiro, apud. p. Rodrigues, que século e meio antes, visitando os Carijós, dá-lhes, como vimos, por fronteira, ao sul, o Mampituba (Boipetibla).

(3) Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam — **Nova Orbe Seráfico Brasílico.** I. 31. Rio 1858.

A localização dos Carijós, feita por Teschauer, entre a nossa Lagoa-dos-Patos e o Atlântico, só pode provir de uma confusão com Laguna, (**Laguna de los Patos**), e isso, naturalmente, pelos erros visíveis da cartografia antiga. A denominação primitiva da Laguna deslocou-se para o Rio-Grande, que só mais tarde tem o designativo de Lagoa-dos-Patos. E' o que se deu, como veremos, com os pseudos índios "patos ou araxanes" dos Bandeirantes que, a nosso ver, seriam uma das parcialidades dos Tapes.

Quanto à localização de guaranís onde depois foram as Missões Orientais do Uruguai, estaremos de acôrdo com Teschauer si se refere ao período da segunda entrada dos jesuítas em território rio-grandense, de 1698 em diante. Teriam vindo, naturalmente, vários guaranís, de que nos falam os documentos sôbre as **Vacarias**, onde estes, como vimos, não poderiam entrar sem a permissão dos tapes. E mesmo, anteriormente, é possível que alí se localizasse pequeno número de sobreviventes da retirada de Guairá. Mas, tudo isso já sob a dominação jesuítica.

Muito antiga deveria ser a passagem da onda guaraní, que, entrechocando-se violentamente com o tape, impôs-lhe a sua língua e parte de seus costumes e, possìvelmente, um cruzamento racial, tendo, provàvelmente, enriquecido as suas formas vocabulares com expressões dos dominados, diferençando-se, assim, da primitiva fonte tupí. E' uma observação que nos impõe a existência de vocábulos guaranís, que o tupí não regista, como veremos depois, na etimologia de **Caró.**

Há uma grande confusão em tudo que toca à etimografia do território que vai se confinar no Rio-da-Prata. E isto se observa desde os tempos mais remotos da conquista. Em 1582, o general Juan de Garay faz o repartimento de todas as tribus do Rio-da-Prata entre os servidores de Espanha. Na relação de caciques guaranís, repartidos, há muitos nomes que são tìpicamente extranhos à língua. Registamo-los para exemplificar: "Caciques de nação guaraní, repartidos por

Juan de Garai, em Buenos Aires: **Aguerarim, Tabaha, Faypé, Taguarée, Ayguay, Faranó Curuvaré, Mayraci, Pochian, Morubichan, Purupi, Guanripó e Anaqué.** (1)

PARECER

sôbre a tese "Prehistória do Rio-Grande-do-Sul" por aurélio Pôrto.

Com a atenção que nos merecem tôdas as pesquisas de caráter histórico e prehistórico, concluímos a leitura da tese apresentada pelo ilustre confrade sr. Aurélio Pôrto, e intitulada "PREHISTÓRIA DO RIO-GRANDE-DO-SUL".

Sendo a Prehistória uma ciência relativamente nova, qualquer esfôrço no sentido de sua propagação é digno de louvor.

Familiarizados com êsse ramo do saber humano, ao qual nos dedicamos há vários anos, não foi sem profunda emoção que examinámos a tese do sr. Aurélio Pôrto, cujo talento tem brilhado em livros sôbre a história do Rio-Grande-do-Sul e em trabalhos literários de larga projeção.

Mau grado s. s. não chegar a conclusões definitivas, o seu trabalho tem valor, tem erudição, tem encantos.

Em prehistória ainda há muita cousa controvertida, mesmo porque a Prehistória exige múltiplos conhecimentos científicos, sem os quais tôdas as conclusões serão indecisas e até contraditórias.

Estudando-se com a máxima imparcialidade o trabalho do sr. Aurélio Pôrto, não se pode deixar de admirá-lo, porque representa um louvável esfôrço para desvendar as origens do Rio-Grande-do-Sul. Não importa que se não concorde com êste ou aquele ponto, porque em Prehistória quasi tudo ainda está por ser feito.

---

(1) Cod. mas. B. N. Col. D'Angelis. 1-16, 1, 10.

Obreiro i nfatigável da História do Rio-Grande-do-Sul, principalmente da epopéia Farroupilha, o sr. Aurélio Pôrto, como para dar uma prova de capacidade de trabalho e de talento, atirou-se ao campo da Prehistória, dando-nos uma tese interessante, com a qual o Congresso de história, agora reünido, deve felicitar-se.

Assinados : **Jorge Bahlis**, relator
Jací Antônio L. Tupí Caldas.
Gaston Hasslocher Mazeron.

PRIMITIVOS HABITANTES DO RIO-GRANDE-DO-SUL

Aurélio Pôrto

I

UNIDADE RACIAL E LINGÜÍSTICA DE UM POVO DESCONHECIDO

Temos como provável, consoante documentação etnológica e lingüística que nos depararam longas pesquisas, que os selvícolas que povoavam o continente sul, até o Rio-da-Prata, antes da invasão tupí-guaranítica, em época imprecisa, procediam de troncos originários comuns. Estabelecida a grande corrente migratória, que os fêz se derramarem para sul e oeste, êsses povos foram subjugando outros, legítimos autóctones, quiçá contemporâneos do "homem das cavernas" ou das ostreiras litorâneas do sul, assinalados por Lund nos depósitos fósseis da **Lagoa-Santa** e por vários etnólogos que estudaram êsses curiosos remanescentes de uma raça primitivíssima.

Constata F. Ameghino que "a América esteve povoada por uma raça dolicocéfala, cujos representantes atuais parecem ser os esquimaus, os botocudos e quiçá também os indígenas da Terra-do-Fogo. Essa raça foi, pouco a pouco, expulsa por outra braquicéfala, cuja origem ainda ignoramos, mas que suplantou quasi completamente a raça primitiva." (1) E Carlos von Koseritz, que estudou vários aspectos da nossa prehistória, para determinar a idade dos nossos sambaquís, que supõe atingir a sete mil anos, verificou que entre as conchas nêles encontradas há algumas espécies que há muito

(1) F. Ameghino — **La antegüedad del hombre en el Prata. 93**

desapareceram do Atlântico, e que os crânios de extraordinária grossura, desenvolvimento animal dos queixos, e pronunciado prognatismo indicam antiguidade remota. E conclue que "os ossos que se encontram nos sambaquís e nas igaçabas mais antigas provam que o homem primitivo desta parte da América não excedia à estatura mediana, que tinha cabeça pequena, mais comprida do que redonda, crânio de imensa grossura, queixos fortemente desenvolvidos com regular inclinação para o prognatismo, mais ou menos os mesmos sinais característicos que Lund achou no homem da Lagoa-Santa, por êle qualificado como oriundo da época terciária. (1)

Confirmam êsses característicos o estudo que, em crânios provenientes dos sambaquís de Santa-Catarina e Paraná, fez o dr. J. B. de Lacerda, que diz :

"Nas duas primeiras séries (crânios referidos) o tipo destaca-se por estes caracteres salientes-dolicocefalia occipital exagerada com depressão considerável da fronte, grande desenvolvimento facial com esbatimento de tôda a região infra-orbitária e notável projeção lateral dos pomos. O conjunto dêsses caracteres imprime ao semblante do indivíduo um aspecto bestial e revela instintos ferozes de animalidade.

"A um crânio assim conformado deverá corresponder um cérebro de lobos anteriores rudimentares compensado pelo desenvolvimento relativamente exagerado dos lobos parieto-occipitais.

"Por outro lado as asperezas e os relevos ósseos que servem de ponto de inserção aos músculos da face e da nuca, indicam qual a potência muscular de que dispunham êsses indivíduos.

Tudo, pois, leva a admitir que êsse tipo, cujos restos foram exumados dos sambaquís de Paraná e Santa-Catarina, ocupava um nivel muito baixo na escala humana; e que êle pode ser equiparado aos povos mais selvagens que hoje conhecemos." (2)

Nesse tipo racial, cuja primitividade é incontestável en-

(1) C. von Koseritz — **Subsídios etnográfico** — 47.
(2) **Anais do Museu Nacional** —

contraremos, possìvelmente, o "Homo-americanus" ou, mais pròpriamente, o autóctone do sul.

Iremos achá-lo ainda, em seu próprio **habitat**, já um tanto modificado nos seus hábitos de ferocidade, pelo contacto de outra raça de característicos superiores. E' o que faz supor a existência do grupo racial, completamente deslocado entre duas correntes invasoras em choque, que os primeiros brancos vão encontrar, ao norte, na região lacustre do Rio-Grande-do-Sul, entre o litoral, alto Uruguai, e as vertentes mais setentrionais da bacia do Jacuí.

E' o **Gés**, "grupo de povos etnogràficamente muito singulares que, de caráter sobremodo arcaico, mais que todos os outros dessa região, merecem ser considerados autóctones." (1) Destinguem-se "pelo caráter fonético das línguas, o costume de batoques, ou rôlhas de fôlha no lábio inferior, ou nos lóbulos auriculares, pela falta de redes de dormir, a ignorância da olaria, assim como certas peculiaridades nas armas, segundo a designação de Martius. Estiveram geogràficamente derramados por tôda a metade oriental do planalto brasileiro desde seu declive ao norte, marcado pelas últimas cabeceiras do Xingú, e do Tocantins, até cêrca de 30° sul; para o poente até o alto Xingú, não alcançaram, em compensação, o vale do Amazonas." (2)

Dominando êsse grupo e impondo, quiçá, a alguns de seus ramos novas condições de vida, constata-se a passagem de uma onda invasora, vinda, provàvelmente, do norte, que deixa vestígios de monumentos líticos, encontrados no sul. Que emigração foi esta ? Em que idade multimilenar realizou a penetração ? Nada sabemos disto. E' de supor que a grande nação **Tape** proceda dos remanescentes dessa onda invasora, que alí estacionasse, seduzida pela terra apta para a agricultura que dominava, enquanto outras avançadas fortes do mesmo povo, em sua marcha para oeste se dirigisse até esbarrar nas altas muralhas dos Andes.

---

(1) Dr. Paulo Ehenreich — **A etnografia da América-do-Sul.** Rev. I. S.Paulo — XI — 296.

(2) Idem, 297.

Encontrámos, no município de Montenegro, (e nos foi comunicada a existência em outros pontos do Estado) em várias lajes de grés duríssimo, ferruginoso, algumas séries de excavações de diferentes diâmetros, e profundidades, dispostas simétricamente, e se comunicando entre si por canaletes superficiais ou furos internos. São as célebres "piedras de tacitas", ou crisóis, destinados a um culto totêmico de uma velha raça ainda não identificada, mas que devera ter se expandido por tôda a América-do-Sul, onde se encontram os traços de sua passagem. Essas pedras de crisóis que serviam nas comemorações totêmicas, para guardar o sangue das vítimas imoladas, e onde se molhavam as armas para que tivessem maior eficiência, na guerra e na caça, são encontradas em quasi todos os países da América-Meridional, do Atlântico ao Pacífico. (1) As perfurações similares, que existem na Serra de Baturité, Ceará, registadas pelo dr. C. Studart Filho, são inegàvelmente pedras de crisóis.

Confirmando ainda a unidade de uma raça desconhecida, que deixou grupos representativos no Rio-Grande, e anterior à invasão guaranítica, constata-se, entre os nossos achados arqueológicos, a existência de estatuetas e outros petrefatos simbolizando o "phalus", bem como formidável quantidade de cachimbos de barro, de formas bizarras, recolhida em nossos museus.

Referindo-se ao uso dos cachimbos, de que é notável a coleção existente em nosso "Museu Júlio de Castilhos", o dr. H. v. Ihering diz que os povos sub-andinos, da Argentina exerceram influência sôbre o Brasil meridional, e particularmente sôbre o Rio-Grande-do-Sul, por êsse uso que era comum entre os indígenas prehistóricos do Estado pois que os tupís fumavam charuto, ao passo que os calchaquís (diaguitas), usavam cachimbo." (2)

Em seu magnífico estudo sôbre os Tembetás e outros petrefatos de inequívoca forma fálica conclue o dr. R. Simch

---

(1) Aurélio Pôrto. **Prehistória rio-grandense** — As pedras de crisóis — **Rev. Brasileira** — Rio. 1933.

(2) Dr. Hermann v. Ihering — **A etnografia do Brasil-Meridional.** Rev. I. S.-Paulo — Vol. XI, 236.

que "a variedade de objetos encontrados no Rio-Grande-do-Sul, levam a crer na existência de um povo desaparecido do Brasil, anteriormente ao aparecimento dos tupís-guaranís." (1)

O grande americanista Max Uhle, que estuda as civilizações atacamenhas, nos mostra que as **piedras de tacitas** eram "quiçá, característico para os atacamenhos" e conclue: "piedras e peñas de tacitas, ó morteros em peñas, se encuentran, por una grande parte, en regiones donde notoriamente en tiempo antiguo habitaron diaguitas y atacameños." (2) São procedentes, diz, da época epigonal das antigas civilizações.

Estamos, pois, em face de uma grande corrente migratória, do Ceará ao Rio-Grande-do-Sul, da Argentina ao Chile, Bolívia, Perú, Equador e Colômbia, onde se constata a distribuïção geográfica dêsse monumento lítico uniforme.

Que povo foi êsse e qual a sua trajetória não é possível dizê-lo. Dêle ficaram também indeléveis traços lingüísticos que foram mais tarde opulentar de novas formas verbais o guaraní do sul, língua que dominou mais tarde o sul do continente, quando da invasão dêsse ramo tupí. Não cabe nos restritos moldes destas notas ligeiras determinar, com mais precisão, êste lado do problema, reservado para estudo mais amplo e esboçado já no estudo que fizemos sôbre o topônimo **Caró.** (3)

Em época ainda remota uma nova migração penetra o território sul-rio-grandense, impondo, notàvelmente, língua, usos e costumes. E' o guaraní, que se despeja do norte, até às ilhas do Prata, onde é encontrado pelos primeiros navegantes, e vai, levando de vencida hostes contrárias, internar-se pelo Paraguai. Mas, se não deixa no Rio Grande tipos puros, influe pelo cruzamento na grande nação tape, que adopta em parte a língua do vencedor, o qual, por sua vez, recebe o influxo vocabular do vencido. E o guaraní do sul se

---

(1) Dr. F. R. Simch. **Tembetás** — Rev. I. R.-Grande — 1924, 20.

(2) Dr. Max Uhle — **Fundamentos étnicos de Arica** etc. Equador. 1922.

(3) Aurélio Pôrto. **Caró.** Jornal-do-Comercio, Rio — 22 VII — 1934.

modifica, tornando-se algum tanto diferente das raíses comuns que ficaram prevalecendo na língua tupí do norte.

Fica, assim esboçada, a largos traços, o panorama prehistórico do Rio-Grande e a origem provável de seus primitivos habitantes.

II

ENSAIO DE CLASSIFICAÇÃO ABORÍGENE

O território compreendido por todo o curso do Uruguai, "desde que se pobló la ciudad de la assumpción" (1537), já era conhecido, pois, "se tubo noticia de las prouinvias del uruguay porque los antiguos la fueron atrabesando desde uiza (Ibiaça) y nunca la pudioron conquistar auendo quedado noticia entre los suzesores el gouernador hernando arias de saauedra hizo entrada a ella." (1)

Em carta ao Rei, datada de 12 de maio de 1609, dizia Hernandarias de Saavedra sôbre êsse território que fôra o primeiro governador do Prata a percorrer que " da ilha de Castilhos, ao Rio-Grande, que chamam Rio-de-São-Pedro que está em 32° e meio haverá 35 léguas, indo pela costa ao norte dêsse rio até o de d. Rodrigo, haverá 50 léguas, do de d. Rodrigo à ilha de Santa-Catarina que chamam os Patos província do Viaça haverá 30 léguas até à ponta da ilha da banda do sul." (2)

Pelos vicentistas também a terra já era conhecida desde os primeiros tempos do estabelecimento daquela povoação. Em caravelões de costa entravam pela barra do Rio-Grande (rio de São-Pedro) e iam resgatar com os tapuias. Gabriel Soares, em seu precioso **Roteiro do Brasil,** escrito em 1587, assinala o fato : "Esta costa, desde o rio-dos-Patos (S.-Catarina) até a bôca do Rio-da-Prata é povoada de Tapuias gente doméstica e bem acondicionada, que não come carne hu-

(1) L. E. Azarola Pil. — **Los Origenes de Montevideo** — B. Aires — 1933.

(2) Anais do Mus. Paul. — S.-Paulo. 1922. Tomo I, 299.

mana, nem faz mal à gente branca que os comunica, como são os moradores da Capitania de São-Vicente, que vão em caravelões resgatar por esta costa com êste gentio alguns escravos, cera da terra, porcos, galinhas e outras cousas, com quem não tem nunca desavença; e porque a terra é muito rara e descoberta aos ventos, e não tem matos nem abrigadas, não vivem estes Tapuias ao longo do mar e tem suas povoações afastadas para o sertão ao abrigo da terra e vem pescar e mariscar pela costa." (1) Entravam até o Tebiquarí, diz, mais tarde, o padre Roque Gonzales, e iam resgatar com os índios panos, chapéus, etc. em troca de escravos que levavam em suas pequenas embarcações para S.-Vicente.

Confinavam, dentro do atual território rio-grandense, tripartindo-o, as províncias abraçadas pelo Rio Uruguai, cujos designativos, desde os primeiros passos da penetração espanhola, ornaram os títulos dos adelantados e governadores do Prata: — **Uruguai, Tape** e **Ibiaça.**

Serviam essas denominações para assinalar regiões distintas, já perfeitamente delimitadas, quer por acidentes geográficos quer pela existência de uma nação aborígene, a **Tape,** metida entre a primeira e a última como uma grande cunha territorial.

Encontraram os primeiros penetradores notícia dessas regiões, não obstante o desconhecimento geográfico do território que elas compreendiam, desde o Prata até à Laguna. A primeira, então, **Uruai,** que abrangera, inicialmente, tôdas as mais, estendendo-se desde as margens orientais do Prata até confrontar com a de Vera, (Guaíra) e a linha oscillante de Tordesilhas, é denominação já registrada pelos primeiros desbravadores e navegantes do grande rio de Solís.

Êste, que lhe dera o nome, que pouco perdura, Gaboto e outros viajantes referem-se já ao rio que dará, mais tarde, denominação a todo o território. Diego Garcia, em 1527, diz que "e de alli luego me parti en bergantim armado por el rio arriba, porque allamos rastio de cristianos, é andado por el rio

---

(1) Gabriel Soares de Souza — **Roteiro do Brasil.** Rev. I. H. B. Tomo XIV, 107.

grande se llama **Ouriay** ques donde se juntan todos los rios que tiene este grande rio dende el cabo de S. Maria, hasta el cabo Blanco." (1) As outras duas designações se vulgarizam em meados do século I, recolhidas pelos **adelantados** Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1541) e Juan Ortiz de Zarate (1572), que as aduz a seus títulos governamentais. Por muitos anos conservam não só os governadores de Buenos-Aires e Paraguai, como mesmo os provinciais da Companhia de Jesús, êsse predicamento. (2)

Coube à ilha de Santa-Catarina, e depois à Laguna, desde 1504, serem freqüentadas pelas expedições que se sucediam, buscando o sul do litoral atlântico. Vem daí a fixação de alguns topônimos como **Pôrto-dos-Patos, Rio-dos-Patos, Laguna de los Patos** (Laguna); (Cristóvão de Haro — 1514); **Rio-de-São-Pedro** (Pero Lopes de Souza); **Ibiaça** (Cabeza de Vaca). O primeiro e o último vão sendo trasladados, por erros cartográficos, para acidentes geográficos diversos dos da nomenclatura inicial. Subsiste em Santa-Catarina o de **Laguna,** mas Lagoa-dos-Patos (**Laguna de los Patos**) se desloca para o Rio-de-São-Pedro, Rio-Grande, Lagoa, fixando-se definitivamente no Rio-Grande-do-Sul.

Em 1544, quando Cabeza de Vaca desembarcou em Santa-Catarina, para prosseguir sua viagem por terra até o Paraguai se lhe apresentaram vários naturais da região e, "por via dêles soube que na distância de 14 léguas em um lugar denominado **Biaça** (Laguna) existiam dois frades franciscanos, um chamado frei Bernardo de Armenta, e outro frei Alonso Lebron, oriundos da Gran Canaria. Haviam naufragado em 1538, no Pôrto-dos-Patos, e aí já acharam três castelhanos que falavam o guaraní, segundo informa Jaboatam. Hans Staden que, em 1549, fazendo parte da armada de Senabria, aportou à Santa-Catarina, regista o forte de **Inbiassupe,** lugar na extremidade sul da ilha. (3)

---

(1) Diego Garcia — Rev. I. H. B. Tomo XV. Parte III — pag. 11.

(2) Ainda em 1638 o p. Diego de Alfaro, da Companhia, intitulava-se "Superior de las Reducciones de Paraná, Uruguai, Sierra del Tape e Biasa" Teschauer. H. R. G. I, 359.

(3) Hans Staden — Viagem ao Brasil — Ed. 1930 — 50.

O designativo de Tape, como província ocupada por essa nação, já era conhecida também na segunda metade do século I. Em março de 1573 o adelantado Juan Ortiz de Zarate, que se destinava ao Prata, desembarcou em Santa-Catarina. Grande era a falta de víveres que aí se sentia, e, tendo ciência de que, no pôrto de **Mbiaza,** ou dos Patos, (Laguna) tinham os índios provisões, para alí se dirigiu com 80 soldados, saqueando a aldeia. Não obstante isso os selvícolas trataram bem os espanhóis, pedindo-lhes que fundassem alí uma cidade, ao que não anuiu o **adelantado,** porque estava resolvido a passar ao Rio-da-Prata. Em seguida, por mar, se transportou à ilha de São-Gabriel. Juan Diaz de Melgarejo que, de volta do Paraguai, tinha ido a São-Vicente, voltou à Santa-Catarina, afim de se encontrar com Zarate. Na ilha só achou os destroços da expedição e, querendo levar socorro ao governador, acelerou a marcha por terra, indo sair em frente às ilhas de São-Gabriel, no Prata, (1) cruzando dessa forma às província de Ibiaça, Tape e Uruguai. Levaria Melgarejo notícia ao adelantado dessas três regiões em que se dividiam os atuais territórios rio-grandense e uruguaio, porque, tomando posse do govêrno do Prata, encorporava êle os designativos das novas províncias acima referidas, título que transmitiria a seus sucessores. Constava ainda dêsse título a província de **Vera,** fundada por Cabeza de Vaca ao firmar paz com os índios do Paraná, e que "latamente se estende até a costa, ilha de Santa-Catarina e terras de Mbiaza." (2)

A Jaime Resquim, segundo Lozano, (3) fôra concedido o título de "Governador das Províncias de São-Francisco, e de Mbiaza, que por outro chamam o Pôrto-dos-Patos, de São-Gabriel, Sancti Spiritus, e o de Guaíra e tudo mais que povoasse. "Mas, contesta-o Azarola Gil, provecto historiador uruguaio, que diz não ter Carlos V concedido a Jaime Resquin "um govêrno distinto", e sim autorização para erigir povoações, en-

(1) P. Pedro Lozano — **Hist. de la conquista del Paragnay, Rio de la Plata y Tucuman.** III, 135.
(2) P. J. Guevara — Hist. de la conquista del Paraguay, etc. 174.
(3) Lozano, op. cit. III, 131.

tre elas uma em São-Gabriel, propósito que não pôde realizar. (1) Refere o padre Nicolas Mastrilli Duran, em sua Ânua de 1628, que o governador d. Francisco de Cespedes projetara fundar na província de Mbiaza uma cidade e abrir um pôrto de grande movimento afim de impetrar do trono espanhol o título de "Marquês de Ibiaça, Tape e Uruguai." (2)

E' enorme a confusão existente em tôdas as fontes documentais referentes à província de Ibiaça, que se deveria estender desde Laguna, Uruguai, Uruguai-pitã (Rio-da-Várzea), todo o curso do Jacuí até à Lagoa-dos-Patos (rio de São-Pedro) e pelo litoral até o ponto de partida. A própria grafia do topônimo está registada de dez formas diferentes: — **Mbianza, Mbiaza, Biaçá, Biassa, Ibuassupe, Imbiaçá, Viaça, Iuiaça, Biracuera, Ibiaça.** Tôdas estas designações se referem a uma província, a um rio, a um pôrto, e a uma povoação de índios. Oscila, assinalando, nas cartas geográficas e nos documentos, ora um lugar, ora outro, parecendo que estamos ante um caso típico de designação por extensão, como se deu com Laguna-de-los-Patos (Laguna) e Lagoa-dos-Patos (Rio-de-São-Pedro). Nos últimos mapas, no das Côrtes, p. ex. Ibiaça já afetando a forma de Birasuera, se estende para um local ao norte de Imbituba, na costa catarinense.

Mas, essa confusão desaparece se tivermos em consideração que parece provir de duas palavras de origem diversa. **Mbiaça** e **Ibiaça.** A primeira, segundo o dr. Teodoro Sampaio, é palavra tupí e significa **pôrto.** E' corruptela de **Mbeaçaba,** afetando as formas de **Mbiaça, Imbiaçá, Biaçá, Peaçá.** E' possível, pois, que a aldeia, (Laguna?), o rio, o pôrto, quasi sempre grafados Mbiaça e variantes, tivesse origem no pôrto: **mbe-açaba.** Como designativo de província, porém, **Ibiaça** tirava seu nome de **Ibia,** região da bacia do Jacuí. Os padres Francisco Ximenes e Diaz Tanho, que foram os primeiros a assinalar essa região, escreviam sempre **Ibia** e nunca **Mbia** e eram perfeitos conhecedores da origem da palavra.

---

(1) Azarola Gil. **Origenes** cit. 28.

(2) J. M. Blanco — **Hist. doc. de los martyres del Caró e de Ijuhy** — 1292 — 618.

Com a mesma grafia Batista Caetano regista o étimo **"Ibia,** caminho do rio, que vai ter ao rio". E com sinalização diversa: **"Ibia,** terra erguida, barranco, barranca, ladeira, terra a pique". Esta última acepção foi a que adotou Teschauer, traduzindo o topônimo Ibia, erradamente, parece-nos, embora, como diz o padre Ximenes fôsse o local do martírio do padre Cristóvão de Mendoza de "grandes riesgos, y peñascos y pasos forçosos en el camino." (1)

Ibiaça, como província, seria **travessia do caminho do rio,** ou **onde atravessa o caminho do rio,** e cuja origem etimológica seria **i,** agua, **bia (pia)** o caminho, a estrada, **ça (aça)** travessia.

Constata-se nas cartas mais antigas êsse **caminho do rio,** que dá denominação à **Ibia,** caminho do rio, e à província que atravessava. E' possìvelmente o mesmo, aberto pelas primeiras migrações de índios que vem do norte; o mesmo de penetração das **bandeiras** terrestres a que os **caaguas,** que nele estacionavam, como veremos, dão combate e, ainda, o mesmo que Cristóvão Pereira, mais tarde, percorria para ligar Laguna à Colônia do Sacramento e do qual Souza e Faria abriu uma derivante que ia morrer nos Conventos.

A província do Tape estava encaixada entre a de Ibiaça, ao norte e Uruguai ao sul, e oeste e o Atlântico a leste. Ao norte e oeste era dividida por todo o curso do Jacuí, desde suas nascentes setentrionais até à Lagoa-dos-Patos, confinando aí com a de Ibiaça. A sul extremava-se da província do Uruguai pela serra geral, desde a secção ainda hoje conhecida por serra — dos Tapes, até às origens do Jacuí. Ia morrer essa vasta região na coxilha geral, cujos últimos contrafortes penetravam entre os rios Ibicuí e Itú, isto é, na coxilha do Boqueirão, ponto inicial de penetração do padre Roque Gonzales na província do Tape.

A província do Uruguai ficava a sul e oeste desta última, e circunscrita pelo rio Uruguai, desde o rio da Várzea, até a embocadura daquele no Prata, litoral até à serra geral, co-

(1) Carta do padre F. Ximenes, 26 — V — 1625. Biblioteca Nacional. Mas. I — 29, 1, 48.

xilha grande e seus ramos mais extremados ao norte que dão origem ao divisor de águas entre as cabeceiras do Jacuí e Uruguai-pitã.

Parece ter dado origem a essa divisão a localização dos grupos raciais aborígenes que ela extremava de modo singular. Como detalharemos, na província de Ibiaça, encontram-se os representantes legítimos, do grupo **Tapuia-Gés,** sem mescla de sangue guaraní; na província do Tape encontraremos essa grande nação, de origem não guaraní, mas por cruzamento e língua, acusando forte influxo recebido dessa onda invasora que a domina e impõe-lhe costumes e língua; e na província do Uruguai, ainda sem a influência guaranítica, a grande nação **Gúenoa,** de origem **Guaicurú,** dividida em sub-nações em que se destacam charruas, minuanos, boanes, iaros, etc.

III

GRUPO TAPUIA-GÉS

No I século do descobrimento, segundo pesquisas a que procedemos, ocupavam a região compreendida pela província de Ibiaça, acima delimitada, três principais nações dêsse grupo racial: **Ibiraiara, Caagua** e **Gualacho.**

Os ibiraiaras, **(senhores do pau),** designação que lhes vem dos grandes tacapes que usavam e em cujo manejo eram exímios, ocupavam a maior parte dêsse território, limitando com os carijós, ao norte, pelas alturas do Mampituba.

Para catequizá-los, determinou o padre José de Anchieta que os irmãos Pero Correa e João de Souza entrassem em suas terras. Foi depois do natal de 1554 "que parece ter sido a data marcada por Anchieta para deixarem a terra dos carijós e procurarem a dos ibiraiaras, que Pero Correa e João de Souza, acompanhados de dez ou doze principais até os limites da região, que ocupavam com sua gente, se embrenharam pelo sertão." (1) Em sua carta de 1605, informa o pa-

(1) Cartas do p. J. Anchieta — Rio — 1933, nota 75 pag. 84.

dre Jerônimo Rodrigues que "a comarca dêstes carijós, que estão por estes campos ao longo do mar, e que é dêste pôrto de D. Rodrigo (Imbituba) até Boipetibla (Mampituba), pode ser de quarenta léguas, pouco mais ou menos." Anchieta confirma que Pero Correa e João de Souza, acompanhados por "10 ou 12 carijós dos principais foram até às fronteiras dos seus inimigos." (1) E Baltazar Teles diz que "teve nesse tempo o padre Manuel da Nóbrega notícia de uma nação de gentios que está além dos carijós, que em sua língua se chamam Ibiraiaras (aos quais os Portugueses comumente chamam Bilreiros) dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplináveis que os índios da costa do Brasil, pôsto que difiram alguma cousa na língua." (2) Foi depois de transporem a fronteira existente entre carijós e ibiraiaras que êsses primeiros mataram os dois irmãos jesuítas que são os proto-mártires da catequese na América-do-Sul, quiçá, em território rio-grandense.

Em documentos de origem espanhola vamos encontrar ainda essa grande nação até o Rio-da-Várzea, afluente do Uruguai, fronteira respeitada pelos Tapes e onde se chocavam com os ibiraiaras em sangrentos combates. E' aí no Alto-Uruguai, ou mesmo em região paranaense que os vai encontrar o padre Manuel de Ortega, mandado por Anchieta à catequese do gentio. Entrou êle em 1589 em contacto com essa grande nação. E constatou que os Ibiraiaras tinham certos conhecimentos da religião, havendo alguns recebido já o batismo em época antiga, que era impossível determinar. Inimigos dos espanhóis, talvez pelo contínuo comércio com os vicentistas, não permitiam os ibiraiaras que aqueles penetrassem em suas terras, mas Ortega, que "conhecia à maravilha o idioma que falavam", diverso do guaraní, quando a peste, em 1589, invadiu o país, dirigiu-se a êles, conseguindo batizar 2.800, atacados pela epidemia. Outros solicitaram-lhe que se estabelecesse em suas terras, para lhes ensinar a dou-

(1) Idem, 81.
(2) Baltazar Teles. **Crônica da Comp. de Jesús.** 1647. 2.° vol. 501.

trina cristã, dizendo-lhe que já haviam construído templos e feito cruzes. (1)

A oeste vamos também encontrá-los, em luta com os espanhóis, ocupando a margem esquerda do Rio-Pardo, tôda a região do Taquarí, até a Ibia, onde dão morte ao padre Cristóvão de Mendonça. Os tapes que lhe ficavam ao sul, vindo até o Itapuã, lhes tinham horror porque os tomavam contìnuamente como presa para vendê-los como escravos aos brancos que entravam a resgatar, em caravelões, pelo rio de São-Pedro, até o Taquarí.

Diz Gabriel Soares que seus usos e costumes eram os mesmos que os dos tapuias do norte, de que eram próximos parentes. E quer no sul, quer no norte é a mesma a sua designação. Simão de Vasconcelos refere-se aos ibiraiaras do norte a que também se dá a designação de **bilreiros**, pelos grandes batoques que usavam.

E' possível que premidos pelo avanço dos primeiros conquistadores, que se assenhoraram do litoral brasileiro êsse grande ramo se houvesse bipartido, invadindo uma das hordas essa vasta extensão de terras compreendida entre a bacia setentrional do Jacuí até o litoral, com exclusão da parte da serra geral que, como veremos, estava ocupada pelos valentes **caaguas.**

Singularizavam-se os ibiraiaras pelas suas práticas de feitiçaria, segundo documentos espanhóis. Seus **ieroquiaras** (dançadores) saíam pelas aldeias cantando versos improvisados em que os concitavam à guerra, ou prediziam as desgraças que deviam baixar sôbre o povo. Havia velhas de corpo gigantesco que se diziam ter domínio sôbre os elementos e sôbre os tigres, cujas manifestações e pragas faziam baixar para dizimar as populações. Desbatizavam os catecúmenos dos jesuítas, servindo-se, para isso, de processos idênticos aos que viam os padres pôr em prática para o batismo. Depois de haverem martirizado o p. Cristóvão de Mendonza, em Ibia, diz o p. Diaz Tanho em minucioso documento, "dieron en una traça infernal que fue remedar y contrahacer todas las accio-

(1) Nicolas del Techo — **Hist. de la Prov. del Paraguay** etc. I. 165.

nes de los P^es^. haciendo unas como Iglesias donde se juntaban y tenian unos como pulpitos y baptisterio donde hacian sus razionamentos y baptizaban a su modo poniendo nombres a los baptizados, y lo que predicavam todo era contra los P^es^. hacendo burla de lo que enseñaban, y predicaban atemoriçando a los que se Reducian y assistian en el Pueblo y publicando que todos los Xpños auian de acabarse, y los Pueblos y Reduciones consumirse. Por que decian tenian ya apercebidos los tigres que an de hacer este asolamiento, y estavan para salir de sus cavernas, los itaquiceyas y los Ibitipós que son unas fantasmas fingidas que el vulgo y chusma imagina muy horrendas, aquienes temen todos mucho y dicen viven en los cenos concavos y guecos que hacen y tienen los serros y montes altos en su centro y traen en las manos unos montantes mui largos de piedra y grueços a modo de colunas grandes e en las puntas con filos taijantes con que aun de mui lejos matan a todos quantos topan, y para confirmar los hechiceros este embuste, dan a entender a los indios que los echos que hacen los montes volviendo las palabras y gritos que se dan junto a ellos, son las voces que dan estos fantasmas, repetindolas de arriba para salir tras de los que las dan; estas fantasmas contrahechas dizen los hechiceros estan a su mandado y los tienen alli encerrados para sacarlos todas las veces que les parece estos decian estaban ja apercebidos p^a^. salir y destruir todos estos pueblos y Reduciones y acabar con los Xpños." (1)

Dividiam-se os **ibiraiaras** em várias parcialidades às quais davam os jesuítas espanhóis os nomes dos lugares em que estanciavam. ¡Citam os documentos dessa origem os de **Ibia** (ibianguaras), do **Caatime** (junto ao erval), do Caamome (junto ao mato), do **Taiaçuapé** (caminho do porco do mato), **Piraiubí, Tebiquarí, Cariroí,** e **Guaibi-renda.** Eram todos muito amigos dos portugueses aos quais ajudavam na prea de outros índios, mantendo comércio constante com êles.

---

(1) **Relación de lo sucedido en las reduciones de la Sierra,** etc. Bibliot. Nacion. Col. d'Angelis. I — 29, 1, 55. Mss. inédito.

Tiveram o auxílio dêsses índios as primeiras bandeiras paulistas que penetraram em território do Rio-Grande-do-Sul, indo destruir as reduções aí fundadas pelos jesuítas.

Os **Caaguas,** que parecem ser os últimos representantes do povo autóctone da região, tinham caracteres singulares e se pode classificar como o tronco originário dos depois chamados **Coroados** da região serrana. Os tupís designavam-nos por **Iraití-inhacame,** que significa "cera na cabeça". São os **cerados** a que se referem os historiadores. Faziam largas coroas e cobriam-nas de cera.

Tinham suas aldeias na Serra-Geral, onde hoje assenta o município de S.-Francisco-de-Paula-de-Cima-da-Serra, lindando, assim, com a região de Ibia que abrangia a bacia do Caí e serras do município de Caxias. Ganhou-os a bondade do padre Cristóvão de Mendonza. Tendo notícia dessa nação, cujas terras beiravam o **Caminho do Rio,** pelo qual, fatalmente, deveriam passar os paulistas para invadirem as reduções do Tape, foi o padre combinar com os Iraitís a defesa de suas terras. Em 1635, alguns paulistas e tupís que baixaram pelo caminho haviam sido hostilizados e desbaratados por esses índios. Foi na volta do Caagua que os ibianguaras martirizaram o p. Cristóvão em 26 de abril de 1635.

De "boa condição" e pacíficos, tornaram-se logo amigos dos padres, atendendo o convite do padre Cristóvão para irem se aldear nas reduções, o que não foi levado a efeito por não haver ainda êsse ano comida suficiente nas povoações do Tape. Quando entraram as grandes bandeiras paulistas foram, em sua quasi totalidade, reduzidos à escravidão e levados para Piratininga. Os que puderam fugir embrenharam-se pelos matos, ficando, assim, destruídas as suas aldeias. Muitos anos depois ainda se encontravam vários caaguas, no maior estado de selvageria, nas matas quasi impenetráveis do Alto Uruguai.

De sua língua, diz Hervas, que o caaiaguá, falado pela nação do mesmo nome estabelecida ao oriente do rio Uruguai até seu nascimento a êste, é idioma particular, de difícil pronunciação, como observa Techo que dêle diz : "Os Caaiaguas (ou Caaguas-Silvestre) usam língua própria, difícil de enten-

der, pois quando pronunciam suas palavras não parecem falar, senão dar assobios, ou formam acentos confusos na garganta. Os caaiaguas, colhidos ou presos, não costumam falar quando estão fora de sua nação por mais que os atormentem, porque poucos são os missionários que puderam escrever palavras caaiguas." (1)

Não está bem averiguado que os **gualachos**, ou mais pròpriamente **guananás**, já estivessem ocupando o território rio-grandense no I século do descobrimento. E' possível que aí viessem ter quando os vicentistas começaram a expulsar as hordas selvagens que os hostilizavam na capitania de Martim Afonso. Entretanto há referências a grupos que haviam se deslocado para o Alto Uruguai, de onde levavam contínua guerra aos outros índios que lhe eram vizinhos.

Pode-se, pois restringir às duas primeiras a ocupação da região conhecida por província de Ibiaça, dentro do território rio-grandense. Os **Caaguas**, que não vacilaremos em classificar como remanescentes últimos do ramo autóctone do sul, possìvelmente, o homem dos sambaquís do nosso litoral, de que procedem, mais tarde, os **coroados**, pròpriamente ditos, os **camés** e outras hordas de origem primitivíssima. Os **ibiraiaras** que, como assinalámos, dominam o território para o qual emigraram, bipartindo-se em grandes grupos, em época ainda precolumbiana, vindo estacar nas fronteiras dos **tapes**, inimigos irreconciliáveis a quem ùnicamente respeitavam pelo valor numérico, mas aos quais aprisionavam para vender, desde os primeiros tempos, aos portugueses que penetravam em suas terras.

IV

GRUPO TAPE

O dr. José de Saldanha que muito de perto estudou, em seu próprio **habitat**, os nossos índios, traz um precioso informe sôbre a latitude dessa grande nação, ainda vultosa na época da conquista. "Estes índios habitavam, diz, o que nós

(1) D. Lorenzo Hervas. **Catalogo de lenguas.** Madrid. 1.800. pag. 142.

chamamos presentemente Continente-do-Sul, ou desde a costa de leste do Paraná (porque do outro lado já são os paraguais) até à praia do mar oceano, e desde o Rio-da-Prata até os pontos meridionais da Cordilheira geral da costa do Brasil." (1)

Quais as origens do grupo Tape, que vai aos poucos se circunscrevendo entre a bacia meridional do Jacuí e os contrafortes mais extremados ao sul da serra geral ? Não seria certamente possível precisar, sem um acurado estudo para o qual ainda escasseiam elementos etnográficos. Entretanto, não erraremos se os filiarmos a troncos setentrionais, quiçá, ao grande tronco dos maias que se derramaram, em épocas milenares pelo continente do sul. Elementos lingüísticos, que pudemos conseguir, nos induzem a essa aproximação, (2). E' possível que as avançadas dessa migração hajam, em sua marcha para o ocidente, assentado suas tendas nas regiões de Atacama, onde receberiam influxos das civilizações andinas.

Diz o dr. José de Saldanha que os Tapes "têm as ventas dos narizes grandes, e como inchadas, as faces altas e cheias, os cabelos sòmente no extremo da barba, e no beiço superior: não são de estatura mui alta, e as mulheres quasi do mesmo tamanho que êles, e maiores do que os minuanos." (3)

Não resta dúvida que possuiam uma língua própria com cujos étimos opulentaram o guaraní do sul, que se distanciou no tupí do norte, ambos oriundos da mesma matriz. Quando da invasão da onda guaranítica, que os dominou, muito antes da descoberta, receberam dos dominadores parte de seus usos, costumes e língua.

Eram exímios agricultores, tendo grandes roças de milho, mandioca, e outros grãos. Quando os jesuítas espanhóis penetraram nas suas aldeias constataram que já não tinham

---

(1) Dr. José de Saldanha — **Diário Resumido da Demarcação** — Cod. mss. B. N.

(2) Aurélio Pôrto. **Prehistória do R.-G.-do-Sul.** Rev. Brasil. cit. **Caró** — Jornal do Comércio — Rio, cit.

(3) Saldanha — Diário cit.

quasi terras para plantio, pelas grandes derrubadas que haviam feito, nos matos, para lavouras. E' o padre Roque Gonzales, em sua primeira visita à terra que nos noticia: "E assim, livremente andei por ela (terra) pôsto que com bastante dôr, porque em todo o Tape não há pôsto para reduzir nem siquer duzentas famílias, porque, como antigamente a gente era muita, acabaram os matos, e assim lavram entre cerros e penhascos, e estão em pequenas povoações, das quais as maiores são de cem índios." (1)

Foram os tapes os índios mais acessíveis à catequese dos jesuítas e à civilização. Com êles estabeleceram as suas Reduções à margem oriental do Uruguai, conduzindo-os, depois, para novas missões, quando os paulistas, com suas bandeiras, destruíram êsses povos, de recente organização. Muitos, porém, temerosos da arremetida dos bandeirantes se entranharam pelas selvas ou fugiram para os campos, indo se juntar aos minuanos e charruas. Os primeiros estabelecimentos portugueses contaram com as suas aldeias, e quando da Demarcação de Limites, de 1750, conseguiu Gomes Freire que mais de duas mil famílias se recolhessem ao Rio-Grande, onde fundaram as aldeias do Rio-Pardo, Cachoeira, e mais tarde a Aldeia-dos-Anjos, (Gravataí). Adotando nomes portugueses entraram em grande percentagem na formação étnica do Rio-Grande-do-Sul.

Foram os primeiros vaqueiros do Rio-Grande e os donos, por doação da Companhia, do primeiro gado que aí se introduziu em 1634, pelas reduções do Uruguai e do Tape.

Dividiam-se os tapes em várias parcialidades, que tomavam as designações de seus principais caciques ou lugares em que se encontravam. Diz Ruy Diaz de Guzman, na **Argentina,** que nas imediações da Lagoa dos Patos existia uma grande nação denominada **Arachanes,** que significa "povo que vê assomar o dia", ou "povo de Este". Não mencionam absolutamente uma palavra sôbre êsses índios, que se contavam por mais de 20.000, os jesuítas que palmilharam todos

(1) J. M. Blanco — **Hist. documentada de los martires del Caró.** 635.

os recantos do Rio-Grande-do-Sul. Os Arachanes nada mais eram do que os próprios tapes, que teriam alí aquela designação.

Outra nação que alguns historiadores colocam nessa região do território rio-grandense, por visível êrro de deslocação toponímica, é a dos **carijós,** também denominados **patos.** Já vimos que os carijós lindavam com os ibiraiaras, ao norte, pelo Mampituba. E o êrro que deu margem a essa afirmação provém da cartografia antiga que deslocou a denominação de **Laguna-de-los-Patos** (Laguna) para o **Rio-de-São-Pedro** (Rio-Grande). E como os carijós, ou patos, demoravam pela **Laguna-de-los-Patos,** quiseram os cronistas situar na hodierna Lagoa-dos-Patos o **habitat** dêsses índios, que só penetrariam em território rio-grandense quando das guerras que levavam a seus fronteiriços inimigos, os ibiraiaras, ou quando, com os aliados paulistas, fazendo parte das **bandeiras,** salientavam-se como **preadores de tapes.**

Parece também se poder afirmar a inexistência de **guaranís** puros, na época da conquista, dentro do Rio-Grande-do-Sul. Em seu **Mapa Etnográfico** (1) localiza-os Teschauer na zona compreendida entre os rios Ibicuí e o da Várzea, em que se fundaram as primeiras reduções, território ainda pertencente à província do Uruguai, extremado a leste pelas províncias de Ibiaça e Tape.

Quando alí entrou o padre Roque encontrou duas parcialidades distintas que delimitam duas regiões, tendo por chefes principais dos caciques a **Tabaca** e **Nheçum.** Em Caró recebeu-o afàvelmente o cacique **Carobai.** Outro índio, **Taiubai,** era aí principal, e sendo castigado pelo padre Cristóvão de Mendonza, transportou-se para Ibia, e foi o instigador dos ibianguaras, que martizaram êsse santo jesuíta. Todos êsses nomes são de pura origem tape, conforme estudo mais detalhado que, em tôrno do assuto, já fizemos. (2)

A própria toponímia da região está indicando a identidade de nomenclatura da bacia do Uruguai com a do Jacuí

---

(1) C. Teschauer. **Hist. R. G. Sul** I, 154/155.
(2) Aurélio Pôrto. **Rev. Bras.** e **Jornal-do-Comércio** cit. 1934. Rio.

e Lagoas. Basta assinalar o **Cebolatí,** ou Turvo, no Uruguai e **Cebolatí,** na Lagoa Mirim; **Piratiní,** afluente do Uruguai e do São-Gonçalo; **Camaquam,** no Uruguai e Lagoa-dos-Patos; **Taquarí,** no Ibicuí e no Jacuí.

Ora, essas afinidades flagrantes, os mesmos costumes, a identidade de língua fazem classificar os selvícolas que povoavam essa região como parentes próximos dos tapes, portanto de origem tapuia, isto é, não guaraní. Seriam, naturalmente, hordas aí radicadas da grande nação invasora quando de sua passagem para o ocidente. Mais tarde atinge-a, também, a ação **guaranizadora** dos novos dominadores que descem do norte e vão estabelecer no Chaco paraguaio as suas avançadas extremas.

V

GRUPO GUAICURÚ DO SUL

Na província do Uruguai, isto é, ao sul da cordilheira geral e rio Ibicuí, da atual Serra-dos-Tapes, litoral, até o Rio-da-Prata dominava a grande nação **Güenoa,** aí já encontrada no século I pelos desbravadores do majestoso rio. Semi-sedentários, antes da introdução do gado, estendiam-se pela costa, povoando desde a Lagoa-Mirim, e vertentes do Rio-Negro, os campos que se desdobravam até o Uruguai.

Dando-lhe procedência do ramo **Guaicurú,** que aceitamos integralmente, Rodolfo Schuller, notável etnógrafo, assim se refere ao **habitat** dessas tribus que, de acôrdo também com o trabalho de Antônio Serrano (1), classificámos de nação **Güenoa** e sub-nação **chaná.:** "O grupo do sul da família guaicurú do nosso sistema de classificação habitava nos campos situados entre o Rio-Negro e a costa do Atlântico, que hoje forma parte da República-Oriental-do-Uruguai; em tôda a extensão norte-sul da mesopotâmia sul-americana, pois "até o rio Corrientes alcançavam as toldarias dos valentes charruas", diz Quesada; nas terras ribeirinhas ocidentais do Pa-

(1) A. Serrano — **Primitivos habitantes del territorio argentino.** 78.

raná, desde o arroio Carcarañac, limite norte natural do país dos Querandiac, até a **Frentonia** do p. N. del Techo, que começava à altura da confluência dos Rios Paraguai e Paraná. "Os Guaicurús do sul se estendiam, pois, desde os 27° até os 35° de lat. sul e desde os 62° até os 54° long. ocid. de Greenw., e em direção sudeste." (1)

Dividia-se êsse grupo, que tão larga influência exerceu na formação do tipo do gaúcho, com a introdução do gado, em **Güenoas, chanás, varos, boanes, charruas** e **minuanos.**

Não obstante as incursões que todos faziam ao território rio-grandense, só nos importa diretamente o último, amigo dos portugueses desde os primeiros dias da penetração e que mais tarde se radica definitivamente em nossa terra, erguendo aí as suas toldarias.

No último quartel do século II do descobrimento demoravam os minuanos pelas alturas da Lagoa-Mirim. Aproximam-se do Rio-Grande por ocasião da entrada de João de Magalhães, e são fornecedores de gados aos lagunistas. Antes, mesmo, seus caciques visitam Laguna e aí recebem, com nomes batismais portugueses, varas de comando. D. Cacildo, d. Bartolomeu, e outros são grandes amigos de Cristóvão Pereira. Mais tarde localizam-se nas imediações da Serra-do-Caverá, dominando os campos do Jarau e Quaraí. E' aí que se processa à formação do **gaúcho do campo,** tipo semi-bárbaro da Pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua, ficam como patrimônio da etnia rio-grandense, e difundem-se também no Prata, criando êsse fator étnico comum.

Viu-os muito de perto o dr. José de Saldanha que dêles nos deixou traços indeléveis: "Os minuanos não têm as ventas do nariz e as maçãs do rosto tão entumecidas como geralmente todos os índios; estes são, pela maior parte, corpulentos e bem feitos, porém as mulheres quasi tôdas de meia estatura. As mais feições são iguais às do Americano." Referindo-se a seus trajos, casas e comidas, diz: "Os cabelos soltos e eriçados de que procede não crescerem muito, cobertos pelas costas até os calcanhares com os **caipís,** ou grandes

(1) R. Schuller — **Sobre el origen del charrua** — Chile — 1906. 237.

mantas de couros descarnados, e sovados com o pêlo para o corpo e o carnal para a parte de fora, atado com uma tira do mesmo couro por cima dos ombros e por diante do pescoço (poncho primitivo); envolvidos desde a cintura até o joelho com volta e meia de pano de algodão, (xiripá) são estas as suas gerais vestimentas. Aos caipís que êles fazem de pele de veado ou de vitelas sovadas e descarnadas e cosidas umas às outras, ou enfim de couro de alguma nova vaca, pintam pela parte exterior que é a do carnal, com umas listras ao comprido e atravessadas, de encarnado e cinzento, aquela côr tiram da terra de ocra de ferro" encontrada nos regatos do rio Cacequí.

"As suas mudáveis casas costumam armar sôbre alguma descoberta colina e raras vezes junto do mato umas pequenas esteiras feitas de uma palha, semelhante à tabúa, e alguns couros de reses tapam, ainda que mal, três lados da casa, e a parte superior que serve de telhado, onde pelo mais próprio usam das tecidas esteiras, para deixar escorrer água da chuva. A quarta parede serve tôda de porta, e as suas alcatifas ou assoalhos são a própria terra e alguns pequenos couros. Dentro delas não se podem acomodar mais do que até cinco índios; alí dormem, alí comem, alí cosinham, porém mais limpas as tem do que ao seu próprio corpo, que nunca vê água, senão quando lhe chove em cima: a estes ranchos lhe chamam **Toldos** e ao seu ajuntamento **Toldaria.** Parcos são no alimento, porém de sua demasiada preguiça procede a sua parcimônia; êles têm que ir ao campo carnear as reses, ou trazê-las para o pé das Toldarias: esta carne, ou de veados, pouco assada, (churrasco) e ainda os caracarás, e outras semelhantes aves de rapina, ou alguns avestruzes, são a sua usual comida. A bebida do mate não a deixam enquanto têm desta erva, como também de mascar o tabaco de fumo e conservar a masca ou entre o beiço superior e os dentes, ou tirando-a da bôca e pondo-a atrás da orelha, onde a guardam até que a tornam a mastigar; poucos são os que pitam ou cachimbam, e todos muito amigos de beber aguardente, e importunos para que lha dêm, com a qual ficam finalmente bêbedos."

De sua armas, costumes e religião, diz Saldanha: "As flechas que em uma aljava de couro trazem e a tiracolo pelas costas, são por êles sòmente usadas na ocasião da peleja, pouco se servem para caçar e a razão deve ser porque como tudo que é de ferro lhes custa alcançar e a trabalhar para fazerem os farpões das setas, as reservam como instrumentos de sua maior segurança; elas não têm mais de três palmos de comprido, e o arco também à proporção, não é muito grande, a pé e a cavalo as sabem disparar. As suas lanças são umas varas compridas e direitas, que acabam em uma das extremidades com um palmo ou dois de punhal, ou espada, e antes de seu encaixe, na madeira, as guarnecem de uma flor de penas de avestruz; tem cousa de duas alturas dêles, veloz e ligeiramente as movem a cavalo e a todo galope. Estas além de serem também de seus instrumentos bélicos se servem algumas vezes para chuçar as reses ou touros no campo, ou ainda os tigres. As bolas e laços, instrumentos comuns e necessários aos campeiros, que estes campos vadeam, nêles tiveram a sua origem, com estas apanham no campo várias éguas, potros bravos, e também os cavalos mansos, que nestas alvorotadas manadas encontram, com trabalho os chegam a amansar, tendo-os atados e débeis, pela falta de sustento, servindo-se depois dêles em pêlo, só com um pequeno couro no lugar onde montam. A faca flamenga com uma baínha de couro crú, sempre a trazem entalada entre a tanga de algodão e a cintura pela parte das costas."

"Costumam estes índios minuanos, em sinal de sentimento quando morrem alguns dos parentes mais chegados, ferir as costas com golpes ou pequenas picadas; algumas das mães chegam a maior excesso na sua mágoa pela falta dos filhos, cortando as falanges ou partes extremas dos dedos mínimos pelas juntas. Ação tão bárbara, se foi obrigatória se tem desvanecido muito, de sorte que presentemente (1785) raros executam. São casados com várias mulheres, em o número de duas até cinco, às mais velhas vão desprezando, e só trazem consigo, nas avulsas jornadas, as mais moças: pelo ajuste e convenção entre o noivo e os pais da noiva se efetua o

casamento, ou entrega da espôsa ao seu marido, tendo procedido uma prática, ou larga conversa de sua mãe à minuana, sôbre as obrigações daquele estado: elas têm de servir o marido, ajuntar lenha para o fogo, em fazerem os assados para comerem, em lhe ensilharem os cavalos aos que têm os preparos para isso, que sòmente são os caciques e suas mulheres."

"Vivem os minuanos em um estado pròpriamente livre entre os espanhóis e portugueses: àqueles se queixam dêstes e a estes daqueles, principalmente quando dão com pessoas de inferior qualidade que lhe gostam de ouvir êsses errados sofismas. Contudo, ou pelas dádivas que com mais franqueza encontram nos portugueses ou por outra qualquer causa pende mais a sua inclinação para esta nação. Quem poderá haver tão falto de razão que do Ente Supremo negue a existência ? Se o mesmo Batú (um dos caciques) da gema dos minuanos, falto de discursos e combinações responde apontando para o céu, — só quem alí existe senhor é das vidas e humanas mortes. E' certo que êles não são tão cruéis como os índios tapes, não consta que os minuanos jamais matassem a algum português, ou espanhol, pôsto que os encontrassem só, ou perdidos pela campanha, como costumam várias vezes fazer os guaranís."

Quanto ao idioma que falam diz o ilustre observador : "Agradável e veloz é a sua linguagem, muito diferente da dos tapes, e bem semelhante e talvez idêntica à dos índios da América Setentrional, aos quais se assemelham bastante nas feições. Quem sabe se êles são os mesmos ? Quem sabe se esta pequena porção de minuanos, que hoje habitam as terras austrais do Brasil, de lá trouxe a origem ?

Quando o dr. Saldanha teve contacto com estes índios, "divididos em vários bandos ou tribus," formavam seus cacicados. Havia entre êles alguns que pela descendência ou mútuo acôrdo eram os caciques dos bandos que obedeciam a um cacique geral, ou rei. Eram êsses caciques, em 1785, Maulein, Saltein, Batú e Tajuí, e rei d. Miguel Caraí, que foi o último dos minuanos e o primeiro **gaúcho do campo.**

Interessante será retraçar a figura dêste produto inicial

de cruzamento que será o ponto de transição entre a barbaria minuana e a civilização nascente do branco, em terras do Rio-Grande. Quando os primeiros portugueses palmilharam o litoral para da Laguna chegar à Colônia-do-Sacramento, em um dos afluentes do Cebolatí conhecido por **Zapata** ou **Ayala**, que fica a 36°, 6', 37" de lat. sul, encontraram aí estabelecido um paraguaio de origem espanhola dêsse nome e apelido, d. Miguel Ayala mais conhecido por Velho Zapata. Ainda em 1737 registam os livros de batismo do Presídio do Rio Grande, o batisado de uma filha sua. Era filho desse Velho Zapata e de uma minuana, d. Miguel Ayala, ou d. Miguel Carai, rei dos minuanos, referido também por Saldanha, Alvear, Azara e outros demarcadores.

Quando o depois coronel Francisco Pinto Bandeira estabeleceu sua estância nas imediações do Capivarí, antes de 1730, foi peão dela êsse mestiço de espanhol e de minuano. Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco, teve, de uma filha de d. Miguel Carai, também uma filha, que mais tarde reconheceu e casou com um oficial miliciano Rodrigues Lima, e que é tronco de um ramo dessa família, que teve representantes de importância no Rio-Grande-do-Sul.

Mais tarde, d. Miguel Carai, que fôra criado pelos minuanos, foi recebido como rei dêles, levando, porém, do contacto mais acurado com os brancos, noções de humanidade. E' sob a sua dominação que se processa, entre os minuanos, o acolhimento hospitaleiro que dispensavam aos brancos e pretos, quer espanhóis quer portugueses, seus companheiros de guerrilhas com os outros índios, sócios nas arreadas de gado que vendiam aos lagunistas e colonistas, e compartícipes no contrabando que campeava nas imprecisas fronteiras entre as colônias de Portugal e de Castela.

E' aí que nasce o primeiro **Gaúcho do Campo**. O dr. José de Saldanha, o general Fructuoso Rivera e outros grafam êsse étimo com a forma **Gaú-che**. Regista Batista Caetano que **guahú** significa "cantar triste", e **che** é palavra de origem quéchua, hoje vulgarizada em tôda a fronteira com o significativo de "gente, tu". Parece, pois, que a verdadeira etimologia de **gaúcho**, segundo já registou também o dr. Bue-

naventura Caviglia, seria "gente que canta triste", "Cantador triste", etc. Provàvelmente tocou o coração do índio a tristeza dos motivos das canções sertanejas, da dolência dos versos dêsses brancos e pretos, que se acoutavam entre êles, fugindo aos rigores da lei, e curtindo, com a ausência amarga dos seus e da terra que deixavam, a saudade que se traduzia nas evocações de seus versos e melodias dolentes, tangidas à viola.

D. Miguel Carai, último rei dos minuanos, produto das duas raças que se iriam fundir na Pampa, é, assim, o primeiro **gaúcho do campo,** traço inicial de ligação entre a barbárie do índio valente e altivo e a incipiente civilização que vai desabrochar no Continente.

PARECER

sôbre a tese "Primitivos habitantes do Rio-Grande-do-Sul" por Aurélio Pôrto.

A tese de Etnografia apresentada pelo nosso emérito confrade Aurélio Pôrto, mais do que aprovação, merece louvores. A largos traços, o autor esboça o panorama pre-histórico do Rio-Grande-do-Sul e a origem provável de seus primitivos habitantes.

Mau grado as opiniões dos que localizam no Uruguai o berço do gaúcho, é de parecer que êsse **habitat** se encontra em pleno território rio-grandense. Na verdade, ainda persiste confusão lamentável na classificação etnográfica dos primitivos habitantes do Rio-Grande e do Uruguai, notadamente no tocante aos índios minuanos e charruas, as duas grandes nações de origem guaicurú do sul.

Metodizando o assunto, Aurélio Pôrto se insurge contra a concepção dos que filiam nossos usos, costumes e formas dialetais a origens espanholas da fronteira, quando procedem, como os dos nossos vizinhos, de um berço comum donde surgiram e se desenvolveram, quasi paralelos, mas autônomos e inconfundíveis. Sempre arrimado em segura documentação etnológica e lingüística e em acuradas pesquisas próprias, considera confirmada a unidade de uma primitiva raça, pôsto que

desconhecida, em sua trajetória, mas em cujo tipo se encontra, positivamente, o Homo-americanus e que, antes da invasão tupí-guaranítica, deixou grupos representativos no Rio-Grande. Ficaram dessa grande corrente migratória traços indeléveis a opulentar de novas formas verbais o idioma guaraní depois dominante no sul do continente.

Por sua vez, recebendo o influxo vocabular das hostes vencidas, o guaraní influiu pelo cruzamento na grande nação tape, impondo língua, usos e costumes. E o autor passa a fazer um ensaio valioso de classificação aborígene, depois de assinalar as mais antigas entradas pelo rio de São-Pedro dos vicentistas que vinham resgatar escravos com o gentio. Salienta que a nação Tape era como uma cunha territorial entre as duas regiões — Uruguai e Ibiaça — , província esta última onde se encontram os representantes legítimos do grupo Tapuia-Gés, num golpe de vista seguro e original, patenteando estudo aprofundado, com preciosas minúcias, desfaz, confusões existentes mesmo em fontes documentais, como a cartografia antiga que deslocou a denominação de Laguna de los Patos (Laguna) para o Rio de S.-Pedro (Rio-Grande). Retraçando os caracteres singulares dos Tapuias-Gês, admite que os **guaranás** viessem para o território rio-grandense quando os vicentistas começavam a expulsar as hordas selvagens que os hostilizavam na capitania de Martim Afonso; classifica-os **caaguas** como remanescentes últimos dos sambaquís do nosso litoral; e afirma que nas fronteiras **dos tapes** vieram estacar os **ibiraiaras** (amigos dos portugueses e auxiliares dos bandeirantes paulistas que penetraram no Rio-Grande-do-Sul) e a cujas parcialidades os jesuítas espanhóis davam os nomes dos lugares em que estacionavam. Filiando ao tronco setentrional dos Maias o grupo **Tape**, de agricultores admiráveis, possuindo uma língua própria, mostra que êles foram os índios mais acessíveis à civilização, fundadores das aldeias do Rio-Pardo, Cachoeira e atual Gravataí, entrando em grande percentagem na formação étnica do rio-grandense. Nega a existência de guaranís puros na época da conquista, dentro do Rio-Grande. E como parentes próximos dos tapes classifica os selvícolas que povoaram a região cuja

toponímia indica a identidade de nomenclatura da bacia do Uruguai com a do Jacuí e Lagoas. Finalmente, carecterizando o grupo Guaicurú do Sul, o autor realça a inicial ligação entre a barbárie do índio valente e altivo e a incipiente civilização que desabrochou no Continente, encarnando no último rei dos minuanos, D. Miguel Carai, o primeiro **gaúcho do campo.** De fato, entre as decadas de 1740 a 1760, surgiu o gaúcho pròpriamente dito, em pleno território hoje rio-grandense. Tinham os índios **minuanos** suas toldarias ao sul da Lagoa-Mirim, em princípios do século XVIII. E, fundado, em 1737, o pôsto militar do Rio-Grande pelo Brigadeiro Silva Pais, êsses índios, depois de ajudar o coronel Cristóvão Pereira contra os espanhóis, foram estacionar nas imediações da povoação do Rio-Grande e, depois, penetrando pelo Quaraí, se localizaram na região abrangida por êste rio, pelo Ibicuí e Serra-do-Caverá, até se radicarem no Vacacaí, extendendo-se à Cruz-Alta.

E' no tôpo de uma coxilha dêsse primitivo **habitat** onde despontou o gaúcho campesino, quer com os defeitos da barbárie, quer com as grandes virtudes cavalheirescas que se aprimoraram e culminaram na época dos ínclitos Farrapos, — é nesse verde pedestal — no cerro lendário do Jarau — que se devia erguer um Monumento ao intrêmulo Gaúcho do Rio-Grande-do-Sul que, num círculo de glórias, "viu a Bandeira da Pátria estendida no Pampa".

Apresentamos esta sugestão como um preito de justiça à altivez e à bravura dêsses primitivos habitantes ameríndios que inspiraram o magnifico trabalho científico do devotado historiador Aurélio Pôrto, verdadeira tese de alcance sociogênico, no Brasil do Sul, que, com júbilo repetimos, mais do que aprovação, merece os louvores dêste Congresso.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1935.

Assinados :

Fernando Luiz Osório, relator.
F. Contreiras Rodrigues.
Jací Antônio L. Tupí Caldas.

OS MINEIROS NO RIO-GRANDE-DO-SUL

J. V. Rezende Silva

Até 1750, data do tratado de Madrid, em virtude do qual a Colônia-do-Sacramento foi permutada pelo território das Missões Orientais do Uruguai, a conquista portuguesa no Rio-Grande-do-Sul consistia numa estreita nesga de terra, de sete ou oito léguas de largura, beirando o litoral.

Os açorianos do Viamão e os reinóis do Presídio-do-Rio-Grande, não se internaram pelo interior do território; ao contrário, seguiram o exemplo dos primeiros colonos portugueses em todo o Brasil, os quais, segundo atesta frei Vicente do Salvador, viviam arranhando as areias da costa, como caranguejos.

Não resta dúvida que a primeira colonização do interior do Rio-Grande-do-Sul, como a de todo o Brasil, não foi feita com elementos portugueses.

Ao visitar pela primeira vez, em 1920, a **Fronteira,** surpreendeu-me o grande número de expressões e termos **"genuïnamente"** gaúchos alí correntes e que me eram, todavia, a mim mineiro, familiares desde a infância.

Não tive, no momento, para o fato, explicação aceitável.

Resolvendo, porém, ùltimamente, escrever a "História da Capitania de Minas-Gerais", convencí-me de que a primeira colonização da **"Fronteira"** foi feita com gente levada da Terra-do-Ouro.

*

E' sabido que a Colônia-do-Sacramento, a partir de 1722, foi mantida com a gente e com o ouro mandados de Minas-Gerais.

Em 1722, as câmaras daquela capitania concorreram com o donativo de 10:000$000 para socorro de Montevidéu e da Colônia-do-Sacramento. (1)

O aviso de 6 de agôsto de 1725, do Ministério Ultramarino ao governador da Capitania de Minas-Gerais, aprovou a leva de 250 homens vadios que prendeu e remeteu para o Rio-de-Janeiro, afim de seguirem para Montevidéu à requisição do respectivo governador.

Devemos ressaltar que os adjetivos **vadios** e **facinorosos**, com que os do govêrno colonial qualificavam certos indivíduos não significavam elementos pervertidos e maus. Na sua memória — **Instrução para o govêrno da Capitania de Minas-Gerais** — o desembargador J. J. Teixeira Coelho, explica quais eram os vadios e facinorosos da Capitania: (2)

> "...por estes homens atrevidos é que são povoados os sítios remotos de Cuieté, Abre Campo, Peçanha e outros: dêles é que se compõem as esquadras que defendem o presídio do mesmo Cuieté, da irrupção do gentio bárbaro, e que penetram como feras as matas virgens no seguimento do mesmo gentio: e dêles é finalmente que se compõem também as esquadras, que muitas vezes se espalham pelas matas para destruir os quilombos dos negros fugidos e que ajudam as justiças nas prisões dos réus."

A ordem régia de 23 de janeiro de 1730, mandou satisfazer pelo cofre da fazenda real em Minas-Gerais, a despesa feita com a tropa de dragões da mesma capitania que ali partira anteriormente em socorro de Montevidéu. (3)

No govêrno do Conde de Bobadela, várias foram as remessas de gente e de ouro das Minas-Gerais para a Colônia-do-Sacramento.

Efetivada a permuta da colônia pelo território das Mis-

(1) Rev. do Arqu. Público Min. vol. de 1898 pág. 450.
(2) Xavier da Veiga — Efem. Min. 6 de agôsto.
(3) Xavier da Veiga — Efem. Min. 23 de janeiro.

sões Orientais do Uruguai, os habitantes daquela, já então em número superior a 10.000, foram localizados na fronteira do Rio-Grande-do-Sul onde continuaram a montar guarda à linha divisória do extremo meridional do país.

Êsses primitivos habitantes, na sua maioria originários de Minas-Gerais, legaram aos seus descendentes a linguagem que falavam; mas como o Rio-Grande-do-Sul viveu, durante muitos anos, por circunstâncias geográficas, como que segregado do resto do Brasil, aconteceu que persistiu entre seus filhos a ilusão de serem genuïnamente gaúchos muitos dos termos e expressões de uso corrente entre êles os quais, entretanto, foram para lá levados pelos primeiros povoadores mineiros. Daí a circunstância de ter eu, em 1920, ouvido alí, termos e espressões gaúchas que me eram, todavia, a mim mineiro, familiares desde a infância.

Já foi dito por vários escritores que o S.-Francisco, é um rio sem história.

Efetivamente, são escassos e confusos os dados históricos existentes sôbre a penetração e povoamento do vale dêsse rio. Sabe-se ter sido êle, de longa data, povoado pelos criadores de gado, desde o oceano até às fronteiras do território pertencente hoje ao Estado-de-Minas-Gerais, bem como que os missionários nêle fundaram aldeamentos, muitos dos quais, mais tarde, tornaram-se cidades.

Os seus desbravadores — bandeirantes, — e seus primeiros povoadores — vaqueiros — não podiam deixar aos pósteros elementos seguros que pudessem contribuir para a história do grande rio; esses elementos, todavia, poderiam, talvez, ter sido acumulados pelos missionários; mas, até hoje, como observou Euclides da Cunha, "não tiveram as missões um historiador."

A-pesar-da escassez e da obscuridade dos dados sôbre o **"rio sem história"**, sabe-se todavia, que o "condensador de gente" na frase de Capistrano de Abreu, desempenhou dois papéis importantíssimos na História do Brasil: foi o caminho da civilização brasileira e a base física da unidade nacional, pois foi o S.-Francisco que facilitou o entrelaçamento dos extre-

mos do país e estabeleceu no interior a continuïdade territorial que faltava, ainda em parte, na costa marítima.

Foi às margens do grande e histórico rio que uma popução numerosa de vaqueiros fixou-se definitivamente ao solo fecundo, coberto de pastagens naturais, sulcado por rios caudalosos que o ligam ao litoral marítimo. Durante muito tempo viveu alí essa população, sem ordem, sem organização, como que entregue a si mesma, criada na escola da coragem onde imperava o direito da fôrça, ignorando a existência do govêrno até mesmo sob a forma de fisco, vivendo vida aventurosa em terra farta, gozando de uma liberdade que os homens do litoral jamais conheceram.

*

Divulgada a notícia da descoberta do ouro em Minas-Gerais nos derradeiros anos do século 18, afluiu de pronto às regiões auríferas, gente de tôdas as procedências, de toda espécie, de tôdas as categorias, dispostos a tudo ganhar embora arriscando tudo perder, inclusive a própria vida.

Na ânsia de encontrarem ouro, os aventureiros investiram o sertão em tôdas as direções e esquadrinharam os córregos e os rios que sulcam o vasto território. À margem de cada córrego ou rio aurífero fundava-se um arraial: em tôrno do descobridor que alí se instalava com escravos e fâmulos, estabeleciam-se imediatamente novos moradores, ávidos de fortuna rápida.

Muitos, dispondo de recursos, organizavam grupos armados que comandavam e praticavam tôdas as violências.

E, desta forma, em desordem, no meio de atentados e de crimes de tôda espécie, traições, vinganças, mortes cruéis, foi-se povoando o território das Minas que, logo nos primeiros anos, contava com uma população que se avaliou em 30.000 almas.

Os vaqueiros do S. Francisco alimentaram com seu gado a multidão de aventureiros que afluíram à terra do ouro e é natural que tenham sido êles que em maior número tenham madrugado no caminho das minas.

Os paulistas, depois da guerra dos emboabas, abandonaram as Minas-Gerais e se dirigiram para Goiaz e Mato-Grosso.

De modo que, tudo indica, que o fundo da população da capitania de Minas-Gerais foi constituída pela gente vinda dos sertões do S. Francisco os quais, preponderando na formação dos mineiros, transmitiram aos seus descendentes qualidades físicas e morais que os diferenciam dos seus vizinhos, sobretudo paulistas.

Eram dessa raça os primeiros povoadores da fronteira do extremo sul do Brasil.

*

Não parou aí a remessa de gente de Minas-Gerais para o Rio-Grande-do-Sul.

Mesmo depois de permutada a Colônia-do-Sacramento pelo território das Missões Orientais do Uruguai, continuou a remessa de dinheiro e de gente de Minas-Gerais para o Continente de S.-Pedro.

Estando o Rio-de-Janeiro e o sul do Brasil ameaçados por uma numerosa armada que os espanhóis preparavam em Cadiz, a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos expediu, em 24 de janeiro de 1775, instruções ao governador da Capitania-de-Minas-Gerais sôbre a organização de tropas que defendessem a colônia.

Em execução das régias ordens, o governador criou um regimento de dragões, pôs em condições regulares os corpos auxiliares e as milícias da capitania, mandou 241 praças do dito regimento em socorro do Rio-de-Janeiro, fez seguir também para o mesmo fim diversos corpos de tropa auxiliar e companhias francas, todos fardados e bem armados.

Além dessas tropas, fez o governador seguir, a pedido do vice-rei, nada menos de 4.000 recrutas com destino ao Rio-Grande-do-Sul, em corpos separados, providenciando para que êles não sofressem falta de víveres em seu dilatado trânsito.

Nesse tempo a população de Minas-Gerais era de cêrca de 300.000 almas das quais metade, seguramente, era de escravos. Foi, pois, apenas, dentre 150.000 pessoas livres, in-

clusive mulheres, crianças e velhos, que o govêrno tirou, em poucos meses, cêrca de 5.000 soldados enviados em socorro do Rio-de-Janeiro e do Sul do país. (1)

Em 1777, com a invasão do sul pelos espanhóis, e prevenções de recrutas e cavalos para o Rio-de-Janeiro, vilas das Lajes e da Laguna, as câmaras da capitania de Minas-Gerais, concorreram com 78 arrobas de ouro (Carta da Câmara de Mariana ao governador visconde de Barbacena, datada de 20 de junho de 1789.) (2)

*

Como é sabido, a política de Portugal em relação às suas colônias, consistia em arrecadar e prender — fisco e polícia.

Norteados por êste princípio basilar da política da metrópole, os administradores da colônia tudo fizeram no sentido de forçar os habitantes das Minas-Gerais a se ocuparem exclusivamente da extração do ouro, de maneira a entregarem ao erário régio a maior soma possível proveniente do real quinto. Para conseguir êste resultado o rei, por intermédio dos seus agentes, vedara aos habitantes da capitania de exercerem qualquer atividade que implicasse em distrair dos serviços de exploração aurífera, braços e capitais, tanto assim que foram proïbidas na capitania várias culturas, tôdas as indústrias ainda que estivessem ìntimamente ligadas à agricultura, o exercício de certas artes e ofícios.

Proïbiu-se ou dificultou-se a produção na capitania de qualquer coisa, exceto o ouro, para que, por um lado, todos empregassem sua atividade e seus haveres, como já dissemos, na exploração das jazidas auríferas e entregassem ao erário régio o quinto de S. M. e, por outro lado, tudo que alí se consumisse, a saber: alimento, vestuário, ferramentas, utensílios, medicamentos, etc., viesse obrigatòriamente de fora e pagasse nos "Registos" (espécie de alfândegas sêcas) estabeleci-

(1) Xavier da Veiga — Efem. Min. 24 de Janeiro.
(2) Rev. Arqu. Públ. Min. vol. de 1898 pg. 450.

dos nos pontos convenientes dos caminhos que ligavam o Distrito do Ouro aos portos de mar e às capitanias vizinhas, os direitos de entrada e os de passagem nos rios, a favor de S. M. que, desta forma, auferia, por dois lados, vantagens pecuniárias avultadas.

Por estes dois motivos conjugados a população das Minas era coagida a se concentrar no Distrito do Ouro onde se foi tornando cada vez mais densa, enquanto que o resto do território da capitania permaneceu abandonado, continuando a ser o sertão bravio coberto de espêssas florestas seculares, habitado pelo índio indomável.

De 1735 a 1766, dada a abundante colheita do ouro que se verificou, foi impressionante, sob o ponto de vista da metrópole, a prosperidade das Minas-Gerais. Anos seguidos o real quinto produziu, anualmente, cem arrobas de ouro e o número de trabalhadores empregados nos serviços de exploração aurífera, elevou-se a mais de 80.000.

A partir de 1766, começou a decadência e já em 1780 o decréscimo da produção aurífera alarmava Portugal.

A incapacidade portuguesa, legada infelizmente aos brasileiros, para organizar e dirigir qualquer cousa, patenteou-se mais uma vez de forma inequívoca.

Os primeiros exploradores de ouro tinham procurado, de preferência, extrair o precioso metal do leito dos rios por serem estes de mais fácil exploração e produzirem melhores resultados que a exploração levada a efeito nas montanhas. Esgotados, porém, em pouco tempo, os depositos de aluvião, em conseqüência da multidão que afluiu às Minas e se empregou, desde os primeiros tempos, na extração do ouro, foram os mineiros forçados a explorar o ouro das montanhas.

Para facilitar as pesquisas do ouro a que se entregaram, os mineiros meteram fogo às florestas seculares que arderam em grandes extensões deixando a terra desnuda e calcinada.

Desconhecendo a técnica das minas, completamente ignorantes da arte de exploração de jazidas, não podiam os rudes mineiros se aventurar nas entranhas da terra, perfurando galerias e abandonando, assim, a luz do dia. Conseqüêntemente, tiveram que explorar, a céu aberto, o ouro das mon-

tanhas e remover formidáveis porções de terra até atingirem o veio aurífero, não raro profundo, o que conseguiam por meio de imensas excavações.

Desgostosos com os penosos trabalhos que sòmente lhes proporcionavam escassa colheita de ouro, sobrecarregados de vexações e de impostos, os mineiros, por fim, perdidas as esperanças de lucros compensadores, foram pouco a pouco abandonando suas lavras. Já nesse tempo o govêrno português tinha levantado ou afrouxado a proïbição imposta aos habitantes da capitania de empregarem sua atividade e seus haveres em mistéres estranhos ao serviço de extração do ouro.

As vistas gerais voltaram-se, então, para a agricultura e a pecuária.

Mas o fogo ateado inconsideradamente por tôda parte com o objetivo de facilitar a descoberta das jazidas auríferas, e o formidável movimento de terra desmontada pelos mineiros em conseqüência do processo de minerar a céu aberto, tinham tornado o solo do Distrito do Ouro imprestável para a cultura e para pastagens.

Em face dessa situação, os mineiros abandonaram êsse distrito e foram procurar fora dêle, as paragens férteis aonde pudessem com vantagem se dedicar à agricultura e à pecuária.

O Distrito do Ouro despovoou-se bruscamente.

Começou, então a segunda fase do povoamento da capitania em conseqüência do refluxo da população do Distrito do Ouro, onde se havia concentrado, para a vastidão da terra virgem e fecunda.

Irradia-se a população por todos os rumos e vai conquistando e se apossando das terras e, dêste modo, dilatando o território da capitania. Muitos ultrapassaram os limites oficiais da sua terra e foram-se estabelecer fora dela.

O hábito de conquistar boas terras em que pudessem trabalhar, com vantagem, parece que se inveterou no espírito dos filhos de Minas-Gerais. Como se sabe, foram êles os grandes colonizadores do sul da Baía, do Espírito-Santo, Estado-do-Rio, oeste de S.-Paulo, Goiaz e Mato-Grosso.

Foram os mineiros que, nos meiados do século passado, desbravaram o oeste paulista onde fundaram as grandes fazendas de café e, nos nossos dias, vimos os mineiros criarem a lavoura cafeeira do N. do Paraná.

Sem ruído, mas com energia, norteadas pelo seu proverbial bom senso, a gente mineira tem feito sentir por tôda parte as suas notáveis qualidades de caráter, de altivez, de trabalho, de probidade, sem espalhafatos ou preocupações subalternas de se fazer notar ou aplaudir.

Até ao Rio-Grande-do-Sul chegaram êsses homens que se destacam pelas suas qualidades, se impuseram no conceito geral e vários inscreveram seus nomes nos fastos da epopéia farroupilha. Um mineiro foi o coordenador do movimento revolucionário na hora suprema de sua explosão; três outros foram ministros da República Rio-Grandense; outro deu ao Rio-Grande o pavilhão tricolor e outro ainda é o autor do hino rio-grandense.

Dentre os filhos de Minas-Gerais que, como elementos de inconfundível destaque, atuaram na Revolução Farroupilha, citaremos :

Domingos José de Almeida — notável encarnação do estadista, do patriota e da austeridade pessoal. Foi o organizador do Estado, o 1.º ministro do Interior da República e interinamente da Fazenda.

Dr. Marciano Pereira Ribeiro — médico, vice-presidente da Província. Foi o homem escolhido pelos farroupilhas para os dirigir no momento difícil cabendo-lhe porisso os primeiros atos para o advento da República.

José Pinheiro de Ulhôa Cintra — Foi o 1.º ministro da Justiça e dos Estrangeiros da República, tendo sido mais tarde ministro da Guerra, da Marinha e Exterior.

José da Silva Brandão — Foi ministro da Guerra, da Marinha e Exterior da República.

Padre Antônio Pereira Pinheiro — ex-vigário de Taquarí, antigo deputado geral.

Francisco Modesto Franco — comerciante em Pôrto-Alegre. O pavilhão que arvorou na sua embarcação — **BELA ANGÉLICA** — foi adotado como bandeira da República.

Tenente Coronel Rafael Fortunato da Silva Brandão — Foi um dos promotores do 20 de setembro.

Joaquim José de Mendanha — compositor insigne, é o autor do hino rio-grandense. Aprisionado no combate do Rio-Pardo, seguiu depois a sorte da República.

Não sei si se conheciam pessoalmente Daví Canabarro, o último general em chefe das fôrças farroupilhas, e Teófilo Ottoni, o intimorato chefe liberal mineiro. Sabe-se que eram velhos amigos e que cada qual tributava ao outro sincera admiração.

Sentindo a pressão permanente e cada vez mais incômoda das fôrças de Caxias, Canabarro, com o objetivo de desafogar a situação no sul, mandou um emissário propor a Teófilo Ottoni auxílio militar para um levante em Minas-Gerais e outras províncias.

Como se sabe Teófilo Ottoni havia-se comprometido na revolução de 1842, em Minas-Gerais, pelo que esteve preso, um ano, em Ouro-Preto.

A-pesar-da oposição que fazia à política do Império, Teófilo. Ottoni dissuadiu Canabarro do projeto de levantes armados em Minas e São-Paulo e lhe declarou não concordar com a idéia separatista do Rio-Grande-do-Sul visto ser partidário da integridade territorial da pátria comum.

Em artigo publicado no "Jornal-do-Comércio", em 1865, esclareceu Teófilo Ottoni :

> "Protestei contra a pretendida separação da província: fiz sentir ao distinto chefe dos rio-grandenses livres (Canabarro) que com o direito das gentes do século atual, a maior das desgraças para uma nação é ser pequena.
>
> "Mostrei as vantagens que havia para a causa da liberdade si os rio-grandenses livres, voltan-

do ao seio da pátria comum, viessem reforçar o partido liberal das outras províncias.

"E terminou dizendo: "que os rio-grandenses estavam isolados e só podiam contar com o valor e resignação de que em nove anos davam tão brilhantes exemplos." (1)

Já então, em 1844, Caxias havia aberto com a República do Piratiní, negociações para a paz.

A resposta franca e leal de Teófilo Ottoni venceu as últimas resistências contra a paz. Na carta de maio de 1845, dizia Canabarro a Ottoni :

"Apreciando a franqueza de V. S. e a leal exposição que me fez do estado geral das cousas, me convencí que devia empregar os meus esforços e diminuta influência para a terminação da guerra que por tanto tempo devastou as belas campinas dêste continente, podendo assegurar a V. S. que a sua carta foi o farol que conduziu os continentistas ao desejado pôrto." (2)

E a 25 de fevereiro de 1845, assinou-se a paz em Ponche Verde.

*

Vinte anos depois, a 1.º de janeiro de 1865, Canabarro assumiu o comando da divisão ligeira que êle, na qualidade de comandante superior da guarda nacional da fronteira, havia sido encarregado de organizar. Compunha-se essa divisão de 4.000 recrutas mal instruídos, mal montados e mal armados, e não dispunha de artilharia nem de infantaria.

O general paraguaio Estigarribia, à frente de 12.000 homens invadiu o Rio-Grande-do-Sul por S.-Borja.

---

(1) H. Canabarro Reichardt — Davi Canabarro. pg. 110.
(2) H. Canabarro Reichardt — Davi Canabarro. pg. 111.

Canabarro não dispunha de recursos suficientes para enfrentar um inimigo 3 vezes mais numeroso, dispondo das três armas, bem armado e municiado. Porisso suas fôrças retiravam-se à medida que o inimigo avançava.

Uruguaiana caiu em poder de Estigarribia que, em menos de três meses de sítio, rendeu-se com todo o seu exército sem dar um tiro (18 de setembro de 1865).

Por motivo da baixa politicagem, o Ministro da Guerra mandou, a 3 de outubro de 1865, submeter Canabarro a conselho de guerra, sob o pretêsto de não ter êle obstado a invasão paraguaia.

O govêrno empenhava-se no sentido de ser o general castigado. A defesa apresentada pelo acusado, havia sido sonegada ao conhecimento público e os ataques dirigidos contra Canabarro nos jornais da Côrte, multiplicavam-se e cresciam em violência.

Foi quando Teófilo Ottoni, então senador por Minas-Gerais, saiu em defesa do notável cabo de guerra publicando no Jornal-do-Comércio de 27 de novembro de 1865, notável artigo (1) que pôs têrmo à exploração movida contra o glorioso general bem como ao próprio conselho de guerra que jamais se reüniu.

PARECER

sôbre a tese "Os mineiros no Rio-Grande-do-Sul" do sr. J. Resende Silva.

A tese "Os mineiros no Rio-Grande-do-Sul" é uma valiosa contribuïção apresentada ao Congresso de História pelo eminente historiógrafo dr. J. Resende Silva.

---

(1) H. Canabarro Reichardt — Davi Canabarro pg. 167 e seguintes.

Grande estudioso de nossa história, era mesmo de esperar que a monografia em aprêço, foi o que de fato é — um trabalho de honesta e paciente pesquisa, onde se aprende bastante.

Pôrto Alegre, 7 de outubro de 1935.

Assinados :

Armando Dias de Azevedo, relator
Walter Spalding
Gaston Hasslocher Mazeron.

FORMAÇÃO SOCIAL E PSICOLÓGICA DO GAÚCHO BRASILEIRO

Dr. Felix Contreiras Rodrigues

Não cabe a êste trabalho o título de Formação social e Psicológica do gaúcho rio-grandense, porque seria particularizar e recair em passos batidos por tantos escritores desde Sarmiento até José de Alencar, desde Apolinário Pôrto Alegre até Z. San Martin, Alfredo Varela e Alcides Maia. Para todos êles o Gaúcho é o mesmo, quer habite o Rio-Grande, a Pampa, o Uruguai, quer fale a língua de Amaro Juvenal ou a de Hernandez, a de Tabaré ou a de Miguelito. Embora repetindo que a parte da América-Portuguesa que mergulhou no ambiente sulino, nas planícies e nas coxilhas, também deu frutos peculiares ao meio, êsses tipos sociais característicos das populações que cobrem as chapadas e planuras da América-Meridional, desde o paralelo 28, onde o continente começa a despir-se de suas galas de sol e de palmeiras, até a Patagônia, em que principia a sua nudez glacial, embora reconhecendo essa generalidade, o escopo destas páginas é tentar a demonstração de que os Gaúchos do Rio-Grande formam variedade no gênero, que são Gaúchos, como os platinos, sem deixarem de ser brasileiros, com outros móveis políticos e morais e outro destino histórico. E o que dizemos do Gaúcho em geral podemos repetir, particularmente, do caudilho, que é o mesmo Gaúcho elevado ao mais alto expoente militar e político.

Caudilhos gaúchos são todos os que florescem na vasta região que encerram as bacias oriental do Sul e ocidental do

Paraná, que vai do Atlântico aos Andes, das nascentes do Pelotas, que são as do próprio Uruguai. às pontas do Rio-Negro, que fecha a Pampa; e se caracteriza ora pelos clivos do Rio-Grande e do Uruguai ora pela chateza da República-Argentina, uma e outros, porém, forrados da mesma fôfa e tépida alfombra, e coloridos pela mesma poesia indefinível.

Mas há diferenças raciais entre êles, diferenças congênitas que os distinguem e separam. E, para ficar bem clara a nossa intenção, demos a esta Introdução o título de : — Formação social e psicológica do Gaúcho Brasileiro.

Antes de entrar no âmago do assunto, convém esclarecer qual o sentido da expressão — Gaúcho — entre nós. Muito diversa se nos afigura esta noção no Prata, pelo que se vem prestando a confusões perturbadoras entre nós. Formado êste tipo étnico nos primeiros anos do século passado, mais pelos costumes do que pela consanguinidade, em conseqüência da ação civilizadora dos Jesuítas, floresceu sob a ação revolucionária de Artigas e dos caudilhos argentinos. **Gaúchos** foram originàriamente os Indios da tribo dos **Garrúchos**, cavaleiros e, como tais, empregados nas lidas campeiras das estâncias das Missões orientais e ocidentais do Uruguai. Gaúcho é uma corruptela etimológica de — Garrucho — através de Ga-h-ú-cho, como é uma corrupção de costumes de paz e trabalho através das guerras e revoluções. Aproveitados êsses Índios desde os ataques espanhóis à Colônia-do-Sacramento, continuaram, após a independência do ano 10, incorporados às fôrças dos principais caudilhos da América-Espanhola, sobretudo às de Artigas, às quais deram a denominação que passou à História. **Artigas y sus Gauchos**, assim é designada essa hoste que se notabilizou nas lutas pela separação do Uruguai, Entre-Rios, Corrientes e Sta. Fé. Mas, ao desaparecerem os primeiros chefes agremiadores, inclusive Artigas em 1820, continuaram as rebeliões sob a direção de chefes menores, até degenerarem na anarquia ou na única ordem dos bandos e das hordas, em disputa umas contra as outras. Este estádio se prolongou por meio século, até a Guerra do Paraguai, que absorveu a efervescência dos Gaúchos, platinos, arregimentados, então, em exércitos regulares. Daí em diante

começa a decadência da gaüchada, porque desaparece o último dos tiranos que as Demagogias criaram. Havia sido criada pelas guerras políticas, que exaltam as plebes, e começava a morrer aos golpes da política da guerra rehabilitada por Pedro II. Mais estáveis os Governos e mais fortes ocuparam-se principalmente na repressão do banditismo que foi o atributo essencial da gaüchada, no Prata. Muito devem essas populações da sua paz e prosperidade às intervenções brasileiras de 51, de 64 e de 65 a 70. Resume-se nisto o progresso da América platina. — D. Pedro impôs-lhe governos humanos e estáveis, para que estes tornassem possíveis o trabalho e a prosperidade.

Na ânsia de formarem govêrno nas diferentes Províncias que aspiravam a independência, que valeriam seus chefes improvisados sem a chusma dos Gaúchos, cujo principal emprêgo era matar ou servir de carne à lança ? Durante meio século a estabilidade da América-platina foi uma questão de número, de plebe, o que significa — de Gaúchos. Formado assim, o govêrno de baixo para cima, surgia-lhe logo um problema urgente — suprimir os Gaúchos que o perturbariam. Era o nunca acabar, era o opróbrio, a barbaria, a tal ponto, que o cidadão medianamente educado, segundo os hábitos das velhas famílias da Colônia, não consentia que se o chamasse de — Gaúcho. Não era bandoleiro, não era malo, portanto, não era Gaúcho. Assim, Gaúcho no Prata designou sempre a parte da população mais gloriosa pela função histórica que lhe foi imposta. Êste é o Gaúcho estudado por Sarmiento em seu notável trabalho — Facundo.

No Rio-Grande, porém, quão diferente se nos apresenta o tipo que chamamos de Gaúcho !

Provém da mesma fonte — dos Garruchos — cavaleiros que cuidavam as estâncias e batiam as vacarias jesuíticas, em lidas campeiras de dia e de noite. Mas, não tendo seguido na esteira da evolução do Prata, perpetuou os atributos originários que lhe emprestaram os costumes da ordem e trabalho. Arregimentados sempre nos exércitos regulares do Reino e do Império, nunca lhe ficou aso para a desordem; habitando um país avêsso às revoluções, desenvolveu ao máximo os seus

costumes e os seus processos gaüchescos. Dez anos apenas, no decênio farroupilha, foi desviado das fainas campeiras ou militares para as hostes revolucionárias; mas estas ainda animadas da disciplina tradicional e da cordura que caracteriza o povo português de que descendemos. Ora, êste espírito que presidiu a nossa evolução era, ao contrário do Prata, nobilitante — nobilitante na guerra, pela glória dos triunfos a que nos levaram as Guerras do Reino e do Império; nobilitante na paz, pela desenvoltura que provocam as lidas rurais. Ora, lógico deveria de ser como foi, que os louros dessa nobreza fossem colhidos pelos maiores da sociedade, ou por aqueles que suportavam a responsabilidade da nossa evolução. Nenhum papel histórico desempenhando entre nós a plebe, a peonada, a escravaria, nenhum título de nobreza lhe cabia. Daí vem ser considerado verdadeiro Gaúcho entre nós o campeiro que se veste bem, que encilha com luxo o seu flete — o estancieiro, o filho do estancieiro, o capataz, o remediado. O resto eram simplesmente os campeiros — a peonada, a escravaria. E, como o título foi sempre nobilitante passou daqueles que o conquistaram pelos seus costumes, pelas suas glórias, a todos os habitantes do Rio-Grande. Hoje Gaúcho não é só a designação patronimica de uma parte da nossa população, mas o nome gentílico de tôda a população do Sul do Brasil.

Feito êste parêntese, podemos recomeçar a nossa apreciação.

A todos os Gaúchos, sem exceção, move-os a maior exaltação de individualismo que se conhece, o individualismo preparado pela vastidão do ambiente, que atuou provocando a dispersão na campanha, à revelia da autoridade, e, portanto, a própria dispersão dos agregados humanos; preparado também pela indumentária espalhafatosa sob que mostra a sua imagem exterior, andaina folgada no corpo, e flutuante ao vento, — o pala, que é como a flâmula de uma cruzada perene, o lenço de pescoço, cuja laçada parece o anilho que o prende à soga da querência, enquanto as pontas sôltas vão simbolizando as guias da imaginação a irradiar-se indefinitamente para regiões mais vastas; e o chiripá, que lhe envolve as ná-

degas e as coxas, pendendo até o cano da bota, à feição de cueiro de quem crescesse sem desprender das fraldas de criança. A andaina do Gaúcho empresta aspecto às suas aspirações e ao seu amor pela liberdade. — **Livre no pago e ancho dentro da roupa** — eis o preceito que lhe normaliza os movimentos da vida física e moral.

Preparado ainda pela aversão à sociabilidade duradoura e construtiva, pois não chegou a ir além do ajutório entre vizinhos, de horas ou quando muito de dias, como associação produtiva, o individualismo segrega o Gaúcho no rancho, em companhia, quando muito, da china, a quem canta, rasgando à viola, no auge da comunicabilidade, as canções interpretativas da imensidade e da tristeza do campo. E, como essa cantoria, grande e merencória é su'alma.

Daí passa à venda, nos domingos, para fazer figuração com o traje largado, os aperos ajustados ao pingo, e o bagoal bom de rédea; ou vai às carreiras mostrar como se mexem as patas do seu parelheiro; ou vai ao jogo do osso; ou vai às rinhas bombear quem se anima a pisar-lhe no poncho, tirar uma dúvida a limpo a ferro de facão. peleando como o galo, até cair exangue, perder tudo o que tem; ou vai à comilona política, ou vai ao fandango.

a) No casal.

Êsses agrupamentos que realiza o Gaúcho em campanha e que, em vez de lhe chanfrarem as arestas do individualismo, biselando-o e polindo-o, exaltam-no pelo contrário, e aguçam-no mais no atrito das rivalidades, conforme veremos adiante. Em sociedade, não se diminuem os Gaúchos para que esta aumente e se fortifique com o sobejo de cada um. Não; crescem mais, e tentam absorver a coletividade pela admiração dela ou pela fôrça dêle.

Quando outras explicações faltassem para êsse individualismo, bastaria a carência de família regularmente constituída, em que viviam e em que vivem os campeiros, comumente **afamiliados** em vez de casados; são aginos, como entende

Dreys; porisso sem aquela responsabilidade que obriga o homem à vida sedentária, e prepara os agregados humanos para as socialidades fortes, sôbre o molde mesmo da família.

Sòmente os Tártaros e os Bandeirantes se lhes assemelham nesta indiferença à mulher como ser complementar da existência. São amorosos, mas não morrem de amores, porque a mulher é objeto secundário, diante da necessidade de errar e bater-se. Sempre em campo, sempre solteiros.

Até os Ciganos, nômades, formam tribos e clãs, porque erram com suas mulheres, suas famílias que aumentam e se desdobram. Levam bagagem pesada, carros e instrumentos de ofícios rudimentares; levam tendas os Arabes, que lhes permitem acampar e permanecer dias e semanas no mesmo ponto.

Mas, de que recursos, para a permanência, dispunham os primitivos colonizadores destas paragens, os quais aquí foram degredados, e que, vagando meses e meses nos exércitos em pé de guerra, nem siquer conseguiam reproduzir-se, senão furtivamente ao contacto belicoso com os Espanhóis ou com os Guaranís ? Dentre as mulheres manubiais vêm as primeiras mães dos Continentinos plebeus. Daí ter ficado inveterado, entre os habitantes pobres do Continente de S.-Pedro, o costume da mancebia; assim como a indiferença com que as mulheres legítimas de muitos abastados recebem e criam os filhos naturais dos seus maridos. E' um dos vestígios dos tempos guerreiros da população rio-grandense.

Mas, como não abandonarem a china, depois dos primeiros contactos carnais e no momento da primeira marcha, si não dispunham mais do que aquilo que pode levar o cavalo montado — o poncho e os arreios, o relho e as armas, a soga e o maneador, o laço e as bolas ? E' tudo quanto carregavam e carregam ainda, a título de bagagem, para viver ao relento, ora sob o riso das noites consteladas, ora sob as lágrimas amargas do sereno e das torrentes do céu, sob o chicote dos Pampeiros, sob as sesões das gélidas "lichiguanas". **"Uma noite como quer se passa"** é toda a filosofia e todo o abrigo desta sobrehumana gente.

Entregue a si mesmo dias e meses, sem tecto, sem o ca-

lor de um corpo amoroso, sem o confôrto doméstico, como não se tornaria o Gaúcho um egocentrista ?

Nem o casal, que é a primeira expressão da solidariedade produtiva, como demonstra Carlos Gide, em quasi todos os povos, nem o casal aquí, com a sua formação efêmera e a sua sede precária nos ranchos de palha e torrão, assume aquela finalidade; pois recém hoje começa o Gaúcho a conceber a associação para a produção. A china, sendo um dos seus luxos e um dos seus gozos, serve apenas para formar com êle uma associação para o prazer. Por êle ela não faria mais do que enfeitar-se de saia e topes encarnados para cevar-lhe o chimarrão e a virilidade.

Aí, no recesso do rincão, é onde êle se torna sentimental e terno; onde canta máguas e confessa o seu grande amor.

Ao lado da mulher êle é o "taura" (touro) mas também é o homem reconciliado e convertido. Em sociedade, porém, ante a emulação, faz-se o protótipo da grosseria.

b) No fandango.

Reünidos em **farra**, associados pelo **fandango**, quando podem, hostilizam-se uns aos outros. Todos se mostram, todos pretendem fazer figura; mas ninguém admira, nem ninguém é admirado, senão por si próprio.

E' nos **fandangos**, nos sapateados dessas dansas ruidosas, ao som rasgado de cordas plangentes, que se afina a alma campeira e se harmonizam mais intensamente os homens que as coxilhas e os arroios separam. À música, a essas músicas hoje esquecidas, não ao canto, devemos o reconhecimento que merece todo fator de civilização. Si não feriam a sua tecla lírica, que tiveram sempre atrofiada, eram impelidos a movimentos simpaticos — à dansa, quando muito ao verso. Nunca provocaram a estesia coral, sem dúvida porque o côro confunde a voz do indivíduo. E nunca passaram de solistas.

Contudo, era ao som da "Tirana", da "Chimarrita", que melhor podiam apreciar-se os seus arroubos sentimentais, improvisando, tirando versos, rasgando toadas na viola, dansando, requebrando-se para as suas morenas e chinocas.

Mas também dos estos líricos, que em todos os povos promovem a comunicabilidade dos indivíduos, multiplicando-lhes a alegria e dividindo as tristezas por meio do canto em comum, também dos estos líricos, que criam a harmonia geral pela harmonia coral, tira o Gaúcho motivos de desharmonia e exaltação do eu.

Êle não conhece o côro, porque nasce e morre ouvindo em solo as melodias melancólicas que o bucolismo inspira. Costuma cantar só, trauteia, ou, como diz êle, **talareia** as suas árias tristes, éclogas sem letra; e, quando busca a palavra para entoar um canto, não raro afina, mas dasafia quasi sempre. Então cantam dous, não em dueto, mas à porfia, horas inteiras ponteando na viola, no buso, na gaita :

— Para te cortar a língua
Sabe as guampas baralhar ?
Venham êsse guampudo e meio
C'o este mocho se topar.

— Para te cortar a lingua
Aquí tens um pela frente;
Pois não merece falar
Quem bate língua nos dentes.

Êsse é o tom da sociabilidade lírica do Guasca que não raras vezes atira para o lado o instrumento de música, para brandir contra o adversário o instrumento de sangue e morte. A música e a poesia que enternecem e unem os bárbaros **Mujiks** separam freqüentes vezes, irreconciliàvelmente, dous habitantes das coxilhas.

Não desconhecemos que êste costume seja a revelação da exuberante inteligência e do agudo espírito de que são dotados, embora revelem também o seu egotismo.

Nada mais natural seria que quatro ou cinco tropeiros, enquanto rondam, orquestrassem as suas vozes para inebriar o silêncio das noites plácidas e embalar o gado. Na época das sobrehumanas tropeadas, em vez do rumor dos estoiros, do tropel das disparadas medonhas, que retumbam na terra

sem rumo, com os campeiros por diante, à mercê dos instintos desencadeados, em vez dessa tragédia horrenda representada por bestas, seria a campanha constantemente despertada pelas magníficas serenatas do abojo, que faz adormecer o armento e desencanta os gênios propícios da noite. Outra poesia mais, para aumentar os encantos dêste viver exaltado de fôrça e brutalidade, si soubessem cantar estes campeiros, si em vez do verbo desafiar conjugassem o verbo afinar.

c) No exército.

Até a valentia do Gaúcho, tão decantada por poetas e prosadores, tem a jaça do egoísmo e merece reparos. O denodo dêstes povos talvez encontre limites antes de encontrá-los o de outros menos opulentos e felizes. O Gaúcho nas suas ações guerreiras peculiares, a-cavalo e de lança em punho, é quasi o bárbaro amotinado que espreita, ou, melhor, que espera sem astúcia, a peito descoberto, a ocasião de cair sôbre o inimigo.

A sua espera impávida de que chegue êsse momento contribue, certo, para desmantelar as hostes adversas; mas a verdade é que o Gaúcho mede os seus passos e evita sacrificar-se arriscando morte certa, ao contrário do que fazem os povos fanatizados e arregimentados por profunda convicção religiosa ou política; como o Árabe ao grito de "Allá"; como o Japonês à imagem do Imperador; como o Alemão para que a Alemanha esteja "sôbre todas as cousas". Entre estes povos o indivíduo nada vale, prefere fazer-se obscuro mártir a herói; a coletividade é que é tudo.

Coletivamente, não é dos moldes morais do Gaúcho sacrificar ou renunciar o delicioso viver nos descampados do Sul. O Deus do seu credo são as lindezas da terra; e a sua bemaventurança é a fama e a glória da sua pessoa em foco, do seu eu. Quer ser o monarca das coxilhas; e para a maior parte dêles nem Deus lhes pisa no poncho. Vivem sem Deus, completamente alheios a Êle, que não tem marca nestas fazendas.

Eu sou maior do que Deus
Maior do que Deus eu sou;
Eu sou maior no pecado,
Porque Deus nunca pecou.

Eu, quando inda era pequeno,
Cantava que retinia;
Eu cantava em D. Pedrito
E em Pôrto-Alegre se ouvia.

Mi madre me echó en el mundo
En los pagos de Casupá,
Sin mas amparo que el ayre,
El cavalo y el chiripá.

Neste tom soam muitas quadras crioulas do populário destas plagas. Não fôsse a fatalidade societária, que aquí atuou como impulso de defesa obrigando-os a certo grau de disciplina e submissão, ou como impulso de prazer, que os obriga ao simples contacto com os semelhantes, os Gaúchos viveriam sós como os touros na época do cio, que só se encontram no rodeio para pelear. A procura do grupo não é pelo grupo, é para defenderem-se a si próprios, para esconderem o vulto no volume da coletividade; não para proporcionar prazer, mas para sugar dela o que tem de melífluo. Quando Garibaldi assevera que os Gaúchos se mantém congregados só enquanto estão com o inimigo próximo e se desegregam logo que êste se afasta, adianta uma profunda verdade da nossa psicologia coletiva. Só por pressão das circunstâncias abandonam o seu doce isolamento. Si um exército de Gaúchos é uma multidão na ofensiva, compõe-se de individuos na defensiva; de sorte que a sua própria agressividade é relativa; e aquí recaímos no individualismo, como se recai a cada passo, quando se descarna esta entidade sulina. Êle é como o seu sedimento inferior sôbre que repousam os posteriores, que por êle existem e o anunciam.

No Passo-do-Rosário, por exemplo, foi necessário que Oribe arrancasse as dragonas e, arrojando-as, indignado, gritasse : **Não sou digno delas nem meus soldados dignos de mim !** ... foi preciso isso, para que os seus cavalerianos, desordenados pelas cargas dos nossos maltrapilhos e coletícios lanceiros e pelos quadrados da nossa irredutível infantaria, redobrassem os arremesos e conseguissem conter o avejão da derrota que os ia assombrando. Do lado brasileiro, idem, os nossos soldados afrouxaram diante da pervicácia inimiga, ainda que fôsse uma realidade o seu enfraquecimento e a iminência da retirada, que não soubemos lobrigar. A batalha de Ituzaingo é típica como padrão do valor dêstes povos. Até hoje ressoa o seu clangor, ora nos epinícios do Prata autosugestionado por uma ilusão de vitória, ora nos protestos brasileiros contra a derrota. A verdade, porém, é que nada ficou decidido após êsse feito d'armas, que deveria ter acabado pelo esmagamento de um dos exércitos. Nem o tratado de paz derivou dêle, como sucederia si fôsse uma ação decisiva ou ponderável para a sorte da luta.

Assim teriam procedido soldados que lutam pela vida até a morte e não têm laivos de compadresco entre os motivos da sua militança.

Isso mesmo sucedeu nas batalhas de Taquarí (1841) do Inhanduí, quando da Revolução federalista de 1893; e a História do Sul está cheia dêstes exemplos de afrouxamento coletivo, diante de obstaculos aparentemente insuperáveis. Si a campanha do Paraguai faz exceção, si as fôrças gaúchas mantiveram tensão ofensiva de cinco anos, deve-se em parte à emulação entre soldados de diferentes países, em parte ao exemplo de constância do infante nortista, em parte a termos sido provocados; e, sobretudo, à flama acendida pelo Império, em virtude da qual fulguravam a imagem da Pátria, em vez do egocentrismo de sempre. Afora esta campanha em que a senha era a sacrifício até a morte, e que foi a única verdadeira guerra da América-do-Sul, nas outras tôdas encontrareis grandes indecisões depois de grandes preparações, desilusões após esperanças, encontrareis batalhas e combates indecisos, inúmeros bandos a escaramuçarem pela campanha em vez de

exércitos a se buscarem e baterem; encontrareis sublimes sacrifícios individuais que restam inùtilmente como conseqüência única dos encontros. E por que ? Porque são indivíduos que se chocam e não coletividades. Os Gaúchos são titãs, isolados; mas agremiados, pigmeus que se apagam nas sombras uns dos outros.

No combate do Seival, com que se estreou a campanha de 36, Marcelino Nunes e Pedro Nunes, lanceiros de uma e outra banda, depois de terem sido amicíssimos na guerra da Cisplatina, e ligados por próximo parentesco, por se reconhecerem os valores respectivos, buscaram-se como feras, êste de soliférreo em riste, aquele de espada em punho, para se matarem como se mataram, no torvelinho da refrega, em duelo desesperado. Não os movia o elevado sentimento de partido mas a brutal emulação da fôrça. E porisso realizaram façanha que pode ser catalogada nas mais assinaladas gestas da humanidade.

E' freqüente que, nos combates, meia dúzia de Gaúchos folheiros pratiquem atos de bravura sobrehumana, e basta para que o seu bando, embora derrotado, se considere suficientemente glorioso. Não venceu mas teve heróis. E era isto o que, em substância buscavam, — o heroísmo pelo heroismo, como o artista se contenta com a arte pela arte, ainda que sem a vitória de uma finalidade.

Aí temos a explicação das famosas cargas de lança que ilustram todos os prélios gaüchescos e cujas reminiscências vêm nobilitando estes povos.

E por que preferem estes guerreiros denodados às armas da infantaria e da artilharia, mais protetoras do soldado e mais eficazes contra o inimigo, a cavalaria, cheia de riscos, e da cavalaria a tática da carga de lança ou espada, a mais audaz ?

E' que aquelas absorvem o soldado, e esta salienta o indivíduo. E' que a carga de lança é o entrevero; e o entrevero se decompõe em tantas monomaquias quantos soldados avançam. E' que a carga de cavalaria, desencadeada em momento oportuno, permitindo que cada centauro desenvolva as suas próprias habilidades de picador e a fôrça no manejo da

arma branca, importa o tiro de misericórdia em um exército já combalido, implica a surpreza, o pavor, o triunfo, a glória.

A bala que mata a mil metros, sem que o atirador enxergue a vítima, realiza o máximo caiporismo para esta, como quem morre de raio, e prova uma covardia daquele. O Gaúcho quer ver de perto como se passam as cousas e contra que inimigo se bate. Morrer de longe, sem uma figuração, é estúpido e infrutífero. Não dá o que contar.

Estude-se minuciosamente a vida dêstes heróis, e muitos se acharão que, sendo invencíveis pela arma branca, quer mano a mano, quer em carga, tremem como vara verde nas linhas de fogo ou fogem espavoridos. Parta-se do princípio contrário — do solidarismo — que é a exceção para estas gentes, e ter-se-á a recíproca da valentia obscura de quem é arregimentado e morre pelo seu regimento, a pé firme, para que do seu sacrifício resulte um pouco de grandeza ao todo.

No acervo do populário rio-grandense não faltam causos que ilustram estes corolários dos dous princípios psicológicos.

Tristão Lima, famoso brigador do Aceguá, por exemplo, invencível mano a mano, está evidentemente entre os primeiros; e o famoso Fulião das bravuras do Paraguai, e de 93, o destemido das linhas de fogo, aquele que apanhava dos rapazes, na luta singular, entre os segundos. Tristão Lima, impávido diante das pontas de aço do facão, a desviá-las com sua faca de palmo ou com gambetas de gato; ou diante das guampas do touro em raivosa arremetida, a picar-lhe o fucinho com a mesma faca, sem a capa protetora do toureiro, só com agilidade e audácia, Tristão Lima não conseguia dominar o mêdo nas linhas de fogo, e fugia sempre, ao ouvir o chiar das primeiras balas.

Parece absurdo; mas não pode ser, porque a natureza humana não encerra contra-sensos. Si, às vezes, as suas manifestações não acham cabalmente esboçado o quadro da causalidade é que escapam à penetração do nosso pobre espírito. Mas o nosso caso não é de obscurantismo, nem resiste à luz da especulação, tão evidente está êsse sentimento no coração gaúcho.

Tristão Lima era valente sòmente em presença das fôrças adversas que êle podia atingir e desviar com a dextreza ou dominar com maior fôrça. A sua valentia é a mais palpável manifestação de individualismo. Contava consigo mesmo, tinha-se confiança cega, a fé absoluta do materialista abandonado pelas próprias convicções aos azares e, geralmente, aos maus azares da vida.

Tinha aprendido a lutar pela vida só, dominando potros, touros e homens, todos os entes que o rodeavam, por se ter feito superior a todos. Era o semibárbaro sem religião, em cujo berço meio selvagem, meio civilizado, tinha-se perdido o Fetichismo dos antepassados Bugres sem que tivesse ouvido até o túmulo a catequese do Cristianismo.

Perdera um amparo sem adquirir outro...

Como não ter pavor do raio, por exemplo, que destrói àrvores gigantes, que fulmina colheras de animais, que penetra no rancho e percorre-lhe, num segundo, os quatro cantos, entrando pelas gretas da quincha ou pelo buraco da fechadura ? Que poder é êsse que êle não consegue nem tenta dominar nem evitar ? Será a manifestação da suprema cólera, da cólera divina, sôbre que nunca cismou, senão para sentir-lhe todo o horror ? Através do raio que desce do alto, inesperadamente, sem que se lhe preveja a direção, o Guasca enxerga fora de si, longe de si, o Deus terrível e vingador, por momentos acordado atàvicamente, nos refolhos d'alma, como voz longínqua, e sente-se ínfimo, culpado, precito. Treme, acocora-se, acouta-se, porque, não tendo o Deus dos civilizados dentro de si, não tem dignidade nem firmeza para afrontar serenamente a fatalidade da morte. Tristão Lima, como todo bom crioulo, peleador mano-a-mano, só sabe morrer bem, de sangue quente.

E quem diz o raio, que deixa o clarão e o estrondo para tornar mais impotente e medonha a sua passagem, diz a bala que sai do esconderijo da escorva, já de pontaria traiçoeiramente feita, com trágico estampido e lúgubre psio, às vezes multiplicada, como gotas de chuva a distribuírem a morte, regando a terra de sangue, sempre invisível, sempre inevitá-

vel, a salvo da destreza ou da fôrça de quem quer que seja. A bala é o raio dos combates, a prova de uma covardia.

Ante isso, o primeiro sentimento, o mais impetuoso, é o mêdo, e o primeiro gesto a fuga, para quem não tem dentro de si a voz estentórica do dever e da dignidade, que só a moral religiosa ou o apuro da civilização impõe até a morte. Tristão Lima, o Gaúcho plebeu aprendeu a ser herói, e não concebe o sacrifício sobrehumano do martírio, que o homem requintado consuma, às vezes, a sangue frio.

Tal o horror do Guasca ante a morte serena, na imobilidade expectante da trincheira, ou sob a ameaça fulmínea do raio. Êle sabe morrer, mas quer morrer brigando. Ainda semi-bárbaro, oco de religiosidade, falto de educação, como bárbaro, frue das suas grandes qualidades e se ressente dos seus grandes defeitos.

Fulião, porém, com a imperturbável coragem nas linhas de fogo contra os Paraguaios e mais tarde contra os Picapaus, com a alma formada para os grandes lances coletivos do homem, representa a exceção dêste caldeamento étnico em que as correntes regressivas do sangue começaram predominando sôbre as progressivas. Era capaz de dar o sangue e a vida incondicionalmente à causa comum; mas negava-os aos ódios e aos caprichos dos indivíduos impulsivos. Esta, sim, era morte inútil.

Votado à sociedade, à Pátria, ao Partido-Federalista, não concebia a morte nem o derramamento de sangue pelo indivíduo. Nem defendendo-se mataria, porque não pelejava mano-a-mano. Esta, no Rio-Grande, ainda é a feição do semíviro, estando com Tristão Lima, o manejador do facão, a do super-homem.

Eis a psicologia do homem verdadeiramente superior implantada no coração de outro Gaúcho, tão rude como Tristão Lima. Mas há poucos que aceitem esta auréola de civilização; e a valentia dêstes pagos continua a ser individual, e continuará, enquanto se não arregimentar esta gente e educá-la de forma que se convença da superioridade e preferências do todo em relação ao indivíduo.

O serviço militar obrigatório está no caso de operar essa

transformação moral com a qual muito devemos contar nas possíveis conjunturas do porvir. Algo já está começado neste sentido, pois os reservistas do exército nas últimas revoluções de 1923 a 1932, inspiraram o desprêzo pela lança e o apreço à briga de infantaria, à metralhadora e ao fuzil. Ainda assim, contam-se não poucas arremetidas temerárias contra metralhadoras, a mãos armadas de lanças e simples espadas. Falam bem alto, neste sentido, as acometidas de trincheiras em S.-Paulo. Os fatos ainda não bastaram para extirpar a supersticiosa confiança nas armas brancas, e os Gaúchos continuam a experimentar, à custa de preciosas vidas, o poder do seu braço, as patas do seu corsel e o impulso do seu sangue quente. Até nisto — na arte da guerra — o progresso material tem triunfado sôbre os preciosos valores morais do homem !

d) Na política.

Para terminarmos êste ligeiro escôrso psicológico do Gaúcho, falta-nos mencionar o último agregado transitório que realiza: — o da **comilona política** — que dura horas, quando muito um dia.

Entre os Platinos a política é uma necessidade, como é a obediência ao caudilho que governa o país ou manda no pago, realmente de modo despótico, nominalmente pelo povo. O vulgo deve comparecer às reüniões para exibir vulto ao adversário. Os países do Prata se dizem democráticos, e nenhum movimento de opinião, por mais pessoal que seja, se justifica sem a presença inóqua da gaüchada. A comilona é a verdadeira manifestação da opinião; nela se caldeiam os sentimentos de partido quando em unissonância. O gesto que muitas vezes é falso nas urnas, é sempre sincero na comilona. Não há entusiasmo que não seja verdadeiro em presença do chefe livremente escolhido ou no meio da gaüchada folgazã, diante do churrasco apenas encalido na cinza ou no venha-de-lá do trago de cachaça. Alí estão as manifestações espontâneas; alí está a verdadeira feição dos partidos políticos. Quanto são mendazes as urnas, verazes são as comilonas.

O Gaúcho rio-grandense pratica-a levado por outro espírito; mas chega ao mesmo resultado, que é manifestar a sua opinião entre farras e folguedos. Aquí é geralmente a reação festiva contra os poderosos do dia, o protesto contra as arbitrariedades dos mandões do Município ou da Província, é o verdadeiro comício, realizado à sombra de um mato ou capão, com exibições de trajes e fletes, à voz autorizada dos oradores, que excitem a vaidade dos singelos campeiros, sob os olhos e os favores dos caudilhos capazes de os conduzirem aos acampamentos e aos combates nas possíveis revoluções.

Êste costume, que vem das antigas rivalidades entre Conservadores e Liberais penetrou pela República ainda com mais intensidade, pelo motivo de ser o povo obrigado a reagir com as próprias fôrças, na ausência da suprema autoridade, do supremo juiz. Si a política era entretimento para o povo no tempo em que havia quem fizesse política por êle, passou a ser necessidade, ocupação e preocupação depois que ficou entregue a si mesmo. E esta velha cachaça do povo gaúcho, de mero vício, que lhe preenchia as horas vagas, tornou-se-lhe o alimento. Hoje é a política o objetivo que desperta com mais severidade o espírito de agressão entre os indivíduos, inspirando-lhes o devotamento e o sacrifício, pela causa comum. O Rio-grandense leva a sério os princípios liberais.

Mas, ao contrário do que geralmente sucede nas Democracias, em que a intervenção impertinente do povo na Política, com fito nos precalços do govêrno e nada mais, intoxica e atrofia o corpo nacional, no Rio-Grande-do-Sul a ação política dos Gaúchos tem expressões, como já dissemos em nosso **Velhos Rumos Políticos**, de alta significação social. Aquí as idéias e os exemplos de chefes autorizados pelos talentos e pela cultura, implantaram na conciência popular, ao mesmo tempo que as convicções doutrinárias, o empenho de nobres atitudes políticas e normas de conduta com verdadeiras feições de sarcedócio. Os Mestres e Chefes legam aos discípulos o evangelho, e estes o vão sustentando através das vicissitudes, como verdadeiros apóstolos, que se não conformam com as atitudes do adversário. Dêste modo, a política

por estas plagas deixa de ser a gangrena de tôdas as outras, e aparece como renovadora do caráter, sustentadora daquela independência individual que foi sempre a base do nosso modo de ser, e será o principal fator do progresso moral, e do material, quando a êste povo lhe dê por êsse caminho, aproveitando a pessoalidade para o trabalho e a indústria, como para a realização do solidarismo colossal, de feição Yankee. Retemperada de bons costumes, a política entre os Gaúchos fortifica o personalismo moral, que é por onde o homem pode atingir a perfeição.

Ela vai, assim, sob a República, servindo de campo ao desenvolvimento da nossa qualidade básica. E' não só em relação aos Liberais e Conservadores do tempo dos dous Impérios, como aos Federalistas; e aos próprios sectários do Chefe e Mestre opôsto — Júlio de Castilhos — que, na defesa das instituïções que implantaram, adotaram as mesmas normas de conduta, as mesmas armas que fazem a fôrça da oposição, generalizando e fortalecendo dessa forma um costume que é uma tradição.

O individualismo gaúcho, passando das guerrilhas, para a hostilidade política, originou as agremiações partidárias à sua própria imagem, pois que não são senão duas individuações políticas a se degladiarem, sem tréguas. São dous exércitos em constante pé de guerra, dentro dos quais o indivíduo não perde os seus atributos, a sua personalidade.

Idêntica reprodução dos quadros políticos do passado, contemplamos hoje no duelo entre Liberais e Frente-unistas, entre Flores da Cunha e Borges de Medeiros.

Não apareceram ainda caudilhos nem tiranos que conseguissem anular o individualismo dos Rio-grandenses. Nem o Positivismo do Partido-Castilhista com as suas máximas sociocráticas, nem os processos governamentais do mesmo, que fizeram correr caudais de tinta e sangue, conseguiram apagar a pessoalidade das ações da maior parte dos seus próprios sectários. E' que êste traço é mais profundo que os vestígios políticos e sociais; é impresso nalma pela moralidade a que se afizeram, e como tal tendente à irredutibilidade.

O povo gaúcho, além das superstições populares — do Lo-

bishomem, do **Boi-tatá** e do **Negrinho-do-pastoreio,** como exaltação de sentimentalismo e aspiração de justiça deixada pela escravatura, não tinha religião; precisava de uma; e esta foi o único fenômeno social que o congregou mais intensa e duradouramente — a Política. Não obstante vereis ainda na comilona política o motivo e a ocasião para os surtos do individualismo; assim como no seio do partido, em que todos sabem o que se deve fazer, e profetizaram o que se fez.

Em todos os momentos esta corda moral soa predominantemente na orquestra da sua vida, quer aquí, quer nos conglomerados bélicos, quer nas reüniões lúdricas do fandango, das carreiras, e sobretudo quando isolado, nos caminhos, ou na sociedade conjugal do pago, do rincão, do rancho. Em muitos casos, porém, do individualismo mal aproveitado, como estado social, surgiu o egoísmo como estado moral, com todo o séquito das suas conseqüencias — a melancolia, a misantropia, a vaidade, a soberbia, a revolta, o banditismo, o sangue, o vandalismo, a feição peculiar à sua valentia, que mui amiúdo toca as raias do heroísmo — em vez dessa conciência do domínio do indivíduo sôbre si mesmo, capaz de fazer ainda do Rio-Grandense um povo superiormente político.

Bem explorada a Política como veículo de perfeição, chegaria a ser o povo rio-grandense um dos mais elevados do mundo, porque na sua inclinação à luta política descansa a sua tecla psicologica mais afinada, o seu individualismo construtivo.

Até aquí tratamos das qualidades gerais do povo gaúcho das duas bandas do Prata e do Uruguai, principalmente da sua feição plebéia. Quanto ao seu aspecto aristocrático, falta inteiramente nos Gaúchos platinos, para constituir especialmente e essencialmente a fisionomia do Gaúcho brasileiro. Gaúcho na Argentina e no Uruguai é sempre sinonimo de chulo, malevo, bagaceira, e antinômico de **pueblero,** de homem nobre, educado como os industrialistas, estancieiros, patrões. Nunca foi um Gaúcho o próprio estancieiro, a não ser que

desse mostras de ser um alóbroge, como todo semibárbaro. No Brasil, porém, é gaúcho principalmente o estancieiro, que se compraz com o distendimento das suas faculdades ainda que no sentido das habilidades físicas próprias da plebe.

Esboçada, assim, a traços largos, a feição comum a todos os habitantes das lombas e planícies da América-do-Sul, tentaremos o desenho das diferenças e peculiaridades, da variedade platina e da brasileira.

Individualistas uns e outros, não se confundem, porém, como geralmente se pretende.

Formigando a cavalo por estas pérvias chãs e rechãs há Gaúchos e caudilhos, que convém não confundir.

Há os que provêm da fusão do Espanhol com os autóctones, e os que procedem do sangue português derramado no aborígene; há os que herdaram o fogo perene do Andaluz, atiçado pela memória da maior dominação que a história conhece, aqueles cujos maiores um dia acreditaram que o mundo era seu e se habituaram a significá-lo disertamente, e com largos gestos.

Tais são os Gaúchos uruguaios e argentinos, (sobretudo os últimos), os quais deram como tipos representativos **Juan Moreira** aqueles, **Martin Fierro** estes, avezados em lutar com a polícia, capazes de combater contra um exército; e como caudilhos — Artigas — que se atirou contra Espanhóis, Portugueses, Argentinos e Brasileiros, contra todo o mundo; e **Facundo**, para quem a paz era a própria guerra; e **Rosas** que pensava ter o orbe sob os pés, tendo apenas um milhão escasso de almas; e **Lopes** que pretendia humilhar um Império dez vezes maior.

A hereditariedade e o ambiente da vida dessa variedade étnica atuaram sobreexcitando-lhe o individualismo congênito. A planura, que põe o Gaúcho em relêvo, e a coxilha que lhe serve de peanha, negam-lhe o couto, recusam-se a escondê-lo em caso de defesa prolongada. No descampado o homem precisa agredir à guisa de defesa; precisa bombear sempre, fazer dos próprios peitos a barreira protetora, já que a terra lha suprime. Ao contrário do montanhês e do selvícola, que esperam na trincheira o inimigo e levam a vida impreviden-

te dos protegidos, o rurígena se torna fatalmente agressivo. Tudo contribue para isso — a ausência de amparos naturais e a existência do cavalo inseparável da campina, sôbre o qual o homem corre-a e percorre-a, senhor dos movimentos, dono da velocidade.

Em tal **habitat** o Gaúcho platino adotou a agressão por imperativo bélico e o dever de ser valente em todos os momentos da vida; assim como na guerra a ofensiva por tática única. Os estos do sangue da origem o embriagaram à vista dêstes descampados. por onde se pôs a vagar desvairadamente, crendo-se o ente mais poderoso da terra. A volúpia da liberdade relaxou os laços de solidarismo, aprofundando os contornos do indivíduo, de forma que aos poucos se desprenderam do Govêrno e do Rei, até chegarem a prescindir dêle, porque o Rei era o próprio Gaúcho, e de si mesmo.

Assim sendo, era necessário agir, e agir desesperadamente, em todos os sentidos, com tôdas as faculdades em jôgo, limpando de inimigos a circunvizinhança, ir agredí-los e corrê-los para as serras e as matas, afim de que não cessasse a delícia da vida neste novo paraíso que o Platino quer só para si, sem sombra de competições.

Restringindo a esfera de especulação, até alcançarmos o indivíduo, veremos a êste com os mesmos processos bélicos, e encontraremos o tipo clássico do peleador, do Martim Fierro, a bater a autoridade, a fugir da sociedade, a levar para o deserto, dentro do coração tôda a alma de um povo. O Gaúcho que todo o mundo canta, que todo o mundo lamenta não poder imitar, é o bárbaro e solitário Martim Fierro. Êle é o ideal profundamente sentido por todos os sulinos e só frustrado pela fatalidade social, pelo progresso, pela civilização. Não há campeiro que não recorde com inveja as proezas dos peleadores nos tempos do campo aberto, sem aramados, recortado de sendas.

Essa fatalidade societária que os agrupa mais cedo ou mais tarde, filha das complicações políticas a que são arrastrados os homens, qualquer que seja o seu estado de espírito, embora uns aos outros se repilam em vista de preconceitos e ilusões, essa fatalidade temperou o individualismo exarceba-

do, impondo-lhe o caudilhismo por limite. O caudilhismo foi a conseqüência natural do modo de vida dos homens que, aos punhados, se derramaram pela grande bacia do Paraná do Sul.

Insuladamente livres e senhores da imensidade, que podiam percorrer e conquistar a pata de cavalo, estes indivíduos precisaram unir-se um dia, para se contraporem ao desencadeamento de fôrças superiores à de cada um dêles. Então realizaram a sociedade forçosa para a guerra; daí os pequenos exércitos mobilíssimos e errantes como os ventos, às vezes lentos, outras impetuosos como tufões de Pampeiro; daí a necessidade do chefe; daí o **caudilho.** O caudilho foi o soberano que veiu fazer as vezes do Rei, corrigindo uma anormalidade que ameaçava degenerar em barbaria; foi o remédio produzido pelo próprio mal, conforme sucede nos organismos individuais medicados segundo o princípio do **similia similibus.** Foi o contra-veneno da gaüchagem que, subdividindo o país em pagos, o estava porfirizando, e impossibilitando assim a formação das pátrias e dos Estados; foi o primeiro govêrno dêsses agrupamentos efêmeros organizados regressivamente para a guerra ou para a pilhagem. Ou bom ou mau, foi o govêrno, foi uma ordem; o que lhe basta para a absolvição da História.

Tanto mais poderoso é êle quanto mais indomáveis os seus sequazes. Entre os Gaúchos super-homens êle se fêz o supremo, quer seja Artigas, quer seja Rosas, quer Lopes. A carência da autoridade gerou a demasia autoridade; a falta de rei criou o tirano; a falta de educação cívica originou a escravatura; a animalidade pariu a barbaridade; e os orfãos políticos da Pampa terminaram sob a espada de padrastos.

Ora, uma vez ingendrado o caudilho, uma vez submetido o grupo pela necessidade, primeiro, pelo consentimento depois, e, em seguida, pelo terror, o caudilho não tem limites para as suas expansões autoritárias, e de rei passa a Deus. **"El supremo",** como se intitulavam.

Ter-se-ia desmembrado em inúmeras patriarquias a América-Espanhola, na parte onde esta espécie social medrou, si não fôssem a identidade no falar e os caudilhos maiores

que apareceram subjugando os menores, e dando limites e feição a cada uma das Pátrias em que hoje se subdivide.

Assim foi na Argentina, sob Rosas, que a unificou paradoxalmente, aos gritos de **"Mueran los salvages unitarios"** contra Quiroga, Rodriguez, Ramirez, Lopez, etc., assim foi no Uruguai, onde Artigas não encontrou quem lhe circunscrevesse a influência e o prestígio; onde Rivera, vencendo Oribe e adormecendo-lhe os sonhos de incorporação ao Vice-Reinado, tornou-se, em última analise, o pai da independência da sua Pátria; assim no Paraguai, onde os caudilhos máximos não deram lugar ao aparecimento dos caudilhos menores, e o país de simples Província passou ao isolamento e á independência como bloco granítico.

Para chegar à normalidade civil e ao limiar do progresso não havia mais do que um passo. O Gaúcho popular, o plebeu, já fôra submetido diretamente pela manopla do chefe, aprendendo assim a respeitar os superiores e a cumprir as leis que emanam dêles; e o caudilho, o **supremo,** começaria a encontrar limites ao despotismo, ora nos golpes que a todos lhes deram majestàticamente os reis do Brasil, apeando Artigas, apeando Rosas, apeando Lopez, ora preceitos patrióticos e humanos de Sarmiento e de Varela. O que a espada brasileira não fêz mais do que iniciar, o mestre-escola terminou eficazmente. Eis como se explica ser hoje o cidadão das Repúblicas do Uruguai e Argentina, segundo patenteiam os melhoramentos materiais e morais do interior dêsses países, quer em escolas, quer na pecuária, quer em policiamento, quer em audácia legislativa, quer na educação cívica, eis como se explica ser êle mais submisso à autoridade, mais conformado com as leis promulgadas, mais entregue ao trabalho, mais afeito ao progresso, do que o Gaúcho rio-grandense ou brasileiro. Battles-y-Ordoñez, no Uruguai, e Yrigoyen na Argentina, tiveram o ardimento de levar a efeito as mais arrojadas reformas de índole radical, sem convulsões revolucionárias por êsses povos outrora tão abreptícios e insubmissos. Si é possível a um povo atingir a verdadeira Democracia, estes dous andam-na beirando, quando não a tenham realizado na perfeição que possa alcançar êste regime. E' que os seus

cidadãos aprenderam a golpes de provação, o que não quizeram aprender a golpes de razão. A experiência lhes ensinou a ordem, aquela mesma que existia sob o absolutismo dos reis de antanho, e, talvez, hoje ainda mais estrita, e onerosa, pôsto que aquela dava lugar a relaxamentos como êsses — das desagregações dos habitantes pampeanos pela embriaguez da liberdade e pelas delícias da vida sem peias no éden das planícies e coxilhas.

Reagiu contra as formações do alto, e teve de formar-se de baixo para cima. Mas, parando na Democracia, estacionou a meio caminho da escala política que vai da Anarquia bárbara à Monarquia. Falta a êsses povos, como a todos os que vivem mistificados pela República, chegarem lá, para que tenham atingido a melhor realização e a maior expressão da ordem pela unidade, e pelo tempo, aquela que mais se coaduna com a essência do ser humano.

A liberdade absoluta, o fruto vedado ao homem, foi saboreada pelos povos platinos em festim de dous séculos; mas dous séculos tiveram êles de provações e castigos, castigos que vão recrudescendo hoje, sob a forma de leis sociais coercitivas, como nova expiação do pecado original das Pátrias do Prata.

A liberdade, que o coração adoça e colora, contém venenos que só a razão destila e evita. E, enquanto fôr empregada como única base de governança, os homens vacilarão por falta de fulcro político realmente sólido. Eis porque todas as Democracias vivem cambaleando e resvalando para o abismo comunista.

Vêde agora o Gaúcho rio-grandense ou brasileiro.

Ao lado daqueles, sob os mesmos paralelos, pisando o mesmo veludo de capim, sob o mesmo sol ardente, com o mesmo algor dos gélidos serenos contra os mesmos ventos, medra outra variedade do mesmo tipo social, com idênticas ocupações, errando a-cavalo, criando gado, correndo boi, bolean-

do potros, pealando terneiros, vigiando em face do inimigo da Pátria, marchando em coluna, carregando de lança. Esta variedade, porém, é feita de indivíduos morigerados, aparentemente mais humildes e modestos. Tem por modêlo um Guedes, um Manduca, um Fidelis, um Pedro Canga, altivos, capazes de vencerem na segunda peleia, mas incapazes de terem provocado a primeira, e por tipo de caudilho tem entre muitos outros João Antônio da Silveira, Felipe Portinho, Gomercindo Saraiva, Estácio X. de Azambuja, Flores da Cunha, cujas qualidades na paz e na guerra resumem a complexa psicologia dêste povo rio-grandense, truculento em aparência, pacífico e bom em realidade.

Nesta parte da América-Meridional, no Rio-Grande-do-Sul, o prisma monárquico e o sentimento de império, desde os primórdios da nacionalidade insuflado a todos os Brasileiros, determinou de cima para baixo, por educação cívica, pelo respeito ao poder único, pelo escarmento do vizinho, a formação do Gaúcho da defensiva, da ordem e muito da rotina, como os povos que atingem certa perfeição moral e política. Nem há que esquecer a — hereditariedade — entre os fatores que atuaram diretamente na nossa compleição moral. Si temos a turbulência do Tape, do Minuano ou do Charrua, enfim, do Guaraní, ficou a contrabalançá-la em nosso ser, a mansidão, a meiguice do Português, a que nem porisso, careceram qualidades para conquistar os mares e fundar e sustentar o grande Império Brasileiro. No Português de aparência tímido, as grandes qualidades de caráter estão latentes, à espera das ocasiões precisas. Falando dêles, como primeiros colonos, disse João Maia : "Sob múltiplos aspectos lucrou com a sua aquisição o Rio-Grande; o colono açoriano é vivaz, altivo, dessa altivez que a presença contínua do mar infunde, hospitaleiro, religioso, mas tolerante, frugal, valoroso, sem propensão ao crime, tendente a adquirir a posse territorial, amante da liberdade e da independência." São qualidades que nos encaminharam no sentido da paz, da defensiva e do trabalho constante, embora tardígrado.

Quanto à dominação territorial, ela se manifestou logo açambarcadoramente em tôda a imensa bacia oriental do Uru-

guai, desde as suas nascentes no Pelotas até a sua foz no Prata.

Apropriaram-se, de fato, os Portugueses e seus descendentes, desde o alvorecer do século XVIII, dêsse imenso território que tinha por último bastião a Colônia-do-Sacramento. Êles vieram à América colonizar, e as suas vistas se viraram impávidas e pertinazmente para a terra, para o trabalho, sem recuarem diante das investidas dos seus trêfegos e cúpidos vizinhos. Dos exércitos que chegavam saíam os nossos campeiros. Quanto às nossas lutas constantes com os Platinos, eram provocadas por estes, por estes arrastrados os Portugueses e mais tarde os Brasileiros. Marchávamos **pro aris et focis.** "Não eram os Continentinos meridionais, diz Múcio Teixeira, que saqueavam e destruíam os bens alheios, e sim as hordas dos bárbaros do Prata. Para prová-lo aí estão a conquista da ilha de Sta.-Catarina, a tomada da Colônia-do-Sacramento, a posse da vila do Rio-Grande-de-S.-Pedro, e de outros territórios nossos. A fôrça que armou o braço rio-grandense e o conduziu à luta foi um profundo sentimento de **révanche,** o patriótico intento de expulsar da terra natal o invasor sanguinário, o intruso cruel, o vizinho desleal que nos queria fazer presa de suas descomedidas e insaciáveis cobiças."

Os Platinos, de índole agressiva, viveram sempre embalados pela volúpia das correrias e das gazivas fáceis no clivoso e belo solo rio-grandense, na terra **"de los portugueses y de los macaquitos",** como diziam e ainda dizem. Penosas e amiüdadas foram as vezes em que a pata do cavalo platino veio talar os campos das nossas propriedades e perturbar-lhes a paz do trabalho !

Depois da efêmera aliança, pelos meados do XVIII século, entre o Português — Gomes Freire de Andrade e o Espanhol Valdelírios contra Sepé e Nicolau Languirú, os intimoratos chefes guaranís, dez anos depois dêsse feito glorioso para os vencidos, aviltante para os vencedores vieram estes às mãos entre si, pelos anos da década de 1760, em conseqüência da insólita invasão de D. Pedro de Cebalhos na Colônia-do-Sacramento e no Rio-Grande-de-S.-Pedro, fortes êsses que tomou a viva fôrça, fazendo as populações prisioneiras e

permanecendo nêles durante dez anos, não obstante as convenções da paz, e a frustrada tentativa libertadora de 1767.

Em 1773, novamente, o General Vertiz, com 5.000 homens, de combinação com o Coronel Molina, que saíra do Rio-Grande com 500, invadem os domínios portugueses, levantando o forte de S.-Tecla, para que lhes servisse de base da conquista do resto da Capitania; e, si não consumaram o intento foi porque José Marcelino, Governador, e Rafael Pinto Bandeira a defenderam com denodo.

Em 1777 Ceballos volta à carga com poderosa esquadra sôbre Sta.-Catarina, que subjuga, e sôbre Sacramento, que arrasa, enquanto Vertiz invade por terra, mas se topa com Bohn dicidido a vencê-lo. Pelo tratado de S.-Ildefonso mais uma vez Portugal recupera as suas posses arrebatadas a fôrça d'armas.

Em 1825, nova guerra estala, e desta vez com total desvantagem para os Brasileiros, pois os Platinos, vencendo-nos no Rincão das Galinhas, vencendo-nos no Sarandí, trouxeram, coligados, a invasão ao Rio-Grande, até o Passo-do-Rosário, onde quebraram os macaréus das suas cargas contra o rochedo da nossa defensiva. Durante o ano de 1827 Alvear assolou os nossos campos, não obstante a atividade e o denodo de Bento Gonçalves, de Bento Manuel, de Sebastião Barreto, que lhe picaram constantemente os flancos e a retaguarda até a redenção do solo pátrio.

Em 1828, Lavallejas invade o Rio-Grande com 7.000 homens; e, si não toma Jaguarão, é porque Lecor o obriga a retirar-se com a vitória de Las Canhas. Mas depreda, no que pode, a campanha, e saqueia Bagé, Rivera, no mesmo ano retomando o sonho de Artigas, de Oribe e Rosas, faz uma gaziva arrojada pelas Missões, arrola, à fôrça, os Índios, e arrasa as estâncias, levantando-lhes os gados.

Tantas foram as vezes que os povos do Sul, intrépidos por índole, inimigos por tradição, trouxeram a guerra aos Portugueses e aos Brasileiros dentro dos nossos próprios domínios !

Na grande época da formação destas nacionalidades americanas era necessário opor contra povos agressores outros

povos capazes de represálias. O Brasil opôs contra os Platinos o Rio-Grandense, familiarizado com os processos dêstes, si bem que caldeado na hereditariedade do Português; e incumbiu-o de guardar e defender a todo transe as fronteiras delimitadas pelos antepassados. A estratégia guerreira e o plano de povoamento do país vinha de trás; nós não fizemos mais do que desenvolvê-lo, tomando da nossa constituïção política o imperialismo, como suplemento do que de agressivo faltava na nossa constituïção moral. Foi o Império que aureolou de renome ofensivo e de altivez desmedida durante longas décadas, o povo gaúcho do Sul do Brasil; e os nossos arremessos coletivos contra o Prata em que cada Rio-Grandense se exaltava com a ilusão de ser invencível, não foram senão reflexos da majestade das nossas instituïções. No mais, somos pacíficos e defensivistas.

Até no plano geral da conquista das terras se descobre a preocupação do trabalho e da defensiva dos conquistadores desta banda.

Enquanto os Espanhóis talavam os campos com as patas dos seus corséis, em perambulâncias de quem tudo queira açambarcar, em nomadismo guerreiro que não deixou senão rala constelação de cidades esparramadas na Pampa transplatina e nas coxilhas cisplatinas, com centenas de léguas entre elas, enquanto lá se fundavam apenas Montevidéu, Salto, Paisandú, Buenos-Aires, Córdoba, S.-Luiz, Tucuman, Rosário, e poucas outras de insignificante valor, numa região cinco vezes maior do que o Rio-Grande, com quasi tôdas as terras baldias ou abarregadas pelos seus donatários transviados nas constantes campanhas militares, aquí o fenômeno era contrário.O povo se disseminava pacificamente pela campanha, avançando para o Sul, sempre para o Sul, apropriando-se das terras e explorando-as na criação extensiva do gado e na agricultura. Assim conseguiu dominar todo o Continente de S.-Pedro e tôda a Banda-Oriental até a Colônia-do-Sacramento, de tal forma que, quando surgiram as suas cidades foi, em algumas delas, Paisandú, Salto e Melo, com grande parte de habitantes brasileiros. Até hoje restam fortes sinais dessa dominação pacífica na Banda-Oriental.

A colônia brasileira domiciliada no Uruguai ou com propriedades territoriais nesse país conta vários milhares de representantes. E, quando não fôsse isso, aí estão o vestígio arquitetônico das casas que foram de portugueses, e os inúmeros nomes de origem portuguesa a designar outras tantas famílias uruguaias, dentre as quais salientam-se muitas na boa sociedade daquele país vizinho. Os Vieiras, Os Bruns, Os Terras, Os Marques, Rodrigues, Cunhas, Pimentéis, Silveiras, Soares, Martins, Barcelos, Gonçalves, Correias, Souzas, Pereiras, Barros, Chagas, Dias, Maciéis, Rietes, Osórios, Antunes, Paivas, Leites, Moreiras, Saraivas, Ribas, Pintos, Penha, Nunes, e outros muitos nomes não têm outra origem, e não significam senão que aquelas campanhas dilatadas foram em grande parte possuídas em nome dos Reis de Portugal e Brasil. Nem o cadastro dos Departamentos de Cerro-Largo, Rivera, Artigas, Tacuarembó, Salto, Paisandú, Trinta-e-Três dizem outra cousa.

Era a vida sedentária que buscava o Português, e sob os exemplos dela foi-se formando o Gaúcho brasileiro, sempre mais sossegado do que o platino; mais ocupado com a terra do que com os homens. Para essa progressão lenta e pacífica de trabalho e progresso cumpria não esquecer a defesa contra o perigoso vizinho. E foi o que fez salpicando o território do maior número possível de cidades que não são mais do que o desdobramento de antigos arraiais, com o fim de terem, refúgios perto, quando se quisessem proteger contra as gazivas dos exércitos ou bandos invasores.

E assim surgiram Conceição-do-Arroio, Viamão, S.-Antônio-da-Patrulha, S.-Jerônimo, S.-Amaro, Triunfo, P.-Alegre, Rio-Pardo, Caxoeira, Camaquam, Encruzilhada, S.-Sepé, Rio-Grande, Arroio-Grande, Jaguarão, Cangussú, Bagé, D.-Pedrito, S.-Gabriel, Caçapava, Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Itaquí, S.-Maria, Cruz-Alta, Sta.-Vitória, Quaraim.

O povoamento do Rio-Grande-do-Sul foi guerreiro-defensivo, para usar da linguagem de Comte. Foi preciso que o grande Artigas com os seus sonhos imensos, de corrigir a obra que os seus maiores haviam começado mal, acirrasse de todos os modos êsses pastores brasileiros ou portugueses, para

que se inaugurasse a era das invasões no Prata que se explicam antes como reações violentas da Monarquia contra as constantes perturbações da paz e do trabalho, do que como impulsos voluntários de povo agressivo.

Assim entraram os Portugueses no século XIX exhaustos de tão repetidas tropelias; e, si folgaram daí em diante, foi porque começaram nas colônias espanholas as convulsões pela independência, que se desdobraram em convulsões revolucionárias durante todo o século passado. Nessa centúria aos Platinos, preocupados consigo mesmos, não sobejou tempo para se ocuparem com os vizinhos do Norte. E', então, quando nascem as perseguições às pessoas e as depredações sistemáticas das propriedades dos Brasileiros no Uruguai, provocações diversas que motivam, por seu lado, as invasões brasileiras do Prata.

Estas e as revoluções rio-grandenses de 35, de 93, de 23 e de 24, e 26 e 30, provam à saciedade que, embora nos mantenhamos, de preferência, na política defensiva quanto às relações internacionais, e na de tolerância internamente almejando sempre a vida pacífica, o Guasca rio-grandense é capaz de temerários arroubos guerreiros. Sim, a história de ontem, na vida internacional e revolucionária e as estatísticas criminológicas de hoje justificam suficientemente o volume da nossa gesta. E, se não vejamos :

Em 1776, para sacudir o jugo de Ceballos, Rafael Pinto Bandeira, à frente dos naturais do Rio-Grande, expulsa o invasor de Santa-Tecla e recupera a campanha da Capitania, enquanto José Henrique Bohn e Manuel Marques de Souza reconquistam o reduto do Rio-Grande.

Em 1800, diante da declaração de guerra entre Portugal e Espanha, no intuito de evitar a invasão do Sul, Sebastião Xavier da Veiga Cabral toma a ofensiva e manda à testa das suas fôrças os denodados Rio-grandenses — Manuel Marques de Souza e Jerônimo Xavier de Azambuja — que, em Jaguarão, derrotam o inimigo com formidável carga de cavalaria, sitiam e tomam Cerro-Largo, enquanto Patrício José da Câmara afugenta Quintana do Jacuí e mais uma vez se arrasa o forte de Sta.-Tecla. Nesse entrementes Santos Pedroso e

Borges do Canto, praticando prodígios de valor, formidáveis como o raio, velozes como o vento, com um pugilo de companheiros, batem aquí, surpreendem alí, sem darem tempo ao inimigo de tomar pé, alargam os domínios pátrios pelas Missões orientais do Uruguai, dando ao território a configuração que a natureza lhe impõe e, cuja posse o Português, e o Brasileiro consolidaram pela ocupação.

Em 1811, atendendo ao grito de socorro de Francisco Xavier Élio, Vice-Rei do Rio da Prata, sitiado pelos Argentinos, e disposto a fazer cessarem os maus tratos que do grande Artigas sofriam já os Brasileiros da Banda-Oriental, a D. Diogo de Souza ordena El-Rei a invasão; e Joaquim Xavier Curado, e Marques de Souza, vão a Montevidéu passando por cima da resistência tenaz e inflexível de Artigas.

Em 1816, nova invasão decretada por D. João VI, motivada pelas hostilidades crescentes do indomável caudilho contra as pessoas e os bens dos Brasileiros do Uruguai. Comandada pelo Marquês de Alegrete, teve a seu serviço o formidavel Barão de Cerro Largo, cuja ação nessa campanha faz lembrar a de Napoleão, em 1814, contra a grande aliança das nações da Europa. Como o General francês, cercado de inimigos, a galopear a direita e esquerda, o célere e arrojado José de Abreu, colocado no centro da ofensiva artiguista, batera-lhe todos os pontos da periferia, sem dar tempo que Artigas reünisse os seus exércitos, ora interceptando-lhes a marcha por meio de irrupções inesperadas e desesperadas, ora, intrometendo-se de surpresa entre o grosso e a vanguarda para aniquilar um e depois a outra.

Percorrendo mais de cem léguas em vinte dias, montados em cavalos crioulos que pareciam alados como Pégaso, à frente dos Gaúchos riograndenses que formavam **bizarra cavalaria, a melhor do continente,** no dizer de Rivera, e mais tarde de Garibaldi, o Barão de Cerro Largo lembra o Cavaleiro-Negro, em Covadonga, aumentado de estatura, a prostar exércitos, e não homens, com cada golpe. Foi um Titã, cujos feitos o Rio-Grande esqueceu, embora merecedores do mármore ou do bronze que materialize a admiração das gerações vindouras, revivendo-os em cada uma delas. Em 21 de se-

tembro, no Japejú, em 23, no Ibicuí, em 27 no Ituparaí, bate Sotel, que passava o Uruguai buscando incorporação com Andrezito Artigas; em 3 de outubro derrota Andrezito em S.-Borja; e já corre à Ibirocaí, na fronteira uruguaia, onde quer ajudar no golpe contra Verdun antes que chegasse Artigas; e em 27 dêsse mês é êle mesmo quem dá o tiro de graça na formidável ofensiva, esfacelando o próprio Artigas em Carumbé; e em 3 de janeiro desfaz outra vez Artigas em Arapeí; e a 4 acaba de esmagar a sua vanguarda em Catalan. Em 1819, vence em Itacorubí e em Ibirapuitã-Chico; em 1820 em Tacuarembó.

Êsse patriota invicto veio dez anos depois morrer batalhando em Ituzaíngo; mas nem porisso achou ferro inimigo que o ferisse ou abatesse. Morreu trespassado pelas nossas balas, como si a fatalidade nos obrigasse a colhermos nós mesmos êsse louro da História, para poupar-lhe o ultrage de tombar sob o gládio estrangeiro. A tão lídimo herói, como não deixar aquí o mais profundo preito de admiração. como não demorar-me um momento na contemplação de seu vulto imane, com o reconhecimento de quem lhe deve, ao menos, um pedaço da Pátria; como não rememorar os seus alevantados feitos, amargando a injustiça do silêncio dos seus pósteres ?

Mas, não foi só Abreu quem se distinguiu no choque dessas duas ofensivas.

Chagas Santos invade Corrientes e vai esfacelar Andrezito na própria lura; e Mena Barreto derrota Verdun em Quaraim; e Lecor coroa de glória Marques de Souza na India-Morta por sua vitória sôbre Rivera. Bento Manuel bate Aguiar e Tejera em dous encontros em Entre-Rios; e Artigas em Queguai-Chico (1818).

E a guerra continua até 1820, até que caía para sempre o indômito Artigas, em Tacuarembó, e o povo oriental aceite a incorporação ao Brasil, como remate às suas ininterruptas e molestas convulsões.

Em 1848 o impertérrito Chico Pedro, outro Abreu, outro vero herói, com as suas Califórnias inicia nova intervenção para desagravar os seus patrícios afligidos por Oribe, que

retomara os processos de Artigas contra os Brasileiros domiciliados em seu país, intervenção que foi logo depois ratificada por D. Joaquim Soares, e que só terminou quando os Rio-grandenses Marques de Souza, Chico Pedro, Osório e Canabarro — dando a mão a Rivera, penetraram em Montevidéu, e expurgaram o país daquele loco-tenente de Rosas.

Em 1851 são as arbitrariedades e os sonhos ilimitados de Rosas, empenhado em seccionar o Brasil, que determinaram a intervenção da gaüchada rio-grandense, no território argentino, com Marques de Souza à frente. Em Monte-Caceros, onde o próprio Urquiza se achava entre os nossos, decidiu-se a vitória a nosso favor, e sòmente em Buenos-Aires bancamos a rédea dos nossos corséis, depois de expulso o tirano da Pampa.

Em 1864, sob a Presidência de Atanásio Aguirre, do mesmo Partido Blanco, de Oribe, do partido que mais queixas nossas tem provocado no Uruguai, por causa de novas depredações, de novas perseguições a Brasileiros, Neto encabeça, e Tamandaré e Mena Barreto, com a participação de Venâncio Flores, consumam em Paisandú nova e vitoriosa intervenção.

Em 1865, novas provocações da América-Espanhola, e nova invasão de Brasileiros nos seus Estados, para apear outro tirano, desta vez, Lopes, do Paraguai, onde os Rio-grandenses, com Osório, Marques de Souza, Andrade Neves, Mena Barreto, Polidoro, Câmara e tantos outros, mostraram de que é capaz, na guerra ofensiva, um povo de índole pacífica, quando provocado e exacerbado.

Não nos move a vanglória de contar façanhas rio-grandenses e derrotas platinas; não, que, tanto quanto aqueles, valem estes povos nos campos de batalha, onde tantas vezes se entreveram uns e outros e tantas foram revezadas com o travo da derrota e com os louros da vitória. Ao contrário, se algum precalço fica dêste rápido balanço histórico, é em favor dos Platinos, que menos organizados do que os Rio-grandenses, são mais do que estes ofensivos. Ter ido a Montevidéu mais de uma vez, a Buenos-Aires uma, e a Assunção outra, não basta para lisongear ou imortalizar como guerreiro o povo

de um Império muito maior, muito mais rico, muito mais poderoso.

Nas ofensivas recíprocas dos Rio-grandenses no Prata e dos Platinos no Rio-Grande, o que mais revela o espírito de ofensiva não é a ação daqueles ao penetrarem pelas regiões cisplatinas, mas a dêstes vindo palmilhar as margens do Jacuí e do Camaquam. Anarquizados e depois republicanizados, fracionados sempre, trazendo-nos a guerra, provaram maior inclinação bélica e maior desejo de expansionismo do que os Brasileiros do Sul. Só de uma alma talhada para êsse gênero de vida poderiam tirar ânimo e ousadia com que penetrarem tantas vezes no solo brasileiro.

A inspirar-nos pelos exemplos da História Universal, a conduta dos nossos vizinhos do Sul, arrogantemente agressivos, sonhadoramente conquistadores, teria sofrido punição severa dos Brasileiros, se não fôssem as qualidades aplacadoras dêste povo, menos propenso às represálias do que à tolerância, ainda, que às vezes, ela toque as raias do relaxamento do caráter ou pareça pusilanimidade.

Si consentimos e resolvemos invadir os territórios do Sul e Oeste, não foi, agressivamente, como em geral se é levado a crer pelos livros de História parcialíssimos e tendenciosos, que viciam o espírito da infância, e envenenam o coração ora colocando a Pátria acima da verdade, ora colocando a República acima da Pátria; mas provocados ou solicitados, conforme vimos, por invasões em nosso território e por alianças com povos vizinhos; e, sobretudo, estimulados pela nossa honrosa posição de defensores das fronteiras de um grande país e pela natureza da nossa Constituïção política, cujos caracteres imperiais eram de molde a preencher as lacunas da nossa capacidade guerreira. Foi o prestígio da Monarquia e do Império que em dados momentos nos despia da cordura e da tolerância e nos revestia da audácia necessária para irmos até as três capitais castelhanas do Paraná, levar o trôco aos Uruguaios, aos Argentinos e aos Paraguaios. As tiranias, e as perseguições aos Brasileiros no estrangeiro foram as causas, si bem que em 1816 a tendência imperialista se tivesse infiltrado sorrateiramente através da urdidura da guerra, como não é de es-

tranhar, dadas as circunstâncias de então. Mas êsse ato de exorbitância internacional teve o seu contrapêso em 1827, em tornar-se simpática, no próprio seio do Império, a independência da Cisplatina e impopular a nossa guerra de reação. A fôrça das cousas se encarregou de provar ao Prata que o nosso imperialismo vai só até as represálias, onde parou depois de apeado Rosas, e além das quais não foi depois eliminado Lopes. Si houve repressões violentas,deve-as o Prata à pressão intolerável dos caudilhos sôbre os subditos do Império, a qual constitue o estribilho forçoso da nossa História, por essas bandas, sem que se justifique pela reciprocidade dos Brasileiros quanto aos Platinos aquí domiciliados.

Essa situação de dignidade, tolerância e medida foi a herança que nos legou o Império nessas nossas relações internacionais.

Mas essa política repressiva do regime decaído, praticada por fôrça própria das instituïções-monarquicas, ciosamente ligadas à idéia de — Pátria sôbre tôdas as cousas, — sofreu sensível colapso com o advento da República, por cujos princípios a tensão nacionalista e o apêgo patriótico esmoreceram diluídos no ideal de universidade, nos sentimentos de humanidade.

A República optou pela política preventiva, em vez da repressiva comprazendo-se com a demonstração fraternal de satisfações e concessões. Já foi dado, **ab-ovo,** gratuita e uniteralmente, a melhor satisfação pela nossa carta constitucional, vedando a guerra de conquistas; e as concessões tiveram princípio e efetividade ruidosa na entrega ao Uruguai, das águas da Lagoa-Mirim, das águas dos rios limítrofes e da quitação às velhas dívidas do Estado. E' que a República Brasileira foi ingendrada pela escola positivista, e os seus governos têm praticado os preceitos da paz universal da Religião da Humanidade.

A diplomacia brasileira da República abriu ofensiva contra os corações platinos, com o fim de captar-lhes a amizade, enquanto desfaz odiosas acrimonias e desconfianças. Só o tempo nos mostrará os resultados de tão melíflua diplomacia, só êle, permitindo que se processem os casos ver-

tentes diante do seu juízo infinito, dirá si os Platinos souberam corresponder às provocações brasileiras para a cordura intracontinental e para as soluções ex-corde, mais inspiradas no amor do que nas represálias de dente por dente e ôlho por ôlho. Dêles depende hoje a paz da América, que nós já abrimos declaradamente mão de valeidades guerreiras-ofensivas, plasmando em texto constitucional a nossa índole pacífica e meramente guerreira-defensiva, num movimento de renúncia fraternal, que nenhum outro povo até hoje se animou a aproveitar, talvez com receio de a ver, pelos semelhantes, tomada por fraqueza.

Nas exceções à lei contra o absentísmo, cujo rigor a tantas injustiças daria lugar, pôde a República do Uruguai evitá-las para os Brasileiros lá estabelecidos, que administram diretamente as suas estâncias, muito embora lá não residam, e assim provar que a fraternidade tem sementes e frutifica e que a República não é Utopia, mas a frondosa oliveira da paz. Outros tempos começaram nesse dia.

Passada em revista a nossa ação internacional na guerra e na política, como conseqüência da nossa índole ou modificada pelos nossos regimes governamentais, passemos à vida do Gaúcho dentro do solo rio-grandense e em contacto com as nossas instituïções.

— Si é capaz de arremessos temerários na luta coletiva das batalhas, não é menos valente nas monomaquias, em que o facão aparece, a princípio, e o revólver, depois, como instrumento predileto de segurança contra a morte. Ao contrário do Prata, onde o caudilho, de autoridade ilimitada, descamba amiúdo na ferocidade, para estancar com ela a ferocidade do 'vulgacho, no Rio-Grande-do-Sul é êste que pratica a hediondez do crime. Atentai sôbre a criminalidade nestes Estados, e vereis que a da Província brasileira ultrapassa, em igualdade de condições, a dos outros países.

Em várias cidades da campanha do Rio-Grande, há temporadas inteiras de nenhum dia sem crime. E' que alí cura-se o crime com o crime, o sangue com o sangue se lava, enquanto aquí a impunidade o encapa e multiplica. E por que ?

Afora as múltiplas causas que determinam êste fenomeno, aparentemente contraditório com o que acabamos de afirmar do povo rio-grandense, entre as quais ocupam lugar assinalado a infiltração do sangue minuano, charrua e tape, e a aproximação e o exemplo do Gaúcho platino, com ares de mata-mouros invicto, que muito se impõem à imitação; afora estas, e outras causas de menor monta, a presença do sólio monárquico entre nós é a explicação mais plausível do caso. Aquí a válvula criminal de escape às explosões e incontinências psíquicas aciona-se contra os indivíduos e não contra a coletividade, contra o régulo da localidade e não contra a Pátria. No Rio-Grande o crime é geralmente singular e comum, não político. O Guasca não tem necessidade da revolta coletiva contra o govêrno ou contra o soberano, porque êste não é opressor de um bando por outro, mas o protetor perpétuo de todos os Brasileiros. Em todos os países que conseguiram trazer a Monarquia até o limiar da época contemporânea, como no Brasil, o Rei se faz o defensor do povo e o seu juiz máximo contra a opressão de quem quer que seja. Não foi, por ventura, recebendo as queixas dos Brasileiros maltratados no Uruguai, que mais de uma vez D. Pedro II ordenou a intervenção neste país ?

E onde há aristocracia, como havia no Rio-Grande, e abaixo dela escravos, que muito excitam e atraem a crueldade daqueles que os têm, geralmente a Monarquia se cimenta com prestígio popular contra os poderosos, para precisamente, estabelecer e perpetuar a unidade nacional, evitando que cada um dêles aparte para si a população circunvizinha e a subtraia da influência do monarca, como fizeram os caudilhos da América-Espanhola sem remédio para a desagregação nacional, e os barões na Idade-Média, que impuseram séculos de sacrifícios aos reis na formação das nacionalidades. Não foi o trono quem redimiu os escravos no Brasil, contra os interêsses dos ricos detentores da terra e das indústrias ? Embora seja a nobreza o precioso auxiliar da governança e o luzido ornamento da Monarquia, o povo é a sua substância mesma; o seu conteúdo. As Monarquias — francesa, alemã, espanhola, — não obstante serem de direi-

to divino, firmaram os seus tronos sôbre todo o país, valendo-se do povo contra os nobres que o oprimiam. Até a Monarquia democratica da Itália, e o Império plebiscitário de Napoleão, não escapam a esta regra universal.

A idéia de Pátria que inspira a realeza é a idéia de emancipação e de garantias para o povo. E quanto maior, é ela e mais majestático o rei, tanto mais temido dos vassalos, tanto mais magnânimo para o povo, com que se não mistura, com cujas maldades não se familiariza, porque não as anda tocando com apalpadelas de publícola, e ao qual, porisso mesmo, ama. A distância em que se coloca o governante dos governos aumenta-lhe a autoridade quebrando-lhe as arestas.

A Pátria para o Gaúcho rio-grandense já estava constituída, quando chegou à madureza esta entidade social. Dom João VI abicou nas plagas brasileiras, no momento em que os habitantes do Continente de S.-Pedro deixavam de ser Portugueses, para se considerarem radicalmente Americanos; precisamente quando se poderiam inflamar com o prestígio que a Monarquia empresta aos povos. Foi o que sucedeu. Desde 1801 deixaram os Rio-grandenses, com a conquista atrevida e arbitrária das Missões, de ser colonos submissos para ser senhores dos seus destinos e do solo que cobiçavam para si, firmando as suas qualidades **sui-generis** de Gaúchos; desde 1808 deixou o Brasil de ser Colônia para ser, de fato, um Reino. E é fácil de imaginar o orgulho que êste acontecimento teria inspirado aos Brasileiros e aos Rio-grandenses em particular, no instante em que ao lado dêles outros povos se debatiam em mares de sangue na ânsia de formarem Pátria. A nossa independência data realmente dêsse ano.

Era em nome da Pátria ou por concessões realengas que cultivava estas sesmarias; de forma que o Rei lhe aparecia, não só como chefe inconteste, mas como distribuïdor supremo do maior dos bens da época — a terra. — Por êle se enriquecia, por êle se morria nos combates, por êle se triunfava, por êle se aumentava o apanágio nacional. Êle havia prevenido a anarquia; era a incarnação da Pátria. "Viva la Pátria" ! gritavam os platinos no Passo do Rosário. "Viva

o Imperador" ! exclamavam os Brasileiros. D. Pedro I, que não chegou a ser Rei, pois não passou de Príncipe, por seu gênio arrebatado e pelas ilusões de moço ainda assim, retirando-se, levou consigo muitas esperanças nacionais. Não foi o príncipe amado, mas foi o admirado. E, por último, D. Pedro II, mais magnânimo que majestático, preferiu ser pai a Rei do seu povo, tendo deixado vivas saudades no coração brasileiro, no próprio coração dos que o expulsaram irrefletidamente, após haverem sentido a injustiça e sondado o êrro. D. Pedro II fechou com a chave de ouro êsse ciclo da sua dinastia. E no culto à sua memória ficou o quer que seja que nos une e reaviva a nossa conciência de Brasileiros.

Os nossos três Reis, si foram ásperos e mereceram de alguem o epíteto de tiranos, ou foi o eco da moda de então entre os povos castelhanos da América, ou foi por terem-no sido, realmente, com os poderosos e, sobretudo, com os magnatas da política; mas nunca com o povo que nêles encontrou a salvação contra a anarquia, e dêles recebeu a ordem sem dolorosas soluções de continuïdade.

O Gaúcho rio-grandense, na aurora do seu advento, não tinha motivos contra a Pátria nem contra o Rei, e as rebeldias e crimes coletivos não podiam entrar na formação dos seus costumes políticos. Formada de cima para baixo, construída pelo direito divino cuja realidade se perde misteriosa e insondàvelmente nos séculos, a Pátria era o laço sagrado que prendia o povo à dinastia. Nada tinha que ver no Rio-Grande êsse debater-se pela constituïção política a que estão sujeitos os povos que se formam debaixo para cima, aqueles que emergem das oclocracias e oligarquias buscando equilíbrio democrático. Pela formação histórica, o plebeu rio-grandense tinha que ser ordeiro coletivamente. E, se é turbulento individualmente, ao ponto de ter feito endêmico o banditismo nesta região do grande Império, é, precisamente, por se ter habituado a não reconhecer outro governante que o Rei ou Imperador, nem a tolerar as arbitrariedades pessoais dos potentados do pago, que são os nossos caudilhos e as nossas autoridades — o delegado, o sub-intendente, o prefeito, o chefe de polícia, o presidente da Provín-

cia, — contra os quais o povo sempre teve o amparo do soberano e da sua magistratura.

Há, no próprio Brasil, exemplos de caudilhismo desenfreados e bárbaros por falta de autoridade central, tal como aconteceu no Prata. Foi o que se desenvolveu no ciclo das Bandeiras, no tempo do Brasil verdadeiramente Colônia, antes, portanto, da eclosão rio-grandense. Fernão Dias Pais Leme e todos aqueles que bateram os sertões à frente de Bandeiras, levavam as mãos livres e a conciência escudada para disporem soberanamente da vida e dos direitos dos seus companheiros. Como Artigas formavam pequenas comunidades, cuja lei era a vontade do chefe imediato. E' mais outra prova do que vale a presença da autoridade suprema em um país, como elemento de moderação para os poderosos e de justiça para os humildes. Então, sim, os chefes eram despóticos, com o direito de vida e morte sôbre os seus sequazes, e estes sem apelação possível além do cabeça da Bandeira, em que se resumia a vida civil e política. Basta ler os trabalhos de Afonso d'Escr. Taunay sôbre o assunto, para ter-se a idéia clara do que asseveramos. Artigas não conseguiu ter maior prestígio e autoridade sôbre os seus bandos de Gaúchos, quer nos acampamentos militares, quer no êxodo popular, que em 1811 o seguiu à banda ocidental do Uruguai, do que Antônio Raposo Tavares, do que Fernão Pais Leme, do que Bartolomeu Bueno Pai e Bartolomeu Filho, os cruéis Anhangüeras da lenda, perdidos nos sertões do coração brasileiro, a dous mil quilômetros da costa, senhores absolutos das centenas de pessoas, que os acompanhavam. Despediam-se da civilização e do Rei, pelo insulamento no sertão, como os Gaúchos platinos pela independência, confiantes só no grau de humanidade de seus condutores, desprendidos da ordem civil e da ordem política. Bandeirante e caudilho platino formaram a mesma figura histórica na América-do-Sul.

O soberano português morava além-mar, alheio às irregularidades do viver dos súbditos longínquos, assim como o espanhol já destituído de tôda autoridade pelos habitantes da América votados ao credo republicano.

O Rio-Grande, porém, não conheceu êsse tipo de caudilho (o caudilho criador de autoridade inferior, por haver faltado a superior, que é o tipo do caudilho platino) nascido, como foi, da Monarquia e criado sob o lábaro dos Reis brasileiros.

A Revolução dos Farrapos, que ha de surgir à mente do leitor como argumento infirmativo do que vimos dizendo a respeito do Guasca, não o é totalmente, por ter começado contra o presidente da Província, e rebentado durante a Regência no interregno imperial. Si degenerou em separatista, portanto contra a Pátria e o poder central, não deixou de ser imitação intempestiva, importação exótica dos processos da América espanhola, para os quais resvalou cedendo a impulsos de ocasião. E' hoje ponto de História suficientemente demonstrado, a-pesar-da opinião contrária de alguns historiadores, que não entrava nos intuitos dos rebeldes de 35 a independência; que esta rebentou encabeçada por conta dos Republicanos, que aproveitaram a situação turva para tirarem partido dela. Nem nunca morreu no espírito e na esperança dos revolucionários a idéia da Federação dentro da Monarquia mesma, idéia que serviu de ponto para a passagem de Bento Manuel às hostes rebeldes. No pacto de pacificação e na conduta posterior dos Rio-Grandenses ficaram provados os sentimentos monárquicos da maioria, assim como a cordura e a longanimidade do Imperador para com êles, acedendo às suas pretensões e homologando honrosas condições de paz. Foi uma revolta contra o Governador da Província, autoridade subalterna, degenerada em revolta contra o poder central. O Trono estava a salvo do movimento.

Mas essa mesma Revolução, que foi a origem do nosso caudilhismo, quanto difere das revoluções platinas! Aquí, tendo havido rasgos de assinalado valor, não houve mais do que raros vandalismos, porque, tanto os chefes como os chefiados estavam educados na ordem e na obediência, aqueles por terem sido vassalos de um Rei presente, estes porque sabiam respeitar as justas ordens dos seus governantes e superiores hierárquicos. Vinda do alto, a autoridade era manejada pelos nossos caudilhos parcimoniosamente. De

nenhum dos seus chefes, nem de Bento Gonçalves, nem de Neto, nem de Lucas, nem de Onofre, nem de Canabarro, João Antônio, etc. se ouviu dizer que fôssem bárbaros sanguinários. Ao contrário, desde a infância, o que se ouve é o culto à grandeza dalma dêsses nossos maiores, para os quais o heroísmo e a magnanimidade eram a melhor prova da lídima nobreza.

Para não asseverar que é única na História, afirmamos, porém, que é raro encontrar outra revolta, outra guerra tão longa, tão cheia de privações, com tanto equilíbrio moral por parte dos chefes. Sempre em um nivel elevado de humanidade, verdadeiramente nobres, para não desmentirem a qualidade principal do caráter do Gaúcho da espécie brasileira, os chefes farroupilhas são modelos de coragem, tenacidade, resignação, brandura para com os vencidos, ternos para com as mulheres, de rara elegância moral, ainda nas horas mais trágicas da sua grandiosa epopéia. Nessas atitudes de escol, que nada têm do plebeísmo da gaüchada platina, está a explicação do cunho patronímico da designação — Gaúcho — entre nós. No Rio-Grande, no Brasil, — Gaúcho — não é o epíteto infamante que no Prata se atira à bagaceira dos que vivem nos campos sem lar, sem educação, sem ascendência, como os nossos Jagunços, os nossos cangaceiros, bandoleiros; não é isso, porque significa a designação mesma do habitante da Província, resumindo em si tudo quato se possa imaginar de excelso na alma humana. Gaúcho aquí é nobre, o que não quer dizer fidalgo; e nobre, principalmente pela coragem, que é a qualidade mais dignificante do varão, e que os Gaúchos exageram; nobres querem ser todos os Rio-grandenses.

Em 35 não se saqueou e só se degolou raramente, por aberração.

Com a paz e a submissão da Província, o Império veio refrescar e reafirmar o equilíbrio do povo gaúcho, que se teria rompido, sem dúvida si se desse a separação; e os Rio-Grandenses puderam voltar às suas ocupações campeiras, da manhã à noite, exercidas entre estésias, de movimentos artísticos incomparáveis, em situações que fazem da vida uma

delícia e do homem o eleito da natureza. Só eram despertados desta paz magnífica pelos toques a reünir que os atiravam contra os inimigos da Pátria; e, sob o aguilhão da necessidade, iam aos campos estrangeiros mostrar até onde chega a coragem do Guasca quando ludibriado e provocado. Quantos e quantos foram morrer batendo-se contra Artigas, contra Oribe, Rosas, Leandro Gomes e Lopes, com a idéia fixa nos seus pagos, na china, no rancho, nos rodeios e nas lavoiras !

Se o nosso Gaúcho não tinha contra quem revoltar-se no tempo da Monarquia, era porque os Reis detinham os caudilhos locais em xeque. A autoridade dêste diferia essencialmente da dos caudilhos do Prata; era delegada e não originária; exerciam-na em nome de outrem e não de si mesmos. Com esta escola lançaram-se êles no tirocínio de 35, e com ela chegaram até os nossos dias, segundo se verá no decorrer das "Memórias", cujos fatos deixarão mais do que provado o que asseveramos. O Rio-Grande não conta revolução sem ideal alevantado e sem chefe político, que norteie os caudilhos em campo lhes reprimam a sanha de homens em armas com o prestígio ou a censura. Nunca foi da escola do caudilho rio-grandense fazer-se o "supremo".

Entre nós, depois da República, o caudilho tem sido também uma necessidade como foi no Prata; porém como entidade unificadora e não dispersiva. Quer tenham querido ou não, quer conciente ou inconcientemente, embora ostentando as qualidades do Rio-Grandense, com o seu individualismo peculiar, e até com as convicções separatistas de alguns, os caudilhos guascas foram sempre atuados pelos princípios milagrosamente inspiradores da nacionalidade brasileira. Milagrosamente, sim, porque, a-pesar-de todos os pesares, aí está o colosso ostentando a magnificência da unidade como exemplo de equilíbrio e continuïdade de um povo.

Que se tenham insurgido de 1835 a 1845 contra o próprio Brasil não importa. Os acontecimentos se encarregaram de obrigá-los a agir para o Brasil e de os mostrarem como Brasileiros a-pesar-de tudo. As vozes profundas da raça não

deixaram de lhes balbuciar patriotismo mais elevado nos imos refolhos da subconciência.

A finalidade brasileira tem feito dêles seus instrumentos.

Provocando a concorrência de todo o Brasil contra o Rio-Grande, a guerra separatista dos Farrapos, serviu para estreitar o laço nacional nessa cruzada de dôr e de sangue derramado em comum. Quando, em 1893, se levantou o Partido Federalista contra tôda a República, poderiam pensar os sociólogos que, dados os precedentes dêste povo, degeneraria em guerra de Secessão; e assim o pensou Silveira Martins mesmo, segundo as expressões do seu assaz conhecido telegrama de 21 de junho ao General Joca Tavares. Ao contrário, tornou-se outro movimento unificador.

Os positivistas com Júlio de Castilhos à frente, sim, poderiam haver cogitado da separação, si é que não no fizeram, movidos pelos princípios de fragmentação universal e pelos aplausos ao que se passara no Paraguai dos Frâncias. Mas Júlio de Castilhos, ameaçado pelas investidas da política espenserista de Silveira Martins e pela maioria oposicionista do Rio-Grande, foi obrigado a bater palmas à Ditadura de Deodoro e a pedir o concurso de Floriano a bem de jugular a insurreição de Joca Tavares, de Gomercindo, de Salgado, de Prestes Guimarães. Todos os Estados do Norte prestaram ajuda crentes de que se tratava de defender a própria República, quando se batiam contra quem se esforçava por melhorá-la; e, assim, absorveram as preocupações de Castilhos e impediram as suas nefastas possibilidades apagando os seus sonhos no acordar da fatalidade unitária.

Em 1923, idem, levantaram-se os caudilhos — Antônio Neto, Felipe Portinho, Honorio Lemos, Estácio Azambuja — inspirados ainda por Silveira Martins e por Assis Brasil, com fito na maior união, esperançados na benevolência e até na proteção do Centro, como se costuma dizer. Mas o que se deu foi o malôgro militar do movimento, até certo ponto compensado pela revisão constitucional no Rio-Grande.

Diante dêsse triunfo, era de esperar que o Presidente — Borges de Medeiros continuador de Castilhos, aproveitasse a

exaltação da vitória e o decorrente prestígio para a ofensiva separatista, como oposição ferrenha contra a revisão constitucional na Federação, o **noli me tangere** dos Positivistas riograndenses, mas um dos pontos da política do Dr. Artur Bernardes.

O que sucedeu, porém, foi o acôrdo, entre os dous Presidentes, querido pelo do Estado para consolidar o seu poder periclitante, aceito pelo da União para ter de seu lado um braço forte enfibrado pela vitória regional. Mais uma vez o Rio-Grande arredio, dirigido pelo provável partido da separação, abre os braços para o Centro brasileiro em amplexo de solidariedade fraternal.

O levante de São-Paulo com os olhos fitos no Sul e as suas repercussões aquí em 1924 tiveram o mesmo desenlace, arrastando o Brasil todo contra si.

Eis como o caudilhismo, aparentemente perturbador, vem cimentando a unidade pátria.

A S.-Paulo se foram cobrir de glórias as milícias do Rio-Grande contra Dias Lopes e João Francisco, os dous Gaúchos que acenderam na Paulicéa o facho da caudilhagem. Ao Rio-Grande-do-Sul, para imporem a ordem constitucional, vieram as milícias do Rio, Baía, Minas, S.-Paulo, buscando medir-se com as hostes de Honorio Lemos e Antônio Neto, que se batiam pela maior união brasileira; e embora derrotados viram cumprida parte do seu programa na intervenção e interpenetração a que se obrigam os Estados brasileiros como membros da mesma família, de repente acordados do sopor nacional a que os atirara a diferenciação federativa.

Os conservadores a todo transe foram obrigados a modificar os planos de mútua segregação, na contração da defesa, esboçando o mesmo movimento nacionalista que pretendiam os revolucionários dos últimos levantes. Venceram pela derrota, obrigando a executar aquilo que não puderam por si mesmos. Mais uma vez mostra o caudilhismo a sua utilidade nacional.

Em 1930 novamente se acende o facho da revolta no Sul; e agora com o firme próposito de marchar contra o centro, para impor de lá diretamente, o que nunca conseguira daquí

— a maior união. Por fim, em 1932, sopitando o instinto da revolta a que está afeito o Rio-grandense, atira-se contra a explosão paulista e mostra, à evidência, qual a fatalidade que impera em nossa História — a da unidade, ainda que à custa dos sonhos de certos brasileiros desorientados.

O caudilho apareceu no alvorecer do século passado como perigo geral americano, para que o Brasil inteiro sentisse as excelências da união; e, deixando plantada a semente, que talvez seja o germe da evolução do país no decurso do século presente, evitará à nação os riscos a que a encaminhava a Constituïção republicana.

A separação, o apequenamento das pátrias nos dias que correm, quando a multiplicação das massas nacionais é a primeira condição de êxito para a civilização da quantidade, que tem por base os milhões de sufrágios, a indústria em grande escala, os grandes mercados consumidores, e os exércitos enormes, o esfacelamento de uma pátria hoje, é a maior das insensatezes, sem justificação nem na orientação geral da humanidade, que é reagregar-se, nem, siquer na fatalidade geográfica, que deixou de delimitar e criar países pelo isolamento ou pela configuração, desde que as locomotivas, os automóveis e os transatlânticos, em horas, os aeroplanos, em minutos, e o telégrafo, telefônio, o rádio, em segundos, vencem tôdas as distâncias, galgam tôdas as montanhas, ultrapassam todos os rios, todos os mares e dominam o firmamento.

A independência, como condição da felicidade de um povo, é uma noção caduca, tão despida de senso como a noção de liberdade para o indivíduo, que, quanto mais civilizado, mais escravo, quanto mais verdadeiramente democrata menos senhor de si, mais súbdito dos deveres, o máximo dos reis.

Aos que no Rio-Grande e em S.-Paulo sonham com a separação se poderia lembrar que a Alemanha saiu coesa da catástrofe da Grande-Guerra, contra os intuitos inimigos de a espicaçarem; que a Áustria e até a Húngria orientam a sua política internacional no sentido de se incorporarem no grande organismo germânico; que a Rússia agremiou todos os Sovietes do território do antigo Império e, sem unidade de língua nem de religião, acastelou-se formidàvelmente na uni-

dade moscovita. E' querer a pequenez para nada melhorarmos nem externa nem internamente, depois que a história nos deu a grandeza, e o futuro nô-la promete maior.

Oh! Brasil, belo e grande Brasil, que pretenderão fazer os teus insensatos filhos da tua grandeza e da tua beleza ? Estarão êles a preparar-te dias de dôr e de sangue ?

Seja ! Os caudilhos unitários te salvarão na garupa dos seus corséis e te agazalharão sob as pregas dos seus ponchos.

"O homem se agita e a humanidade o conduz". Pois bem, dentro do mundo brasileiro o Gaúcho se agita e o Brasil o conduz. O Rio-Grande nada mais é do que o campo propício para que estes Brasileiros cumpram o seu destino histórico e o seu dever sublime — guardar as fronteiras da Pátria e cimentar a unidade nacional. A mole de execução tem sido o Gaúcho, e o seu gênio diretor o caudilho, o chefe dos exércitos improvizados para correr à fronteira no primeiro momento, o restaurador morigerado da autoridade sempre que degenera em abuso ou falta furtuitamente.

Si no Prata o caudilho fez a autoridade dispersando uma grande Pátria, no Brasil tem amparado aquela, quando cai do alto, servindo de custódia à unidade nacional, até hoje felizmente justaposta aos limites que lhe deu a História.

Com a República mudou de rumo a conduta dos cidadãos. **Quantum mutatus ab illo !**

Como em 1835, o povo se sentiu orfanado de soberano legítimo e consentiu em ser acaudilhado pelos chefes a quem lhes prendia a afeição, para se não escravizar aos que se arrogavam arbitràriamente o direito da governança.

Sendo Silveira Martins o mais completo representante do regime decaído, em tôrno dêle cerraram fileiras todos os descontentes, dentre os quais muitos em protesto contra a expulsão do Imperador. Durante todo o resto da vida, fez as vezes do velho Patriarca destronado, imperando pelas qualidades pessoais no coração da maior parte dos Rio-grandenses, já que lhe era vedado governá-los de fato.

De todos os lados apareceram caudilhos, ora para substituírem-se pura e simplesmente às noveis autoridades surgidas de improviso, ora por sustentarem-nas e não perderem a

rendosa presa. Os Gomercindos, os Prestes Guimarães, os Salgados, os Guerreiros, os Netos, os Mércios, os Tavares, os Laurentinos, os Pinas, os Cabedas, os Azambujas, os Amaros, os Colares, os Simões Pires, os Vasco Martins, os Vasco Alves, os Amarais, os Torquatos, os Portinhos; e por outro lado os Pinheiro Machados, os Ferminos, os Abbottes, os João Franciscos, Elias Amaros, Limas, Pedrosos, os Netos, José Gabrieis não tiveram outra origem. Si bem que surgidos na República, muitos trouxeram para os acampamentos e os combates os processos do passado monárquico.

Mas outros, já livres do freio central, aqueles que pela ignorância nada haviam haurido da moral cívica do Império, desembestaram, enveredando pela via da caudilhagem platina, com a ferocidade por móvel e a vingança e o saque por fito. E, si mais não fizeram, se não atingiram o vandalismo, êsses chefes libertos de poder superior, foi porque, sendo indispensável férrea disciplina e obediência absoluta nas suas hostes, difícil era conseguí-las de Gaúchos avessos a elas, inveterados no prestígio da aliança tácita com o poder central. Em todo caso, os fatos dolorosos do movimento de 1893 significam retrocesso de costumes por inferioridade governamental. O sentimento brasileiro se desencadeou sem as peias do racionalismo que o temperava no ciclo imperial. A conduta nacional podia deixar de ser clássica para ser romântica, com todos os deslizes próprios desta orientação, segundo os princípios da Democracia mesma. Ficou livre o sentimento de fraternidade internacional pela República; mas também livres a ferocidade e o sentimento de revolta individual e coletiva do interior, conforme com a essência mesma da política da opinião pública, sem o contrapêso de um poder centralizador e incontrastável.

Só depois de expulso o Imperador, notou-se a falta que fazia. Tal o campo moral em que forçosamente se expandiu o sentimentalismo político da República.

De um lado, o Govêrno da Província voltado acintosamente contra parte do povo, de outro lado, os caudilhos indiferentes ao poder central e rebeldes quanto ao poder local.

Criamos entre nós, com a República, a mesma situação que, então, esmorecia no Prata.

Longos anos esperaram estes pertinazes campeiros que baixasse do Centro uma gota de bálsamo vulnerário sôbre as feridas abertas pelos régulos do Estado no seu coração de Brasileiros, patriotas e bem intencionados. Nos momentos de desespêro atiravam-se contra as autoridades locais, em desforços sanguinários de homem contra homem à feição do que estavam autorizados a fazer pela justiça imperial, ou em revoltas coletivas contra o govêrno. Daí o constante resvalar das nossas autoridades para o abuso, para as execuções sumárias, que aquí não educam como no Prata, antes servem para exemplo e imitação do crime; e são contraproducentes, porque os Gaúchos perseguidos brigam ou morrem contando sempre com uma justiça superior. Dir-se-ia que o resto do classicismo imperial ficou aninhado nos corações gaúchos.

Daí o crime a pulular como cogumelos venenosos em todo o território do Estado; daí o desprestígio das autoridades, que não sabiam punir, porque aprenderam a vingar; daí o desprestígio da República em comparação com a ordem e o sossêgo da Monarquia; daí as revoluções de 1893, de 1923, 1924, 26 e 30, fora os movimentos malogrados nesses intervalos.

A ausência da autoridade central deu lugar ao crescimento das autoridades locais, e o povo rio-grandense, contra a sua índole e a sua história, escorregou para trás, até onde o haviam deixado as Repúblicas vizinhas, quando conseguiram sair da vulgocracia, para a Democracia e do obscurantismo político para a luz.

A ação cívica da República tem importado a extinção paulatina das melhores qualidades do povo gaúcho. E o que é de lamentar profundamente é que, tendo-se dissolvido na memória popular as práticas políticas da Monarquia, não dotou o Rio-Grande de escolas necessárias para contrabalançarem êsse retrocesso e amparar o povo na senda democrática, isto é, na passagem do coletivismo realista para o individualismo romântico da República. Assim sendo, baixamos a nível inferior ao do Prata, onde os caudilhos, antes de se educarem na Democracia haviam preparado o povo na obediência.

No Rio-Grande, porém, desde a República, tem vivido em Estado latente e às vezes patente a rebeldia, conforme já aconteceu cinco vezes em 33 anos. E' que ao nosso individualismo hereditário ajuntou-se o individualismo político-filosófico, sem qualquer outro princípio que o contrabalance.

Em 30, porém, já o sentimento liberal mais generalizado entre os Rio-grandenses, movidos por um ideal mais elevado, restabeleceu-se em tôrno dêsse mesmo ideal, o poder único que anima as conciências e concerta os movimentos populares. Dir-se-ia que um novo monarca ritmava os corações dos Gaúchos e de seus caudilhos — os Aranhas, os Luzardos, os Portinhos, os João Franciscos, os Flores da Cunha. E, de fato, portaram-se todos, como se agissem por delegação de um poder superior. Era o ideal generalizado a incentivar tôdas as velhas virtudes de um povo.

A causa principal, como dissemos, dêsses movimentos coletivos do Rio-Grande, onde o povo não se submete à fôrça dos potentados regionais, é a falta das escolas incumbidas de criar na conciência de cada cidadão o patriotismo que, sob o regime passado, era inconciente, mas que se revelava com a veemência das fôrças misteriosas, coordenadoras da vida de todos os seres.

A passagem de um a outro regime se operou provocando conseqüências surpreendentes na vida nacional. Os republicanos exilaram o Imperador e a sua família, mas não deixaram no espírito de cada Brasileiro um sucessor que lhe inspirasse melhor moral política, melhor educação, melhor idéia de Pátria.

Quando o Estado passa do regime monárquico para o republicano, da Monocracia para a Democracia, êsse povo passa do estádio governamental objetivo para o subjetivo. Cada indivíduo, arrogando-se o direito de governar ao menos a si próprio, deve ter a conciência esclarecida para realizar espontâneamente, e nacionalmente harmonioso, aquilo que o rei fazia pela coordenação tradicional.

E existia, porventura, no Brasil, êsse subjetivismo e essa perfeição, para que nos tivessem abandonado até hoje aos azares da vida política sem outro amparo moral que os pendo-

res de cada cidadão ? Muito se exigiu dêste povo brasileiro, e muito deu êle, graças ao patrimônio moral que acumulara através de várias gerações ! Ora, uma República só pode ser grande, quando alto é o grau de adiantamento do seu povo.

Mas êste caso mesmo, o da perfeição, sendo o do equilíbrio de tôdas as faculdades humanas sob a égide da razão, sendo o racionalismo em filosofia, o realismo em arte, a realeza em política, pode redundar na preparação para o regime monárquico mais alicerçado que se conheça, aquele que se explique pela conciência de cada indivíduo e se justifique pela Moral ou pela História. Então, a conciência de bem governar-se cederia, aos poucos, o passo à conciência de ser-se bem governado; e chegaríamos, numa das voltas da espiral do progresso, à frase contérmina do estádio em que éramos governados à revelia nossa, mas inevitàvelmente, porque isso estava e está na ordem natural das cousas.

PARECER

sôbre a tese "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro".

Ao relatar a admirável tese em que o erudito dr. F. Contreiras Rodrigues desenvolve com brilho invulgar um tema de alto interêsse para a fixação de aspectos sociais e psicológicos da nossa formação étnica, seja nos dado vênia para expender os motivos da pequenina restrição que opomos a uma das afirmações que ela contém. Assim o fazemos porque para trabalho de tal magnitude, não basta o elogio que o seu todo merece. Devemos ter, embora, apreciando em suas justas proporções o notável trabalho de Contreiras Rodrigues, a sinceridade das nossas opiniões, que podem não ser ainda a expressão última da verdade, mas que se fundam em elementos de pesquisas demoradas nas fontes arquivais que nos foi dado consultar.

Discordamos, de início, quanto à etimologia de **gaúcho**,

que parece não proceder de **garrucho**, como afirma o autor. Sôbre êsse controvertido étimo existe já uma vasta bagagem bibliográfica, sendo notáveis os estudos procedidos pelo dr. Buenaventura Caviglia hijo, historiador e publicista uruguaio, que expõe algumas dezenas de origens para êsse designativo da nossa gente. Consta dêsse trabalho, como posteriormente verificamos, a etimologia que adotamos, por nos parecer mais acorde com os elementos históricos de valor irrecusável, que nos foi dado consultar.

O dr. José de Saldanha, demarcador de Limites da América-Meridional, que tem um trabalho ainda inédito sôbre aspectos geográficos, históricos e etnográficos do Rio-Grande-do-Sul, o "Diario Resumido", existente na Biblioteca Nacional, grafa sempre essa palavra com a forma **Gaúche.** Coïncide essa grafia com a do general Rivera e outros que assim a enunciam. Receberam êles esse étimo em suas fontes originárias, o que induz a crer que a primitiva forma vocabular teria sido **Gaúche** e não **Gaúcho.**

Não é crível que proceda de **Garrucho** pela dificuldade da queda do **r** forte, contrária à índole evolutiva da língua. Depois, muito hipotética é essa tribu de **garruchos** que memorialistas nem sempre exatos fazem localizar dentro do nosso território. Os índios cavaleiros do Chaco-litoral, procediam do tronco Guaicurú do Sul, espalhados pela mesopotâmia parano-uruguaia e entre o Uruguai e o Prata. Serrano, Schüller e outros, que os estudaram demoradamente, agrupam-nos na grande nação **Chaná,** subdividindo-os em várias parcialidades, das quais só nos interessam os chanás, charruas, iaras, boanes, güenoas e minuanos, que penetraram o território entre o Uruguai e o Atlântico, sendo o último, minuano, exclusivamente, o único que se fixou em território rio-grandense.

Na época em que surge o **Gaúcho do Campo,** no primeiro quartel do século XVIII, já estavam quasi extintas as tribus dos iaros e boanes, sacrificados em guerras com minuanos e charruas, de que encontrámos farta documentação. Os güenoas e parte dos minuanos, atraídos pelos jesuítas, constituem o núcleo de povoamento de Santa-Maria de los Güenoas (São-Borja). Mas, pouco alí se demoram, pois fogem em massa,

dizendo aos padres, que vão em sua perseguição, assim terem resolvido porque queriam ser livres e não trabalhar. Restam os charruas, indomáveis e ferozes, que jamais admitiram o contacto do branco; os chanás que reduzidos em São-Domingos-Soriano se vão adatando à civilização, e os minuanos, de índole pacífica e grandes amigos dos portugueses dos quais se aproximam, em contínuo intercâmbio comercial, e que assentam suas toldarias no território hoje rio-grandense.

E quando, provàvelmente, pelas alturas de Entre-Rios, Quaraí e Serra do Caverá, a êles se reünem, aventureiros brancos, portugueses e espanhóis, mulatos e negros, egressos da sociedade por crimes ou contravenções, aos quais os minuanos acolhem e fazem sócios em suas arreadas de gado e nas vacarias a que procedem. Surge, assim, o primeiro **gaúcho do campo,** de quem diz o dr. José de Saldanha, confirmando Alvear, Azara e outros demarcadores: "**Gaúches** — vagabundos ou ladrões de gado, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarrões, a sacar-lhes os couros, e a levá-los ocultamente às povoações para a sua venda ou troca, por outros gêneros". (Diário Resumido). Entre esses gaúchos do campo, cita acidentalmente alguns o dr. Saldanha, notando-se José Minuano, cujo nome indica a origem, o Caroia, mulato portenho.

Assinalamos que a grafia original seria **gaúche** e não como atualmente se escreve. A palavra **gaúche** se enquadra perfeitamente nos vocabulários indígenas, devendo provir de troncos primitivíssimos. Parece compor-se de dois elementos principais **Guahú** e **Che.**

A primeira foi adotada pelo guaraní do sul, não existindo nos vocábulos tupís, e consta da **Conquista espiritual,** do padre Montoia, interpretada por Batista Caetano; e o segundo, têrmo corrente ainda quer no Rio-Grande, quer no Prata, tem sua origem na língua quechua, donde parece também provir a dos minuanos. E' de presumir que **gaúche** fôsse vocábulo minuano, designando "gente que canta triste", cantador triste.

Tudo induz a adotar essa etimologia. **Guahú,** que fàcil-

mente se contrai em **Gaú,** por transposição natural como se observa da tendência do guaraní e, práticamente, em vários topônimos nossos, Batista Caetano traduz por **cantar triste,** etc. e **che,** tìpicamente minuano, do quechua, como vimos, e que vem do guaicurú do sul de filiações mbaias (maias), tronco originário das civilizações meridionais; **che** significa **gente,** ou, como na linguagem corrente, **tu, você.**

Encontram-se em nosso folclore e ainda em subsídios históricos elementos bastantes para justificar essa etimologia. A lenda de Ibitorí, recolhida por Cezimbra Jaques, refere o primeiro contacto do branco com o minuano, já em território rio-grandense. Um moço branco, depois de uma refrega cai prisioneiro dêsses índios cavaleiros e, condenado à morte, consegue fazer uma rústica viola e ao som dela canta, impressionando fortemente os índios, ao mesmo tempo que inspirava uma paixão à filha do cacique. E são os seus cantos tristes, sua melodia nostálgica, que o salvam da morte. Naturalmente, quando o ouviram, teriam os índios exclamado: Gaúche ! — **"Cantador triste".**

Cronistas e historiadores que se referem ao gaúcho primitivo assinalam que nunca abandonavam a sua viola em que, à noite, dedilhavam, acompanhando as suas canções tristes. Pablo Blanco Acevedo, em notável conferência sôbre o Gaúcho, cita Concolocorvó que diz: "los gauderios o gauchos son unos mozos de Montevideo e en los vezinos pagos..." "Se hacen una guitarrita que aprenden a tocar muy mal, y a cantar desentonadamente varias coplas que estropean y muchos que sacan de su cabeza que regularmente ruedan sobre amores".

Assim, parece-nos muito mais aceitável essa etimologia do que **garrucho,** aliás inexistente como tribu de índios cavaleiros. E' a própria tese de Contreiras Rodrigues vem ainda dar maior significativo a essa origem com a observação justa de que "o gaúcho nasce e morre ouvindo em solo as melodias melancólicas que o bucolismo inspira" ou "como diz êle **talareando as suas árias tristes,** éclogas sem letra."

Em páginas de grande fulgor e alto relêvo psicológico, o autor traça com pinceladas fortes, de indeléveis matizes, a

vida do casal gaúcho em seu aspecto afetivo e passional, reflexo natural da vida anterior que não se enquadra em restrições sociais. Amante, como ninguém, encara, no entanto, a china como um luxo "um de seus gosos, serve apenas para formar com ela uma associação para o prazer".

Heróico e desprendido, arrostando a morte por simples galhardia é, no entanto um indisciplinado incorrigível. As suas justas, mais individualistas que coletivas são a expressão da sua bravura pessoal, "o heroísmo pelo heroísmo". Cavaleiro por excelência, nunca se afez aos corpos de infantaria, mas tem iniciativas próprias no combate, e as cargas de lança de suas guerrilhas o notabilizam como soldado.

As lutas políticas, que degeneram em choques sangrentos, têm, muitas vezes, separado os gaúchos do Rio-Grande, mas, jamais existe nelas qualquer interêsse de ordem subalterna. Desde o mais humilde dos campeiros que, nessas lutas, combatem, até os mais luzidos expoentes da gente rio-grandense êsse pendor se acrisola por ideologias, tradições e mesmo dedicações pessoais. Observa, com nítida visão Contreiras Rodrigues, como já o fizera Saint-Hilaire, que além de suas superstições de caráter popular, o gaúcho não tinha um fundo de religiosismo. "Mas, precisa de uma religião e êste foi o único fenômeno que o congregou mais intensa e duradouramente — a Política".

Em seguida, passa a distinguir o gaúcho brasileiro do platino que, não obstante origens comuns, se distanciam de acôrdo com as tendências raciais e as circunstâncias do meio ambiente em que se vão desenvolver mais tarde. Maiores afinidades, no entanto, existem entre rio-grandenses e uruguaios. **Martin Fierro,** que Hernandez, imortaliza, é lenda do Rio-Grande e foi na nossa zona fronteiriça que o grande regionalista a colheu. Aparece o caudilho que não floresceu nas organizações brasileiras, porque menos do que no Prata prevaleceu a influência individualista-ideológica e se houve, como constatámos, foi colocada em nivel inferior ao espírito de lealismo português. Se dado fora apontar um caudilho no Rio-Grande, êsse seria Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, o **Quebra,** que, durante trinta anos, cruzou

campanha e vilas, arvorando a bandeira da rebeldia, da libertação dos escravos e da República. Mas, taxado de "insano" só achou para acompanhá-lo, em suas arremetidas quixotescas, bandos rebelados de negros a quem prometia a liberdade.

Sôbre êsse aspecto Contreiras Rodrigues traça páginas indeléveis, indo tocar nas subtilezas mais profundas do subconciente do gaúcho que se forma nas alvoradas étnicas do Rio-Grande.

E dá-nos, num admirável bosquejo histórico, as origens das lutas integradoras do território, as tendências que presidiram nossas contendas diferenciadoras, que aprimoraram a raça, na sublimação de um brasileirismo inexcedível. Chega assim a mostrar a formação da idéia da Pátria para o rio-grandense. Era a própria terra, bem que lhe vinha do Rei, senhor supremo de tudo, que a adjudicava em largas sesmarias. "E por êle enriquecia, por êle se morria nos combates, por êle se triunfava, por êle se aumentava o apanágio nacional." Era o Rei a encarnação da Pátria e daí êsse espírito de lealismo, segrêdo único da unidade nacional.

Contreiras Rodrigues, lança, ainda, ao terminar essas páginas, um punhado de idéias justas e precisas sôbre as tendências gaúchas no que concerne à unidade da pátria. Não obstante o cunho separatista que foi um meio e nunca um fim, na revolução farroupilha, o rio-grandense foi sempre e cada vez mais brasileiro, combatendo pela unidade territorial e política do Brasil, embora quisesse pelos laços da Federação, adotar um regime mais consentâneo com a própria índole das várias regiões constitutivas da Pátria.

Estamos inegàvelmente em face de um trabalho notável de sociólogo e psicólogo que traduz, com verdade e brilho singular, aspectos admiráveis da nossa vida.

E por tudo isto, sentimo-nos à vontade, exalçando, sem mero formalismo, o trabalho de Contreiras Rodrigues que honra o nosso Congresso de História e aponta, ao Brasil, neste recanto de seu solo admirável, um pensador e sociólogo

afeito aos problemas da nossa formação e sabendo focalizar com precisão notável, dentro de uma fôrça encantadora, as várias modalidades das grandes linhas fundamentais da nossa vida.

Sala das Comissões, Pôrto-Alegre, 5 de outubro de 1935.

(ass.) **Aurélio Pôrto,** relator.
Jací Antônio L. Tupí Caldas,
Otelo Rosa, com restrições quanto à etimologia de "gaúcho".

A COBERTA D'ALMA

Manoel Fernandes Bastos

I

As lendas são a poesia de um povo, como as tradições, a sua alma, si é que se pode, mesmo sutilmente, fazer tal distinção.

Quando isso não seja lícito, então podemos dizer que lendas e tradições são a alma inteira de um povo.

Mas, por sutil que pareça, existe uma linha de separação entre essas duas manifestações da alma coletiva; como também existe diferenciação entre o que chamamos alma e coração.

Uma, é a sensibilidade, o centro que irradia; o outro, é o sentimento em ação, são os lampejos e as centelhas, que já alumiam e inflamam.

A amizade ficou para a alma; para o coração, deram o amor.

A alma se contenta com a saudade para o seu culto e para a sua adoração; o coração vai ao desespêro e à loucura.

A alma tem paixões que matam; mas o coração tem arrebatamentos que, às vezes, explodem.

Assim são as lendas e as tradições.

Aquelas são como uma espécie de culto ao passado, envolto em mística doçura. As tradições são o fogo sagrado que o rolar dos séculos não apaga. De geração em geração, vai passando a pira das tradições, sempre a desprender o fumo odorante das mais finas essências.

O poeta adora as lendas. O sociólogo estuda as tradições.

As lendas são um album de reminiscências; as tradições, um livro de conselhos: Uns e outros vão sendo guardados com carinhoso respeito.

II

Todos os povos, porque têm alma e coração, têm as suas lendas e as suas tradições.

Principalmente as tradições religiosas de um povo, são um índice seguro para o estudo da sua formação social.

Os rio-grandenses têm as suas lendas belíssimas e as suas empolgantes tradições religiosas.

Queremos nos ocupar hoje com uma destas últimas, talvez a mais encantadora de quantas tradições religiosas se tenha notícia.

Ela é, pela forma, suave e encantadora; pela sua expressão, é de uma beleza sem par.

Como ficção, é uma das mais lindas flores da piedade cristã.

Essa tradição é a **Coberta d'alma.**

III

Não queremos negar peremptòriamente a outros essa prática tão linda.

Também não descemos a estudos aprofundados sôbre as suas origens que nos permitissem atribuí-la exclusivamente ao elemento açoriano.

Animamo-nos, entretanto, a lançar essa afirmativa como uma hipótese que ficará de pé à espera que os estudiosos a confirmem ou a contestem.

O nosso propósito é tão sòmente tornar conhecida uma tradição religiosa da nossa terra, que talvez tenha passado despercebida de muitos ou, pelo menos, para muitos não se tenha revelado tão linda como ela é sob qualquer de seus aspectos.

IV

Mas, afinal, que vem a ser **Coberta d'alma ?**

— Um velho costume que se encontra ainda em prática pelas nossas zonas e regiões de população originàriamente açoriana.

E' desnecessário dizer que é uma prática que pertence aos católicos, porque a imigração portuguesa era toda católica.

Êsse costume é o que vamos descrever :

Morre uma pessoa da família. Esta família, conforme o sexo e a idade dêsse ente caro, escolhe entre os vizinhos e pessoas de suas relações aquele ou aquela, adulto ou criança, que, pelas suas condições de pobreza e pelos seus merecimentos como pessoa honesta e de bem, está no caso de receber como presente um trajo completo do finado. E, então, é entregue à tal pessoa êsse trajo, abrangendo, quanto aos adultos, chapéu e calçado.

Com êsse vestuário, a pessoa beneficiada costuma acompanhar o entêrro ou, quando isso não é possível, assiste, então, à missa de sufrágio, do 7.º ou do 30.º dia.

Acontece, às vezes, que não ficou um trajo completo do finado ou, então, que os que ficaram não se encontram em condições de serem aproveitados para a **Coberta d'alma.**

E' necessário, porisso, providenciar-se sôbre a confecção de um trajo novo, adquirindo-se, também, conforme o caso, calçado e chapéu.

E, como essa prática não é privilégio dos ricos, sucede, não raro, que famílias pobres enlutadas se vêem na necessidade de recorrer ao crédito, junto a algum comerciante, para adquirirem os aprestos para o cumprimento daquela piedosa obrigação.

O comerciante não pode negar-se a atender o pedido. Se o fizer, será apontado como homem ruim, **que até teve a coragem de negar uma coberta d'alma.**

Tal é o respeito por êsse costume tradicional.

V

E que significação terá essa linda prática tão religiosamente observada ainda por muitas famílias ?

E', como ficção, uma das mais belas manifestações de piedade cristã, baseadas no mérito das boas obras.

Realmente encarada, é um ato de caridade bem compreendida, que obedece àquele preceito divino : — A esmola não deve humilhar quem a recebe.

E', ainda, uma esmola — prêmio, porque longe de escandalizar quem a recebe, serve para enaltecê-lo, pois só se dá a **coberta d'alma** a quem a merece pelas virtudes e boas qualidades.

E' de ver-se, porisso, como qualquer pobre distinguido pela escolha se sente satisfeito em receber a dádiva que vem envolta em tão elevadas intenções.

Como ficção, a **Coberta d'alma** representa o manto de boas obras com que a alma se pode apresentar perante o juiz supremo. Essa ficção nasceu, por certo, da grande verdade do cristianismo: "Só se leva para o outro mundo aquilo que se faz aos pobres."

Imaginemos que a pessoa falecida nenhuma obra de misericórdia fêz em vida. Ao menos, no momento em que se parte dêste mundo, sua família, supletòriamente, o faz, para que aquela alma não tenha que transpor os umbrais da eternidade **nua** de merecimentos. Essa alma recebe com aquele ato da família o seu manto ou o sua **coberta.**

E' um ato de caridade, também. Uma caridade que se pratíca sob aquela intenção, mas que se não contamina do feio vício da exibição.

Sendo um costume tradicional, passou a constituir um dever comezinho e, porisso, um ato que não comporta ostentações e nem provoca os olhares do vulgo.

Ademais, como sòmente devem receber a **coberta d'alma** pessoas pobres mas virtuosas, essas pessoas não se humilham ao recebê-la mas, ao contrário, sentem-se distinguidas pela escolha e isso, sem dúvida, é altamente salutar.

VI

Eis ai relatada essa nossa belissima tradição religiosa.

Entre todas as outras tradições do nosso povo, é, fora de dúvida, a que se apresenta de maior encanto, porque é admirável na sua piedosa significação e grandiosa, até, no seu alcance social.

Bem merece, porisso, que continue a ser respeitada e seguida.

Quanto lhe ficam a perder de vista êsses atos de caridade que se costumam praticar em sufrágio das almas dos mortos queridos, cheios de exibicionismo e envoltos, muitas vezes, no manto da vaidade humana: esmolas à porta das igrejas; donativos noticiados pelos jornais, e semelhantes.

Segundo os verdadeiros ensinamentos da religião, deve ser um manto muito mais caro e precioso aos olhos de Deus, a modesta **Coberta d'alma** que uma família humilde dá a um pobre digno, com sacrifício da única moeda existente no mealheiro, que essas ostentações de luxo e de grandeza que por aí se vêem com o rótulo de caridade.

VII

CONCLUSÕES

I. **A coberta d'alma** é uma tradição religiosa dos riograndenses de ascendência açoriana.

II. Essa tradição envolve, encantadoramente, um ato de piedade cristã.

III. Pela sua piedosa significação e pela moralidade do seu alcance, êsse costume deve ter influído na nossa formação social.

PARECER

sôbre a tese "A coberta da Alma", do sr Manoel E. Fernandes Bastos.

"A coberta da alma", interessante trabalho apresentado à consideração e estudo dêste Congresso, pelo ilustrado homem de letras e estudioso de nossa história, sr. Manoel E. Fernandes Bastos, foi a única tese aquí surgida que se ocupou de nossas tradições religiosas.

Em linguagem simples e amena, demonstrando completo conhecimento dos segredos e encantos da alma de nosso povo, narra-nos êle a tradição d'"A coberta da alma", que os nossos avoengos trouxeram para o pago gaúcho.

Suas observações são exatas, refletindo, com fidelidade, êsse "velho costume que se encontra ainda em prática pelas nossas zonas e regiões de população originàriamente açoriana" e que recebeu a precisa denominação de "coberta da alma", para que esta, quando, porventura, se apresentasse despida de quaisquer boas obras perante o Tribunal Divino, tivesse, ao menos, a cobrí-la, o bem que os seus parentes, em seu nome, praticassem, ainda antes de enterrarem o corpo que, em vida, a abrigara.

Opinamos, pois, pela aprovação das três conclusões com que o ilustre patrício encerra o seu formoso estudo, dígno, por todos os títulos dos mais francos aplausos e da mais ampla divulgação.

Sala das Sessões, aos 8 de outubro de 1935.

Assinados: **Adroaldo Mesquita da Costa**, relator.
Eduardo Duarte.
De Paranhos Antunes.

A RELIGIOSIDADE E O SACERDÓCIO DOS FARRAPOS

Dr. Fernando Luiz Osório

Do Rio-Grande genuflexo ante o crucifixo, das diretrizes religiosas e da influência do sacerdócio na jornada de 35, a bem dizer, ainda se não recompôs a tela histórica, no exame completo dos fatos precisos.

Terra de lendas e de sonhos é o Rio-Grande-do-Sul, semeado de heroísmos e de encantamentos, ressonante das prédicas do Evangelho. E' os soldados da sua militante cruzada da caridade guardando o tesouro da fé, não desertaram, em 35, como aqueles sacerdotes que, nos séculos onze e doze, salvaram a Europa pelas Cruzadas, — fazendo reviver a estátua na qual os nossos antepassados trabalharam procurando-lhe a vida onde a foi buscar Prometeu, preso ao rochedo para libertar os seus semelhantes !

Justo é que saiam da penumbra em que inadvertidamente as têm deixado os historiadores, por via de regra, as principais figuras do clero farroupilha.

Empreenderam os Farrapos uma revolução diversa, em muito, das que, comumente, figuram na história com êsse nome, um esfôrço regenerativo que foi a culminação, o coroamento de todo o passado rio-grandense.

E', pois, necessário, sob tôdas as suas rútilas facetas, compreender em seus supremos objetivos, a imponência e a grandeza dêsse poema da América, política, social e moral, consagrador do espírito da nacionalidade e que, na frase do padre Joaquim Pinto de Campos, mereceria as honras de um

comentário como o da Guerra das Gálias. Assim como não há sociedade sem govêrno, não há sociedade sem religião é o axioma que se induz da continuïdade Histórica.

Na história da religião se condensa, necessàriamente, a história da humanidade. O tema é de irrefutável relevância e magnitude, abarcando o aspecto das fundações do edifício farrapo.

Perante êsse tabernáculo das nossas tradições de liberalismo, em face dessa página de ouro dos nossos anais, que atitude mantiveram, com o prestígio da sua vocação, os ministros de Deus ? Como, em matéria de religião, pensavam, sentiam e procediam aqueles Gigantes maltrapilhos, os ínclitos homéridas do Rio-Grande ?

Se é de sainete religioso a labuta de quem, de coração e com amor, se entrega ao convívio dos arquivos, numa espécie de magistratura moral, com o sentimento evocativo de fatos principalíssimos para cabedal de tôdas as nossas glórias, penso que esta oportunidade fulgente seria bem aproveitada se o fôsse também para a restauração do sentido vivificante das nossas melhores tradições em matéria religiosa.

Após o desmoronamento do mundo romano pelos bárbaros, coube ao secerdócio católico restaurar a ordem e a continuïdade, moralizando os vencedores e vencidos. Foi o ideal cristão que fêz os Estados-Unidos fundarem uma Constituïção em 1787 e, em 1776, uma Declaração das liberdades humanas que veio "escudar a conciência dos povos".

E a religião do Cristo é o par de asas indispensáveis, no dizer de Taine, para elevar o homem acima de si mesmo, dos seus limitados horizontes conduzindo-o através da paciência, da resignação e da esperança, da pureza e da bondade até o sacrifício. E das entranhas dessa religião que tem "consolado o Brasil nas suas dôres e santificado as suas vitórias nacionais", há de ser, sempre Jesús, na frase de um dos seus adoradores, o evocador dos incomparáveis sonhos, o mágico dos eternos adeuses, o príncipe dos perdões infinitos !

Redondamente enganou-se o viajante naturalista francês Saint Hilaire quando nos acoimou de povo sem religião. Tivemos, em realidade, os rio-grandenses uma tradição de

disciplina, desconhecendo caudilhos ambiciosos e cruéis; disciplina militar, e depois social, capaz de refrear os excessos do espírito liberal e individualista. Foi esta a grande intuïção do gênio continentino, de que no sentimento de fraternidade cristã está a solução do problema humano que nem o ódio, nem a ambição, nem a impiedade resolvem. O que inicialmente se impunha era o povoamento e a libertação do território dos invasores estrangeiros; e se estabeleceram aquí famílias fixas de açorianos e lagunenses movidas de uma sincera mentalidade cristã. Pela campanha, pelos povoados, vilas e cidades, espalharam-se templos vetustos.

E é à luz das grandes correntes da evolução humana que devemos perscrutar, antes de mais nada, a alma do nosso povo, a fisionomia histórica do Rio-Grande, no aspecto geral da formação de sua mentalidade. Pois bem, o Rio-Grande-do-Sul, filho mais moço da civilização brasileira, surgiu quando o mundo iniciava o surto da Idade Contemporânea. Por assim dizer, quasi às portas da Revolução Francesa foram lançados os fundamentos da sociedade rio-grandense; revolução que derrubando a monarquia e o feudalismo, se estribara na declaração dos direitos do homem, como um hino de vitória do individualismo, até que a conquista jacobina, eliminando as liberdades, escravizou o indivíduo ao Estado e apareceu a tirania parlamentar. Na religião, a Alemanha despertara, com a Reforma, o chamado espírito livre e, em filosofia, fôra proclamado o triunfo da razão individual. E era assinalada uma nova fase da história dos povos no instante em que se produziu o choque, a colisão dramática dos dois princípios — o da autoridade com a liberdade. Tinham-se exagerado os sentimentos de individualismo com a criação do Novo-Mundo, que acendeu o delírio e a ambição dos aventureiros. Em Portugal penetrara o movimento de humanismo, desenvolvendo o anseio indomável para a conquista e dominação do globo. Mas Portugal cruzando os mares, trazia, no peito heróico de seus filhos, entalhadas as suas quinas, como lá disse Sá de Miranda, êles tinham o credo de Cristo e o credo da Pátria.

E sacerdotes como Anchieta, o santo do Brasil, que alvo-

rejava à sombra da cruz, Nobre e Vieira, para resistir à cobiça e à ganancia dos preadores, opuseram a ternura humilde, a caridade, os fundamentos da moral e da religião afim - de realizar o advento das verdadeiras bases da sociedade. E das prédicas do Evangelho ressoaram no Rio-Grande-do-Sul as florestas da terra de Sepé rodeando a extensão enorme daquele rio em cujas águas "palpitou o sonho jesuítico, de formar da argila bárbara do povo americano um grande império teocrático". E aos ritos selvagens mesclou-se o rito cristão. A fosforescência das cobras de fogo guardava tesouros lendários no fundo das Salamancas, no alto dos Cerros Bravos, no côncavo das lagoas...

Há no populário nativo do Rio-Grande alguma cousa que faz da Salamanca do Jaráo um belo poema cristão na clara intenção de um elogio de renúncia para o alcance da felicidade... E' verdade que a ausência de metais nobres e de pedras preciosas no Rio-Grande-do-Sul, contribuiu para que a exploração não revestisse os aspectos tão crus e tão duros, como os que se desenrolaram no resto do país. Mesmo assim, violento deu-se o choque das duas correntes que se enfrentaram: a da violência bandeirante, que varejou altares e igrejas conquanto os mamelucos afirmassem as qualidades fortes da raça e a do espírito teocrático que cedeu, quando foram dizimados os contigentes ameríndios, na expansão do poder nacionalista contra um prolongamento do regime espanhol dentro do Rio-Grande. Já se disse que o misticismo cristão, num mixto de animismo e de catolicismo, aureolou os deuses locais, como São Sepé e Santa Josefa, provando a capacidade venerante do povo gaúcho que nunca elevou ao altar, como na Revolução Francesa uma mulher desgarrada para representar a deusa razão.

Nossa gente, escreveu o emérito historiador, nunca nutriu o culto fetichista pessoal que foi a fôrça mística que sustentou o caudilhismo no Prata. Foi em tôrno de idéias e não de chefes, apenas, que o povo gaúcho se levantou em 35 e quando entre os chefes surgiram atritos, dêles não compartilhou a massa do povo. Sem dúvida, para a máxima associação rio-grandense agiram sentimentos profundos, sem fa-

natizar os ânimos e até sem a formação de castas que absorvessem as conciências, que impedissem o amplo desenvolvimento do raciocínio.

Vibrou o padre brasileiro nos estos do patriotismo, quando no seu coração a Independência nacional "teve carinhoso esfôrço na ação popular, na propaganda indefessa, na lealdade e no martírio sofrido com resignação cristã". Sempre esteve o clero, na linha da frente em todos os primeiros surtos liberais que agitaram a Colônia e o Império.

Não neguemos a essa contribuïção do altar dos cultores da seara divina, o aplauso da nossa gratidão e simpatia, porque, a bem dizer, sem o clero colonial com todos os seus erros e desmandos, os seus defeitos e qualidades, na frase de D. Duarte Leopoldo, gemeria talvez o Brasil, por longo tempo ainda, sob o jugo da Metrópole. Chegaram a nove os padres da Inconfidência mineira; e observou-se que a revolução pernambucana de 1817 foi quasi tôda ela uma revolução de padres. E revoltado ainda Pernambuco em 1824, proclamou-se a Confederação do Equador que levou ao patíbulo dois sacerdotes, além de quarenta encarcerados, que protestaram contra o despotismo, desfraldando essa Confederação uma bandeira em que se liam estas palavras: — "Religião, Independência, União, Liberdade ! "

Um sacerdote, domiciliado na Baía, e nela advogado e bacharel pela Universidade de Coimbra, foi o mais antigo abolicionista do Brasil, o padre Manoel Ribeiro Rocha, de cujo livro **Etíope resgatado** impresso em 1759, partiu o brado emancipador, muito antes de pronunciar-se Condorcet pela liberdade dos nascituros, em 1781, e de Clarkson escrever a sua dissertação de 1786 ou dos Quakers libertarem os seus escravos, em 1788.

Em associações político-científicas, fundadas pelo alvorescer do século dezenove, em Pernambuco, como o Arcófago de Itambé, a Academia de Suassuna, a oficina de Iguarassú de que faziam parte os sacerdotes mais conspícuos e cultos, a democracia que se prègava era a verdadeira democracia de origem norte-americana. Embora se bebessem inspirações filosóficas no idealismo francês, considerava-se a América-do-

Norte o modêlo dos governos livres para o continente. E não era sòmente a América-do-Norte que falava aos corações brasileiros; nêles se refletia integral o continente povoado de irmãos como se vê da carta que ao padre João Ribeiro, em 1810, dirigira o sábio paraïbano Arruda Câmara recomendando : Remete logo a minha circular aos amigos da América inglesa e espanhola; sejam unidos com êsses nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um". E, proclamada a República, os revolucionários de 17 logo enviaram emissários para os Estados-Unidos (Cruz Cabugá) e para o Rio-da-Prata (Félix José Tavares de Lima). Eis que proclamava José da Silva Brandão, ex-ministro da guerra de Bento Gonçalves; — "A Causa Santa em que os rio-grandenses liberais se acham empenhados, é a da Liberdade Universal do Continente Americano". Não se eclipsou êsse sentimento, bem nítido, de fraternidade americana, com a proclamação da monarquia. A primeira vez que no Rio-Grande-do-Sul se agiu com as armas na mão em favor de idéias políticas foi no memoravel dia 26 de abril de 1821, em Pôrto-Alegre quando a tropa e o povo, em altos brados, exigiram o juramento imediato da Constituïção, no meio da praça. Pois bem. Houve quem afirmasse, estribado nos arquivos do sul, que o "principal motor" dessa prova do espírito constitucional rio-grandense foi o padre José Rodrigues Malheiros Francoso Soutomaior que porisso foi preso e seguiu a 21 para o Rio-de-Janeiro à disposição do govêrno real.

Pela Constituïção Brasileira de 1824, o clero era uma classe nacional, e tinha liames a prenderem-no à organização geral do Império. O catolicismo era a religião oficial, embora essa Constituïção política, liberalíssima para a época, admitisse e tolerasse outro credo. Foi na Chácara da Floresta, do padre José Custódio Dias que se reüniram, em março de 1831 os "leaders" nacionalistas, alí redigindo uma representação a D. Pedro I, onde se referiam à federação considerando-a "uma questão política, cuja decisão penderia do juízo e deliberação do poder legislativo". Dias depois, a 7 de abril, dava-se a abdicação do imperador do Brasil.

Ficou memoravel a frase : — "O trono desapareceu... e

o Altar ? O Altar está de pé ! "... como o som de um clarim de vitória, no dizer de Pandiá Calógeras, clangorado pelo bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, ao escrever, em 19 de março de 1890, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, resumindo alguns dos vexames religiosos resultantes da tendência a pôr a Igreja na subordinação dos governos, ferindo o clero e o sentimento religioso da Nação o galicanismo intolerante e o regalismo excessivo do poder civil como herança das normas seguidas pela monarquia portuguesa. E, assim, constantemente via-se constrangida a Igreja a lutar pela sua liberdade, contra o poder civil invasor, pois no Brasil não era exeqüível nenhum ato praticado pelo Pontífice ou pela Cúria, por ordem dêle, sem que tivesse sido confirmado pelo "placet" do Govêrno Imperial. Ministros chegavam a dar ordens aos bispos sôbre a observância das regras do Concílio de Trento quanto à nomeação de párocos; proïbiam-lhes viajar para fora da diocese, sem prévia licença oficial; aprovavam livros de teologia para os seminários; fixavam novas disposições e deveres aos vigários, além de muitas outras demasias, que, causando mal-estar, implicavam numa escravização da Igreja, invadindo a esfera de sua competência espiritual.

Sabe-se que os atritos entre o poder civil e a Igeja datam de muitos anos mesmo antes da Reforma. Tanto em França as chamadas Côrtes de Justiça invadiam a esféra de competência do govêrno eclesiástico quanto, na Espanha, Filipe II discutia dogmas e disciplina, até que, em Portugal, a ascenção do rei José I marcou essa geral tendência de ferir o clero e o sentimento religioso da Nação pelo regalismo excessivo e o galicanismo intolerante levando a Igreja a lutar pela sua liberdade. Viva discussão, já em 1598, foi a que o livro de um padre espanhol, Juan de Mariana, originou sôbre o direito à revolução e o direito de resistência ativa e passiva contra o poder tirânico. Intitulava-se DE REGE REGISQUE INSTITUTIONE (Do Rei e da Instituïção Real) essa obra que levantou enorme celeuma motivada em grande parte, diz o prof. Herrfahrdt, pela condição eclesiástica do autor.

Nas colônias espanholas da América-do-Sul, de 1810 até 1825, os governos foram dirigidos pela maçonaria como sucedeu no Brasil, de 1821 a 1823.

E, ao contrário do que se verificou na Europa, inúmeros sacerdotes figuravam nas sociedades secretas, de alvos filantrópicos e onde no insuspeito dizer de D. Duarte Leopoldo, arcebispo de S.-Paulo, "a independência se enroupou para as galas da liberdade". "Era coisa muito diversa dos esforços estrênuos das lojas francesas, italianas e mesmo alemãs, assim como dos "carbonari", nas quais se mesclavam os ideais de liberdade com profissionais conspiratas e propaganda anti-religiosa".

Em 1820 foi, pelo Grande-Oriente, do Rio-de-Janeiro, incumbido da organização de lojas maçônicas no Rio-Grande-do-Sul, Francisco Xavier Ferreira que havia de tanto se destacar na gênese e explosão da guerra dos Farrapos. Já quando da cisão do Grande-Oriente, figurou no "Apostolado" o padre Antônio Vieira da Soledade.

Queriam os Farrapos instituir a federação brasileira, tomando como modêlo a Constituïção dos Estados-Unidos-da-América-do-Norte, de 17 de setembro de 1787, que fôra estabelecida, para substituir o regime confederativo, visando os americanos constituir, com êsse novo sistema de govêrno "uma União mais perfeita", segundo os próprios termos do preâmbulo dêsse importante documento político.

O padre Chagas Martins, então vice-presidente da República Rio-grandense, dizia, em carta de 28 de abril de 1844, que se desejava a Federação com os nossos irmãos brasileiros e estava de acôrdo que os farroupilhas nomeassem comissários para, em segura e devida forma concluir êsse importante e definitivo ato, qual o das bases de Federação.

E que mais formoso padrão de brasilidade do que a epístola de Bento Gonçalves a Mena Barreto, a 17 de março de 1840 — exclamando : — "Ah! nem eu, nem os rio-grandenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. A mesma religião, a mesma linguagem, mesmos usos, mesmos costumes, vínculos de sangue, laços de amizade, e finalmente as

mais ternas simpatias inclinam o nosso coração a favor de um povo que consideramos irmão".

E os sentimentos de democracia até que ponto influíram na coletividade rio-grandense e no ânimo dos representantes da Igreja ?

Desenvolvendo-se nos campos, na livre atmosfera de pampa e coxilha, a história gaúcha, os mesmos hábitos, costumes e ideais fizeram que, da vida pastoril, resultasse a fraternidade, num sistema de cooperação voluntária formado de acôrdo com o meio e agindo no sentido da democracia.

A publicidade em França do livro do padre Lamennais, "Palavras de um crente", prègando a doutrina do dever,o humanitarismo, coincidiu, mais ou menos, com o surto da revolução democrática dos Farrapos. E êsse livro do pensador francês foi traduzido para o nosso idioma pelo culto e fidalgo italiano Zambecari, que pelo jornal "Continentista" divulgou a sua filiação doutrinária às idéias daquele secerdote então verdadeiro chefe do partido católico em França. "Para ser livre — ensinava Lamennais, — é preciso antes de tudo amar a Deus, porque si amardes a Deus, fareis a sua vontade, e a vontade de Deus é a justiça e a caridade, sem as quais não existe absolutamente a liberdade."

Para conquistar a universalidade do supremo ideal do reinado do amor na terra, houve, até, o altruístico voto, manifestando, na Europa, em 1826, em entrevistas que teve com o padre Lamennais o filósofo Comte, nas quais foram espontâneamente conduzidos ao esbôço de uma grande liga religiosa das conciências retas. Não é, pois, descabido rememorá-lo, em face dos indícios de que os Farrapos se deixaram influir pelos princípios semelhantes do humanitarismo de Lamennais e o de Comte, considerando como a suprema injustiça, como o egoísmo puro, o direito separado do dever, do puro devotamento, do respeito da família, da pátria e da noção religiosa da humanidade.

O órgão oficial da República de Piratiní inseriu um capítulo da obra do padre Lamennais, (números d'"O Povo", de 29 de janeiro e 1.º de fevereiro de 1840), contendo frases como estas : — "Quem ama a si mais do que a seu irmão não é

digno de Cristo, que morreu por seus irmãos... O coração de quem ama tem em si a Deus, porque Deus é amor".

Um artigo editorial dêsse órgão, "O Povo", em Piratini, a 19 de setembro de 1838, declara: — "Estávamos nós descalços, verdadeiramente esfarrapados. Quem nos tivesse julgado pelo estado de nudez em que nos achávamos, fàcilmente acreditaria que nosso Exército não tardaria a desamparar a Bandeira da República. Porém, nós defendíamos uma causa que, pela sua santidade, pela justiça em que se apoia, de per si só nos valia tudo. Tínhamos a estimação de nós mesmos, fé em Deus, nossas esperanças e nossas espadas".

E noutro artigo se lê (6 de maio de 1840, em Caçapava): "As revoluções feitas por um princípio são indestrutíveis... A desordem está na superfície, a ordem no fundo. E' o hino dos povos para o futuro... o reino de Deus, prègado pelo Cristianismo."

Tão alto ergueram os Farrapos a sua doutrina cívica, que a fôlha oficial do govêrno, a 2 de maio de 1840, proclamava esta grande verdade sociológica: — Que uma revolução feita em nome da república, importa em alguma cousa mais que a mudança na forma governativa, significando que o seu essencial objeto é o povo, é a sua dignidade realçada, o povo que necessita não só conhecer os seus direitos para sabê-los defender com nobreza, mas "necessita aprender quais são os seus deveres para sabê-los respeitar e cumprir".

E pôde Almeida escrever desvanecido que agira sempre, como ministro, "de conformidade com os princípios da sã moral, base sem a qual sociedade alguma pode estabelecer-se, e menos prosperar".

E o hino de 35 definia os deveres do homem livre :

Não basta para ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo:
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo !

Também estes versos faziam parte do hinário farroupilha:

Sejamos gregos na glória
E na virtude romanos
.....
Sirvam as nossas façanhas
De modêlo a tôda a terra.

Pregoava o órgão oficial da República Rio-Grandense, "O Povo", a 19 de novembro de 1838: — "Não esqueçamos que o princípio vital da República é a virtude".

Noticiando as festas havidas quando se mudou para Caçapava a capital da República Rio-Grandense, o jornal "O Povo", órgão oficial, a 6 de março de 1839: — "... Depois das cerimônias na Câmara Municipal, todos se dirigiram a ouvir a missa e o Te-Deum em ação de graças ao Altíssimo pelo mérito que protege a causa Rio-Grandense". E acrescentava ter sido executada no templo, pelo maestro Mendanha uma composição musical "tão penetrante e religiosa que nosso coração cheio de fé e arrebatado em um êxtase celestial, se lançava no futuro e via o cumprimento da vontade de Deus: A nossa pátria livre, grande e poderosa".

Ainda em seu número de 3 de agôsto de 39, "O Povo" estampava um artigo sob o título — Da religião — mostrando como o homem é um ser naturalmente religioso e como a Religião é necessária para governar o povo e não só a gente indouta e pouco ilustrada como aos sábios e aos ricos, e, com mais urgente necessidade aos depositários do poder :

"A religião não só é necessária para governar o povo ou a gente indouta e pouco ilustrada como alguns filósofos tem querido inculcar. Esta religião santa que nós abraçamos e que a constituïção que adotamos, faz um dos primeiros fundamentos do Estado, foi quem policiou o mundo e mostrou o caminho do céu e porisso tanto é necessário aos ricos como aos pobres, aos sábios como aos ignorantes, e ao mesmo passo que é eminentemente essencial às nações, que estimam a liberdade, ainda fica sendo de mais urgente necessidade nos de-

positários do poder. A sociedade humana não pode subsistir sem o auxílio "dos motivos que resultam a sanção religiosa".

"Eu protesto à face dos Céus e dos homens acabar antes nas ruínas de minha Pátria do que vê-la escravizada ! " bradou Bento Gonçalves, o chefe da grande revolução, o patriarca das nossas liberdades, o presidente da República de Piratiní, o irmão pelo valor dos Olivérios e Rolandos, como chamou Garibaldi; Bento Gonçalves, o cavaleiro andante do ciclo de Carlos Magno! E' Bento Gonçalves, assim concluiu. a 28 de agôsto de 1839, sua proclamação de Alegrete: — "O Deus, que nos deu a vida, deu-nos também a liberdade; a tirania pode destruí-las, mas jamais conseguiria desuní-las". "A luta se prolongará e Deus nos há de ajudar, a nós que combatemos pela liberdade... os opressores e não nós, são os responsáveis, perante Deus e o mundo" (carta de Bento Gonçalves, de 3 de março de 1840.)

Dizia Domingos de Almeida, em Boletim de 8 de fevereiro de 1839 :

"Rio-grandenses ! Deus protege manifestamente a nossa causa. O ímpio está a receber a punição de seus crimes", — referindo-se ao sucesso do Caí que incendeu ainda mais, o ânimo farroupilha.

Nas páginas repassadas de intensa emoção de um Diário íntimo, Antônio Vicente da Fontoura, o grande diplomata dos farrapos na pacificação junto à côrte do Rio-de-Janeiro, escrevia à Espôsa, do acampamento: ... "Deus, o nosso amor e a honra são irrefragáveis testemunhas do que digo... A causa que ajudo a defender é filha do Céu... E se o Céu nos conceder ainda nos serenos dias, com que gôsto contaremos aos nossos filhos a causa de sua nudez e das suas privações"... Quanto ao comportamento das mulheres de 35, como verdadeiras heroínas da Caridade, basta citar a maneira por que após o memorável combate do Seival, elas recolheram e trataram os feridos, em casa de um irmão do major Menezes. Lê-se na biografia de Osório, republicano de coração, que êle era católico, e que tendo contraído matrimônio em 1835 e logo após devendo partir para a guerra, sua espôsa — a quem êle chamava de "minha glória doméstica", ofereceu-lhe um

breve de veludo negro em que se via, numa das faces, a imagem de ouro de Jesús crucificado, e que dentro guardava uma oração à Divindade para que o salvasse dos perigos. Suplicou-lhe ela que o colocasse ao pescoço e o trouxesse sempre pendente ao peito. Consentiu nisto e o conservou até a morte.

A proclamação da República de Piratiní, a 6 de novembro de 1836, foi celebrada com um Te Deum Laudamus, logo após a constituïção do govêrno. Saindo do edifício da Câmara Municipal daquela vila sagrada como a Meca Farroupilha dirigiram-se todos tendo à frente o major de lanceiros Joaquim Teixeira Nunes que conduzia o pavilhão tricolor, ao templo católico, render graças e entoar louvores a Deus, em pública demonstração de fé. Foi para mim uma altíssima honra receber a 2 de fevereiro de 1931, preciosa carta de Sua Excia. Bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Melo, dizendo-me: A Matriz de Piratiní foi destruída por um incêndio, no dia 6 de novembro de 1921. Dessa destruïção ficaram apenas as paredes seculares e venerandas clamando ao rio-grandense e ao alienígena a grandeza de alma da gente avita e a heroicidade de 1835. Os piratinenses nunca foram surdos ao santo clamor do patriotismo avoengo: foi na Matriz de Piratiní que se cantou o Te Deum da República de 35: assim sendo, não é na Matriz de Piratiní que se deve cantar o Te Deum do primeiro centenário daquela gloriosa jornada histórica do Rio-Grande ? faça para o seu jornal predileto um artigo sôbre a Matriz de Piratiní, a sua auréola de monumento histórico, a necessidade do seu restabelecimento.

Aquí estou dentro da minha humildade a juntar os fatos e contribuir com uma pequena pedra para carregarmos, a construção luminosa dos monumentos e ídolos do Pampa, admiráveis na bravura, impressionantes na tenacidade, na renúncia, no sacrifício; e assombroso na inteireza moral.

Antes de começar na cidade de Alegrete os trabalhos da Assembléia Constituinte e Legislativa, da qual participaram quatro sacerdotes, como veremos, o presidente, que era o padre Chagas Martins, convidou no dia 30 de novembro de 1842, os deputados a se dirigirem à Igreja Matriz onde ouviram a missa do Espírito Santo, celebrada pelo pároco e prestaram,

nas mãos do mesmo êste juramento: — "Juro manter a religião católica apostólica romana, a independência e integridade do Estado rio-grandense; cumprir solenemente as obrigações de deputado à assembléia constituinte do mesmo estado e promover quanto em mim couber a prosperidade geral da Nação. Assim Deus me ajude". E para presidir a Assembléia geral rio-grandense, considerada berço do direito republicano no Brasil, foi eleito por maioria absoluta de votos um padre Hildebrando de Freitas Pedroso. Segundo a lei básica da República Rio-grandense, a religião católica era a do Estado, permitindo-se às outras ùnicamente o culto doméstico ou particular, em casas para isso apropriadas, sem forma exterior de templo (art.º 5). A-pesar-de, pelo Art. 95, proïbir a eleição para a câmara de deputados de quem não professasse a religião oficial, contudo, a Constituïção farrapa vedava terminantemente que qualquer pessoa fôsse perseguida por motivo de religião apenas sob a condição de não ofender a moral pública e respeitar o Catolicismo. O preâmbulo dêsse templo máximo do direito escrito dos farrapos anunciava terem-se reünido os representantes do povo da República Rio-Grandense em nome da Santíssima Trindade, para fixar as regras fundamentais do novo Estado e estatuir uma adequada forma de govêrno, etc. Um juramento por decreto de 7 de junho de 37, do govêrno de Piratiní, todo cidadão devia prestar, como penhor de fidelidade às novas instituïções: — "Juro manter a religião católica, apostólica, romana; sustentar a independência e indivisibilidade da república constitucional rio-grandense; observar e fazer observar as leis da mesma república, e provisòriamente a constituïção e leis do Brasil em tudo quanto fôr compatível com as atuais circunstâncias da nação e sua independência e de cumprir religiosamente as ordens do govêrno".

Também prestavam o seguinte juramento os procuradores gerais dos Municípios reünidos em Conselho, na então capital da República, Caçapava, a 21 de dezembro de 39, e do qual fizeram parte dois sacerdotes, como veremos; conselho êste convocado por decreto de 18 de setembro de 38, enquanto, por estar em armas a maioria da província, não se podia con-

vocar a Assembléia Constituinte: — "Juro manter a religião católica, apostólica romana; a independência, a integridade e indivisibilidade da república constitucional rio-grandense; observar e fazer observar as leis em vigor e ordens do govêrno; como em tudo quanto por êle fôr consultado a bem dos interêsses da nação, dar livremente o parecer que convier, tendo diante dos olhos a Deus e os interêsses da Pátria". Todos os negócios eclesiásticos religiosos ficaram afetos à secretaria da justiça, quando se organizaram em 1836, (dec. de 6 de novembro) as repartições e secretarias do Estado. Como a revolução não era contra a autoridade de Igreja e sim apenas contra a jurisdição do pastor fluminense ao qual se achava subordinado o Rio-Grande, foram suspensas as ordens sacerdotais ao Vigário Apostólico Geral nomeado pelos Farrapos com funções eqüivalentes de bispo para inspecionar as matérias religiosas e os sacerdotes da província. Houve, portanto, um cisma especial, até que uma portaria de 13 de maio de 45, finda a guerra civil, conforme o tratado de paz, regularizou a situação. Estavam desprovidas de curas muitas paróquias das 32 antes criadas. Mas numerosas foram as figuras do nosso clero que ligaram os seus nomes à epopéia de 35. Notável foi a influência que nessa causa liberal exerceu o sacerdócio rio-grandense, inclusive padres de outras províncias brasileiras intervindo, com o seu apôio franco de forma decisiva.

Os pais de Bento Gonçalves, o destinavam à carreira eclesiástica. (Sua mãe era gaúcha, D. Perpétua da Costa Meireles, natural da então freguesia do Triunfo, onde nascera Bento Gonçalves a 23 de setembro de 1788; seu pai era português, fazendeiro, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva, do bispado de Lamego, freguesia de Santa-Marinha-de-Real) Não seguindo a carreira, preferindo as lides campeiras, em que se fêz homem e nelas se enrijou foi substituído por seu irmão, que efetivamente se ordenou, o padre Roberto Gonçalves que em 35 tomou parte no Rio-Grande-do-Sul com os outros muitos sacerdotes gaúchos na preparação do movimento revolucionário.

Há notícia segura apenas de três padres que foram pròpriamente inimigos da Revolução: um de São-Borja, outro de

Piratiní e o terceiro de Pelotas que foram suspensos, ou expulsos, em virtude de representações populares. O de Piratiní foi derrotado em 1836, em virtude de decreto da recente República expedido pelo presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, com a referência de Ulhoa Cintra, porque incitava os alemães do exército a desertarem. Em Pelotas, o padre adverso à revolução chamava-se Manoel Antônio de Azevedo.

Como consta de um ofício de 1835, 14 de novembro, a Domingos José de Almeida, comandante da legião da guarda nacional destacada em Pelotas, o juiz municipal, com exercício na vara de direito, Mateus Gomes Viana, em nome do povo reünido, pediu fôrça para a expulsão dêsse sacerdote. Manuseando no arquivo do Bispo de Pelotas, os livros de Óbitos (n.º 1 de escravos) e Batizados (n.º 2 e 4) verifiquei que o padre Manoel Antônio de Azevedo fôra vigário da então freguesia de São-Francisco-de-Paula de 8 de janeiro de 1821 a 22 de abril do mesmo ano, e também de 30 de maio de 1829 a 25 de janeiro de 1830; sendo os demais vigários dessa Freguesia, depois Vila e Cidade, Bernardo José Teixeira (vigário encomendado, de 4 de maio de 1826 a 21 de novembro de 1827), Francisco Florêncio da Rocha (vigário encomendado, de 30 de novembro de 1827 a 26 de maio de 1829 e, outra vez, de 19 de setembro de 1831 a 3 de agôsto de 1839; João Temudo Cabral Diniz, (de 20 de fevereiro de 1831 a 16 de outubro de 1831); José Etchssart (que era vigário do Herval) 21 de outubro de 1840; Jerônimo José Espíndola (de 6 de dezembro de 1840 a 10 de novembro de 1843); padre Pedro Pierantoni (17 de dezembro de 1843 a 6 de março de 1844); vigário encomendado José Dutra de Lemos (15 de março de 1844 a 20 de abril de 1844); vigário da vara Cláudio José de Souza Mursa, (de 8 de fevereiro de 1845).

Durante o tempo da guerra dos Farrapos houve em Pelotas alguns sacerdotes avulsos.

Na conciência do austero padre Francisco Florêncio da Rocha, era o Rio-Grande "país clássico da Liberdade" (em carta de 3 de agôsto de 1839), arquivo Varela.

Numa relação feita em Pelotas a 12 de agôsto de 1855 por José Vieira Pimenta, dos cargos exercidos pelos Irmãos

do Santíssimo Sacramento desta cidade, lê-se a seguinte notação : — "Não aparecem cargos nos anos de 1835 e 1844 por não terem havido eleições em conseqüência das questões políticas da Província, que originou a emigração dos Irmãos".

Pertenciam os padres Antônio Augusto de Assunção e Souza (vigário de Pelotas em 1846), cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme e padre Ruperto Lazzano à loja maçônica de que foi venerável em Pelotas, Domingos José de Almeida e de que fazia parte o general Daví Canabarro. Entre as numerosas figuras do nosso clero, ligadas à epopéia de 35, o vulto singular do padre alagoano José Antônio Caldas pelo papel que desempenhava, aparece na história, êle só representando uma verdadeira legião como um traço que ligou a Confederação do Equador à República de Piratiní.

E' uma grande figura nacional, um veïculador, um disseminador no país de tôdas as aspirações da gloriosa federação do norte que refluíram e avolumaram a onda democrática. E quando veio ordem de expulsá-lo do Rio-Grande, a 28 de outubro de 34, foi desobedecida pela autoridade de Pelotas, segundo verifiquei das últimas pesquisas documentais.

Inegàvelmente, êle foi um dos inspiradores do movimento farroupilha. Nos sucessos de Pernambuco, havia sido condenado à morte êsse membro da Constituinte e depois prócer de destaque na revolução republicana daquela província; mas fugindo da fortaleza de Santa-Cruz, em que estivera preso, milagrosamente escapara à efetivação da pena. Foragido nas repúblicas do Prata, desnacionalizado por decreto imperial, alistou-se como capelão, no exército argentino.

Deram-lhe uma espada, que, por decreto especial, afivelou sôbre a batina, concitando combater não os brasileiros mas o imperialismo avassalador.

E demandando a fronteira do Brasil, em suas imediações se estabeleceu, no Cerro-Largo, pondo-se logo em assíduo contacto com as maiores influências do nosso liberalismo, com os Gonçalves da Silva, Alencastre e outros, que privaram da sua intimidade. E' prègando o ideal republicano, escreveu mesmo um pequeno jornal intitulado "Telégrafo" e correspondências políticas que causaram sensação, vinculando princí-

pios subversivos da ordem monárquica. Refere o major F. C. Lôbo Barreto em sua Memória que o Padre Caldas foi introduzido numa sociedade secreta que Coruja disse chamar-se sociedade do Continentino, sob a aparência de um gabinete de leitura, sendo o seu venerável Vitorino José Ribeiro e depois José Mariano de Matos e denominando-se o seu periódico Continentino, e que o padre Caldas fêz uma única visita a essa loja maçônica. Quis êsse prófugo que o Rio-Grande, republicanizado, com forma de confederação se agregasse a outros Estados do Prata. Por isto, lançando a semente que vinha da Confederação do Equador, sua vizinhança, suas atitudes, a propagação dessas idéias, inquietaram as autoridades do Império e o presidente Braga, na sua fala de 20 de abril de 35, de modo pejorativo, indicou o padre José Antônio Caldas como um inimigo promotor do desassossêgo da província.

Disse, entretanto, Sebastião Ferreira Soares, ter sido tal a fôrça do prestígio do padre Caldas que os oficiais do 4.º regimento de cavalaria de linha se declararam apóstolos e defensores da federação do Rio-Grande ao Estado Oriental. Verdadeira ou não essa assertiva, não há negar as ligações, na expressão de Aurélio Pôrto que, por intermédio dêsse sacerdote lançador das faíscas da malograda Confederação do Equador produziram o incêndio, latente desde 1830, nas fronteiras do Rio-Grande, e nas povoações até onde chegou êsse ardente emissário dos bravos mártires do Norte, que regaram com o seu sangue a heróica terra pernambucana.

Outro padre, de destacada atuação foi Antônio Pereira Ribeiro, tio do dr. Marciano Ribeiro, médico pela Universidade de Edimburgo, na Escócia, e presidente do Rio-Grande-do-Sul. Sendo vigário da vara em Taquarí, êsse sacerdote se havia imposto, na província, como homem de cultura e de valor, não só pelo seu espírito adiantado e liberal, mas pelas qualidades de seu caráter. Estivera preso, em 1828, na Ilha das Cobras, no Rio-de-Janeiro, porque se descobrira que certas cartas comprometedoras sôbre assuntos políticos, que visavam o regime monárquico, eram de sua autoria. Mesmo assim voltando à Província, quando da eleição para a 2.ª legislatura da Assembléia Geral, de deputados que deveriam re-

presentar o Rio-Grande-do-Sul naquela alta corporação, e em que foram eleitos o tenente-general Joaquim de Oliveira Álvares, brigadeiro Salvador José Maciel, e dr. Cândido Batista de Oliveira, — o padre Antônio Pereira Ribeiro, pelo seu prestígio, recebeu grande votação, ficando considerado como suplente. E tendo o tenente-general Oliveira Álvares se ausentado para a Europa, foi convocado o padre Pereira Ribeiro, que exerceu o mandato nessa legislatura.

Em 1842 êle foi membro da Constituinte republicana dos Farrapos. Morreu no cárcere vítima de perseguições dos legalistas. Figurava o padre Pereira Ribeiro entre os mais íntimos amigos do desembargador Cândido Ladislau Japi-Assú, denunciado em 1828 como republicano, no Rio-Grande-do-Sul, como declarou êsse magistrado em sua defesa. No começo da luta serviram em comissão política, os notáveis sacerdotes Tomé Luiz de Souza e João de Santa Bárbara, "abstendo-se depois, ainda que notòriamente afetos à boa causa". Pela sua autoridade de mestre, por suas virtudes evangélicas, pureza ideal, extrema caridade, ficou gravado no espírito do povo gaúcho, que o venerava, a imagem do padre Tomé Luiz de Souza o perfeito "tipo do levita da primeira idade do cristianismo", repetindo os menos crédulos — se há santos, o padre Tomé não pode deixar de o ser.

Deputado à primeira Assembléia Provincial do Rio-Grande-do-Sul, foi vice-presidente dela, quando denegou posse ao presidente da Província o dr. José de Araujo Ribeiro. Nasceu o padre Tomé a 21 de dezembro de 1770 na Colônia-do-Sacramento, sôbre a foz do Rio-da-Prata, então domínio português. Era seu pai cirurgião-mor. No abandono que fêz Portugal daquele território, sua família lusitana refugiou se no Rio-Grande-do-Sul. O jovem Tomé, destinado para a vida da Igreja, fêz seus estudos no seminário de N. S. da Lapa, no Rio-de-Janeiro. Cedo ordenado presbítero pelo bispo D. José Joaquim Justiniano Castelo Branco, recolheu-se à vila de Pôrto-Alegre e em companhia de seu irmão e depois de seus sobrinhos, viveu, quasi um século, dando o exemplo vivo da caridade cristã da mansidão e da mais notável castidade. A sua provisão de professor público de latim para a vila de

Pôrto-Alegre teve a data de 15 de outubro de 1807, assinada pelo vice-rei Conde dos Arcos. Desde êsse ano até 1831 exerceu o magistério, contando entre os seus discípulos, o padre Feliciano José Rodrigues Prates que seria, mais tarde o primeiro bispo do Rio-Grande-do-Sul, e, também como êle teria o seu nome ligado à rebelião dos farrapos. De 1816 a 1846, em trinta anos, o padre Tomé atravessou sua ascenção hierárquica na igreja. Nomeado examinador sinodal, a 19 de fevereiro de 1816, por provisão do bispo D. José Caetano do Silva Coitinho, foi nomeado defensor dos matrimônios, por provisão do mesmo, a 19 de de dezembro seguinte. E, ainda por provisão do mesmo bispo Coitinho, não só teve as honras de cônego da catedral do Rio-de-Janeiro, a 23 de outubro de 1823, como foi nomeado vigário encomendado da freguesia de N. S. Madre de Deus, de Pôrto-Alegre, cargo que ocupou até a sua morte.

Passou de vigário da vara da comarca de Pôrto-Alegre (por provisão do vigário geral Antônio Vieira Soledade, a 15 de fevereiro de 1833) a arcipreste (por provisão do vigário capitular monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, a 4 de dezembro de 1840). Tais eram os seus títulos, quando o bispo da diocese conde de Irajá nomeou-o vigário geral da província, por provisão de 30 de janeiro de 1846. Condenando a hipocrisia e os erros, com o exemplo, com a palavra e com o perdão repartia com o povo os seus honorários, derramando a esmola no silêncio da noite pelas janelas e rótulas das casas das famílias indigentes. Não lhe faltou entretanto, incentivo para a ambição; desde os primeiros dias da liberdade e do Império, seu nome foi lembrado para os conselhos populares, tomando assento na assembléia provincial legislativa para advogar a causa do progresso e liberdade da Pátria.

No meio da agitação política que trouxe a grande epopéia de 35, quando um juiz de paz, Manoel José da Câmara, tomou a si a tarefa de processar os chefes revolucionários, o nome do padre Tomé foi incluído na lista em que figuravam Bento Gonçalves da Silva, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Onofre Pires da Silveira Canto, Pedro José d'Almeida, Silvano José Monteiro de Araújo e Paula, e muitos outros processa-

dos nos crimes de "insurreição, rebelião, roubo, rapto, deturpamento, incêndio," etc. etc. E' verdade que em virtude dêsse processo os indigentes foram perseguidos, enquanto que o padre Tomé foi respeitado e jamais presidente algum ou chefe militar teve nem ao menos a intenção de o levar ao cárcere, como se fazia a todos os convencidos do crime de rebeldia. Tornou-se odioso o tribunal e a instituïção do juïzado de paz e abriu margem à reforma que depois foi lei a 3 de dezembro de 1841. Até os dois últimos meses de vida, o padre Tomé ia à catedral oficiar ajudado do seu presbítero coadjutor e sucessor, o digno padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, bem jovem falecido; e rendeu seu espírito ao Criador, quasi nonagenário, com 88 anos de idade, a 14 de dezembro de 1858, no meio da consternação geral. Entretanto, êle teve provações amargas nos últimos dias de sua vida de rescendentes virtudes, ferido pelas costas pela inveja, e no momento em que a população queria levar a braços o seu cadáver até o cemitério, procuraram evitar essa devida homenagem os que nutriam contra o venerando ministro de Deus, maus sentimentos, mas não puderam arrancar do coração do povo o respeito e o amor que o santificaram em tôda a pureza de suas crenças, acima das fraquezas e paixões humanas.

Perdurou na memória de muitos o ato de mútuo respeito e veneração que se prestaram, em face do povo pôrto-alegrense, o padre Tomé e o padre Feliciano Prates, 1.º bispo da diocese, no dia em que fêz êste a sua entrada episcopal. Todos viram o mestre e o discípulo, ajoelhados, um ante o outro, entre lágrimas e confusões, sem saberem qual devia ser o mais humilde. E duas corporações tentaram requerer a beatificação de Tomé Luiz de Souza, que, amado entre os seus coevos há de ficar sempre, como tal, imortalizado na memória da posteridade. Prelado de excelsos primores, D. Feliciano José Rodrigues Prates, antecessor do preclaro Laranjeira, nasceu em Gravataí, antiga Aldeia-dos-Anjos, a 13 de julho de 1781; (1) foi ordenado sacerdote a 5 de julho de 1804; foi sa-

(1) Livro I de batisados da Aldeia-dos-Anjos (arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado de Porto Alegre).

grado 1.º bispo de S.-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul a 29 de maio de 1853; faleceu a 27 de maio de 1858, tendo 77 anos de idade e 5 de episcopado. Era filho legítimo de D. Maria Leocádia da Costa Prates e João Nepomuceno de Carvalho. Aos vinte e poucos anos de idade aportara às plagas nativas, ordenado, entranto logo para o serviço do exército, no cargo de capelão militar dos corpos de cavalaria da província. Com o declínio da sua mocidade, numa aspiração de remançosa existência longe do estrépido das armas, fêz-se cura da Eucruzilhada, o bom e casto sacerdote que, nas horas vagas de sua investidura espiritual, atraído para os labores da lavoura, com as suas próprias mãos arava e preparava a seara, e o trigo que colhia não era seu, pertencia à pobreza, do seu rebanho. E tudo quanto havia de simplicidade, e de caridade no pároco do curato rural da Encruzilhada, reproduziu-se no bispo da diocese, que pôs todo o esfôrço na criação do seminário, que realizou na própria residência, educando e instruindo os novos missionários. Cansado de anos, — prossegue um antigo cronista, — mostrou a atividade condizente com a fôrça que dá o conhecimento do dever; e eis porque o austero rio-grandense foi extraordinàriamente popular e querido de um povo concientemente religioso que nêle via um produto genuíno do próprio meio gaúcho. Quem o consagrou Bispo foi o Conde de Irajá, Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, pernambucano, que após a revolução de 35, veio ao Rio-Grande, em companhia do imperador D. Pedro II; fêz a visita pastoral e foi encarregado, pela Santa-Sé, de organizar o bispado de S.-Pedro-do-Sul. Para suprir a falta de uma autoridade superior para o clero, o govêrno farroupilha nomeou um vigário apostólico, como vimos tendo as honras de bispo e as respectivas jurisdições. Esse vigário apostólico, êsse chefe do poder espiritual do novo Estado, foi o padre Francisco das Chagas Martins Ávila, que em primeira plana figura entre os sacerdotes de 35, "respeitado por sua avançada idade e bons costumes; o qual exerceu a sua missão evangélica até os últimos dias da república, a cujo serviço se dedicou, gozando de influência notável entre os seus amigos, exercendo o cargo de ministro do

poder executivo, e tomando assento na assembléia constituinte".

Já antes havia o govêrno autorizado o vigário da vara d. Miguel Justino Garcez Moncada, a dispensar impedimentos à celebração de casamentos. Era o padre Chagas natural do Rio-Pardo, nascido no ano de 1788. Foram seus pais Antônio Martins da Silveira Lemos e Dorotéia Felícia de Souza, sendo irmão de Manoel Martins da Silveira Lemos, que foi diretor do Tesouro da República Rio-Grandense. Figurava o padre Chagas como um dos redatores do órgão liberal chamado "O Compilador de Pôrto-Alegre", fundado em 1831, sem assistência de estrangeiros. O padre Chagas foi eleito deputado à Assembléia Provincial em 1835; e nessa tumultuosa sessão definiu-se corajosamente.

Desde aí, iria prestar à revolução ótimos serviços. Como se verifica de sua carta a Domingos de Almeida, em 23 de abril de 1841, o padre Chagas, ardente farroupilha, que antes de 20 de setembro gozava de farta renda, no decurso da revolução chegou a padecer absoluta falta de meios. Proclamada a República e nomeado chefe do poder espiritual, os seus atos seriam validados, no convênio da paz, na cdásula 5.ª assim concebida : "As causas cíveis não tendo nulidades escandalosas, são válidas bem como tôdas as licenças e dispensas eclesiásticas". No dia 30 de abril de 1839, em Caçapava, capital da República, o padre Chagas Martins autor de um painel comemorativo (lenço de seda) da epopéia de 35 (1) abençoava a bandeira tricolor como noticiou o jornal "O Povo", órgão do govêrno republicano, a 4 de maio de 1839: "À entrada do templo foram suas Exas. recebidas pelo Vigário Apostólico; que servido por dois Sacerdotes ricamente paramentados lhes lançou o santo Asperges. Desde alí seguidos de numerosos concursos de cidadãos elegantemente trajados se dirigiram Suas Exas. ao lugar que lhes estava destinado junto ao sub-pedano do Altar, ao lado do Evangelho. Então Sua Exa. o Reverendíssimo Sr. Vigário Apostólico entoou o hino

(1) "A Estância e as Cartas", Albino Continho, 1935 (pg. 43) Livraria do Globo.

Ambroziano, que foi acompanhado e sustentado pelas harmoniosas vozes do Côro, e de sua brilhante orquestra; música do patriota Joaquim José de Mendanha, a um tempo majestosa, variada e cheia de transições verdadeiramente divinas. Terminado o Te-Deum procedeu o Exmº Vigário Apostólico a bênção do Pavilhão Nacional; que pela primeira vez devia cobrir o novo Amplissimo Reduto que serve de cidadela à Capital". Nos escorços biográficos do padre Chagas cita-se que na eleição para Assembléia Constituinte êle foi o deputado mais votado obtendo 3.025 sufrágios. Por êsse motivo, presidiu a sessão inaugural da Assembléia sendo substituído, na presidência efetiva, pelo seu colega de sacerdócio Hildebrando de Freitas Pedroso. Já fôra em 1839, eleito para o Conselho dos Procuradores Gerais. O padre Chagas dedicou-se depois ao magistério, tendo adquirido renome como gramático e latinista. Faleceu em Pôrto-Alegre, em 17 de março de 1865. Outro sacerdote farroupilha, e êste filho de Santa-Catarina, onde brotou a semente que produziu a República Juliana, Estado independente que seria, mais tarde, confederado à República Rio-Grandense — foi o padre Inácio Francisco Xavier dos Santos, nascido em Destêrro. Foi vigário colado da vara de Cachoeira durante 46 anos de 1798 a 1844. Quando alí o cirurgião Gaspar e o major de legião Antônio Vicente da Fontoura, levantaram os primeiros esquadrões de Guardas Nacionais para ir em defesa de Rio-Pardo, fazendo explodir a revolução de que eram notáveis propulsores, o padre Inácio não os deixou partir sem abençoar solenemente, no seu velho templo, o estandarte da Legião. Sua adesão ao movimento revolucionário e à República era conhecida. Por ocasião dos funerais do ínclito João Manoel de Lima e Silva, em Caçapava, capital do Estado, fêz questão como o decano que era dos vigários do Continente, de oficiar na solenidade e, embora muito mais velho e achacado para alí se transportou. O vigário apostólico da República, o padre Chagas Martins, acolitou o velho que, sôbre a eça dos despojos mortuários do primeiro general da República, lançou a bênção de Deus. Mártir liberal, na então vila do Rio-Grande, o denodado padre patriota Bernardo José Viegas, brasi-

leiro adotivo que se distinguira na sociedade provinciana, pela sua filantropia e inconcussa devoção à causa republicana, foi assassinado, na noite de 3 de outubro de 1833. E sôbre êsse doloroso evento, que ainda mais reacendeu a fogueira das paixões, manifestou-se a "Aurora Fluminense": — Segundo Badaró tingiu a nossa terra com o seu sangue, perdendo a vida pela defesa da liberdade dêste País sem aquí haver nascido. O tiro, nas sombras da noite, o braço de um assassino alugado, são os recursos dos braços de retrogradação. O Brasil aprenda a conhecer por todos os seus feitos, esta facção traiçoeira e feroz".

Entre os elementos de mais valia com que o clero riograndense entrou para a jornada farroupilha se destaca de modo notável o padre Hildebrando de Freitas Pedroso, deputado e ministro da Revolução, que desenhou a interessantíssima alegoria ao escudo de armas da República de Piratiní, circundada pelas datas dos principais fastos farroupilhas. Foi o padre Hildebrando, como vimos eleito presidente da Assembléia Constituinte. E o amor do Rio-Grande a êsse escudo "que é o mais belo resumo de suas glórias" e à bandeira em nada ofende à integridade nacional, pois a própria monarquia fixava em decreto os pendões locais ou as distinções heráldicas (As Armas da Capitania-de-S.-Pedro, Rev. do Inst.)

E' dêste teor o decreto de 12 de novembro de 1836, que criou o escudo de armas: — "Ocupando já na grande família das nações o lugar que lhe compete, o Estado Rio-Grandense, e convindo que êle tenha um escudo de armas, o presidente da República decreta: O escudo de armas do Estado Rio-Grandense será de ora em diante da forma de um quadrado dividido pelas três côres, assim dispostas : a parte superior, junto à haste verde, é formada por um triângulo isósceles, cuja hipotenusa será paralela à diagonal do quadrado; o centro escarlate, formado por um hexágono, determinado pela hipotenusa do primeiro triângulo, e o de outro igual e simètricamente disposto, côr de oiro, que formará a parte inferior — Domingos José de Almeida, ministro e secretário de Estado dos negócios do interior assim o tenha entendido, e faça exe-

cutar com os despachos necessários. José Gomes de Vasconcelos Jardim; Domingos José de Almeida".

O original da alegoria ao escudo rio-grandense desenhada pelo padre Hildebrando acha-se hoje guardado nas coleções de história do Museu Júlio de Castilhos, como patrimônio do Estado. Com o padre Hildebrando, morava em Alegrete Domingos de Almeida, o varão de Plutarco, cérebro da revolução, que, a 28 de dezembro de 42, em carta à espôsa, D. Bernardina, escrevia: — "Eu moro num rancho, meio quarto de légua retirado da Povoação, e me fazem companhia Padre Hildebrando, Tenente-coronel Prudêncio, Capitão Pinto, Justo Evaristo, Gabriel e comitiva"; e, narrando a sua vida patriarcal, e o que pensava do próximo congresso farroupilha dizia viverem fora das intrigas da cidade: — "Temos 8 vacas de leite; amanhã principio a fazer manteiga e também principiam amanhã as sessões preparatórias da Assembléia".

Deputado, o padre Juliano de Faria Lobato, que fôra vigário geral sob o Império, nascido no Triunfo em 1792 (e aí batizado nesse ano a 19 de novembro) era parente próximo de Bento Gonçalves e filho de Manoel Félix Lobato (natural de S.-Lourenço-de-Durães, arcebispado de Braga) e de sua mulher Senhorinha Meireles de Menezes (natural do Triunfo) sendo neto paterno de André de Sais Lobato, natural de Barcelos, Portugal, e de sua mulher Tereza Figueira (natural de S.-Lourenço-de-Durães), e neto materno de Manuel Gonçalves Meireles e Antônia da Costa Barbosa, filha de Jerônimo de Ornelas e avó também de Bento Gonçalves. O padre Juliano teve notável atuação na República dos Farrapos. Foi um dos signatários da representação da Assembléia ao govêrno imperial, contra os atos do presidente Fernandes Braga, de 11 de fevereiro de 1836. Em 16 de fevereiro de 1861 tomou posse em Pôrto-Alegre, como procurador do bispo d. Sebastião Dias Laranjeira, do govêrno do bispado, e substituto daquele prelado em sua ausência. Convidado para bispo de Espírito-Santo, não aceitou êsse alto cargo eclesiástico. Faleceu em Pôrto-Alegre a 28 de maio de 1863.

E' de notar também o padre Pedro Joaquim dos Reis, que era natural de São-Paulo, como se lê no Têrmo de 23 de abril

de 1840 do Processo movido contra os Farrapos, com 37 anos, baixo, moreno, cabelos grisalhos, olhos pardos, nariz e bôca regulares, e com uma cicatriz na face esquerda".

Liberal fervoroso, celebrou-se por ter andado nos dias seguintes à vitória de 20 de setembro à frente de um grupo de exaltados, pelas ruas de Pôrto-Alegre, armado de uma palmatória a distribuir bolos aos "caramurús"... Nessa "endemoinhada travessura", aplicou a muitos portugueses o bárbaro castigo, obrigando, depois, os pacientes, infelizes, a passar recibos do que êle chamava pagamento das ofensas que o partido nacionalista havia sofrido. Nascera daí os seguintes versos, cantados na época pelos trovadores da legalidade:

... Muitas revoluções
nos aponta a antiga história
mas só nesta se receita
o vergalho e a palmatória.

Mas ainda aquí, quem com o lenho fere com lenho será ferido, lá diz o ditado, e Sta. Luzia tão manejada pelo padre Pedro Joaquim dos Reis acabou por se virar contra o manejador, e em Pelotas, no dia 30 de outubro de 35, chegou a vez do padre apanhar bolos e passar recibo. E' o que se lê no livro de Araripe, "Felizardo Rodrigues Braga, ajudante do major Almeida, junto com 14 homens, martirizaram êsse sacerdote, aplicando-lhe 12 dúzias de bolos, de que fizeram passar recibo. Deram-lhe além disso, duas bofetadas e vários lançaços". Um vulto emérito da tribuna rio-grandense, sacra e profana, foi o padre mestre João de Santa Bárbara, (chamava-se João Inácio Pereira, antes de se ordenar) que ergueu a sua voz no parlamento do país em favor dos Farrapos e foi deputado à Constituinte republicana.

Foi um dos primeiros professores públicos do Rio-Grande-do-Sul, pois sua 1.ª nomeação data de 1820.

Nos eloqüentes cursos que professou, freqüentados pelos intelectuais do seu tempo — antes de conhecidas no Brasil as obras filosóficas de Emmanuel Kant, êle discorria, com brilho e capacidade filosófica, segundo Carlos von Koseritz, sôbre

alguns dos temas que mais salientaram, — à luz dos princípios que a distinguem, — a escola do pensador de Koenigsberg, a quem duas cousas enchiam de admiração — o céu estrelado sôbre nossas cabeças e a lei moral dentro de nós. Era oriundo de antiga família de nome estreitamente vinculado a feitos heróicos do Rio-Grande, contando entre seus primos-irmãos o conquistador de Missões, capitão José Borges do Canto.

Nasceu o padre Santa Bárbara na Laguna em 1786, sendo filho do casal de João Inácio do Canto (natural dos Açores, São Miguel), casado com Francisca Rosa Gomes que era parente de Gomes Freire de Andrade.

Da vila de Cachoeira, onde se tinham fixado seus pais, em 1790, — foi o menino João, tendo apenas 10 anos, mandado para o Rio-de-Janeiro, aí fazendo os seus estudos preliminares. No Mosteiro-de-São-Bento, recebeu, com a idade de 16 anos, o hábito de noviciado beneditino, a 21 de agôsto de 1802. Espera a existência do padre Santa Bárbara o seu biógrafo a quem recentemente ofereceu Aurélio Pôrto os dados esparsos, que coligiu e assinalam as suas ações dignas e belas.

Entrou para o colégio de Teologia em 5-11-1805 e tendo revelado invulgar aproveitamento em seus estudos recebeu ordens sacerdotais de diácono em fevereiro de 1809 e de presbítero em junho do mesmo ano, adotando o nome de Santa Bárbara. Conseguindo a respectiva licença foi à Cachoeira, assistindo ainda os últimos momentos de sua mãe que, paupérrima e paralítica morreu em 1813 com 48 anos de idade. Desejava, porém, o padre João Inácio de Santa Bárbara dedicar-se ao magistério para o qual tinha entranhado pendor, e em 1816, deixando o Mosteiro-São-Bento, secularizava-se, tomando o hábito de presbítero de São-Pedro. Iniciou então a carreira de professor de filosofia, com modesta aula particular, em Pôrto-Alegre onde fixou residência. Em 6-11-1820, quando do estabelecimento da Instrução Pública no Rio-Grande-do-Sul, Santa Bárbara foi designado para a cadeira dessa matéria e, em 21 de novembro de 1823, novamente nomeado para a cadeira de Filosofia Racional a que foi agregada a de Moral por cinco anos. Reconduzido em 12 de setembro de 1828 ao exercício dessas disciplinas, com pequenas interrupções em

outros sectores de atividade, professou-as até poucos dias antes de sua morte, isto é, até 30 de junho de 1868. Ao princípio funcionou em uma das dependências da Matriz onde em 1831 estabeleceu a primeira aula de geometria que teve a Província.

Êle sofreu uma odisséia de perseguições, mas nunca deixou de queimar-lhe o coração o fogo de um entusiasmo como disse Aurélio Pôrto, de que partiu a avalanche que havia de inundar as campanhas dilatadas, trepar ao dorso das coxilhas, subir incessantemente pelas brenhas da serra e, em suas ondas irreprimíveis, despejar-se, num decênio glorioso, pela terra santa do Rio-Grande.

E' o emérito historiador platino general Antônio Dias quem afirma: "Bento Gonçalves, como Brasileiro, não pensou jamais em outra política que a de seu objetivo exclusivamente Brasileiro Republicano". E três anos antes da revolução de 35, o orientador da propaganda no Rio-Grande, dr. Marciano Pereira Ribeiro, formado na Inglaterra, traçou o rumo que, efetivamente, teve o movimento farroupilha, dizendo em carta de 29 de dezembro, que êsse movimento não deveria perder nunca o seu caráter eminentemente nacional, devendo apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileiros.

D. Pedro II quando foi a Pôrto-Alegre, pela primeira vez ouviu, em sua própria casa, uma aula de Santa Bárbara que dias antes do púlpito o saudara. Impressionou-se o imperante ilustre pela elevação do mestre insigne de várias gerações de rio-grandenses, e, por dec. de 2-12-1845, conferiu-lhe as insígnias de cavaleiro da Ordem de Cristo. "A. S., em um Esbôço Biográfico de Santa Bárbara, (Parthenon Literário 1874) assim se refere aos dotes intelectuais do padre-mestre: "Ainda algumas pessoas entre nós existem que ouviram as suas palavras ungidas de sabedoria e que com saudade se recordam do grande mestre que tiveram. A eloqüência desprendia-se-lhe dos lábios em frases retumbantes de verdades, e a convicção calava-se na conciência daqueles que o admiravam" Em outros departamentos de atividade intelectual distinguir-se-ia também êsse homem notável, cuja caráter refulgia no meio da convulsão em que ia se debater a terra continentina.

Seus dotes oratórios, suas atitudes desassombradas e seu fundo justiceiro e nobre destacá-lo-iam nas lutas parlamentares. Começa a vida parlamentar de Santa Bárbara em 1821. Tendo o Rio-Grande de dar dois deputados à Côrte de Lisboa elegeu juntamente com o dr. Saturnino da Costa Pereira, natural da Colônia-do-Sacramento, mas rio-grandense adotivo, ao padre-mestre João de Santa Bárbara. Chegando ao Rio-de-Janeiro, em virtude dos acontecimentos políticos que alí se desenrolaram e que culminaram na proclamação da Independência do Brasil, Santa Bárbara e José Joaquim Martins Zimblão, deputado substituto, acompanhando o gesto da bancada mineira sustaram a viagem para a Côrte de Lisboa, comunicando o ocorrido em carta de 23-III-1822 ao govêrno Provisório da Província. (Rev. Arqu. Hist. R.-G.-do-Sul vol. 7).

Em dez de julho do mesmo ano estava ainda Santa Bárbara no Rio esperando decisão sôbre o exercício do mandato que lhe fora conferido. Mas, "a idéia de uma Assembléia Legislativa neste Reino, diz em carta dessa data, vogou instantâneamente entre o Povo desta Cidade, e o Decreto do Príncipe Regente de 3 de junho, proclamou definitivamente Côrte do Brasil. Vendo espaçada sua permanência no Rio, Santa Bárbara solicitou do govêrno do Rio-Grande subsídios para sua manutenção, visto ter-lhe sido concedido numerário para se manter ùnicamente seis meses. Do Príncipe Real, a quem se dirigira, no mesmo sentido e pedira suprimento para sua subsistência, obtivera o seguinte despacho: "Pode o suplicante recolher-se à sua Província". Em outubro já se achava em Pôrto-Alegre e no dia 21 dêsse mês dirige por designação do Govêrno Provisório, ao Altíssimo, em seu Templo como Órgão do Povo desta Capital solenes ações de Graça pela Augusta Aclamação de Sua Majestade o Imperador do Brasil D. Pedro I".

Eleito em 1834 à 3.ª Legislatura da Câmara dos Deputados juntamente com os drs. Manoel Paranhos da Silva Veloso e José de Araújo Ribeiro, que alí representavam o Rio-Grande-do-Sul, o padre Santa Bárbara, que nessa representação permaneceu até 1838, teve ocasião de demonstrar seus inequívocos dotes parlamentares, como se evidencia dos "Anais da

Câmara dos Deputados". Designado logo para a Comissão Eclesiástica, trabalhou ativamente assinando vários pareceres. E nessa qualidade teve oportunidade de defender o padre José Antônio de Caldas, expulso do Rio-Grande, e a quem se havia cassado o direito de cidadania. Austero, justiceiro, corajoso, Santa Bárbara desenvolve cerrada argumentação mostrando a iniqüidade da Regência ao vetar a resolução legislativa que determinava rehabilitar o padre Caldas.

Era orador sóbrio, convincente, "orador consumado, diz testemunha ocular, quer no púlpito, quer na tribuna, seus discursos imponentes prendiam a atenção e impunham respeito aos ouvintes". Nos debates acalorados que se travaram na Câmara em tôrno da Revolução Farroupilha e logo depois sôbre o estabelecimento da República Rio-grandense, Santa Bárbara, num gesto de coragem, mostra a seus pares, em ponderados discursos, quais as causas que haviam determinado a comoção nas campanhas do sul. Por ocasião da discussão de uma representação da Assembléia Provincial do Rio-Grande contra o ato do dr. José de Araújo Ribeiro que houvera tomado posse ilegalmente da presidência da Província, perante a Câmara Municipal do Rio-Grande, travaram-se na Câmara dos Deputados em 1836 acalorados debates. Discutia-se o parecer que aprovava os atos de Araújo Ribeiro, o qual tinha a seu lado a quasi unanimidade da Câmara. Ausente da Câmara, Araújo Ribeiro, o qual como vimos, fazia parte da representação do Rio-Grande, substituí-lo-ia no impedimento, o dr. Fernandes Braga, acusado de ter promovido o dissídio da família rio-grandense. A sessão de 26 de maio tornou-se notável pela atitude desassombrada de Santa Bárbara. Voz discordante naquele cenáculo ilustre, declara reprovar como ato ilegal e digno de tôda a censura a sedição de 20 de setembro, mas acha que isso nada mais foi do que o exemplo dado por outras províncias que se rebelaram também, exemplo que se estendeu até às campanhas do sul. Mas a rebelião não passaria de seus estreitos limites se não fôra a ação anti-política do dr. Araújo Ribeiro que deu ensejo a tomarem proporções maiores os acontecimentos da Província depois de 20 de setembro. Não deveria êsse presidente insistir na posse perante

uma assembléia que julgava constituída ilegalmente. E borda em tôrno do assunto considerações várias que impressionaram a Câmara. Também o caso do vice-cônsul hamburguês castigado porque aconselhara neutralidade a seus súditos dera motivos aos que se tinham comprometido na revolta temerem severas represálias. Estende-se em outras considerações e acusa Araújo Ribeiro de ter ido acender o facho da discórdia entre seus irmãos. E conclue que "reprovando a sedição de Pôrto-Alegre, não pôde desconhecer que mal tomadas foram as medidas do govêrno e não desconhecendo que o mesmo sr. Araújo Ribeiro dera causa a todos êsses terríveis sucessos, porque quando êle não quis tomar posse pela segunda vez quando foi convidado, protestando não querer entregar-se nos braços dos sediciosos e rebeldes, também devia ter o mesmo pensamento quando foi pela primeira vez tomar posse, em tempo em que ainda não estavam anistiados os membros da Assembléia. (An. do Parl. I 93).

Profunda sensação causou o gesto de Santa Bárbara e o govêrno pelo órgão de seus ministros procurou justificar a ação de Araújo Ribeiro, salientando-se nesse mister Limpo de Abreu, ministro da Justiça. Outros oradores especialmente o dr. Paranhos Veloso, seu companheiro de representação, estranharam a manifestação do deputado rio-grandense. E o próprio ministro da Fazenda confessou-se impressionado do assunto. Mostra a exatidão com que se referiu à questão do vice-cônsul hamburguês, e defende-se das insinuações de simpatizar com os revoltosos, dizendo que não os defendia, mas falava com franqueza e verdade, apresentando fatos que não foram destruídos. Estranha a atitude do dr. Fernandes Braga, ex-presidente, que em sua fala à Assembléia Provincial, denunciava uma conspiração inexistente, fazendo-o sem bases seguras, fato que ocasionou fundas dissenções entre os rio-grandenses. Interpelado pelo deputado Carneiro Leão que diz ter o próprio Santa Bárbara em 1834, levado para a Câmara a notícia dessa conspiração. de caráter separatista, responde que se havia louvado em documento público do punho do próprio ex-presidente Braga. Destemeroso, justiceiro, ergue a voz em defesa de seus irmãos do sul, acusados de ferocidades

inacreditáveis. Se atentados havia, naturais em uma comoção intestina, corriam êles por conta da exaltação dos espíritos, nos dois bandos que se degladiavam no Rio-Grande. E acusava atos de selvageria praticados pelos corifeus da Legalidade. "Manifesta seu pesar e horror à guerra civil, mas julga que é de justiça não exagerar os atentados que se hão praticado; e havendo só um fato horroroso não se diga que há cem; e assim diria que não lhe consta que nesse terrível partido dos revoltosos tem aparecido mais de um fato abominável qual a morte e crueldades exercidas no cadáver de um coronel, pessoa respeitável, a quem cortaram as orelhas, mas que iguais atos se praticou no partido da Legalidade; em prova do que diz que igual ou maior sevícia se praticou em um indivíduo que levava cartas ou ofícios dos rebeldes; tristes conseqüências da guerra civil que todos devem lamentar. Daí para diante Santa Bárbara não intervém mais nas discussões sôbre assuntos concernentes à revolução farroupilha. Êsses homens brutalmente atacados que se batiam no sul por uma idealidade eram os seus velhos amigos, os seus parentes mais próximos, os seus alunos diletos, campeadores intemeratos da liberdade. Ficava com seus princípios, com suas opiniões que aqueles homens, cortejadores e palacianos, não saberiam comprehender porque não conheciam o caráter gaúcho, plasmado nas velhas lutas das fronteiras distantes, modelado à têmpera do aço inamolgável. Decorreu assim, o resto dessa legislatura. Em 1838 voltou ao Rio-Grande-do-Sul e foi se acolher à sombra amiga de sua cidadezinha que lhe era quasi natal — Cachoeira, onde alvejavam os túmulos de seus pais no velho cemitério que olha para o Jacuí. Dominavam os farrapos. A República estendia sôbre ela o seu pavilhão tricolor. E Santa Bárbara aderiu francamente à nova ordem de cousas. Conheceu então verdadeiros dias de miséria. A conflagração da Província, a privação dos emolumentos de seu ministério, a falta de alunos e uma enfermidade que contraíra, atiraram-no à penúria. Vivia da "beneficiência de um cunhado" (deve ser Antônio Gonçalves Borges) em cuja casa residia. Em 1840, tendo de fazer "declaração de renda" para ser eleitor da República, assim se exprimia em "carta oficial em que ex-

punha não poder comparecer pessoalmente por causa de seus padecimentos e fêz à Mesa a ponderação seguinte: "Não remeto rol de bens, porque nenhuns possuo, nem mesmo um só escravo, vivendo inteiramente da beneficiência de um cunhado em cuja casa resido: não tenho eu líquidos nem ainda cem réis anualmente, privado como estou até dos emolumentos do Ministério eclesiástico, já porque vivo na solidão já porque o meu estado habitual de enfermidade não me permite o movimento necessário para os adquirir".

Mas, a Assembléia das Eleições Primárias, reünida em um dos distritos de Cachoeira, em 8 de março de 1840, contravindo formal disposição de Lei, aceitou o voto de Santa Bárbara. Submetido o assunto ao govêrno da República, êste aprovou aquele ato, em 11 de março em portaria do ministro Domingos José de Almeida, pois, "a deliberação da Assembléia acêrca da mencionada declaração, pôsto não conforme a Lei, todavia há merecido sua aprovação, porisso que estabelecido o rendimento exigido não se priva a nação das luzes daquele experimentado e digno Cidadão. (O Povo 11-III-1840) Por Dec. de 1819-1838, determinara o govêrno da República que não sendo possível convocar-se a Constituinte, por motivo da luta em que se empenhavam as suas armas, se convocasse um "Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios". Cachoeira elegeu para o alto cargo ao padre-mestre Santa Bárbara. Em carta de 29 de outubro excusou-se Santa Bárbara da honrosa investidura em virtude de graves padecimentos que o inibiam de se locomover. E pautando por um alto critério as resoluções acrescentava à missiva: "Agora peço vênia para humildemente levar à presença dessa ilustre Câmara uma observação que me ocorre e que me parece essencial ao objeto. Segundo o citado decreto se manda as Câmaras Municipais nomeiem um Procurador Geral que represente seu Município, para que formado Conselho possa ser consultado pelo Govêrnó. Sendo pois esta a letra do Dec. parece-me que em sua observância e atenta à utilidade pública, só o Cidadão habilitado pelo conhecimento dos negócios públicos do País na atualidade, pode bem desempenhar êste encargo. Como, pois eu que tenho estado fora e tão longe por espaço de cinco anos,

em cujo intervalo têm mudado essencialmente a face do País e que agora apenas acabo de chegar e concentrar-me na solidão por enfêrmo, posso eu ser cidadão apto para um tal fim ? Permitam-me vv. ss. que lhes pondere que, por se haverem nomeado para deliberar em Assembléia homens que nada sabem do lugar, cujos interêsses representam, é que os negócios públicos se tem perdido, por quanto acerta-se quando se manejam idéias positivas tiradas dos fatos locais; e não quando se manejam idéias fanáticas e quiméricas." Escrevia do Rincão de Santa-Catarina, onde se achava enfêrmo e em tratamento. Substituiu-o o tenente José Carvalho Bernardes tendo o Conselho iniciado os seus trabalhos em 21 de dezembro de 1839. Tendo sido criada a Biblioteca da República, na capital do Estado, o padre Santa Bárbara ofereceu para início da mesma os seus livros, dádiva que o govêrno agradeceu em ofício de 9-IX-1839. Mais alta distinção lhe era reservada pelos seus concidadãos que o elegeram deputado à Constituinte Rio-Grandense, por 2481 votos. Inaugurou-se esta a 1.º de dezembro de 1842, no Alegrete, e subsistindo ainda os motivos que o impediam de se locomover, o padre Santa Bárbara não compareceu, sendo chamado um dos suplentes mais votados para preencher o seu lugar. Realizada a paz, voltou Santa Bárbara para Pôrto-Alegre e alí até a sua morte dedicou-se exclusivamente ao magistério. Além das cadeiras que professou, lecionou no antigo Liceu D. Afonso no Seminário e em colégios particulares. "Quando vagou o bispado da Província, por falecimento do sempre lembrado bispo D. Feliciano, diz "A. S." no estudo citado, foi o padre Santa Bárbara consultado se aceitaria a mitra rio-grandense, êle não a aceitou e tendo sido pouco depois instado pelo barão de Uruguaiana, que então presidia a Província, respondeu que nem um trono aceitaria". Preferia viver no meio de seus livros, de seus discípulos diletos, na pobreza digna de sua vida simples, espalhando em tôrno de si a grande bondade de sua alma, e as luzes admiráveis de sua inteligência. Findou essa grande vida a 5 de julho de 1868.

Ainda poderíamos indicar mais nomes de padres que se ligaram à epopéia de 35 **verbi gratia,** Fidêncio José Ortiz, (ir-

mão do brigadeiro Olivério Ortiz), Sebastião Pinto do Rêgo, que foi depois bispo em São-Paulo, João Temudo Cabral Diniz, Manoel Justino Garcez Moncada Andrade e Silva, Antônio da Costa Guimarães. Propugnando pela solução federativa, para o govêrno definitivo do País, outra significação não teve a tentativa que empreenderam os farrapos sôbre a província de Santa-Catarina, onde foi eleito para o cargo de chefe supremo da nova República o padre Vicente Ferreira dos Santos Cardoso. Depois da grande obra de pacificação do Rio-Grande, por amor à Pátria, ante a probabilidade de uma guerra do Brasil com o ditador argentino Rosas, — reüniu-se a 1.º de março de 1846 a 1.ª assembléia provincial de que fizeram parte o cônego Tomé Luiz de Souza e o padre João de Santa Bárbara, além do futuro General Osório, do visconde de São-Leopoldo, dos drs. Antônio Gonçalves Chaves, Luiz da Silva Flores, Antônio Vieira Braga, Amaro da Silveira, Luiz de Oliveira Belo, Joaquim Vieira da Cunha, tenente-coronel Patrício Correa da Câmara, coronel João Propício Mena Barreto e outros eminentes rio-grandenses. Em conclusão: — A imensa maioria do clero ou o seu concurso moral. Si houve padres, no ciclo farroupilha que, em nome da revolução chegaram à prática de desatinos, e si uns se limitaram a apoiá-la discretamente e outros se conformaram apenas com ela, como disse Mansueto Bernardi, não faltou o entusiasmo dos representantes da Igreja retintamente farrapos, que, arrostaram pela "nova Troia" todos os perigos, intervindo de modo saliente na sua fase preparatória e no seu ulterior desenvolvimento, e morrendo uns vítimas de suas idéias liberais. Quem, desprevenidamente, estuda a atitude dos ministros de Deus mantida em face do grande evento guerreiro, político e social, é com justeza levado a concluir que a mais conservadora de tôdas as classes, o clero secular — pelas suas figuras principais se achava, ou em pessoa ou em espírito inteiramente identificado com a Revolução dos Farrapos. E que êsse sacerdócio, na quadra revolucionária, distinguiu-se tanto pela moralidade, quanto pelo civismo, especialmente, entre homens da ordem de Tomé Luiz de Souza, que morreu com a auréola de um santo, pela compreensão das lídimas tradições cristãs com

as armas da fé e da espiritualidade, como reconhece Varela, conciente do papel que cabe a um pastor bem intencionado, que em vez de se pôr ao lado da tirania, do privilégio traduz o passo da Escritura, com o liberalíssimo espírito de Jesús, — in legem perfectam libertatis, — que os sacerdotes devem viver sob a lei perfeita que é a lei da liberdade, cumprindo serem firmes no preservá-la ou mantê-la, para não recaírem nas cadeias da escravidão: State, et nolite iterum jugo servitutis continere. Com essa fidelidade a representação de Cristo, à divina promessa liberatriz veritas liberabit, vós os padres de 35 mereceram a veneração do ânimo religioso dos Farrapos que souberam colocar acima de tudo as eternas verdades redentoras, o bom govêrno das conciências, a saúde das almas porque tinham fé e alto bradavam o seu credo, agindo influenciados pela moral católica na sublimidade de suas parábolas na graça iluminadora da doutrina cristã em que a idéia da criatura se associa à idéia do Criador, sobrepairando a tôdas as eversões.

Como não haviam os Sacerdotes dêsse estôfo moral de formar nas fileiras de um movimento regenerativo que foi no dizer do egrégio pelotense adotivo Domingos de Almeida — a mais generosa, humana das revoluções ? a epopéia que subordinou a espada à inteligência e cujas diretrizes efetivas, o cavaleiro andante de Carlos Magno, Bento Gonçalves, primorosamente definiu, dizendo, a 24 de março de 36. "A Moral é a base da felicidade pública e privada e a nós que temos por norte estes sagrados adjetivos, cumpre o dever de sustentá-la. Virtuosos patrícios que mal favorecidos dos bens de fortuna, em serviço da Pátria, sofreis tôda a classe de privações, com uma resignação digna de admiração, recebei os meus mais decididos louvores... constância, valor e moralidade e, cobertos de bênçãos, sabereis inspirar às vossas famílias e filhos o amor da virtude".

E tão alto ergueram os Farrapos a sua doutrina cívica que a fôlha oficial, a 2 de maio de 40, proclamava a verdade — que não deve ser perdida — que o essencial objeto de uma revolução feito em nome da República é o povo, é a sua dignidade realçada, o povo que necessita conhecer os seus direitos

para sabê-los defender com nobreza, mas necessita aprender quais são os seus deveres para sabê-los respeitar e cumprir !

Figuras de legenda, figuras apostolares foram autores e colaboradores do movimento, sem par, de 35, que tão grandemente influiu na evolução da nacionalidade. Saiam da penumbra em que, inadvertidamente as têm deixado os historiadores, as primaciais figuras do sacerdócio farroupilha.

Fôra uma profanação imperdoável que, para celebrar os supremos objetivos dos nossos maiores, nós afrontássemos o esplendor do sol, a doçura e a pureza do ar do Rio-Grande simplesmente ressucitando combates e exagerando as apoteoses do estrago e da morte.

Não ! Basta para não macular e para justificar a guerra civil dos Farrapos o consenso que ela já recebeu de ter sido um mal necessário, de que participaram grandes sacerdotes, como o "general sagrado em cuja farda episcopal cintilavam os emblemas do triunfo nas batalhas da Caridade", — isto basta para que se possam associar à sua glorificação os melhores amigos da paz, os crentes mais fervorosos, compreendendo que os Farrapos foram grandes guerrilheiros porque eram grandes Brasileiros, da mais brasileira das revoluções, na época inevitável em que suas espadas brilharam, influindo sôbre cada um os interêsses coletivos como uma atmosfera espiritual. Êles afrontaram a morte, mas os seus olhares se ameigavam depois dos recontros revolvidos pelo roldão dos cavaleiros e si a auréola de legenda que os cercava não lhes tirava a simplicidade humana, — êles eram bons e alegres, nos dias de paz, cantando os seus amores e os seus sacrifícios, os corações cheios de tolerância e de fé, romanescos e gloriosos, no melhor sentido da palavra, porque sentiram a alegria, cristã, do amor e a alegria cristã das idéias tangidas pela crença clara de que despontou a intuïção subconciente da grandeza incomparável do Brasil e da Religião cujo pontífice, é na apoteose da beneficência, a figura central de tôda a História dos Povos !

Eis como nasceu o Rio-Grande dos Farrapos, no Brasil das catequeses, purpurando de um rútilo sonho de fraternidade e de justiça, em esplendores exultantes, sob o pálio das es-

trêlas acesas, ajoelhado ante o crucifixo, signo eterno e redentor, escultural e compassivo, silenciosa cruz de braços sempre abertos, testemunha da agonia daquele que, pela liberdade e pela justiça, sofreu depois do beijo do traidor a coroa de espinhos; cruz de esperança, a cujo abraço sobem as preces do olhar clemente de Maria, mãe de tôdas as mães, cheia de graça, chorando as contas do seu rosário que se transformaram em estrêlas, núncias do céu... e núncias da justiça suscitada pelo amor, que foi o tema das grandiosas epopéias medievais, para dar-se ao mundo o benefício imenso da Paz, — amparo das crianças, arrimo das mães e da velhice, — a primeira condição do trabalho e que Aristófanes chamava deusa superior a tôdas as outras, que preside aos cânticos e aos noivados.

Assim, o patriotismo-humano é a forma social do amor, que aos fracos dá alento, aos dúbios decisão, aos descrentes a fé, como força incomensurável, unindo a todos quando é preciso agir.

A impenitência, o sôpro de impiedade que se desatou, em nossos dias, alvejando a revólver, ainda não há muito, na Espanha, numa procissão, a imagem de Nossa Senhora, que foi a mais doce expressão do amor materno, parece que se compraz em recrucificar a Jesús, sim, recrucificar aquele que começou por usar as armas do operário para, como disse alguém, melhor exprimir que seria o Deus dos pobres e acabou confiando a um humilde pescador a sorte do seu rebanho morrendo pela humanidade lacerada do pecado e do sofrimento.

Mas, acompanhou-o ao Calvário aquele soldado, de que nos fala o Novo-Testamento, que chefiando um contingente, no cumprimento de um dever de ofício, vira Jesús cair três vezes na estrada, ao pêso do madeiro e ouvira-o dizer que tinha sêde no meio das mais atrozes torturas, supliciado pelas íras da turba, e, no entanto, orando por seus algozes, até que, no último alento da vida, a própria terra fêz sentir que se haviam cumprido as profecias. Foi, aí, que êle, o soldado da Paixão, êle o centurião enviado pelas autoridades para acompanhar aquilo que lhe parecia a princípio ser a fraqueza humana de um condenado sem remédio, sem agravo, "não quis

mais saber, nem de reservas, nem preconceitos e, agradasse ou desagradasse, e conviesse ou não conviesse, tendo olhos para ver e lealdade para render-se à evidência dos fatos e coragem bastante para afirmar, diante do povo, a sua convicção, ainda que esta não fôsse a dos dominadores do momento, reconheceu e afirmou, em face do Senhor Morto: — Êste homem é verdadeiramente o filho de Deus ! Que se comparem, também eu digo, e que se meçam com a conciência dêsse soldado romano, os timoratos, os vacilantes e os empedernidos no negativismo que julgam vergonhoso crer com Pasteur, Newton, Bossuet e Racine. E que a um exame de conciência para uma vida melhor, homens e povos e até a própria Igreja, neste ano do centenário dos Farrapos, que a própria Igreja reflita sôbre os meios fiéis do seu papel na terra, cumprindo o testamento selado pelo sangue do Gólgota, porque quanto mais crucificado o Homem-Deus, tanto mais, Jesús será renascente e redivivo !

Pôrto-Alegre, 20 de Setembro de 1935.

PARECER

sôbre a tese "A Religiosidade e o Sacerdócio dos Farrapos", pelo dr. Fernando Osório.

E' excelente o trabalho que, nesta tese, apresenta o nosso confrade dr. Fernando Luiz Osório. Aliás, o fato não nos causa surpresa; estamos, de há muito, habituados a ler tudo quanto produz seu culto espírito.

De modo particular, em notável destaque os seus estudos atinentes às cousas do nosso passado de muito tem opulentado êsse belo patrimônio histórico que a nossa gente está carreando para deixar, precioso legado, às gerações porvindouras.

Sôbre a influência do clero na Grande Revolução, o traba-

lho apresentado é digno dos maiores aplausos. E não só isso: o nosso confrade remonta às passadas revoluções, onde "sempre esteve o clero na linha da frente, em todos os primeiros surtos liberais que agitaram a colônia e o império".

A Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, em quantas outras, sempre o padre na linha da frente, audaz e valente, afrontando heròicamente o patíbulo, ou sofrendo com evangélica paciência as agruras do cárcere e do exílio.

E aquí mesmo nessa "heróica e valorosa cidade de Pôrto-Alegre", quando o povo exigia o juramento da Constituïção, golpe de misericórdia ao agonizante regime do absolutismo, aquí, dizem velhos papéis, um ministro da Igreja bem alto erguia a voz clamando pela redenção de um povo oprimido.

E assim em todos os movimentos, armados ou não, que têm agitado a nossa pátria. Na Grande Revolução, porém, culminou essa influência — e não só na Assembléia que fêz a Revolução como na Constituinte de 1842, na organização do govêrno, nos postos de mais elevado destaque da gloriosa república jamais vencida, na imprensa, na tribuna, na luta enfim, sempre a decisiva influência do sacerdote.

Muitos outros nomes poderíamos lembrar além dos já citados na tese em apreço mas a lista seria longa, — pois longa e eficiente foi a cooperação dessas "figuras de legenda", figuras apostolares, autores e colaboradores do movimento sem par, de 35, que tão grandemente influiu na evolução da nacionalidade."

Entretanto, cumpre notar, ao ler o interessante trabalho do dr. Osório, nem sempre estivemos de acôrdo com alguns dos pontos nele abordados.

Por exemplo: o espírito revolucionário dos padres Feliciano e Sebastião Pinto Rêgo, futuros bispos do Rio-Grande e de São-Paulo.

E' verdade que D. Feliciano foi capelão do exército da Revolução, sabemos; porém, constituirá êsse fato uma razão positiva para considerar o ilustre sacerdote como revolucionário ?

Assim, também, o padre Sebastião Pinto Rêgo sôbre quem

estamos convencidos de que, si farroupilha êle tivesse sido, o sr. d. Pedro II não o teria escolhido bispo de São-Paulo.

Assim pensamos nós, com convicção, até que, em contrário, nos apareçam provas. Ainda sôbre D. Feliciano: a data do seu nascimento foi assunto que muito nos impressionou quando estudamos a sua atuação no decenal movimento; a certidão de batismo é omissa nesse ponto; porém, com as pesquisas feitas últimamente pelo nosso confrade dr. Adroaldo M. da Costa, nos arquivos eclesiásticos do Rio-de-Janeiro, foi aquela efeméride assentada com a necessária precisão, o que bem nos mostra o artigo dêsse confrade, a respeito, em uma das edições do "Correio do Povo", em dias do mês anterior.

Não regateamos, porém, os nossos louvores à magnifica tese do nosso confrade, a qual se apresenta em excelente estilo, como tudo que produz o apreciado esteta da palavra escrita e articulada, que é o dr. Fernando Osório.

Pôrto-Alegre, 7 de outubro de 1935.

Assinados: **Eduardo Duarte**, relator
Jací Antônio L. Tupí Caldas
Adroaldo Mesquita da Costa,

com o seguinte adendo :

A certidão de batismo invocada pelo ilustre autor, como corroboradora de haver ocorrido o nascimento de d. Feliciano a 13 de julho, não ampara a sua pretensão, como o demonstrei em artigo publicado no dia 29 de setembro, no "Diário de Notícias". A lápide existente no túmulo de d. Feliciano, em nossa Catedral, e a bula pontifícia de sua nomeação de bispo, conforme provei, são, por enquanto, as únicas afirmações que temos, mas suficientes e indestrutíveis de haver d. Feliciano nascido a 13 de julho de 1871, em Gravataí.

D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo não expediu, também, nenhuma circular a 13 de maio de 1845, como, por equívoco, afirma o ilustre homem de letras, dr. Fernando Luiz Osório. O que existe, com essa data, de d. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, é a famosa pastoral por êle dirigida ao

Rio-Grande-do-Sul e na qual, cumprindo, aliás, a cláusula 5.ª da convenção de Ponche Verde, procurou sanar quanta irregularidade e nulidade, em matéria eclesiástica, havia sido praticado, nesta então província, pelo cisma religioso que, aquí, se operou

Nem d. Feliciano José Rodrigues Prates nem Sebastião Pinto do Rêgo foram revolucionários. A respeito da atividade deste último os documentos até agora conhecidos dizem precisamente o contrário e sôbre a atividade revolucionária de d. Feliciano nem siquer a tradição nos conservou um indício siquer. Tivessem êles sido revolucionários, combatendo o trono e não haveria o Império, no auge do regalismo, anuído em suas nomeações de bispos, do Rio-Grande e São-Paulo, respectivamente.

E' louvável o esfôrço do ilustre autor de reünir tudo quanto a respeito se tem publicado sôbre o papel do clero no movimento de 35 e, notadamente a preponderante projeção do Padre-mestre João de Santa Bárbara, tão exaustivamente estudado por Aurélio Pôrto, no magnífico trabalho publicado no "Correio do Povo", de 2 de julho último.

Sala das Sessões, aos 8 de outubro de 1935.

Assinado: **Adroaldo Mesquita da Costa**

ARQUIVO NACIONAL
LIV. 2760
Inc. em 17/12/1959
BIBLIOTECA

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 099117118

LIVRARIA DO GLOBO

66620